

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCOS FERNANDES LIMA

**O MST e a luta pela terra no Piauí:**  
história e memórias familiares (1989 – 2014)

São Luís/MA  
2017

MARCOS FERNANDES LIMA

**O MST e a luta pela terra no Piauí:**  
história e memórias familiares (1989 – 2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como Requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Ibarra Cabrera

Linha de Pesquisa: Poder e Sociabilidade

São Luís/MA  
2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Lima, Marcos Fernandes.

O MST e a luta pela terra no Piauí : História e memórias familiares 1989 - 2014 / Marcos Fernandes Lima. - 2017.

198 f.

Orientador(a): Isabel Ibarra Cabrera.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Experiência. 2. Memória. 3. Movimentos Sociais.  
4. Trajetórias Familiares. I. Cabrera, Isabel Ibarra.  
II. Título.

MARCOS FERNANDES LIMA

**O MST e a luta pela terra no Piauí:**  
história e memórias familiares (1989 – 2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Isabel Ibarra Cabrera – UFMA/PPGHIS (Orientadora)

---

Prof. Dr. Carlos Bauer – UNINOVE/PPGE

---

Prof. Dr. Marcus Vinicius de Abreu Baccega – UFMA/PPGHIS

A todos os trabalhadores e trabalhadoras – do campo e da cidade – do Brasil e do mundo. Mas em especial aos companheiros e companheiras do Movimento Sem-Terra do Piauí, que tanto lutaram – e ainda lutam – para construir um futuro melhor aonde não haja exploradores e nem explorados. De uma forma muito especial, aos assentados-amigos do Assentamento Marrecas que me confiaram um pouco da sua história de vida;

À minha família, minha mais importante experiência de vida;

À Ana Virgínia Matos de Castro Dias, por me fazer rir e me apoiar nos momentos mais difíceis;

Ao Marcones Herberto, Fernanda Farias e Gisvaldo Oliveira, amigos que acompanharam de perto cada passo dessa longa e difícil caminhada;

À Maria do Socorro Rangel, minha fonte de inspiração intelectual.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho se deu dentro de um contexto de adversidades e em muitos momentos pensei em desistir, no entanto, ao longo da caminhada encontrei força e determinação justamente naqueles e naquelas que caminharam ao meu lado, sempre contribuindo seja do ponto de vista intelectual, ou pessoal. E como toda experiência de vida tive dias felizes e tristes, e em relação aos últimos, consegui superá-los! No entanto, devo esta vitória a muitos companheiros e companheiras, amigos e amigas, minha amada, e aos meus filhos e filha, que me fortaleceram e, portanto, contribuíram para que eu conseguisse chegar até aqui.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família justamente por ser, o tema da família, um dos objetos de estudos da minha pesquisa, e a partir deste, compreendi, de forma muito mais ampla, de como podemos ressignificá-la para além de laços sanguíneos, onde a convivência torna-se um elo muito mais forte e nos possibilita aprendizados ainda mais intensos. Laços de sangue também são construídos na luta!

Nesse sentido gostaria de agradecer especialmente àqueles e àquelas que me ajudaram mais de perto a ser a pessoa que sou hoje. Aos meus avós paternos, Maria das Mercês Lima – “Florzinha” – e Manuel Fernandes Lima – “Iôio” –, que tanto sonharam em me ver formado, mas que infelizmente não puderam realizar este sonho. A eles eu devo muito do que eu sou, afinal de contas, eles foram meus “primeiros” pais e compartilharam comigo os primeiros doze anos de minha vida. “Obrigado pai! Obrigado mamãe!” Às minhas tias-mães, que também convivi durante o período em que morei com meus avós paternos, só tenho a agradecer-las, pois elas e meus avós, me proporcionaram a infância mais “bela” e “doce” que uma criança pode ter. São elas: tia Teresinha, Lúcia, Aparecida, “Mundinha”, “Lenir”, “Geninha”, Guadalupe.

Depois de ter vivido essa infância perfeita, e logo após ter perdido a mulher que mais amei até hoje: minha avó “florzinha” - fui morar com meus pais: Horácio Fernandes Lima Neto e Júlia Fernandes Lima; e com meus irmãos: Marconis Fernandes Lima e Morgana Fernandes Lima. Iniciamos juntos uma nova fase, e ao longo dessa etapa fomos aprendendo a compartilhar sonhos, dificuldades, dores e travessuras, e com eles pude aprender coisas maravilhosas. Com meu pai, aprendi – principalmente - a ser honesto e a batalhar em busca de meus sonhos; com minha mãe aprendi, essencialmente, a amar as pessoas sem distinções de cor, raça, credo ou qualquer outro tipo de preconceito; com minha irmã aprendi a ser uma

pessoa paciente e determinada. Aprendi também que nunca devemos desistir de nossos sonhos. Finalmente, agradeço a meu irmão Marconis por ter me inspirado a trilhar o caminho da indignação política frente às injustiças e mazelas sociais enfrentadas pelos milhões de trabalhadores e trabalhadoras de nosso país e do mundo. A você devo muito do ser político que sou hoje.

Aos meus sobrinhos João, Alícia, Yuri e Kauã, agradeço aos inúmeros momentos alegres e descontraídos que me fizeram esquecer, por alguns instantes, os problemas que enfrentamos na atual conjuntura política e social do país.

Aos companheiros e companheiras Sem-Terra que me deram a oportunidade de me tornar um amigo, não apenas do Movimento, mas também – mesmo que por alguns instantes – membro de suas valorosas famílias. E por terem permitido que eu tivesse a oportunidade e honra de escutá-los, e por terem me permitido registrar os inúmeros momentos que passamos juntos, onde aprendi muitas lições, e a mais importante foi justamente a que eles mais insistiram em me ensinar: a de que nunca podemos desistir de nossos sonhos! Obrigado Camaradas! Espero que gostem do trabalho e que eu possa, cada vez mais, fazer parte desta família Sem-Terra. Gostaria de destacar: Dona Antônia, Seu Antônio e Arlindo; Dona Anísia, Juliano Antonino e Francisco Juliano – “Tico”; Dona Joana, Domingos e Socorro; Arcanja e Francisco; Madalena e Inácio.

Aos meus queridos e “imprescindíveis” amigos, cuja amizade, superou, muitas vezes, momentos difíceis e/ou tristes. Agradeço a cada um de vocês por terem compartilhado comigo momentos importantes de suas vidas e que me ajudaram a refletir sobre muitos dos temas abordados na pesquisa: Ramsés Pinheiro, Hallysson Ferreira, Romildo Araújo, Fernando Barbosa, Marcela Vasconcelos, Geraldo Carvalho, Iasmin Soares, Anna Almeida, Álvaro Feitosa, Josilene Lima, Marcílio Ulisses, Marcelo Cardoso, Maurício Moreira, a todas, e todos, muito obrigado.

Aos amigos e amigas do mestrado por termos vividos um primeiro ano intenso e por conseguirmos uma proximidade que dificilmente conseguimos fazer florescer num ambiente tão hostil como, muitas vezes se apresenta, o da academia. Especialmente: Antônia Andrade, Darlan Sbrana, Isa Prazeres, Kalil Kaba e Tayanná Santos.

Às companheiras e companheiros do Sindicato dos Docentes do Instituto Federal do Piauí – SINDIFPI, pelas muitas árduas lutas que travamos desde 2014, ano de meu ingresso no Instituto e, conseqüentemente, no sindicato, que se intensificaram nos últimos anos onde enfrentamos duríssimas greves contra os governos Dilma/Temer, ambos imbuídos de intenções prejudiciais ao conjunto da classe trabalhadora, especialmente ao desmonte da

educação pública como um direito inalienável de todos os cidadãos e cidadãs! O êxito nesse desafio acadêmico foi possível, também, pela compreensão que vocês tiveram comigo devido aos afastamentos de minhas tarefas enquanto dirigente sindical, o que não me impediu de contribuir, sempre que possível, especialmente durante as greves de 2015 e 2016. Se apenas a luta pode mudar nossas vidas, então continuaremos lutando até quando nossa força ainda resisitir.

Aos companheiros e companheiras maranhenses do sindicato dos bancários, da Central Sindical e Popular – CONLUTAS, e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU, por terem me ajudado desde as primeiras idas, ainda durante a seleção, e por terem me acolhido ao longo dessa jornada. Gostaria de destacar ao querido Eloy, bancário, por sua receptividade e cordialidade; e à Claudia Durans, por ter me hospedado em seu apartamento durante a seleção do mestrado.

Aos professores e professoras, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA, que tive a oportunidade de conviver mais de perto e que contribuíram com reflexões e críticas ao trabalho, e que me ajudaram na construção desta pesquisa. Especialmente aos professores Lyndon Santos, Maria Izabel, Pollyanna Gouveia, Ítalo Santirocchi, Marcus Bacega – por sua paciência, amizade e reflexões sugeridas ao longo desta jornada; e à minha orientadora, professora Isabel Ibarra, pelas conversas agradáveis e pelos textos sugeridos.

Ao professor Carlos Bauer, pela atenção e contribuições críticas ao trabalho. Sempre atencioso e muito solícito em todas as conversas, sempre prazerosas, que tivemos. Ao camarada, Bauer, muito obrigado!

Aos amigos Marcones Herberte, Gisvaldo Oliveira (Amigos, irmãos e camaradas), e Fernanda Farias (amiga, irmã, camarada e comadre)... por terem compartilhado comigo seus conhecimentos acerca do tema e por terem permitido, nestes últimos dois anos, que eu passasse a fazer parte de suas famílias, literalmente falando. A ajuda de vocês foi imprescindível para a realização deste trabalho.

À Jéssica Aguiar, por ter insistido tanto para que eu não desistisse e por sempre acreditar em mim. Você me ajudou desde os primeiros passos me repassando o seu projeto para que eu pudesse ajustar o meu, me dando dicas de como viver em São Luís, e por ser uma grande e inestimável companheira de lutas.

Ao Ricardo Magno, amigo, irmão e camarada de longas datas! Os primeiros passos foram dados com o seu apoio incondicional há muito tempo atrás.

Ao Wilker Marques, por termos enfrentado, ao longo destes últimos dois anos, dias difíceis tanto na vida pessoal como em nossa trajetória acadêmica. Conseguimos vencer

algumas batalhas, como essa etapa do mestrado, mas ainda temos muitas outras pela frente. Obrigado, meu amigo!

Aos companheiros e companheiras do PRONERA pelos dias prazerosos, pela amizade, e pelas muitas batalhas que enfrentamos juntos. Foi um prazer, e uma honra, trabalhar ao lado de vocês, em especial: Marli Clementino, Magno Castro, Ricardo Augusto, Tatiane Soares, Dastur Campos, Gerson Silva, Rodimar Garbin, Claudiomir Vieira – “Neguinho”, Fernando Barbosa – *in memoriam*, e a todos que contribuíram diretamente com esse trabalho.

Aos meus querid@s alun@s da UESPI que acompanharam de perto os primeiros ensaios rumo ao mestrado, especialmente: Cristina Souza, Ana Clara, Carlos Lopes, Miguel Gilson e, principalmente, à Samila Sousa Catarino, justamente por ter acompanhado mais de perto cada passo dessa empreitada e, sempre que possível, conversamos, trocamos ideias e procuramos nos motivar mutuamente.

Ao amigo e companheiro Sérgio Luís Simeão Silva, por ter partilhado comigo, desde os primeiros rascunhos, muitos momentos desta jornada.

À minha querida e insubstituível Maria do Socorro Rangel. Sua paciência e sabedoria inesgotável continuam sendo “meu chão e meu céu” em todas as minhas empreitadas acadêmicas. À você devo muito, não apenas ao historiador que me tornei, mas também do ser humano que sou. “Obrigado Margarida!”

Aos meus filhos e filha, meus mais fiéis amigos e companheiros durante as madrugadas. Sem vocês, suas bagunças, carinhos, lambidas e miados, eu certamente não teria conseguido. Marx, Lenine, Leon e Frida, vocês são meus eternos, e insubstituíveis, amores.

E à minha querida amiga, e amada, Ana Virgínia. Você que aos poucos foi surgindo em minha vida, e como num piscar de olhos, tornou-se alguém tão especial. Agradeço-te por todos os momentos que tivemos juntos, sorrindo, cantando, discutindo e refletindo sobre os problemas existenciais e, principalmente, por me fazer seguir em frente mesmo quando eu não tinha coragem para seguir. Você que conseguiu inverter o significado dos versos de Vinicius de Moraes e como poesia transformou pranto em riso, e fez reascender, em meus olhos, uma intensa e ardente chama. Obrigado Amor, por sua companhia.

“ É difícil defender,  
só com palavras, a vida,  
ainda mais quando ela é  
esta que vê, Severina”

Trecho de *Morte e Vida Severina*.

*João Cabral de Melo Neto*

### *Elogio da Dialética*

A injustiça passeia pelas ruas  
com passos seguros.  
Os dominadores se  
estabelecem por dez mil anos.  
Só a força os garante.  
Tudo ficará como está.  
Nenhuma voz se levanta além  
da voz dos dominadores.  
No mercado da exploração se  
diz em voz alta:  
Agora acaba de começar:  
E entre os oprimidos muitos  
dizem:  
Não se realizará jamais o que  
queremos!  
O que ainda vive não diga:  
jamais!  
O seguro não é seguro. Como  
está não ficará.  
Quando os dominadores  
falarem  
falarão também os dominados.  
Quem se atreve a dizer: jamais?  
De quem depende a  
continuação desse domínio?  
De quem depende a sua  
destruição?  
Igualmente de nós.  
Os caídos que se levantem!  
Os que estão perdidos que  
lutem!  
Quem reconhece a situação  
como pode calar-se?  
Os vencidos de agora serão os  
vencedores de amanhã.  
E o "hoje" nascerá do "jamais".

*Bertold Brecht*

## RESUMO

O trabalho tem por objetivo analisar a memória das famílias de trabalhadores e trabalhadoras Rurais Sem-Terra no Piauí, considerando a articulação das várias experiências vividas pelos indivíduos e suas famílias na construção da primeira ocupação de terras organizada pelo MST no estado. A proposta é cruzar as trajetórias pessoais e familiares, observadas de um “ponto de vista microscópio”, com as questões políticas e institucionais do MST no Piauí, visando à construção de uma história social destas famílias envolvidas nesse processo. Destes inúmeros e distintos aspectos que forjam sua história, destaca-se, ao longo dessa difícil trajetória, o papel exercido pela família dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para a consolidação do MST (STÉDILE, 1999). Também aqui, no Piauí, o Movimento Sem-Terra é alicerçado a partir das vivências da organização e estruturação das famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais que, antes de ingressarem em suas “fileiras”, já militavam junto à CPT-PI (Comissão Pastoral da Terra-Piauí). Portanto, deste, e neste, momento histórico de ebulição política e social surge o MST em terras piauienses, realizando-se, a partir daí, a primeira ocupação de latifúndios improdutivos no Estado (Assentamento Marrecas em São João do Piauí, em junho de 1989). Nesse sentido, o objetivo é contar o desenrolar dessa “trama histórica”, no intuito de evidenciarmos o valor simbólico desta primeira ocupação, bem como problematizar a importância da família nesse processo, discutindo como essa mesma instituição familiar foi se incorporando ao projeto político, constituindo-se assim num dos principais símbolos da luta e resistência, não apenas destes trabalhadores, mas também, para os que se incorporaram, e ainda hoje se incorporam a esta lenta e infinda caminhada.

**Palavras-Chave:** Movimentos Sociais. Experiência. Memória. Trajetórias Familiares.

## RESUMEN

La investigación que presentamos tuvo por objetivo analizar la memoria de las familias de trabajadores y trabajadoras rurales sin tierra en el estado de Piauí, articuladas a las experiencias vividas por los individuos y sus familias en la construcción de la primera ocupación de tierras organizada por el Movimiento Sin Tierra (MST) en Piauí. La propuesta de trabajo se planteó cruzar las trayectorias personales y familiares, observadas desde un “punto de vista microscópico”, con las cuestiones políticas e institucionales del MST en Piauí, visando la construcción de una historia social de las familias involucradas en este proceso. De estos inúmeros y distintos aspectos que forjan su historia, se destaca, a lo largo de esa difícil trayectoria, el papel ejercido por la familia de los trabajadores y trabajadoras rurales para la consolidación del MST (STÉDILE, 1999). También aquí, en Piauí, el Movimiento Sin-Tierra se constituyó como base a partir de las vivencias de la organización y estructuración de las familias de trabajadores y trabajadoras rurales que, antes de entrar en sus “filas”, ya militaban junto a la CPT-PI (Comisión Pastoral de la Tierra-Piauí). Por lo tanto, en esta coyuntura de ebullición política y social surge el MST en tierras piauienses, realizándose, la primera ocupación de latifundios improductivos en el estado de Piauí (Asentamiento Marrecas en São João do Piauí, en junio de 1989). En ese sentido, el objetivo central de este trabajo fue contar el desarrollo de esa “trama histórica”, con la finalidad de evidenciar el valor simbólico de esta primera ocupación, bien como problematizar la importancia de la familia en ese proceso, discutiendo como esa misma institución familiar se fue incorporando al proyecto político, constituyéndose así en uno de los principales símbolos de la lucha y resistencia, no apenas de estos trabajadores, como también, para los trabajadores que se agregaron, y todavía hoy se agregan a esta lenta e infinda caminata.

**Palabras-clave:** Movimientos Sociales. Experiencia. Memoria. Trayectorias Familiares.

## LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
APAM	Associação de Produtores do Assentamento Marrecas
CEB'S	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agraria do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FETAG-PI	Federação dos trabalhadores na Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA	Instituto Técnico de capacitação e pesquisa da Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra
ONG	Organização Não Governamental
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PO-SP	Pastoral Operária de São Paulo
PP	Partido Progressista
PRONERA	Projeto de Educação na Reforma Agrária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> - Ocupação da Fazenda Giacometi, latifúndio de 83 mil hectares em áreas contínuas, o maior do Paraná.....	34
<b>Figura 02</b> – 3º Encontro de Lavradores e Agentes de Pastoral do Piauí .....	73
<b>Figura 03</b> - <b>O primeiro passo: Ocupar.</b> A ocupação em Cruz Alta. em 1989.....	81
<b>Figura 04</b> - <b>O segundo ato: Resistir!</b> Despejo em Getulina – São Paulo - 1993.....	81
<b>Figura 05</b> - <b>A concretização do sonho: Produzir...</b> Cooperativa União - Dionísio Cerqueira – SC .....	81
<b>Figura 06</b> - A luta pela terra: a ocupação do Assentamento Marrecas.....	141
<b>Figura 07</b> - Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Delegação do Piauí.....	141

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>2. TRAJETÓRIAS FAMILIARES E A GÊNESE DO MST NA HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ .....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 O início de uma longa caminhada... À “Terra nossa, Liberdade.” .....</b>	<b>37</b>
<b>2.2 A CPT e o surgimento do MST no Piauí. ....</b>	<b>61</b>
<b>3. DO SONHO À REALIDADE... DA REALIDADE AO SONHO: ROMPENDO AS CERCAS, OU QUANDO AS HISTÓRIAS FAMILIARES PASSAM A INTEGRAR O PROJETO COLETIVO DO MST .....</b>	<b>82</b>
<b>3.1. O primeiro passo: Ocupar .....</b>	<b>95</b>
<b>3.2. O segundo ato: Resistir! .....</b>	<b>112</b>
<b>3.3. A concretização do sonho: Produzir .....</b>	<b>129</b>
<b>4. SÓ A LUTA MUDA A VIDA: UMA LUTA QUE NUNCA SE ENCERRA – PAIS E FILHOS SEM-TERRA ENFRENTANDO NOVOS E VELHOS DESAFIOS .....</b>	<b>142</b>
<b>4.1. Re-nascer .....</b>	<b>151</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>183</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>190</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### Levantados do chão<sup>1</sup>

Como então? Desgarrados da terra?  
 Como assim? Levantados do chão?  
 Como embaixo dos pés uma terra  
 Como água escorrendo da mão.

Como em sonho correr uma estrada?  
 Deslizando no mesmo lugar?  
 Como em sonho perder a passada  
 E no oco da terra tombar?

Como então? Desgarrados da terra?  
 Como assim levantados do chão?  
 Ou na planta dos pés uma terra  
 Como a água na palma da mão?

Habilitar uma lama sem fundo?  
 Como em cama de pó se deitar?  
 Num balanço de rede sem rede?  
 Ver o mundo de pernas pro ar?

Como assim? Levitante colono?  
 Pasto aéreo? Celeste curral?  
 Um rebanho nas nuvens? Mas como?  
 Boi alado? Alazão sideral?

Que esquisita lavoura! Mas como?  
 Um arado no espaço? Será?  
 Choverá que laranja? Que pomo?  
 Gomo? Sumo? Granizo? Maná?

Há alguns anos quando iniciei o curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Piauí, tive a oportunidade de trabalhar em um Projeto de Educação de Jovens e Adultos do PRONERA (Programa Nacional de Educação Agrária). A partir daquele momento percebi que iniciaria ali uma experiência única, e como tal, marcante para o resto da minha vida.

Iniciei no projeto com muitos desejos, ansioso pelas descobertas, e elas foram tantas que muitas vezes me atropelaram. Hoje, olhando para trás para fabricar esta memória,

---

<sup>1</sup> BUARQUE, Chico. **Terra**. Compositores: BUARQUE, Chico; NASCIMENTO, Milton. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1997. CD – compacto. O CD – Terra, foi lançado em 1997 junto com o livro “**Terra**” de Sebastião Salgado. O lucro da venda do livro e do CD foram doados para o MST e viabilizou a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes.

ainda sinto o impacto daquele encontro inesquecível: “Como então? Desgarrados da terra?// como assim? Levantados do chão?// Como embaixo dos pés uma terra// Como água escorrendo da mão.”<sup>2</sup>

Cheguei ao assentamento rural em Altos, na garupa da moto do companheiro Fernando Barbosa, assentado e, então, uma das lideranças da Federação dos trabalhadores na Agricultura – FETAG-PI. Eram 19 horas e 30 minutos, e fomos direto para a escola onde a comunidade já nos esperava para as apresentações de praxe. Já naquele primeiro encontro, enquanto nos apresentávamos, eu me perguntava como aquelas pessoas tinham força para estarem ali, depois de um dia intenso de trabalho pesado sob o sol escaldante da nossa terra. “Como em sonho correr uma estrada?// Deslizando no mesmo lugar?// Como em sonho perder a passada// E no oco da terra tombar?”<sup>3</sup> Eu, do meu lugar de futuro professor, me perguntava com o que sonhavam meus futuros alunos. O que esperavam de mim depois de uma vida inteira sem acesso a escola formal? Como enfrentaríamos esta herança de exclusão, e mais, como enfrentaríamos o cansaço e todas as outras dificuldades que ainda hoje eles têm que enfrentar? A sala improvisada era de terra batida e cheia de goteiras. Cadeiras, só algumas, e o quadro minúsculo logo se tornou um problema que não tivemos como solucionar, pois ao cansaço do trabalho diário se somava o “cansaço das vistas”. Já tinham mais de cinquenta anos a maioria dos meus alunos.

Mas ao longo de nossa conversa, fui observando muito mais do que sofrimento e impossibilidades, que por sinal não eram poucos. Eles eram alegres e fortes. Suas experiências, constituídas de tantos momentos difíceis e violentos, abarcavam também o amor e a esperança, que eram transformados em combustível para a luta de todo dia. Amor pela vida, amor pela família e amor pela terra. Terra que não pode ser vista como separada de suas vidas, nem de seus corpos, pois eles foram forjados, desde os primeiros instantes, pelo cheiro e calor do nosso chão quente e fértil. Assim, misturados à terra, eles se construíram e continuam construindo sua história. Suas falas, risonhas e cheias de esperança, fizeram-me despertar para a necessidade de contar essa história. Uma história que a maioria de nós só conhece pelas lentes desfocadas da imprensa sensacionalista: “Sem-terra invadem mais uma propriedade!”, “Baderna e confusão em mais uma ação dos sem-terra”<sup>4</sup>. Onde a alegria?

---

<sup>2</sup> BUARQUE, Chico. **Levantados do chão**, *op. cit.*

<sup>3</sup> *Idem.*

<sup>4</sup> Matérias retiradas da pesquisa realizada no Jornal *O Dia*, compreendendo o período de Janeiro de 1988 a Dezembro de 2001. Os títulos dessas matérias exemplificam bem a forma como eram retratados os trabalhadores e as trabalhadoras rurais no sertão piauiense e brasileiro.

Onde o sonho? Onde a luta de uma vida inteira, na verdade, de muitas e muitas vidas? “Como então desgarrados da terra?// Como assim? Levantados do chão?// Ou na planta dos pés uma terra// Como água na palma da mão?// Habitar uma lama sem fundo?// Como em cama de pó se deitar?// Num balanço de rede sem rede?// Ver o mundo de pernas pro ar?”<sup>5</sup>

No entanto os vínculos estavam criados, e mesmo após o fim daquela etapa do projeto, nos reunimos para discutir a viabilização para continuidade do processo de educação que apenas se iniciava. Apesar de, naquele momento, eu não ter ainda bem definido como trabalhar este tema, eu tinha a de que era ele, como se ele tivesse me escolhido.<sup>6</sup> E hoje, após quase 15 anos, percebo como foi marcante o início dessa experiência, e tão importante que permaneci nesse caminho ao longo de minha trajetória acadêmica, culminando com esta proposta de dissertação que pretende aprofundar questões que foram ensaiadas ainda na primeira etapa, e agora, com o depurar do próprio tempo, somado ao aprofundamento das pesquisas, posso ter a certeza de que trilhei o caminho correto.

A essa altura uma nova etapa do PRONERA se iniciava e, já decidido, logo fui atuar como aluno-pesquisador nas áreas de assentamentos do MST, mais especificamente na região sul do Piauí, São João do Piauí, no assentamento Marrecas.<sup>7</sup> Marrecas é o berço da luta e da conquista da terra em nosso estado. Marco simbólico de um povo, de nosso guerreiro e humilde povo piauiense. Lá encontrei, novamente, histórias de luta e de esperanças. Sorrisos, coragem e força. Encontrei também uma memória construída e preservada como exemplo: eles haviam conseguido!

Eu, que com eles aprendi a sonhar, podia contar sua(s) história(s) feita(s) de mortes, de sofrimentos, de desafios, mas também de conquistas, de alegrias e de novos desafios. Minha identificação com o MST tem pressupostos que gostaria de explicitar. Primeiro por sua história de resistência num momento de refluxo das lutas sociais no Brasil; segundo pela impressionante longevidade de sua trajetória. O que constitui sua força? Como explicar esta unidade que atravessou décadas? Que incorpora várias gerações? Que se mantém apesar da diversidade de condições e interesses de seus próprios membros (assentados,

<sup>5</sup> BUARQUE, Chico. **Levantados do chão**, *op. cit.*

<sup>6</sup> Refiro-me aqui a ideia apresentada por Sidney Mintz no texto **Encontrando Taso, me descobrindo**, onde o autor descreve a relação dele enquanto pesquisador com o seu entrevistado, discutindo as várias interpretações para com Taso, seu entrevistado, inclusive a percepção de que não fora ele, Mintz, que escolheu o seu “objeto de estudo”, mas sim o contrário. Esta percepção, talvez tenha ocorrido devido à afinidade com o tema desde o primeiro contato, proporcionando uma sensação de que este o escolheu para desvendar seus “mistérios”. Uma sensação descrita não só por Mintz, mas também por vários outros pesquisadores. MINTZ, Sidney W. **Encontrando Taso, me descobrindo**. In: Revista Dados. Vol. 27, nº 01, 1984. p. 45-58.

<sup>7</sup> O Assentamento Marrecas foi a primeira área de ocupação de terras no estado do Piauí. Marco fundante das manifestações políticas do Movimento Sem-Terra no Piauí. Ocupação realizada em 10 de Junho de 1989.

acampados; militantes jovens, velhos militantes; militantes, simpatizantes; particularidades locais, projeto nacional)? Estas questões me instigaram a aprofundar leituras sobre o tema, e a me desafiar a entender suas vidas e essa realidade quase esquecida, no sertão do Piauí, pela maioria dos piauienses. Estas questões permeiam toda a minha pesquisa tendo em vista o olhar mais minucioso acerca das histórias de vidas de famílias de militantes Sem-Terra que abraçaram este desafio e, ao qual, me proponho a compreender. Portanto tais questões permeiam, em vários momentos, a pesquisa, pois nos ajudam a compreender parte da formação militante desses trabalhadores rurais que foi se constituindo aos poucos e a partir de diversas e distintas experiências de vida.

Portanto, eu já tinha, então, um tema, embora ainda não tivesse definido bem as questões, as fontes e a metodologia da pesquisa. A angústia crescia na medida em que eu assumia a “missão” de tornar públicas as histórias daquelas vidas. Como definir e diferenciar o meu lugar de militante do meu lugar de historiador? A leitura da autobiografia de Eric Hobsbawm me ajudou a resolver este impasse, pois segundo ele:

a história necessita de distanciamento, não apenas das paixões, emoções, ideologias e temores de nossas próprias guerras religiosas, mas também das tentações ainda mais perigosas da “identidade”. A história exige mobilidade e capacidade de avaliar e explorar um vasto território, isto é, a capacidade de ir além das próprias raízes. Por isso é que não podemos ser plantas, incapazes de deixar seu solo e hábitat nativo, porque nosso tema não pode esgotar-se em um único hábitat ou nicho ambiental. Nosso ideal não pode ser o carvalho ou o cedro, por mais majestosos que sejam, e sim o pássaro migratório, igualmente à vontade no ártico e no trópico, que sobrevoa metade do mundo.<sup>8</sup>

Entretanto, o distanciamento ao qual se refere Hobsbawm indubitavelmente não resulta em negação do seu passado enquanto ser social, e conseqüentemente em sua trajetória de formação acadêmica. Ao contrário, a afirmação de Hobsbawm nos impõe uma imensa responsabilidade de procurar analisar nossos objetos de estudo com a razão necessária para tecer críticas profundas sempre que for necessário. Por outro lado, nos exige uma sensibilidade aguçada de que não nos esqueçamos de quem somos e o que nos define. Portanto, é preciso sentir com inteligência e pensar com emoção. Sem nos iludirmos com o mito da “imparcialidade”, e sempre respeitando o que apontou Michel de Certeau, em seu livro *A Escrita da História*, em relação à *Operação Historiográfica*:

---

<sup>8</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p: 451-452.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.<sup>9</sup>

Nesse sentido já iniciei a apresentação de minhas particularidades e as da pesquisa, e continuarei apresentando ao longo do trabalho, e de maneira mais detalhada nesta introdução. A pesquisa em si é, antes de tudo, um esforço de olhar para dentro do historiador que habita o meu ser social, procurando compreender como o mesmo foi se constituindo ao longo dessa trajetória acadêmica que me persegue desde a graduação. Portanto, ao revisitar as memórias, minhas, quando iniciei os estudos acerca do tema ligado aos Movimentos Sociais e às disputas de terras no Piauí; mas também dos militantes do MST, bem como das pessoas que estavam ligadas a esse processo, procuro compreender de forma crítica o surgimento desses novos atores sociais naquele contexto histórico. E é aqui que surgem as famílias com as quais trabalhei ao longo da pesquisa, e com elas suas trajetórias de vida que se confundem, em grande medida, com a história de construção do MST no Piauí, mas que não se resumem apenas a essas experiências militantes. Compreender tais processos, ao menos em parte, é a tarefa a que me desafio.

Retornando ao ponto onde tínhamos parado, nós estávamos no meio de 2004 e, nesse contexto, iniciamos uma nova etapa do Projeto de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e junto com ela veio a esperança de dias melhores. Afinal de contas, vivenciávamos, naquele momento, o primeiro governo liderado por um partido que tinha sido idealizado pelos mais variados e amplos setores da esquerda brasileira, inclusive o MST. O partido em questão era o PT.<sup>10</sup> Também no Piauí, a “onda vermelha” tinha sido “arrasadora”, pois a vitória do PT para o governo do Estado desbancou, pela primeira vez, a elite política que há décadas se revezava no poder. O cenário político que se desenhava parecia animador, a realidade que nos esperava, não.<sup>11</sup>

O projeto, emperrado por trâmites burocráticos, incompetência e, a nosso ver, má vontade política, não andava, ou melhor, se arrastava. As dificuldades foram aumentando, e

---

<sup>9</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p: 47.

<sup>10</sup> Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980.

<sup>11</sup> Interessante ressaltar que parte da “elite política”, que sempre governara o Estado do Piauí, resolveu apoiar a candidatura de Wellington Dias para governador do Estado naquele ano, passando a ocupar cargos administrativos no governo. Este fato relativiza a ideia de que a elite política e econômica, ou pelo menos parte dela, deixava de governar o Estado.

com elas cresceram as dúvidas de como viabilizar a construção de minha pesquisa. Pensei em desistir, e quase me dei por vencido. Mas toda vez que eu realizava os acompanhamentos pedagógicos nos assentamentos, principalmente no Marrecas, e que escutava suas marcantes histórias de vida, eu me questionava se tinha o direito de desistir tão facilmente, ainda mais por conta de tão pequenas dificuldades, frente àquelas enfrentadas pelos assentados no seu passado de trabalhadores sem terra, e ainda agora quando a posse da terra é estímulo para novas lutas, suas e daqueles que ainda não possuem um pedaço de terra.

Hoje as dificuldades são ainda maiores. O contexto político apenas se agravou desde que iniciamos a pesquisa. O Partido dos Trabalhadores, que fez parte embrionária desse processo de surgimento de novos atores sociais, e que constituíram também o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra – MST, passa por crises profundas, até então, inimagináveis, ao menos para grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras que dedicaram anos de militância política para a construção de organizações que representassem uma ruptura com as velhas práticas oligárquicas, que permeavam até mesmo os Movimentos Sociais no começo dos anos de 1980. As primeiras entrevistas gravadas, ainda pensando apenas na pesquisa monográfica, foram realizadas após a posse do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores em âmbito federal e estadual. O que esperar dessa memória construída? Desse balanço histórico inescapável para os Militantes do MST?

Dessa primeira etapa da pesquisa, construída a partir da experiência no PRONERA e paralela à graduação, percebi como era rica e cheia de detalhes essa história até então silenciada na historiografia piauiense. Portanto resolvi continuar, e aprofundar, o tema a partir de outro olhar, decidi inverter minha lente de análise historiográfica e resolvi pesquisar, a partir do micro, para continuar aprofundando a compreensão do macro. Não mais olhar para o MST partindo do todo. Agora o meu interesse era em compreender como se constituíram as partes deste todo, e é justamente aqui que emergem estas famílias de trabalhadores rurais Sem-Terra e suas memórias e como estas famílias atraíam minha atenção de pesquisador, bem como estas experiências de vida encaixavam-se em minha vida. Suas memórias se destacavam por conta da riqueza de detalhes e pela compreensão que elas tinham da mesma. Partindo de um olhar micro, assim como Carlo Ginzburg, em *O queijo e os vermes*,<sup>12</sup> ou ainda

---

<sup>12</sup> Livro publicado no Brasil pela Companhia das Letras em que Carlo Ginzburg, historiador italiano, analisa o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição onde o autor procura, a partir de um olhar particular da vida desse moleiro, compreender questões estruturais da sociedade e da época em que o mesmo viveu. Ginzburg nos ajuda a refletir melhor acerca das questões que envolvem a análise, e o conceito, de micro-história. Ver também outras obras do mesmo autor como: *Relações de força – história, retórica, prova*; e *O fio e os rastros – verdadeiro, falso, fictício*.

como Natalie Zamon Davis, especialmente no livro *Nas Margens*,<sup>13</sup> que, apesar de partirem de situações distintas em suas pesquisas, ainda assim conseguem traçar uma análise que vai muito além do universo micro em que se inserem os seus personagens. Portanto, procuro não apenas esmiuçar o cotidiano destes trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas partindo deste para uma melhor compreensão do macro, ou seja, da própria constituição do MST como um instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros, num contexto de final de ditadura militar onde o direito à terra foi, assim como continua sendo, sistematicamente negado a estes trabalhadores rurais.

Portanto, quando consegui transformar estas conversas pontuais em histórias de vida, eu entendi porque elas soavam como música aos meus ouvidos. Eu tinha em minhas mãos a possibilidade, consentida, de tornar público um pouco daquilo que a “grande” História havia silenciado. A história de vida daqueles militantes, e daquelas famílias, estava sendo disponibilizada por eles, para que pudessem ser “reveladas”, ao menos dentro desse contexto piauiense, até então, pouco explorado. Dessa forma o historiador foi compreendendo o seu próprio ofício e as implicações de suas escolhas, como bem nos chamou atenção Walter Benjamin em sua *Segunda Tese* acerca do conceito de história:

Por outras palavras: na ideia que fazemos da felicidade vibra também inevitavelmente a da redenção. O mesmo se passa com a ideia de passado de que a história se apropriou. O passado traz consigo um *index* secreto que o remete para a redenção. Não passa por nós um sopro daquele ar que envolveu os que vieram antes de nós? Não é a voz a que damos ouvidos um eco de outras já silenciadas? As mulheres que cortejamos não têm irmãs que já não conheceram? A ser assim, então existe um acordo secreto entre as gerações passadas e a nossa. Então, fomos esperados sobre esta Terra. Então, foi-nos dada, como a todas as gerações que nos antecederam, uma tênue força messiânica a que o passado tem direito. Não se pode rejeitar de ânimo leve esse direito. E o materialista histórico sabe disso.<sup>14</sup>

Portanto, mais do que ouvinte daquelas histórias, eu era parte deste empreendimento de construção da memória do grupo, e foi assim que o historiador foi aprendendo a incorporar ao seu repertório “contos”, contados e cantados, como aquele que embalou os sonhos de Dona Antônia Maria da Conceição:

---

<sup>13</sup> Livro onde a historiadora Natalie Zemon Davis reconstrói a experiência de três mulheres do século XVII, uma judia, uma católica e uma protestante e como suas trajetórias individuais nos ajudam a compreender o contexto da época em que elas viveram. O texto nos ajuda a compreender melhor o conceito de micro história e os as mudanças de escalas entre as análises micro e macro.

<sup>14</sup> BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Org. e trad. BARRENTO, João. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editota, 2013. p. 09-10.

Moisés mandou alguns portadores,  
 Ir visitar a terra prometida,  
 Eles disseram que a terra é boa  
 E tem muitas condições de vida.  
 Mas não é fácil para conquistá-la,  
 Porque os “grande” é quem manda lá,  
 Eles oprimem o povo humilde  
 E fica com tudo que a terra dá.<sup>15</sup>

Ou ainda os relatos de Dona Anísia Josefa de Carvalho, que evidenciavam todas as dificuldades enfrentadas por estas famílias, e explicam os sonhos de Dona Antônia:

(...) sou do município de Paulistana, Piauí. Nós somos de uma região de Picos e nós lá trabalhava a terra. Era pouca, era pequena, não dava pra gente trabalhar. (...) que a família da gente tava crescendo e não dava mais pra gente ficar lá. (...) a situação onde a gente morava era muito sofrida né, muitas vezes a gente também trabalhava pro patrão. A gente não trabalhava direto só pra gente, tinha que trabalhar para o patrão.<sup>16</sup>

Na “grande” História estes personagens, cheios de vida e de esperança, eram retratados apenas como “criaturas” que sofriam diante da seca. Como se esta especificidade climática do nosso semiárido piauiense fosse a única marca que eles carregavam. Todas sempre iguais: *Seca Seculorum*.<sup>17</sup> Tal discurso se renova claramente no final da década de 80 em matérias do jornal *O Dia*, cujos títulos explicitam a forma como eram vistas estas pessoas: “Seca mata 95 crianças na região sul do estado”<sup>18</sup>, “Seca ainda castiga os lavradores”<sup>19</sup>. Nenhuma palavra sobre exploração, desigualdade social, concentração de terras.

Portanto, a partir das primeiras pesquisas, e dos primeiros esboços interpretativos, fui delineando o que poderia ser um dos objetos de pesquisa na pós-graduação, o que resultou, após alguns ajustes no projeto inicial, no que seria o fio condutor desta pesquisa: as histórias de vida dessas famílias, mais especificamente de três famílias que iremos conhecer aos poucos, ao longo da dissertação. Muitas destas histórias de vida foram documentadas nas entrevistas que aqui apresento. Trajetórias pessoais que, na construção de uma história social, incorporam a experiência de luta e de sonhos em comum:

<sup>15</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição. Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

<sup>16</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Anísia Josefa de, Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

<sup>17</sup> DOMINGOS NETO, Manoel e BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. 2.ed. Teresina: Fundação Cepro, 1987.

<sup>18</sup> Jornal **O Dia**, Teresina, p. 03, 03 e 04 de Set. 1989.

<sup>19</sup> *Idem*. Teresina, p. 03 e 07, 04 de Abr. 1989.

(...) voltando aquele assunto lá do interior, porque é diferente a vida daqui da vida lá de onde a gente veio. Porque aqui a gente luta por todos, não luta só por mim né? Não luta só por uma pessoa. Luta por todo mundo que não tem. Por isso é uma luta muito importante, eu acho muito importante que desde o dia que eu conheci que pra mim não tem outra coisa. A saída é a gente ocupar terra e se organizar.<sup>20</sup>

Interessante percebermos como a narrativa de Dona Anísia vai incorporando seus companheiros de luta, onde o discurso marcado pelas dificuldades enfrentadas pela família vai, aos poucos, se alargando e constituindo uma memória coletiva. Neste momento suas dificuldades não são mais apenas suas, ou de sua família, mas de todos os seus companheiros e suas respectivas famílias, que, como ela e sua família, resolveram entrar na luta por reforma agrária. Percebemos, portanto, como o MST foi articulando o seu próprio projeto político, assim como podemos perceber como a experiência de militância, que ali se inicia, vai constituindo a militante Sem-Terra. Em outras palavras, ou a partir de Maurice Halbwachs, é perceptível a relação existente entre memória individual, memória coletiva e memória histórica, sendo que sua definição de memória, especialmente o seu conceito de memória individual, que segundo ele, depende do seu relacionamento com o grupo ao qual cada indivíduo pertence, como por exemplo, com sua família, sua classe, sua escola, igreja, profissão etc. Portanto, a memória individual está diretamente vinculada à memória coletiva do grupo, ou grupos, do qual/quais o indivíduo faz parte, mesmo que esta influência coletiva possua suas limitações.<sup>21</sup>

Além de todos estes desafios, que me impunham um enorme esforço interpretativo, outros ainda estavam por vir como, e, ainda nas primeiras etapas da pesquisa, por exemplo, o forte estranhamento diante da relação criada por Dona Antônia entre a fé e o discurso político, criado devido ao ceticismo teológico pelo qual eu atravessava e que me exigiu discernimento para definir o meu lugar na construção desta memória. Eu não era, e não precisava ser igual a eles. Eu era solidário à sua luta e até me dispunha a participar dela, mas não poderia confundir meu lugar de militante com o meu lugar de historiador.<sup>22</sup> Portanto, eu

<sup>20</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Anísia Josefa de, *op. cit.*

<sup>21</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189p.

<sup>22</sup> O estranhamento retratado aqui não se refere à relação entre fé e militância política, relação essa tão presente nesse contexto histórico retratado ao longo da pesquisa e no qual estão inseridas Dona Antônia, Dona Anísia etc. O estranhamento em questão evidencia apenas a dificuldade inicial, deste pesquisador, em compreender algumas experiências pessoais de como Dona Antônia se inseriu na luta por Reforma Agrária e na construção do MST, onde a mesma relata que “recebeu a presença de Deus, de Jesus ou de Maria, que ordenou-lhe a encabeçar essa luta em sua comunidade”, como analisaremos, com maior profundidade, mais à frente no próprio trabalho. Por enquanto, cabe aqui ressaltarmos que esse estranhamento foi sendo superado ao passo em que a pesquisa foi se desenvolvendo com o aprofundamento das leituras e das entrevistas, ainda na primeira fase da pesquisa, e atualmente está plenamente superado devido ao aprofundamento das leituras e da compreensão e alargamento do que seria essa esfera política das relações sociais.

poderia, naquele momento, não acreditar em sua interpretação para os acontecimentos narrados por Dona Antônia, mas, ao mesmo tempo, eu não poderia permitir que isso interferisse na análise das fontes e, conseqüentemente, na melhor compreensão possível do objeto de estudo.

Uma das estratégias para alargar minha leitura destas histórias de vida, ao longo desses anos, foi ampliar a pesquisa incorporando outras fontes, como os cadernos de formação de militantes, atas de reuniões, informativos, dossiês sobre a seca, histórias de vida escritas nos cursos de formação (memoriais), trabalhos produzidos nas salas de aula do assentamento Marrecas, músicas que retratam suas histórias de vida, pesquisas em jornais.<sup>23</sup> Incorporando, a essa série documental, além do cruzamento entre as fontes citadas acima, textos e artigos cuja temática discute, direta ou indiretamente, o problema vivenciado por aquelas famílias e que nos permitiram compreender melhor a proposta de escrever algo sobre elas, mas entre todas as fontes utilizadas, a mais recorrente, até mesmo pela proposta do projeto, foram os depoimentos.

Após encerrado este longo período de coleta e análise das fontes, quando começamos a problematizar as questões iniciais que tínhamos elencado, percebemos de maneira mais objetiva e contundente quais as motivações que tinham tornado possível que homens, mulheres, idosos e crianças, enfim, famílias inteiras, decidissem enfrentar a secura que a vida camponesa no sertão do Piauí lhes impunha.

Importante ressaltar a importância da pesquisa para além das fontes orais, e em especial da relação dessa pesquisa com a documentação que trata sobre o tema em questão, bem como da pesquisa bibliográfica que envolve a temática a ser pesquisada e como cada uma destas etapas compõe um importante percurso metodológico para o trabalho com as fontes orais, e vice-versa, como nos afirma Verena Alberti, ao tratar destas questões:

Na história oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial, uma vez que é realizando uma pesquisa, em arquivos, bibliotecas etc., e com base em um projeto que se produzem entrevistas, as quais se transformarão em documentos, que, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta a documentos é, portanto, bidirecional: enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos

---

<sup>23</sup> Inicialmente, foi feita uma coleta de dados no Arquivo Público do Piauí, onde o Jornal “O Dia” foi escolhido como acervo documental da imprensa piauiense a ser analisado. Para tanto, pesquisamos o período compreendido entre os anos de 1988 a 1996, recorte temporal que abarcava tanto o período em que o MST tinha sido gestado, como também a sua posterior construção e fortalecimento, em terras piauienses. Depois estendemos a pesquisa até o ano de 2001, mas ao longo de todos esses anos o que ficou evidente foi o silêncio em relação ao MST e suas reivindicações em terras piauienses.

documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início.<sup>24</sup>

A partir daí pude compreender melhor a importância de estudar as trajetórias dos indivíduos e das suas famílias na construção da minha história sobre o MST no Piauí, e uma pergunta que li, em um texto na época do início desta pesquisa, foi adaptada para dar contorno a este projeto: de que matéria se faz uma rebelde, neste caso, uma família rebelde?<sup>25</sup> Compreendendo assim, como tinham sido forjados sonhos, pesadelos, alegrias e sofrimentos. Eles não eram apenas seres humanos que viviam à mercê das dificuldades impostas pelo problema da seca, como nos queriam fazer crer os jornais. Dona Antônia, Dona Anísia, assim como suas famílias e a família de todos os outros assentados, eram feitas também de sonhos e alegrias. Eram constituídas de derrotas, mas também de conquistas.

De *experiências* acumuladas ao longo da vida, algumas como o sonho do acesso à terra, esperança velha, passada de gerações para gerações; outras únicas, apesar de comuns, como a morte de filhos famintos ou o abandono do pai, tradição que explica historicamente a constituição das mulheres “chefes de família”, que vem sendo objeto de estudo para pesquisadores de vários campos de saber no Brasil. Todas as experiências, velhas e novas, coletivas e individuais, compartilhadas ainda que não de forma verbal. Ao analisar o *fazer-se* da classe operária inglesa, Thompson observa o modo de vida característico dos trabalhadores, suas ideias e instituições, estabelecendo diálogo entre ser social e consciência social:

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa.<sup>26</sup>

Como se vê, a análise das contradições da realidade, das *experiências* coletivas em seus aspectos objetivos e subjetivos, presentes nos estudos de Thompson, fornece elementos indispensáveis para a problematização dos movimentos sociais nos dias de hoje. Sabemos que

<sup>24</sup> ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 158.

<sup>25</sup> Refiro-me aqui à discussão apresentada por Elisabeth Lobo na biografia de Emma Goldman, e guardadas as devidas proporções, me fez compreender uma questão fundamental para a compreensão das escolhas feitas por aquelas famílias. Neste texto, a autora nos esclarece a relação tensa entre a vida pública e a vida privada, e que assume o seu papel político como elemento fundador de sua própria identidade. LOBO, Elisabeth Souza. **Emma Goldman**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

<sup>26</sup> THOMPSON, Edward P. In GONH, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. p. 204.

existem diferentes formas e espaços de vivenciar *experiências*, porém, o coletivo, evidenciado pela identidade de interesses e valores comuns, possibilita a vivência de *experiências* que podem levar à emancipação humana.

Em relação a estes conceitos e reflexões observados por Thompson, Marx também nos ajuda a compreender este processo existente entre as relações de produções e como estas refletem o ser social destes atores em questão:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.<sup>27</sup>

Nesse sentido, Marx, a partir de suas observações, nos possibilita uma melhor compreensão das relações sociais que resultaram no processo de transformação social destes sujeitos ao longo do processo de constituição dos mesmos em Sem-Terra, em que essa identidade estava vinculada, diretamente, ao processo em que os mesmos se inseriram, e/ou foram inseridos, complementando, ou melhor, fundamentando, o próprio conceito de *experiência* utilizado por Thompson. Portanto, para Thompson, esse conceito de *experiência* seria o mediador entre o ser social e a consciência. Dentro dessa linha de raciocínio, a construção de uma certa identidade operária não teria sido um resultado fatalista desse processo de industrialização, mas também fruto de *experiências* passadas, anteriores a esse processo, vivenciadas pelos trabalhadores ingleses. Desse modo, podemos perceber como a concepção de experiência, apresentada por Thompson, foi alicerçada a partir dos estudos de Marx, e como estes, por sua vez, o ajudaram a desenvolver essa categoria *experiência*, onde a mesma está associada a um processo histórico gerado na vida material e estruturada em termos de classe:

Assim, a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o

---

<sup>27</sup> MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 05.

que se definia vagamente como “classes industriais” e, de outro, a Câmara não-reformada dos Comuns.<sup>28</sup>

Dessa maneira podemos compreender que existem dois termos fundamentais para o entendimento da proposta thompiana, onde um é determinado pelas relações de produção nas quais os indivíduos estão inseridos independentemente de sua vontade, esse seria o conceito de *experiência* de classe. Já o outro termo estaria relacionado ao aspecto cultural da *experiência* (tradições, valores, ideias e formas institucionais), este seria a consciência de classe. Portanto, essa ação de formação de uma classe, assim como se deu com a classe operária inglesa, aparece como fruto de uma *experiência* específica, num determinado contexto histórico:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a única definição.<sup>29</sup>

Sendo assim, é com base na perspectiva teórica thompiana, que estabelece uma nítida relação entre *experiência* e *consciência*, que ensejamos uma leitura da realidade sócio-histórica na qual se encontram inseridos os sujeitos objetos desta pesquisa. Portanto, esse conceito, de *experiência*, proposto por E. P. Thompson, será o fio condutor que fundamentará a pesquisa em relação ao aporte teórico, em que utilizaremos a História Oral como recurso metodológico para uma melhor compreensão e articulação das fontes utilizadas.

Uma mulher: Dona Antônia, um homem: De Deus, uma história comum marcada por uma memória feita de dor e de sonhos. Uma mulher, um homem e seu filho Arlindo: novos sonhos? velhas dores? velhos sonhos? novas dores? A história de Dona Antônia e sua família irá se reproduzir, em maior ou menor escala, como a maioria das famílias que vivenciaram esse marco inaugural em defesa da terra e tendo como contexto aglutinador o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra.

Aos poucos fui entendendo que a história de Dona Antônia era também a do senhor De Deus, velhos militantes do MST, – e era também a do menino Arlindo – jovem militante do MST. Que particularidades diferenciavam cada um destes militantes? Que continuidades atravessam suas trajetórias? Como a memória de cada um é marcada pelas

---

<sup>28</sup> *Idem*, 1987, V. III, p. 304.

<sup>29</sup> *Idem*, 2004, V. I, p. 11-12.

experiências dos outros? Como a memória da família é ressignificada por cada um? Como eles juntos, e como cada um deles viveu a experiência de deixar de ser camponês sem-terra para ser Sem-Terra camponês?<sup>30</sup> Depois da luta, longa e árdua, quais os sonhos de uma família de assentados? O que desejam para o futuro? Como esta memória partilhada é hoje ressignificada? Ouvindo os relatos dessas famílias, 15 anos depois, pude entender melhor que estas histórias, que iniciaram esta longa caminhada, eram parte constituinte e indissociável da formação de todos esses militantes.

Portanto, este trabalho tem como tema a história do MST no Piauí contada a partir da história de vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais no semiárido piauiense, homens e mulheres, mães, pais e seus filhos, compartilhando os seus sonhos e suas dificuldades para enfrentar as mais diversas adversidades que se impunham na tentativa de sustentar e manter coesas suas famílias, e de conciliar a militância pública e a vida privada; o micro e o macro. A partir deste ponto, vislumbrei as inúmeras questões que deveriam orientar minha construção dessas histórias de vida e o cruzamento com outras histórias de homens e mulheres, que ajudaram a construir o MST, no Piauí, tendo como centro da discussão a relação militância política e as experiências familiares.

Discuto, portanto, a relação (militância política e experiência familiar) a partir da análise feita por Marco Aurélio Garcia. Sua abordagem consiste em estabelecer uma relação entre a “especificidade da militância feminina” e os “papéis e tarefas que tanto homens quanto mulheres assumem na construção de um Projeto Político”; em seu texto, o autor utiliza a história oral não apenas para “reconstituir a história do tempo presente devido a certas dificuldades surgidas com outros tipos de fontes”, mas sua utilização (da história oral), pois como ele ressalta sua utilização exige cuidados específicos:

tendo em vista a adequação desse método a certos objetivos perseguidos, na medida em que os depoimentos autobiográficos têm a possibilidade de reconstruir de forma mais consistente a dimensão subjetiva dos processos históricos e com isso instituir sujeitos históricos concretos, antes subsumidos nos grandes mecanismos explicativos próprios de uma historiografia política onde os militantes aparecem apenas como integrantes de um sistema impessoal<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Sobre esta questão ver Roseli Salete, pois a autora discute o processo de constituição de um novo sujeito social que possui suas singularidades, como sua própria identidade e seu próprio nome, pois ainda segundo Caldart: “Neste sentido, Sem Terra é mais do que sem terra, exatamente porque é mais do que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra.” CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: O Movimento Social como princípio educativo. In: **Dossiê desenvolvimento rural**. São Paulo: IEA, 1987. p. 207-224.

<sup>31</sup> GARCIA, Marco Aurélio. **O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política**. Campinas, Cadernos Pagu, 1997, p. 334

Importante ressaltar que a escolha em dar voz para núcleos familiares e, dentro deles, destacar o papel das mulheres nesse contexto é um fator importante para a compreensão desse processo de constituição destes sujeitos sociais, especialmente quando levamos em consideração que não apenas os militantes estavam se forjando dentro desse processo, mas o próprio Movimento Sem-Terra, e junto com ele, forjavam-se também famílias inteiras. Nesse contexto é que se destaca o papel exercido pelas mulheres escolhidas para o desenvolvimento desta pesquisa. Mães e filhas vão descobrindo outros espaços de convivência e, dentro destes novos espaços, descobrem também outras afinidades, novas habilidades, ou seja, em outras palavras, e quase sempre, descobrem um outro lado, muitas vezes adormecido por esta sociedade machista. Machismo esse que, muitas vezes, é vivenciado dentro da própria militância, mas que também é combatido ainda com maior afinco.

No entanto, o autor nos alerta para a dificuldade de se conectar em histórias de vida que são permeadas por referências subjetivas, relacionando-as com “o contexto dentro do qual essas pessoas se moveram”. Ao discutir este problema, Garcia recorre a Passerini<sup>32</sup>, e nos afirma que “um dos principais problemas para toda narrativa autobiográfica, permanece hoje o de como conjugar subjetivo e objetivo, ou melhor, dito, como mover-se entre psicologia e história”<sup>33</sup>. Portanto, ainda segundo Garcia:

Essa passagem ocorre na medida em que a esfera privada, reconstituída pela história oral, é capaz de inserir trajetórias individuais no contexto social, político e cultural mais amplo do período analisado. Mas esse contexto não pode ser, no entanto, apenas um cenário no interior do qual as personagens se movem (...) é necessário ver como esse contexto/cenário é interiorizado nos/nas militantes e como esse processo de interiorização acaba por incidir na constituição do que se chamou de micro-cosmos da militância<sup>34</sup>.

Portanto, ao discutir esta relação, minha intenção é a de ressaltar uma particularidade pouco trabalhada pela historiografia sobre o tema, qual seja: o papel da família na constituição do movimento social, e explorar as tensões, os conflitos e os projetos que constituem, ao longo do tempo, esta experiência.

Para tal exercício reflexivo tive que realizar um recorte na coleta dos depoimentos orais, e dos vários núcleos familiares que migraram para o assentamento Marrecas, e dentre esses, dos vários entrevistados, selecionei três para tentar compreender melhor como se constituiu uma parte importante da história da luta pela terra no Piauí. Foram eles: a família

---

<sup>32</sup> PASSERINI, Luisa apud GARCIA, Marco Aurélio, *Ibidem*, loc. cit.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 335.

<sup>34</sup> *Ibidem*, loc. cit.

de Dona Antônia Maria da Conceição, Antônio de Deus e o filho deles Arlindo Gregório; a família de Dona Anísia Josefa, Juliano Antonino de Carvalho e de seu filho Francisco Juliano, estas duas primeiras já citada anteriormente; e a família de Dona Maria e seus filhos Domingos Araújo e Maria do Socorro que teremos a oportunidade de conhecer mais adiante.

Estas escolhas foram sendo construídas ao longo do processo de estruturação da pesquisa e, portanto, foram sendo reavaliadas e reformuladas ao longo do próprio processo. E como um *fazer-se*, numa perspectiva thompiana, o próprio trabalho foi sendo reestruturado, de acordo com que as pesquisas foram avançando, ao passo que as fontes nos permitiam visualizar melhor quais as questões que nos interessavam em cada uma dessas etapas. Portanto, na primeira fase de coletas dos depoimentos orais, entrevistamos cerca de vinte assentados, todos eles participaram do processo de ocupação, ainda que alguns fossem crianças na época da ocupação, em 1989.

Num segundo momento, decidimos entrevistar alguns núcleos familiares, e esta escolha foi sendo delimitada a partir das próprias entrevistas com esses primeiros assentados, daí surgiu a proposta de entrevistarmos quatro ou cinco núcleos familiares, dentre esses, temos os três que utilizamos para essa pesquisa. Por fim, retomamos a pesquisa 10 anos após termos encerrado a primeira fase, ainda na graduação, e resolvemos retomar os contatos com estes três núcleos familiares, apesar de que em alguns casos, como em relação à família de Dona Joana, não foi possível. A ideia seria a de retornarmos a estas memórias e procurarmos identificar quais elementos permaneciam, e quais teriam se modificado ao olharem para trás depois de mais de uma década das primeiras entrevistas.

Portanto é importante destacarmos que a história oral é utilizada como um recurso metodológico, ou seja, um método de trabalho, que pela proposta de nossa pesquisa possui uma centralidade devido aos diversos depoimentos que conseguimos arquivar ao longo do percurso, e que nos auxilia no sentido de explorarmos a memória como um riquíssimo objeto de estudo, não apenas fundamental para a realização de nossa pesquisa, como também de suma importância para a produção historiográfica da História do tempo presente.

Nesse sentido, tanto a História do tempo presente como a História oral, durante muito tempo, e por diversos fatores – alguns até coincidem – sofreram com diversos questionamentos, mas que, graças ao interesse cada vez mais intenso, por questões que envolviam tanto uma como a outra, ambas foram ganhando um corpo e consistência diante dos questionamentos que surgiram em torno delas. Todas estas questões foram se ampliando com o aumento, cada vez mais crescente, da história como uma fonte de informação importante dentro de um contexto cada vez mais inundado pelas informações “quase

instantâneas”, provocado por uma informatização cada vez maior no mundo contemporâneo. René Remond contribuiu significativamente, junto com outros pesquisadores como François Bédarida, Luissa Passerini, entre outros, para a construção de um campo historiográfico novo que pudesse responder aos críticos e que, ao mesmo tempo, desse sua contribuição à pesquisa histórica. Nesse sentido a fundação do Institute d’Histoire du Temps Présent, em 1978, caracterizou-se como um grande legado desse primeiro momento, e que foi fundamental para o desenvolvimento dos debates e pesquisas que surgiram a partir daí. Atualmente temos uma melhor compreensão das possibilidades e limites da história oral como um método a ser utilizado pelo historiador, e temos a compreensão de que a fonte oral, como qualquer outra fonte, precisa passar pelo crivo analítico do pesquisador, ou como nos afirma Ojeda:

Pesquisas realizadas com a metodologia da história oral tendem a priorizar “a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono” (JOUTARD, 2000, p. 34). Por desenvolver uma forte relação entre a comunidade de destino e o pesquisador, críticas quanto à suposta excessiva subjetividade das entrevistas são recorrentes.<sup>35</sup>

Não julgamos necessário resgatar todo o debate historiográfico que envolve a legitimação pela qual passou a História do tempo presente, ou da viabilidade e contribuições em relação a História oral para com a História do tempo presente, ou ainda das relações existentes entre estas e a memória, contudo, gostaríamos de destacar o nosso posicionamento em relação a tais questões procurando ressaltar as contribuições que estes debates podem nos trazer enquanto reflexões para o nosso fazer historiográfico. Portanto, a História do tempo presente pode nos ajudar a compreender não apenas questões acerca do nosso tempo, como também nos ajuda a compreender uma série de questões que envolvem o nosso próprio *fazer historiográfico*, dando sua contribuição num campo de discussão onde sempre haverá novos questionamentos e que nos faz refletir, cotidianamente, acerca das questões que envolvem esta operação historiográfica. Justamente por estas questões que escolhemos as fontes orais como nossa fonte principal a ser explorada ao longo de toda a pesquisa.

Além dessas entrevistas já citadas, realizamos ainda uma série de entrevistas com pessoas que moravam em São João do Piauí na época da ocupação, alguns políticos à época, além de integrantes da Comissão Pastoral da Terra no Piauí, totalizando ao final desta empreitada acadêmica mais de 40 entrevistas. Portanto, tivemos que reavaliar muitas

---

<sup>35</sup> OJEDA, Caroline Martins. **Memória e história oral na contemporaneidade e seus usos para a história do tempo presente**. Porto Alegre. Revista Aedos, nº 15, v. 6, Jul./Dez. 2014.

entrevistas já coletadas nas primeiras etapas de desenvolvimento do projeto e, ao mesmo tempo, coletamos novos depoimentos, com alguns desses personagens históricos.

Importante ressaltar que a escolha em estruturar os capítulos e relacioná-los com poemas e músicas que retratam o contexto da época nos ajuda a compreender os objetivos de cada capítulo, assim como do trabalho como um todo, numa relação de permanente troca de significados que não apenas dialogam com o contexto mais geral, vivenciado por estes personagens históricos, mas que nos servem também como instrumentos didáticos para uma melhor reflexão acerca das questões elencadas ao longo da pesquisa.

Por outro lado, muitas vezes, opto por deixar o texto se diluir nos poemas e músicas, ou o contrário, no intuito de destacar não apenas a importância da música como um elemento constituinte para o MST e seus sujeitos históricos, mas também em evidenciar que estes elementos nos ajudam a compreender o próprio *fazer-se* destes sujeitos Sem-Terra, transformando, portanto, a própria estrutura dissertativa num exercício reflexivo que nos ajuda a compreender melhor como esse *fazer-se* foi acontecendo ao longo das experiências de vida de cada um dos sujeitos que fazem parte desse empreendimento acadêmico. E por fim, esse recurso didático, tem como objetivo ressaltar o *fazer-se* do próprio historiador que, ao desafiar-se nessa empreitada acadêmica, passou a compreender melhor o seu próprio *fazer-se* enquanto historiador, mesmo que neste caso o objetivo seja apenas subliminar e não como um dos objetivos principais da pesquisa. Nesse sentido de recorrer, sempre que oportuno, aos trechos dos poemas e letras de músicas que iniciam os capítulos ou são discutidos ao longo do trabalho, utilizo o recurso de esmiuçá-los ao longo de toda a dissertação justamente por entender que tais letras e poemas não constituem-se apenas em um mero recurso introdutório dos capítulos enquanto epígrafes, e sim como elementos do próprio texto exercendo a função de fontes historiográficas essenciais dentro da estrutura de trabalho que nos propomos a construir.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado **Trajetórias familiares e a gênese do MST na história da luta pela terra no Piauí**, tento explicitar como as histórias de inúmeras famílias de trabalhadores rurais sem terra convergem para o projeto político e constituição do próprio MST. Desses núcleos familiares escolhidos e previamente apresentados, convém ressaltar ainda que as três famílias participaram desde o início do processo de ocupação da fazenda “Zebulândia”, hoje assentamento Marrecas, e que embora suas histórias tenham convergido para uma caminhada em comum, cada uma teve, e continua tendo, sonhos, expectativas e lembranças particulares. Procurando assim demonstrar as semelhanças partilhadas por todas as famílias que se aventuraram nessa empreitada.

Já no segundo capítulo: **Do sonho à realidade... da realidade ao sonho: Rompendo as cercas, ou quando as histórias familiares passam a integrar o projeto coletivo do MST.** Neste capítulo analisaremos como os personagens foram se forjando nas diversas fases que os constituem numa perspectiva thompiana do fazer-se enquanto trabalhadores rurais, e como, ao longo desse lento processo, vão se transformando em Militantes do MST. Para tanto, dividiremos o capítulo em três tópicos, procurando evidenciar as etapas de constituição dos militantes Sem-Terras ao longo desse processo de ocupação.

Por fim, no terceiro capítulo, **Entre a vontade de fugir e o medo de ficar: A luta contínua, pais e filhos Sem-Terra enfrentando novos e velhos desafios,** nossa intenção é mostrar a relação entre a memória dos pais e a memória dos filhos na tradição deles enquanto militantes sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, buscando problematizar as lembranças do passado, bem como a forma como o presente foi sendo ressignificado ao longo destes últimos 15 anos, além de procurarmos compreender como os sonhos foram projetando um futuro que sempre está a ser conquistado.

Contudo, devo explicitar que o marco histórico referencial desta pesquisa reporta-se ao período compreendido entre os anos de 1989 a 2014, o que não me impede de voltar um pouco no passado com o objetivo de compreender melhor as raízes desse processo no intuito de observar as transformações e experiências vividas por estas famílias e, conseqüentemente, podermos analisar as transformações sofridas pelo próprio MST ao longo de todos esses anos. O recorte temporal foi se alargando ao longo dos debates desenvolvidos nas disciplinas do Mestrado, e aos poucos fomos avançando da década de 1990 para o ano de 2014 com o objetivo de nos possibilitar uma melhor compreensão tanto dos personagens principais de nossa pesquisa, como de nossa análise do MST como um todo, especialmente nesse último período histórico, quando o país foi governado por governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores. O marco inicial refere-se diretamente ao ano da ocupação da Fazenda Zebulânida, e que viria a ser a primeira ocupação do MST em terras piauienses; já o ano de 2014, marca o início do fim de um ciclo político e sua influência na constituição do MST, e de sua relação institucional com o Estado, devido às relações históricas construídas do Movimento Sem-Terra com o Partido dos Trabalhadores. Para tal empreitada, e como já explicitamos ao longo da introdução, utilizaremos a História Oral como metodologia principal dessa pesquisa a fim de nos dar o suporte necessário para atingirmos todos os objetivos propostos.

Portanto, além dos sujeitos já citados até aqui foram entrevistados ainda outros assentados, além de pessoas da cidade de São João do Piauí. Suas memórias nos contam, por

exemplo, as impressões provocadas pela chegada daquelas pessoas desconhecidas à “sua” cidade, primeiro de espanto, depois de curiosidade e quase sempre de estranhamento. Para alguns, poucos, este sentimento foi paulatinamente sendo superado pela convivência e pela solidariedade. Para a maioria o estranhamento só se aprofundou e se traduz ainda hoje na recusa em falar ou no distanciamento com aqueles que passaram a apoiar o Movimento. Durante este exercício de construção destas memórias me baseei principalmente em Ecléa Bosi e em sua discussão sobre a “Substância social da memória”, pois:

Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo... (...) Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.<sup>36</sup>

Por fim, não poderia deixar de destacar que as escolhas que assumi e que me possibilitaram pesquisar sobre a história de vida destas pessoas, fizeram com que eu me encontrasse não apenas como historiador, mas antes de tudo como pessoa, como piauiense, como ser humano. Afinal de contas, o que seriam os meus pais, meus irmãos e eu senão uma família de migrantes, que de certa forma buscaram superar as dificuldades impostas pela “vida” a mais uma família do interior do Piauí. Meu pai, ex-trabalhador rural, trabalhou nas terras de meu avô desde criança. Em seguida aprendeu a profissão de vaqueiro, da qual tem muito orgulho, e para a qual retornou ao se aposentar.

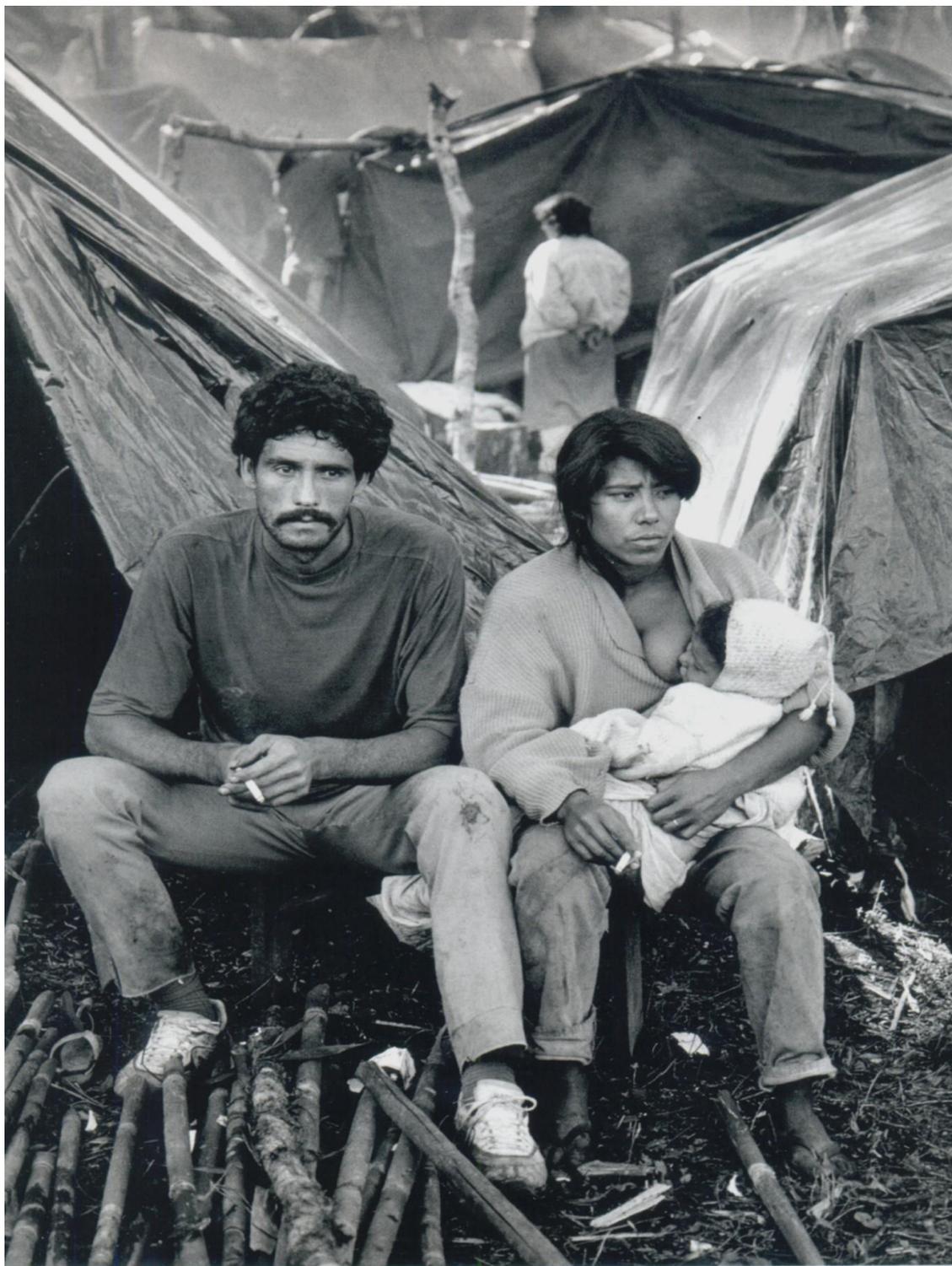
Apesar de não termos trilhado o mesmo caminho daquelas famílias de trabalhadores rurais, suas narrativas me instigavam a querer conhecê-las, pois eu tinha a sensação de que terminaria me conhecendo melhor, da mesma forma como Sidney Mintz definiu a sensação de ter trabalhado com Taso: “Ele me escolheu. Trabalhando com ele, eu descobri mais sobre mim mesmo. Se alguém quiser imaginar que em nossa amizade havia, além de tudo isso, alguma ‘química’ de almas irmãs, sou inclinado a concordar com isso.”<sup>37</sup> Procurando entender o que motivou os sonhos daquelas famílias de partirem em busca de uma vida melhor, compreendi o que motivou meus pais a deixarem para trás a vida que levávamos lá no longínquo interior de nosso Estado, na cidade de Guadalupe, localizada a 348 Km de Teresina. Eu sou filho desta história, ou melhor, destas histórias.

---

<sup>36</sup> BOSI, Ecléa. **O Tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo : Ateliê Editorial, 2003. p. 16-18.

<sup>37</sup> MINTZ, Sidney W. op. cit. p. 57.

## 2. TRAJETÓRIAS FAMILIARES E A GÊNESE DO MST NA HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO PIAUÍ



**Figura 01** - Ocupação da Fazenda Giacometi, latifúndio de 83 mil hectares em áreas contínuas, o maior do Paraná.  
Fonte: SALGADO, 1997.

## Terra nossa, liberdade<sup>38</sup>

Esta é a Terra nossa:  
a liberdade,  
humanos!

Esta é a terra nossa:  
a de todos,  
irmãos!

A Terra dos Homens  
que caminham por ela,  
pé descalço e pobre  
Que nela nascem, dela,  
para crescer com ela,  
como troncos de Espírito e  
de Carne.  
Que se enterram nela  
como sementeira  
de Cinzas e de Espírito,  
para fazê-la fecunda como  
uma esposa mãe.  
Que se entregam a ela,  
cada dia,  
e a entregam a Deus  
e ao universo,  
em pensamento e suor,  
em sua alegria,  
e em sua dor,  
com o olhar  
e com a enxada  
e com o verso...

Prostitutos cridos  
da mãe comum,  
seus malnascidos!  
Malditas sejam

as cercas vossas,  
as que vos cercam  
por dentro,  
gordos  
sós,  
como porcos cevados;  
fechando,

com seu arame e seus títulos,  
fora de vosso amor,  
aos irmãos!

(Fora de seus direitos,  
seus filhos  
e seus prantos  
e seus mortos,  
seus braços e seu arroz!)

Fechando-os  
fora dos irmãos  
e de Deus!

Malditas sejam  
todas as cercas!  
Malditas todas as  
propriedades privadas  
que nos privam  
de viver e de amar!  
Malditas sejam todas as leis,  
amanhadas por umas poucas mãos  
para ampararem cercas e bois  
e fazer a Terra, escrava  
e escravos os humanos!

Outra é a Terra nossa,  
homens, todos!  
A humana Terra livre, irmãos!

<sup>38</sup> Poema que deu o título à primeira edição de um livro publicado originalmente em espanhol e que conta um pouco das experiências, lutas e andanças de Dom Pedro Casaldáliga: “Tierra nuestra, libertad”, veio a ser publicado no Brasil em 1978 com o nome de “**Antologia retirante**”.

## 2.1 O início de uma longa caminhada... à “Terra nossa, Liberdade”

A imagem de Sebastião Salgado que introduz o tema central de nossa pesquisa, como sendo o papel da família na história da luta pela terra, nos dá bem a noção de como foi difícil para estes sujeitos históricos decidirem qual caminho deveriam trilhar diante de tantas necessidades vivenciadas por eles ao longo de suas vidas. Por outro lado, nos faz refletir também, acerca das incertezas caso decidissem abraçar um projeto político como o do MST. De um lado, o passado de dificuldades e a dura realidade enfrentada por eles e suas famílias impunham uma vontade incessante de fugirem dali para qualquer outro lugar que os permitissem, ao menos, sonharem com um futuro melhor para eles e, especialmente, para os seus filhos e filhas; mas de outro, as incertezas de um futuro que até lhes prometiam atingir o maior sonho de suas vidas, conquistar um pedaço de chão para viverem e produzirem seu próprio sustento, mas também os aterrorizava com o medo incessante de terem que ficar onde estavam sob a pena de terem uma vida ainda mais sofrida ao relento e sem perspectivas de voltarem pois já teriam perdido o pouco que tinham.

Na imagem de Salgado, as dúvidas, dificuldades e incertezas por estarem num lugar onde a maioria não conhecia, debaixo de lonas pretas e sendo ameaçadas pelo poder público é visível, mas ao mesmo tempo contrastam com a presença do filho que, mesmo diante de um cenário tão incerto, está sendo amamentado e certamente alimenta a esperança, os sonhos e perseverança de continuarem em sua busca por melhores condições de vida e, conseqüentemente, de justiça social. Este cenário complementa-se com a ideia sugerida pelos versos do poema *Terra nossa, Liberdade*, de Dom Pedro Casaldáliga, que vem logo depois da imagem e nos faz perceber que, por maiores que fossem as adversidades, enfrentadas por estes sujeitos históricos, ainda assim o desejo de serem livres e de propiciarem um futuro melhor aos seus filhos e filhas os mantiveram firmes em busca deste sonho.

Portanto, iniciamos o capítulo com a apresentação paulatina dos personagens principais de nossa pesquisa, e das memórias desses núcleos familiares que participaram do processo de ocupação do primeiro assentamento no Estado do Piauí. O objetivo deste percurso metodológico é o de apresentar os personagens e ressaltar, neste primeiro momento, as semelhanças existentes entre as diversas famílias que participaram deste processo, e com isso, poderemos compreender os caminhos trilhados ao longo desse processo de ocupação do Assentamento Marrecas.

É importante ressaltarmos que as trajetórias familiares vão se entrecruzando, ao longo do texto, à medida que as experiências se aproximam, portanto, não existe uma sequência pré-determinada de quais memórias constituiriam a ordem lógica dessa narrativa dissertativa, o processo foi se constituindo a partir da coleta de entrevistas e do próprio exercício da escrita como veremos a seguir.

O seu nome é Antônia Maria da Conceição Silva. Aos sessenta e seis anos, “dentro dos sessenta e sete”, ela é mãe de nove filhos – teve doze – e avó de vinte e um netos. Há 17 anos “trabalhando na comunidade”, seu lugar de identidade primeiro, tão importante quanto o de mãe e avó, é ser do grupo de remédios caseiros, “que já tá bem conhecido no mundo aqui por o redor, e tem a horta de remédios caseiros que eu também ajudo”.

Trabalhar na comunidade é mais que morar, é mais que produzir, é partilhar lutas e sonhos que parecem não ter fim. Dona Antônia é pioneira na história de luta que constitui o assentamento Marrecas. Pioneira e líder que se destacou por sua força, por sua determinação e por sua fé. Traços que a comunidade reconhece fazendo do presente um lugar de valorização do passado e de garantia para a continuidade da luta, afinal mesmo “dentro dos setenta e sete”, ela continua trabalhando:

E eu sou da liturgia, e sou do conselho fiscal da APAM<sup>39</sup>, e agora me escolheram pra eu ser ministra da igreja, e comecei uns quatro anos trabalhando pra começar a fazer essa igreja aí chega lá mais pra perto eu conto essa história mais certa lá.<sup>40</sup>

Dona Antônia é assim: controladora do seu destino e da sua memória. Assim, sem que fosse necessária minha interferência, ela define e organiza o roteiro de sua fala, deixando claro seu entendimento da memória como um recurso político que dá “liga” ao que ela foi e o que ela hoje é:

Nós morava no Recreio, na fazenda chamada Recreio, distante da cidade de Pio IX, duas léguas e meia, e nós trabaiava nas terras alheia, dos patrão num sabe. Aí a gente, minha família nasceu toda lá, todos os nove filhos nasceu lá, eu tive doze, mas só se criou nove, e aí a gente trabalhava pra criar a nossa família todinha com os milagres de Deus e os braços, eu e ele – [seu marido, de Deus] – trabalhamos pra ter essa família, não tinha ajuda de governo de nada, graças a Deus tá tudo criado aí, tão estudando, ainda hoje estudando, porque não puderam estudar na época porque não tinham condições né, estudava mas eles, eu matriculava mas eles não estudava

---

<sup>39</sup> Associação de Produtores do Assentamento Marrecas, localizada na cidade de São João do Piauí, região sul do Estado.

<sup>40</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

porque eu era obrigada a ir pro trabalho mais ele – [De Deus, seu marido] – pra poder sobreviver<sup>41</sup>.

O orgulho de ter criado os filhos com a força dos seus braços e em parceria com o marido, só equivale ao orgulho de vê-los todos estudando, ainda que fora do tempo regular. Mas a ressalva não parece dar um maior significado a esta conquista que, por um segundo, iguala Dona Antônia a todas as outras mães do mundo? Não importa que eles estejam “atrasados”, importa que agora, neste tempo conquistado depois de muita dor e muita luta, seus “meninos” e de todas as outras mães da comunidade, têm o direito de estudar. “Esta é a terra nossa: // a liberdade, // Humanos!// Esta é a terra nossa://a de todos,//irmãos”<sup>42</sup>.

Ao ressaltar esta conquista, frente a muitas outras, Dona Antônia nos dá uma pista das restrições que ela mesma experimentou, primeiro como filha, depois como mãe e, por contraste, das suas motivações para mudar o seu destino e o destino dos seus filhos:

Era terra do patrão, trabalhava um ano, dois, lugar, aí passava e ia trabalhar já noutro lugar. Viver lá na fazenda nesse tempo era assim mesmo, só trabalhando pros outros, quando, trabalhando pros patrão pra sobreviver e naquelas vaga entrava pra fazer uma rocinha pra gente plantar no inverno e assim a gente ia levando o tempo, e é aí moremo lá cinquenta anos de vida lá. Eu casei com vinte e dois anos, e ele com vinte e dois anos – [De Deus] - e saímos de lá, pra nós sair de lá não, em 83 quando eu tive a Cícera, a derradeira filha, foi com quarenta e dois anos.<sup>43</sup>

Uma luta que contou com aliados muito especiais, como faz questão de deixar evidenciado, Dona Antônia ao nos relatar:

aí eu vou começar do começo da luta, eu comecei a lutar não foi ninguém da terra que me chamou, foi uma voz, e essa voz eu acho que foi Nossa Senhora ou Jesus que me chamou a trabalhar num dia de sexta-feira, assim umas nove pra dez da noite, ela chamou por meu nome, disse assim:

- Antônia, tu quer evangelizar o povo aqui, ler a Bíblia, evangelizar o povo aqui na comunidade Recreio?
- Aí eu pensei um pouquinho e disse: eu quero
- Aí ela foi e disse assim: pois eu vou lhe ensinar como você começar
- Aí me ensinou.
- Ela disse: aí você pega um caderno e um lápis, e sai de casa em casa, perguntando quem é que quer ajudar você a ler a Bíblia, e refletir, e a evangelizar o povo.
- Aí foi na sexta-feira. No sábado, de manhã, eu fiz o almoço, aí eu deixei meu filhinho, aquele que saiu pra escola, que é o mais velho, ficou com os outros, e eu saí com este caderno nas casas, e quando foi de noite que eu

<sup>41</sup> *Idem.*

<sup>42</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem.*

<sup>43</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

cheguei, mandei De Deus fazer a janta, que eu não sabia que hora que eu chegava não. Aí quando eu cheguei de noite, eu vim com vinte e quatro pessoas, o nome já no caderno. Já no sábado, e a reunião já marcada para o domingo doze horas no grupo escolar, e quando eu cheguei, lá tava as pessoas. Aí nós fizemos a reunião, lemos a história na bíblia, que Antônio Pedro tinha uma bíblia, que ele já morreu, nós ia conhecer a bíblia, aí ele leu a história da bíblia e aí eu disse assim: “Pois quando for domingo, nessa mesma hora é pra tá aqui, e cada pessoa que tá aqui, é pra convidar outro companheiro pra vir”. Assim foi feito, e assim foi crescendo, foi crescendo, todos os mês, toda vida ele dizia pra vir mais gente.<sup>44</sup>

Jesus, Maria, o vizinho Antônio Pedro, que tinha uma bíblia e talvez fosse um dos poucos que soubessem ler, os outros vinte e quatro que botaram o nome no caderno e compareceram ao primeiro encontro e todos os outros que vieram depois. Assim foi se constituindo a comunidade onde Dona Antônia “começou”. A memória faz questão de assinalar ali como o início de um novo tempo: de uma vida nova. Dona Antônia se orgulha da história desta comunidade que tinha nome, tinha cursos religiosos – ou seja, foi reconhecida pela igreja –, e que foi exemplo para muitas outras: “quando eu saí de lá, já tava com oito comunidades”. Tinha também delegacia sindical, que na sua narrativa aparece como uma continuidade natural deste processo de constituição do grupo: “(...) já tinha curso de crisma curso de casamento, curso de batizado e delegacia sindical e aí nasceu o MST”.

Mas aos poucos é possível entender como a memória trabalha esta relação de continuidade entre as práticas na comunidade organizada pela igreja e a construção de novos lugares de militância política:

o companheiro Tiquim e o Adir, parece que era o Adir, começaram o MST lá, e aí a gente começou a se organizar no MST, no sindicato, e aí a gente foi descobrindo, e vinha em reuniões, em Picos, vinha em Pio IX, vinha nos Picos e aí foi crescendo a organização e começamos as caminhadas, essas caminhadas, que eu acho que vocês já ouviram falar, nas romarias da Terra,<sup>45</sup> nasceram lá nessa comunidade Recreio, na comunidade que eu comecei a trabalhar, que nós começamos.<sup>46</sup>

Primeiro, a noção de partilha que se traduz no uso do tempo verbal: Tiquim e Adir “começaram”, “a gente começou”, “foi descobrindo”, e finalmente, “nós começamos”. Em poucas palavras, Dona Antônia sintetiza um longo processo de aproximação, negociação, conhecimento e união de experiências e projetos políticos diferentes. A familiaridade com

---

<sup>44</sup> *Idem.*

<sup>45</sup> A Romaria da Terra nasceu nos anos da Ditadura Militar na região sul do Brasil, relacionada à Teologia da Libertação e direcionada contra a injustiça social no campo. Sobre as Romarias da Terra ver: [www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br)

<sup>46</sup> ENTREVISTA.SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

Tiquim e Adir, hoje dirigentes do MST no Piauí, e a referência ao sindicato e às reuniões fora da comunidade onde eles foram se “descobrir”, “crescendo” e se “organizando”, indicam uma postura recorrente na construção da militante que conta ou do modo de contar daqueles que se assumem militantes. Lembro-me aqui das palavras de Ecléa Bosi, que num tópico intitulado “A luz de Estrelas Remotas”, me ajudou a compreender como “opera” a memória de Dona Antônia ao reconstruir sua trajetória de militante:

a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relaciona através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. É tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo.<sup>47</sup>

Mas onde estão as tensões, os conflitos, os impasses? Voltaremos a estas questões mais à frente, quando analisaremos estas memórias ao longo do processo de constituição deste longo, e contínuo, *fazer-se* do modo de constituição dos Sem-Terra, na perspectiva do próprio Movimento.

Entretanto, antes disso, depois de demarcar bem este início, Dona Antônia nos conta das primeiras iniciativas. Não esqueçamos que esta ideia da origem, e a construção de marcos inaugurais, tem na memória a função de ressaltar a diferença em relação a um passado onde não havia luta, mas só sofrimentos e dificuldades, e um tempo em que eles “descobriam” e partiram a lutar:

a primeira caminhada foi só de reza, só assim a distância de uma légua. Aí outra caminhada já foi para o Massalo, já mais longe, a outra caminhada já foi para o Pio IX, já pra cidade. E a gente foi crescendo assim, e depois a gente organizou uma caminhada pra Covadonga...<sup>48</sup>

Também aqui vemos esta projeção do presente sobre o passado. É a militante, “já dentro dos sessenta e sete”, que, pedagogicamente, explica o paulatino crescimento do grupo. Mas onde é “Covadonga”? E porque depois de terem chegado à cidade a volta a uma comunidade rural tem tanta importância? Por que é neste lugar que a história de Dona Antônia vira história:

aí nessa caminhada de Covadonga, foi onde a irmã Zumira fez a história, ela fez o livro, aí ela, era um ano vei ruim da seca, era em 70, aí morrem duas

<sup>47</sup> BOSI, Ecléa, *op. cit.* p. 31.

<sup>48</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

pessoas de fome lá, e aí teve umas construção lá, e essas tinha muito filho, e aí o trabalho era barato, e o que eles arranjavam só dava pros filhos, aí contava essa história, e ela dizia assim: “Assim, conta Dona Antônia”, na história do livro ela diz: ‘Assim diz Dona Antônia’.<sup>49</sup>

A história de Dona Antônia virou livro porque unia passado e presente. Porque estabelecia uma conexão entre a luta que começava e o sofrimento de antes, quando a seca provocava fome e morte, pois o socorro eram as frentes de emergência em que o trabalho barato, salvava temporariamente os filhos, mas matava os pais que deixavam de comer para alimentar, com tão poucos recursos, as crianças. Quanto tempo viveriam estes meninos que, se as coisas não mudassem, um dia morreriam de fome para adiar por um tempo a morte dos filhos? Recorro novamente às palavras de Ecléa Bosí ao analisar “o tempo vivo da memória” e como esta – memória de Dona Antônia – relaciona passado e presente ao reconstruir sua trajetória familiar:

É a história de um passado aberto, inconcluso, capaz de promessas. Não se deve julgá-lo como um tempo ultrapassado, mas como um universo contraditório do qual se podem arrancar o sim e o não, a tese e a antítese, o que teve seguimento triunfal e o que foi truncado. Para tanto exige-se o que Benjamin, no seu ensaio sobre Kafka, chama de atenção intensa e leve. (...) Esse rememorar meditativo é também o de Benjamin quando, ao rever os profetas do Antigo Testamento, encontra neles direção para ações presentes. Ou seja, fazendo da memória um apoio sólido da vontade, matriz de projetos.<sup>50</sup>

Ao contar sua história para a comunidade, Dona Antônia talvez estivesse só compartilhando uma experiência que, de tão repetida e tão comum, era também a experiência de muitos “companheiros”. Mas ao escutá-la falar hoje, é impossível não pensar com que força, com que altivez foi narrada esta história que a Irmã, oportunamente, transformou em “livro”. “A Terra dos Homens// que caminham por ela,// pé descalço e pobre.// que nela nascem, dela, //para crescer com ela, // e como troncos de Espírito e// de Carne”.<sup>51</sup>

Ela não só entendeu e acatou a atitude da Irmã, como incorporou na sua narrativa a leitura da freira: “Fizemos a caminhada da travessia do Mar Vermelho, do povo de Deus, aí fizemos essas caminhada tudo”.<sup>52</sup>

---

<sup>49</sup> *Idem.*

<sup>50</sup> BOSI, Ecléa, *op. cit.*, p. 31 *et seq.*

<sup>51</sup> POEMA. **Terra Nossa, Liberdade**, *Idem.*

<sup>52</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

Mas esta memória exemplar, transformada em recursos pedagógicos, deixou marcas profundas e por isso mesmo, depois de toda travessia, mesmo depois da conquista de uma vida muito diferente, em tudo diferente, Dona Antônia ainda sofre ao lembrar:

A situação antes era precária, precária mesmo, porque não tinha inverno e não tinha nada. Era, tinha apenas uma, num sei nem como é que chama do governo, um açude, o nome da construção era até o BEC, aí trabalhava homens e menino, eu mesmo quase morria lá. Era frente de trabalho, e faltava o pagamento, e o povo não tinha o que comer, e aí o que os pobres dos pais ia arranjando ia dando aos filhos (...)

[Neste momento seu marido De Deus toma a palavra e completa suas lembranças de dor e sofrimento]:

De Deus:...comia era carne véa de jabá, aquele..., e feijão véi de três dia, era de capim, ave Maria, eu doente...

[Dona Antônia retoma a palavra e segue sua narrativa]:

D. Antônia:... e o De Deus doente, já pra morrer, eu com o buchão pelas goela, da Maria José (...)Aí só teve um dia, que comecei esse dia que amanheceu limpa a casa, que não tinha, entra pra dentro e pra fora e não achava nem um punhadinho de farinha assim pra botar na mão do menino. Aí, eu fui na casa duma mulher, que o nome dela era Raimunda, e era minha comadre, e eu cheguei lá, eu contei a situação, e aí deu pra o De Deus chegar, que foi na sexta-feira, e o De Deus chegou no sábado. Aí graças a Deus, que foi só este dia na minha vida que eu via a casa limpa deste jeito, aí daqui pra cá nunca mais eu vi.<sup>53</sup>

Para esta mulher, para esta mãe que toma a palavra do marido e segue conduzindo sua história, ver os filhos com fome foi insuportável. Mesmo depois de tanto tempo ela não consegue sequer dizer que pegou comida com sua comadre. As falhas da memória produzem silêncios... e protegem da dor. Como esquecer as palavras de Ecléa Bosi: “Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento”.<sup>54</sup> E sobre estes silêncios nos ensina Ecléa Bosi:

registremos atentos as hesitações e silêncios do narrador. Os lapsos e incertezas das testemunhas são o selo da autenticidade.(...) Nos idosos, as hesitações, as rupturas do discurso não são vazios, podem ser *trabalhos da memória*. Há situações difíceis de serem contadas já que pareceram absurdas às próprias vítimas delas.<sup>55</sup>

Essa experiência inesquecível e, ao mesmo tempo, difícil de lembrar delimita o passo da narrativa quando ela fala sobre a escolha de fazer parte do MST mesmo contra a vontade de sua mãe, que dizia:

<sup>53</sup> *Idem.*

<sup>54</sup> BOSI, Ecléa, *op. cit.*, *passim*.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 63, *et seq.*

- Antônia tu não vai pra esse lugar, que em construção de terra assim que o povo vai sair, (que ela chamava era construção) que vai sair assim o povo, faz é matar o povo.
- Eu digo: Mãe, mas eu não vou na intenção de morrer, eu vou é na intenção é de arranjar a terra pra meus filhos trabalhar, eu não vou na intenção de morrer não.
- Aí ela dizia: pois se fosse eu, se eu fosse tu, eu não ia.
- Eu digo: mas com fé em Deus eu vou mãe<sup>56</sup>.

O desejo de Dona Antônia, enquanto mãe, lhe dava forças para enfrentar qualquer dificuldade, qualquer perigo, mesmo que estes colocassem em risco a sua vida. A dor sentida por Dona Antônia ao ver seus “meninos” passando fome, mesmo que por um único dia, a encorajou a lutar e a não seguir os conselhos de sua mãe, que por sua vez, temia pela vida da filha que partiria para as “construção de terra”. “A terra dos homens (...)// Que se enterram nela// como sementeira// de Cinzas e de Espírito,// para fazê-la fecunda como// uma esposa mãe.”<sup>57</sup>

Ao relatar suas escolhas, Dona Antônia nos dá indícios das motivações que a levaram, ela e sua família, a entrarem no Movimento Sem-Terra. O sonho de conquistar a terra para ela e para seu marido De Deus, transformava-se na possibilidade de “arranjar a terra pros filhos trabalhar”. Sua religiosidade deu-lhe a força de que necessitava para entrar na luta para “evangelizar o povo” e, assim, dar os primeiros passos dessa mulher, dessa mãe, dessa guerreira e militante chamada Dona Antônia. “A terra dos homens (...)// Que se entregam a ela,// cada dia,// e a entregam a Deus// e ao universo,// em pensamento e suor,// em sua alegria,// e em sua dor,// com o olhar // e com a enxada// e com o verso...”<sup>58</sup>

Enquanto Dona Antônia e sua família vivenciavam estas experiências, dezenas, centenas de outras famílias, simultaneamente, também decidiam seus destinos e seguiam o caminho da luta pela terra em nosso Estado.

No município de Paulistana, localizado bem mais ao sul do Estado do que Pio IX, na localidade Jorge de Baixo, Juliano Antonino de Carvalho trabalhava “duro pra ganhar o sustento”. Hoje, aos quarenta e oito anos de idade, seu orgulho é trabalhar com a terra, descrita como extensão de sua própria vida: “Sou, minha vida é agricultura né, trabalho no inverno com o plantio de inverno, e no verão, trabalho com irrigação, e é a minha vida. Também trabalho com criatório de ovino, e é isso, a minha vida é nesse sentido”.<sup>59</sup>

<sup>56</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

<sup>57</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem*.

<sup>58</sup> *Idem*.

<sup>59</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Juliano Antonino de. Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

Sua vida, assim como a de Dona Antônia e seu De Deus, foi marcada pela dificuldade. Arranjar “serviço certo”, “pra ganhar o sustento” eram tarefas árduas, mesmo que no seu caso, diferente da família de Dona Antônia, morasse com sua mulher Anísia e seus sete filhos “nas terras do (seu) pai”: “(...) lá em Jorge de Baixo eu trabalhava de diária, serviço. Semana toda era trabalhada pra ganhar o sustento. E a gente, não tinha serviço certo, achava uma diária aqui, outra acolá. A vida da gente era assim a maior dificuldade. Morava nas terras do meu pai.”<sup>60</sup>

Sua trajetória política assemelha-se à da grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil nas décadas de 70 e 80. Iniciada na Igreja, logo a militância vai tomando corpo e a partir do trabalho nas Ceb's<sup>61</sup> adquire experiência e passa a militar no sindicato rural de sua cidade. “A terra dos homens// Que caminham por ela,// pé descalço e pobre. Que nela nascem, dela,// para crescer com ela,// como de Espírito e// de Carne.”<sup>62</sup> Dessas experiências surgem os primeiros contatos com “os colegas do MST”. Assim como Dona Antônia, o senhor Juliano Antonino decide engajar-se no MST para ter terra para trabalhar e dar uma vida melhor para sua família. Mas a descrição de suas primeiras experiências políticas é seca e sucinta, embora aqui também a relação com a Igreja seja um reforço que legitima sua decisão de entrar no MST. Aos poucos Juliano Antonino vai se soltando e sua fala vai explicitando o orgulho de fazer parte do Movimento Sem-Terra:

Através da paróquia de Paulistana, a gente era dirigente da comunidade de base né, aí através das reuniões que a gente participava na cidade, aí foi criando aquela, as Ceb's, as Comunidades Eclesiais de Base, aí a gente foi se engajando na Igreja né, e pelo sindicato, algumas associações que criava lá no município, e a gente foi conhecendo os colegas do MST nos recantos da região de Picos. O Bispo lá era Dom Augusto da Rocha, e aí a gente foi conhecendo os companheiros né, Inácio, Matias, tem vários. Aí né, conhecendo o Movimento Sem Terra, até que chegou a ponto da gente vir se encontrar mais perto né, pra tomar uma decisão, assim de procurar uma melhora aí de vida. A gente achava, que através da organização a gente ia ter uma terra melhor pra se trabalhar.<sup>63</sup>

A dúvida de ter que partir rumo ao desconhecido, muitas vezes “sem saber nem pra onde ia”, não diminuía sua certeza de que deveria seguir para a ocupação de terra. Ainda que esta decisão não tenha sido fácil nem pra ele, nem pra sua família. Mas as dificuldades

<sup>60</sup> *Idem.*

<sup>61</sup> Comunidades Eclesiais de Base. Surgiram no final da década de 50 e início da década de 60, sob influxo da experiência de catequese popular na Barra Piraí (1956), ou do Movimento da Diocese de Natal, ou ainda do Movimento de Educação de Base. Ver: [www.ceb11.org.br](http://www.ceb11.org.br).

<sup>62</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem.*

<sup>63</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Juliano Antonino de, *op. cit.*

que poderiam surgir pareciam menores do que as enfrentadas até então, e por isso o sonho de ter sua própria “terrinha” venceu a dúvida de ter que partir e abrir mão do pouco que já tinham conquistado, mesmo com todas as dificuldades. “A Terra dos Homens (...)// Que se enterram nela// como sementeira// de Cinzas e de Espírito,// para fazê-la fecunda como// uma esposa mãe”<sup>64</sup>. Velhos sonhos? Novas dificuldades? Velhas dificuldades? Novos sonhos? As incertezas eram muitas e pareciam não ter fim, mas o sonho de conquistar sua “independência”, seu próprio “pedacinho de chão” foi mais forte e resistiu às angústias daquele momento:

mas ter que sair de onde a gente tava pra um outro lugar foi o ponto mais difícil que a gente encontrou né. Porque quando a gente tava descobrindo essa questão de ocupação de terra, a gente não sabia pra onde ia, só tinha aquela visão de que tinha de ocupar uma terra porque não tinha terra, não podia comprar né. Dentro da família, foi uma coisa muito animada e desanimada, porque você tem sua casinha lá, e partir pra um lugar sem saber onde ia ficar né. Não podia deixar a bagagem, tinha de levar a bagagem toda porque, segundo eles, se a gente deixasse a bagagem era mais fácil de voltar. Aí a gente foi discutindo, a mulher e os fios: “será que seria viável essa parte?” Tinha momentos que a gente dizia sim, outros não, mas ninguém desistiu, foi uma luta<sup>65</sup>.

Com a decisão tomada, a família de Juliano “juntou os cacarecos” e seguiu em frente deixando para trás outros familiares e muitos colegas que questionavam sua decisão. A angústia da partida – “Será que não é uma doidice” – foi acomodada pela vontade de futuro: “a gente quando saiu de lá, foi, alegria ficava no coração, a gente não sabia se dormia, não sabia se né, acho que a viagem de lá para cá foi muito abalada, ninguém sabia pra onde ia indo”.<sup>66</sup> Hoje ao olhar para trás, seu Juliano tem o coração aliviado porque sua decisão garantiu a união da família que continua construindo o futuro:

Hoje os nossos filhos tem essa herança, que a única maneira da gente conseguir as coisas é lutar pra conseguir. Meus fios hoje são quase, são todos militantes, então eu acho que é uma herança pra eles. Já eu, com o meu pai, eu não tive essa herança de luta, mas ele era muito lutador pela Igreja, e já com meus filhos eu já tenho esse dom, e parece que eles vão, não sei até quando, mas vão continuar né.<sup>67</sup>

Em nome dessa união da família, ressaltada na narrativa de Seu Juliano Antonino, e explicitada na citação anterior, foi que Dona Anísia, sua mulher, superou a dúvida inicial e

<sup>64</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem*.

<sup>65</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Juliano Antonino de, *op. cit.*

<sup>66</sup> *Idem*.

<sup>67</sup> *Idem*.

se engajou na luta por um pedaço de terra que fosse realmente deles. “A Terra dos Homens (...)”// Que se entregam a ela// cada dia,// e a entregam a Deus// e ao universo,// em pensamento e suor// em sua alegria, // e em sua dor,// com o olhar// e com a enxada// e com o verso...<sup>68</sup>” Mas essa decisão não foi fácil de ser tomada, pois as incertezas de não saberem nem o dia da partida e nem para onde iam, só não eram maiores que a angústia de ter que sair de sua morada e correr o risco de “virar uns sem casa”, como nos evidencia o relato dessa mãe, que nesse momento de incertezas, se angustiava:

No início, para nós decidir, foi um pouco difícil, até que, é muito longa a história. É muito longa a história, se a gente for contar. Quando chegou Francisco, que era do Tamandaré, que primeiro fez essa reunião lá, aí chegou Inácio e uma moça que chamava Madalena, parece que era Madalena. Foi a primeira reunião com a gente, aí quando teve aquela reunião com um bocado de gente, de família, aí meu marido foi logo se decidindo: “Ah, eu não tô com coragem. Oxente e eu vou fazer o quê? Nós não tem a terrinha de nós, pouca mesmo? Nós tem a nossa casa e sem saber pra onde nós vamos? Nós não tem a casinha de nós? E nós vai pra sem ter casa, ficar no meio do tempo com tanto menino, com tanto filho pequeno, aí ele disse: “pois é, se tu quiser ficar tu fica, porque se tu quiser me acompanhar, eu sei que eu vou”<sup>69</sup>

A decisão do seu Juliano provoca na mãe, Anísia, insegurança e preocupação com o destino dos filhos pequenos, ainda mais porque eles sequer sabiam para onde estavam indo. Como deixar sua casa, mesmo pequena, e “sua terra”, mesmo exígua, para ir viver “no meio do tempo”? Ainda que dependente do sogro, e mesmo que ainda tenham que trabalhar como “alugados” para poder sobreviver? Dona Anísia tem medo de deixar para trás esta frágil segurança. Mas a convicção do marido e a certeza de que iam juntos com outras famílias, além do seu compromisso de esposa, foram quebrando sua resistência:

Eu pensei logo nos menino, era de um ano, era de dois, três, quatro. Era assim, tudo pequenininho. Meus meninos eram tudo assim, como escadinha. Aí, Ave Maria! E ‘quando a gente chegar lá nesse lugar?’ Aí ele disse: ‘se tu quiser me acompanhar tu me acompanha, eu sei que vou! Eu sei que eu vou, se tu ficar aí...’, aí eu disse: ‘Não, pois eu, é fazer o quê? Casei com ele, tem que acompanhar é ele mesmo né? Como é que eu vou ficar?’<sup>70</sup>

Mas sua decisão não parece ter sido tomada tão rapidamente, pois na narrativa anterior, de seu Juliano, se evidencia a tensão criada na família devido a sua decisão de partir

<sup>68</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem*.

<sup>69</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Anísia Josefa de, *op. cit.*

<sup>70</sup> *Idem*.

para um outro lugar. A resolução de Dona Anísia foi impulsionada pelo argumento religioso do seu sogro que a confortou dizendo que nesta terra “correria leite e mel”:

Aí meu sogro foi, levou a Bíblia, aí disse: ‘minha filha sei que é muito pesado você sair daqui’, porque ele é muito religioso né, e ele também, o meu esposo, ele também era, nesse tempo chamava animador de comunidade, seu Juliano e o pai dele, aí ele dizia assim: ‘eu sei que vai ser muito difícil vocês sair daqui, porque não é fácil você está perto dos seus fios e sair, mas eu tenho certeza que se vocês chegar nessa terra, é terra prometida, e lá corre leite e mel’. Aí eu: ‘Ah, então corre leite e mel eu vou, deve ser melhor do que aqui.’ Aí eu sei que dizia tanta coisa boa, botou um bocado de coisa na cabeça da gente. Antes, o meu sogro, ele quem falou isso. Ele disse que era bom, mas ele mesmo não tava mandando, mas se algum dos filhos dele decidissem, ele apoiava, mas com dor no coração, mas apoiava.<sup>71</sup>

À palavra de Deus, que também é muito presente assim como no discurso de Dona Antônia, e ao longo de todas as suas entrevistas, somaram-se os conselhos da mãe de Dona Anísia para que ela continue a fortalecer sua família, mantendo-a unida mesmo diante de tão grandes dificuldades, dizendo-lhe para seguir seu marido e companheiro:

A minha mãe, Deus já chamou ela também, ela imaginava que eu morava pertinho da casa dela, a filha que morava perto dela era eu, ela dizia: “não sei como é que tu vai, que eu não posso minha fia, você já casou com ele você tem que acompanhar é ele.”<sup>72</sup>

Após superar essas dificuldades, Dona Anísia transformou a dúvida e a angústia inicial em ansiedade pois logo “criou um fogo assim” e “uma vontade doida pra ir logo”. E não só Dona Anísia como toda a família estava esperançosa diante do futuro que os aguardava, principalmente porque na reunião soube que a terra para onde eles iam tinha muita água:

Por que pra gente vir não dizia nem o dia sabe? No dia que fizeram a reunião, já era pra tá lavando as roupas e arrumando as coisas, mas não sabia que dia era. O pior ainda era sem saber aonde também. Aí eles botaram: ‘talvez vai ser no rio’, como é? No Piauí, não? E aí disseram lá um lugar lá, aí disse: ‘Ah, é bom, tem muita água’ e aí eu mais todo mundo já era doido pra vim. Aí fizeram a reunião, e a gente veio pra Simões, chegando lá, aí é que deu mais força, mais gente ainda.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> *Idem.*

<sup>72</sup> *Idem.*

<sup>73</sup> *Idem.*

Esta necessidade de conciliar a luta política com o bem-estar dos filhos e a preservação da família marcou profundamente a trajetória política de Dona Anísia. Hoje, olhando para o seu passado, ela constrói sua narrativa a partir da certeza de que ela, seu Juliano e seus filhos tomaram a decisão correta e acrescenta às suas motivações iniciais – preservar a família e lutar por uma vida melhor com a benção de Deus – os argumentos que foram incorporados a partir de sua experiência como militante:

Sou do município de Paulistana, Piauí. Nós somos da região de Picos. Nós lá, nós trabalhava a terra, era pouca, era pequena, não dava pra gente trabalhar. Aí a gente resolveu vim pra essa terra, terra prometida, falavam que era leite e mel. A gente veio, pra ver isso primeiro, através da bíblia, nós não viemos à toa aqui pra essa terra. Quem trouxe nós aqui também foi a palavra que tá na Bíblia. Aquela terra que tava nas mãos dos latifundiários, eles tinham a terra, seguravam a terra e não soltavam pros pobres.<sup>74</sup>

Pois, “Malditas sejam// todas as cercas!!! Malditas todas as propriedades privadas// que nos privam de viver e de amar!!! Malditas sejam todas as leis// amanhadas por umas poucas mãos// para ampararem cercas e bois// e fazer a Terra, escrava// e escravos os humanos!”<sup>75</sup>

A memória de Dona Anísia explicita dimensões desta história de lutas que eu gostaria de ressaltar. A primeira delas diz respeito à constituição do militante do MST. Diferente de Dona Antônia, que tinha uma experiência política nas Comunidades Eclesiais de Base, onde ela foi aglutinadora e líder, Dona Anísia só assume uma postura política a partir de sua experiência como ocupante e assentada. Sua entrada no movimento foi resultado de várias “imposições” externas que só repercutiram internamente por causa dos seus compromissos como mãe e mulher: lembro aqui a decisão do marido; o argumento do sogro religioso e da mãe conformada. No entanto, a fala de uma e da outra são hoje muito próximas. E não só a fala, também o lugar que elas ocupam na família, e para além dela, na constituição e preservação da memória do grupo. Para entender isso, basta considerar suas participações nas entrevistas aqui expostas. Dona Antônia assume, desde o início, o seu lugar de guardiã da memória. Um lugar reforçado e legitimado pelo silêncio, quase absoluto, do senhor Antônio Gregório da Silva. Dona Anísia, ao contrário, escuta atentamente a narrativa do marido, reforçando em sua própria fala o lugar de ascendência dele na família e na sua própria história como membro do MST, mas quando fala é ela quem explica decisões, quem localiza motivações, quem avalia a trajetória da família.

<sup>74</sup> *Idem.*

<sup>75</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem.*

Poderíamos explicar estas diferenças e estas semelhanças entre Dona Antônia e Dona Anísia como sendo resultado da personalidade de cada uma delas e/ou de supostas relações de gênero. Sem desconsiderar as particularidades daquele que conta e das distintas relações entre homens e mulheres, gostaria de colocar em destaque, antes de seguir em frente, algumas questões que orientam este texto: como as diversas concepções e práticas de família, de política e de gênero foram incorporadas ou modificadas na e com a experiência de militante? E qual o lugar atribuído à família, e cada um dos seus membros, na constituição do movimento social e na constituição de sua memória?

Num texto pouco conhecido, ou ao menos pouco utilizado, e anteriormente citado na introdução, Marco Aurélio Garcia, propõe construir, com base na história oral, uma “outra história da ação política”. Uma história construída a partir da memória da militância política, onde as relações entre público e privado, objetividade e subjetividade, trajetórias individuais e coletivas, pudessem ser lidas através de outras “chaves” que não valorizassem apenas as suas contraposições:

Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, portadoras de valores éticos, de convicções políticas, de influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de ‘determinações’ que incidem na forma pela qual ‘aplicarão’ a ‘linha’ do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da agit-prop ou de uma ação violenta, armada.<sup>76</sup>

Para ele esta “abertura” ou “reconfiguração” no território da historiografia política tornou possível não só a construção de uma história das mulheres e da militância feminina, mas também uma história da família e do cotidiano, ou do “micro-cosmo” da militância que pode trazer à tona, através das histórias de vida, “aspectos da ação humana desconsiderados porque até então tidos como carentes de historicidade e de significação política”:

A historicização/politização do cotidiano dá significado a problemáticas ‘marginais’ confinadas à vida privada, e reabilita o récit feminino, descartado frequentemente por seu ‘tom confessional’, quando não por seu psicologismo. Não se trata de uma tolerância epistemológica (politicamente correta) diante das falas das mulheres, mas de entender que é através desse tipo de relato que se pode eliminar problemáticas até então indevassadas do mundo da ação política – como o da militância – esse domínio onde se dá a mediação e o choque entre as grandes formulações estratégias e as duras exigências da realidade.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. In: **Cadernos Pagu** (8/9). Editora da UNICAMP: Campinas, 1997, p. 322.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 338.

Para não cair no erro de pensar que a “fala das mulheres” constitui uma “história das mulheres”, é preciso (sugere o autor seguindo as indicações de Farge<sup>78</sup>) considerar as tensões entre os papéis masculinos e femininos, seus conflitos e suas complementaridades de maneira articulada e como parte do conjunto que compõe o relato histórico.

A escolha pela história oral se impõe como um desdobramento da necessidade colocada acima seja pela possibilidade de reconstituir de uma maneira consistente a “dimensão subjetiva dos processos históricos”, seja pela possibilidade de conectar estas histórias de vida com outras referências que falam do contexto no qual estas pessoas se moveram:

Para que essas personagens sejam dotadas de historicidade é necessário ver como esse contexto/cenário é interiorizado nos/nas militantes e como esse processo de interiorização acaba por incidir na constituição do que se chamou de microcosmos da militância. É, como explicou Arent<sup>79</sup> anteriormente, a articulação entre a objetividade do mundo e a condição humana, ambas pensadas como esferas interdependentes. Essa interdependência leva Ferreira<sup>80</sup> a recorrer a Pollack<sup>81</sup> para fazer dos testemunhos, mais especificamente de discurso autobiográfico, a encarnação de ‘um destino coletivo’ enquanto ‘representativo de uma matriz social comum.’<sup>82</sup>

Quando realizei as primeiras entrevistas, há nove ou dez anos minha intenção era contar uma história do MST no Piauí tendo como marcos a primeira ocupação e o primeiro assentamento, e como tema a questão da militância política. A estratégia era entrevistar pessoas de idades, práticas e projetos diferentes para, a partir de suas trajetórias, discutir o projeto de educação política do MST ao longo do tempo e na sua diversidade. Mas aos poucos fui percebendo que havia razões diversas que motivaram estes sujeitos a aceitarem um desafio tão grande e, portanto, desafios estes, que os constituíam. E foi a compreensão desta diversidade que me possibilitou alargar ainda mais a pesquisa e, justamente por isso, consegui

---

<sup>78</sup> FARGE, Arlete *apud* GARCIA, Marco Aurélio. *Ibid.*, *loc. cit.* Vale ainda destacar que Arlete Farge era historiadora e fotógrafa francesa. Destacou-se em pesquisas ligadas à História Social e publicou vários trabalhos, dentre dos quais, o utilizado por Marco Aurélio Garcia. “Pratique et effets de l’histoire de femmes.” In: PERROT, Michelle e DUBY, Georges. **Histoire des femmes en Occident**. Vol. 4 (Le XIX<sup>ème</sup> Siècle), Paris: Plon, 1991, p. 13.

<sup>79</sup> ARENT, Hanna *apud* GARCIA, Marco Aurélio. *Ibid.*, *loc. Cit.* Para uma melhor compreensão ver ARENT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1983.

<sup>80</sup> FERREIRA, Elisabete F. C. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>81</sup> Michael Pollack foi pesquisador do Centre National de Recherches Scientifiques – CNRS, ligado ao Institut d’histoire de Temps présent e ao groupe de sociologie politique et morale.

<sup>82</sup> GARCIA, Marco Aurélio, *op. cit.*, p. 335-336.

vislumbrar as trajetórias individuais e familiares como um percurso metodológico riquíssimo para a compreensão desse processo de constituição do MST no estado do Piauí.

Aliás, desde os primeiros contatos, e já nas primeiras entrevistas, os diferentes sujeitos históricos com que eu havia estabelecido um diálogo se colocaram como parte de uma família: eu sou mãe de...; eu sou filho de...; eu sou irmão de..., e, inclusive, se articularam para fazer os depoimentos em família. O maior exemplo foi justamente Dona Antônia, mas nesse caso com uma particularidade, ela se distinguia dos demais discursos pela força e domínio com que a mesma articulava sua memória, construindo assim sua própria história.

Mas as outras narrativas também tinham suas particularidades, e nos ajudaram a perceber como distintas experiências foram convergindo para a construção de um mesmo projeto coletivo: a construção do MST. Portanto incorporei estas questões, afinal, como desconsiderar as tensões e conexões entre diferentes lugares de memória? E antes de retomar a narrativa de Dona Anísia, e dialogando novamente com Garcia em relação ao papel exercido pela memória, e sua importância, na tentativa de procurarmos interligar tais experiências através da história oral, convém ainda ressaltar que:

O passado não é um ‘acontecimento’ ou ‘fato’ a ser simplesmente restaurado como quem desenterra um fóssil arqueológico, tratando de recuperar objetivamente algo perdido em algum ponto de um tempo linearmente concebido. A reconstituição desse passado sofre uma dupla interferência político-ideológica. Os ‘acontecimentos’ que lhe dão consistência enquanto objeto a ser reconstituído estão cercados de uma ou mais significações que lhes foram anteriormente atribuídas. Mas, por sua vez, a reconstrução do passado pela memória sofre também a incidência dos valores dominantes no momento em que esse processo se desencadeia<sup>83</sup>

Pois é do lugar que hoje ocupa no MST, ou ao menos na memória do MST, que Dona Anísia passa a contar sua história, agora, associada à história de outros e, sobretudo, de outras famílias que como a sua aprenderam a fazer do desejo de ter “um pedacinho de terra”, uma conquista e desta conquista uma experiência de liberdade: “Esta é a Terra nossa:// a liberdade, // Humanos!//Esta é a Terra nossa:// A de todos,// Irmãos!”<sup>84</sup>. Neste novo lugar não cabe mais um discurso pronunciado no singular, porque a vida, os sonhos, a luta é coletiva e plural:

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 336.

<sup>84</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem*.

Então a gente se reuniu lá na comunidade Jorge de Baixo. Quem organizava era a CPT e o MST e tinha outras entidades, mas eu não tô lembrada. Aí a gente fazia reunião. Nós viemos pra essa terra não foi de brincadeira, foi através de organização e muita luta. Eles (CPT, MST...), vendo a situação onde a gente morava né, era muito sofrida, muitas vezes também a gente trabalhava pro patrão, a gente não trabalhava direto só pra gente, tinha que trabalhar pro patrão. Aí, falava na reunião que aqui a gente não ia mais trabalhar pro patrão, ai a gente ia trabalhar, era diferente do trabalho de lá, ia ser livre, por conta própria, inclusive hoje a gente já tá vendo.<sup>85</sup>

Outro exemplo de como foi árdua essa luta, e de como se forjaram estes militantes ao longo deste processo, podemos identificar a partir dos relatos de Dona Joana que tinha mais de noventa anos quando realizei as primeiras entrevistas, e era a mais velha assentada do MST no Piauí. Mas este lugar que poderia ser vivido como uma distinção parece não imobilizá-la. Todos os dias trabalha na roça e, de vez em quando, vai “dançar” nos forrós da comunidade. Durante a entrevista, ela saiu várias vezes deixando em seu lugar os filhos Maria do Socorro e Domingos. Enquanto eles falavam, nós escutávamos seus movimentos pela casa. Incansável, ela arrumou a louça, preparou o lanche e nos presenteou com uma travessa de bananas.

No depoimento<sup>86</sup> curto, mas forte, concedido logo que chegamos à sua casa, ela divide sua memória em dois tempos bem distintos, podemos até dizer radicalmente distintos. Quais sejam, antes e depois da filiação ao MST. Antes, “só tinha água quando chovia” e quando chovia “arrancava tudo”. Tudo, era a lavoura plantada em terra própria mas seca e distante do lugar de moradia. Além disso, a pobreza era tanta que eles plantavam com a mão: “Não tinha cavador, era mesmo futucando com o dedo e cobria a terrinha pra produzir”.<sup>87</sup>

Dona Joana levou, assim, a vida toda “pelejando, pelejando”. O marido doente não podia ajudar e ela sozinha tinha que cuidar da roça e buscar água na fonte: “... eu sozinha para tocar três cargas e aí eu vinha pra roça, e eu ia buscar água e quando chegava na fonte era um sofrimento.”<sup>88</sup>

Impedida pela doença do marido de participar da ocupação da terra que hoje ela, que trabalha tanto, considera como um lugar de descanso, então Dona Joana mandou os filhos e continuou sua labuta, mas a ida dos filhos abria uma possibilidade para a esperança: “se der nós vamo, se num der nós fica. Nós num vamo ficar por aí no meio do sol”<sup>89</sup>.

<sup>85</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Anísia Josefa de, *Idem*.

<sup>86</sup> ENTREVISTA. JESUS, Joana Maria de. Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

<sup>87</sup> *Idem*.

<sup>88</sup> *Idem*.

<sup>89</sup> *Idem*.

Quando foi pela primeira vez visitar os filhos no acampamento, Dona Joana se encontrou com a água farta que corria no “quintal” da barraca onde a família estava morando. Depois de muitas idas e vindas ela finalmente consegue saltar para um tempo novo, quando ela “descansou os braços” porque nunca mais teve “que carregar água”. Com a família toda junta, numa terra com água, as dificuldades inerentes à situação de acampamento, bem como os desafios do presente, parecem pequenos frente à possibilidade de “recomeçar tudo de novo, pra poder tanger a vida, começar do chão.” A diferença é que agora Dona Joana trabalha no “seu chão” e no “seu chão” a água continua correndo no quintal. “A terra dos Homens // que caminham por ela, // pé descalço e pobre. // Que nela nascem, dela // para crescer com ela // como troncos de Espírito e // de carne”.<sup>90</sup>

Ela sai de cena sem avisar, vai “tanger a vida” porque ela sabe que todo dia é dia de “recomeçar tudo de novo”. Maria do Socorro, filha de Dona Joana, é quem complementa a narrativa da mãe, e aos poucos vai assumindo o lugar de guardiã da memória da família. Lugar conquistado pela experiência de ter partilhado, como a única filha solteira, a labuta diária no interior de Simões:

A vida lá era dura, era em Simões, no interior, distante da cidade umas três léguas, mais ou menos. E trabalhava umas três léguas de distância. Trabalhava distante, tinha que ir montado ou num jumentinho ou a pé. A terra onde a gente trabalhava era da gente, mas era muito longe. A gente trabalhava, para trazer a produção era o maior sufoco e quando era na época, tinha a produção, se fosse bastante, podia arrumar transporte, mas se fosse pouca, tinha que ser no animal. Você imagina colocar uma carga no jumentinho, seis léguas de distância. Eram nove irmãos, aí os outros todos casaram, só eu que fiquei com eles né.<sup>91</sup>

Na sua narrativa, assim como na de sua mãe e também na das outras duas famílias, a ênfase nas dificuldades da vida anterior ao acampamento é uma constante. Este contraste tempo passado x tempo presente não é só um mecanismo da memória, é um lugar de construção da memória. Ou seja, é uma articulação que explica, justifica e defende a escolha de fazer parte da luta. Mas não podemos considerá-lo só como uma artificialidade. Ele informa e explicita vivências que passariam despercebidas aos olhos de quem está de fora.

O que nos informa a história desta família? Que as dificuldades dos Sem-Terra não são apenas a ausência da terra, ainda que em nosso país este seja um problema fundamental. Mas seria bom que começássemos a alargar este conceito de propriedade para

<sup>90</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem*.

<sup>91</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Maria do Socorro. Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

que não se restrinja ao direito de ter, mas, sobretudo, ao direito de trabalhar e com o trabalho produzir, e do produto viver. Nesse sentido não podemos esquecer a definição da função social da terra, como consta na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º, parágrafo XXIII, define que, além de sermos “todos iguais perante a lei”, o Estado tem como obrigação garantir a “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, e ressaltando que por lei, a terra deverá “atender a sua função social”, onde estas “garantias” Constitucionais são endossadas também no Artigo 170, parágrafo III.

Infelizmente os últimos 28 anos de nossa história têm nos provado que estes direitos Constitucionais não são tão respeitados por parte do Estado brasileiro, por outro lado, felizmente, os Movimentos Sociais nos ensinam, cotidianamente, a dura lição de que apenas a luta direta e organizada pode garantir a preservação destes direitos sociais, e como ressalta Márcia Motta, ao destacar a análise de James Holston em relação ao papel da lei de terra no Brasil:

Ao basear-se na nova antropologia do Direito, James Holston partiu de uma ideia original, de que “a lei de terra no Brasil promove conflito, e não soluções, porque estabelece os termos através dos quais a grilagem é legalizada de maneira consistente”. Ela seria também “um instrumento de manipulação e violência, pelo qual todas as partes envolvidas procuram fazer valer os seus direitos”. Os conflitos de terra são também, explicitamente, disputas sobre o sentido da história, porque opõem interpretações divergentes a respeito da origem dos direitos de propriedade”.<sup>92</sup>

Quem também discute esta questão num tópico intitulado *Resgatar o conceito de função social da terra*, é Ademar Bogo, que faz parte de um livro do autor chamado *Lições da luta pela terra*, nos diz:

É importante esclarecer que a propriedade da terra é diferente de qualquer outro tipo de propriedade, como por exemplo, uma casa na cidade. A terra tem por obrigação cumprir função social porque é dela que tiramos todos os alimentos, os minérios e todos os tipos de ervas para produzir remédios etc. Já uma casa na cidade, embora também esteja dentro do direito de propriedade, não tem esta potencialidade. Serve para morar ou render dividendos para o proprietário através de aluguel, tendo portanto limites no cumprimento de sua função social e por outro lado, seu destino já definido.<sup>93</sup>

Dona Joana e seus nove filhos tinham um pedacinho de terra, mas não tinham água, não tinham recursos, não tinham sequer enxada para trabalhar. Lembrem, “era na mão

<sup>92</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2ª ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 26.

<sup>93</sup> BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das letras, 1999. p. 69.

mesmo, era mesmo futucando com o dedo, e cobria a terrinha para produzir”. Além disso, “só tinha água quando chovia... e quando chovia arrancava tudo”. Se nos permitirmos escutar corretamente podemos entender por que hoje, aos noventa anos, ela tenha disposição e, como vimos, atitude para “recomeçar tudo de novo”: “A terra dos Homens (...)//Que se enterram nela// como sementeira// de Cinzas e de Espírito,// para fazê-la fecunda como// uma esposa mãe”<sup>94</sup>.

Para muitos – muitos de nós? – a decisão da família de ocupar outra terra pode ser lida – muitas vezes é! – como fragilidade e até ganância: “Eles são bons sujeitos mas foram cooptados por gente inescrupulosa”, ou “este povo se faz de bonzinho mas o que eles querem é viver sem trabalhar, tomando terra alheia e fazendo baderna por aí. Logo vão vender esta terra e sair por aí fazendo novas invasões”<sup>95</sup> Apesar destes “gritos”, podemos escutar e procurar entender as razões de Maria do Socorro, que interpreta a possibilidade de entrar no movimento como uma oportunidade longamente esperada:

Diante das dificuldades, que a gente vivia convencido, aguardando a oportunidade né, então se essa surgiu, como ela fala aí [Dona Joana] que eles foram lá pediram uma reunião, falaram os critérios, o objetivo, e disseram tudo o que a gente queria né, e ficou muito fácil pra gente decidir. Então a gente decidiu a vir, foi uma coisa rápida porque não pode espalhar, mesmo que era a primeira ocupação no Estado né. Mas deu tudo certo, e tá dando até hoje, e aí graças a Deus.<sup>96</sup>

A decisão, que ela define como fácil, não pode ser lida como um “arroubo”, como uma “aventura”, pois ela sabia dos riscos, dos perigos. Sabia, inclusive, da importância política de ser aquela a primeira ação do Movimento no Estado do Piauí. Com isso, não quero dizer que Maria do Socorro já tivesse na época a postura e a perspectiva política que ela tem agora quando conta, mas também não podemos imaginar que não havia na decisão da família planejamento e expectativa, assim como não podemos dizer que este planejamento e a expectativa não foram fomentados por uma experiência real. E eles experimentaram. Experimentaram ter um pedacinho de terra e não puderam trabalhar e produzir nele; experimentaram por anos “futucar” a terra com a mão, sem água ou tendo que carregar a

<sup>94</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem*.

<sup>95</sup> Este pensamento é facilmente difundido no senso comum, e muitas vezes é incentivado por setores da grande mídia. Ao iniciar minha experiência no PRONERA, escutei de alguns amigos, na própria universidade, pensamentos como os descritos no texto. Ou ainda, quando apresentava a intenção de pesquisar o MST, muitos colegas, até mesmo no curso de História, expressavam pensamentos pejorativos em relação aos Sem-Terra, sendo que, na maioria das vezes, os mesmos não se estruturavam a partir de nenhuma crítica mais consistente. Portanto, minha intenção é de ressaltar que essas imagens estereotipadas em relação aos militantes Sem Terra, e ao próprio MST, são bastante comuns e ainda hoje estão presentes em nossa sociedade.

<sup>96</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Maria do Socorro, *op. cit.*

água... Duas mulheres, e um marido doente. Os outros oito filhos? Pelejando pelo mundo. Elas sonharam e Maria do Socorro conta que quando partiu estava empolgada pela certeza de que iam “com destino de chegar”. Mas ela não ia sozinha, apesar de ter deixado a mãe e o pai para trás: “Vinha assim, sorteado [de misturado], liderança, todo mundo junto, muita cantoria”. Quando chegaram e conseguiram se fixar na terra, nesse momento já ocupada, foi então quando ela pôde voltar para pegar o pai e a mãe, pois como ela mesma nos afirma que “eu tinha assim, a responsabilidade de casa”.

Passada essa primeira etapa de chegada à terra e após superados os primeiros desafios, Socorro nos relata como era diferente a vida nesse novo espaço, nessa nova forma de organização social, agora ainda mais coletiva, para além de sua família, ou melhor, para a construção de uma “nova família”:

E aí aqui era tudo diferente, e aí a gente passou a trabalhar com irrigação, e aí tudo foi ajudando um pouco. Lá em Simões era na mão mesmo, nesse sol que taí, era todo mundo de coca, no meio da roça, puxando era de pedra em pedra, e aqui não. A gente queria era terra e tava vendo. Só seguiu mesmo por essa causa. E ajudava da forma que pudesse, a gente ajudava. A gente discutia que mais cedo ou mais tarde a gente ia melhorar de vida, e superou, porque queria isso<sup>97</sup>.

No acampamento, Maria do Socorro e sua família, puderam partilhar o seu sonho de ter terra, pois como ela mesma fala: “a gente queria terra, e tava vendo”:

Quem achou que nunca ia ter foi embora, mas quem pensou que ia melhorar ficou. Porque na verdade hoje a história é outra, não é mais do mesmo jeito. Todo mundo, ninguém tem nada, ninguém tem tanta coisa, mas não tá mais do jeito que chegou, porque o que a gente tinha lá acabou, trouxe o que pôde. Aí é assim que a gente vive aqui, devagar, mas é um devagar que dá pra andar. É melhor do que parar, como a comunidade que eu falei, que já ficaram começando e ainda tá no começo, e a gente começou e já passou um pouco na frente<sup>98</sup>.

Maria do Socorro sabe, como sua mãe, que a questão não é ter, é fazer. Mesmo que seja devagar, “mas é um devagar que dá para andar”. E elas, mãe e filha, continuaram andando, e conquistaram o sonho que, por muito tempo, parecia impossível de ser alcançado.

Esta história, comovente, no entanto, ainda teve desdobramentos outros que preciso explicitar. Uma mãe, uma filha, um pai doente e nove filhos no mundo. A terra era fraca, pouca e distante. Os meninos muitos. Qual o futuro? Dona Joana, Socorro e seu Juliano

---

<sup>97</sup> *Idem.*

<sup>98</sup> *Idem.*

não queriam apenas terras, queriam terra para trabalhar e produzir, queriam terra para toda a família: “A Terra dos Homens (...)// Que se entregam a ela // cada dia, // e a entregam a Deus // e ao Universo, // em pensamento e suor, // em sua alegria, // e em sua dor, com o olhar // e com a enxada // e com o verso...”<sup>99</sup> Não ficou claro na entrevista como foi que Domingos, um dos irmãos se incorporou à decisão da família de entrar no Movimento Sem-Terra, mas o certo é que ele veio da Bahia e também viajou no caminhão “sortido” de que falava Socorro:

Meu nome é Domingos, eu vim no caminhão, tinha trinta e poucos anos. Muita dificuldade, eu já conhecia a história. Eu tive na Bahia, lá tem vários acampamentos. Lá era assim muito desorganizado. O pessoal invadiu as áreas como chamava lá né, lá não era ocupação, chamava era invasão. Lá era zona rural, aí o pessoal ocupava as áreas não levando todo mundo de uma vez. Mas os homens ia demarcando e fazendo a derrubada, aí criava as construções, lá era desorganizado. Lá em Vitória também, o padre organizava marchas, passeata, era mais organizado.<sup>100</sup>

Longa a caminhada de Domingos: Bahia, Vitória... Aos trinta e poucos anos ele continuava caminhando atrás de terra e por isso é com autoridade que ele diz: “muita dificuldade, eu já conhecia a história”. Na Bahia ele viu muitos acampamentos, mas “lá era invasão, não era ocupação... era desorganizado”. Em Vitória, como em Simões, o padre “organizava marchas, passeatas, era mais organizado”. Por isso, “lá ele não participava”.

Não sei se a volta de Domingos à sua terra natal no momento em que a família decidiu fazer parte de ocupação em Marrecas foi só uma coincidência, ou se houve algum planejamento, mas é provável que sua decisão de entrar no movimento tenha sido provocada pela decisão de Dona Joana e de sua irmã Maria do Socorro, como podemos inferir pela fala abaixo:

Aqui sim, eu era membro da classe comunitária, e aí nas reuniões deixaram espaço pra ficar reunindo o povo, e ficar vendo qual era a família que queria vim né. Aí eu fiz esse trabalho lá, pegava o nome das pessoas, incentivava. Tinha que lutar, isso era uma coisa que tava começando, que era a única esperança, que ninguém tinha como comprar terra. Aqui tem muita terra, e aqui tinha muito sem terra, mas não tinha coragem. Eu acho muito importante, uma coisa que nós tem, uma palavra de ordem, é a mulher, a mulher na cozinha tem que sair pra luta.<sup>101</sup>

<sup>99</sup> POEMA. **Terra nossa, liberdade**, *Idem*.

<sup>100</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Domingos Francisco de. Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

<sup>101</sup> *Idem*.

Na memória de Domingos foi esta experiência como membro da família e membro da “classe comunitária” que ajudou a organizar outras famílias, que sustentou sua decisão de lutar e de ficar na luta, mesmo quando teve que escolher entre seu casamento e a “vida com o grupo”.

Ele conta, com visível tristeza, que apesar de ter incentivado a mulher a participar do Movimento, ela não se adaptou à vida na comunidade, “ela queria individualmente”. Esta referência talvez nos ajude a entender melhor a comparação que ele faz entre “invasão” e “ocupação”, ou “desorganizado” e “organizado”, quando ele conta da decisão do casal de se separar depois de onze anos, ele contrapõe a postura da mulher, que não aceitava interferências do grupo, com a necessidade de considerar o bem-estar de todos:

Porque tem coisa que acontece que você tá dentro de uma organização, o grupo determina uma coisa, decide uma coisa e quem manda é a maioria, então você fica subordinando àquela decisão. (...) Apesar disso, eu nunca pensei em sair do acampamento ou do assentamento não. Eu vim pra ‘ocupar, resistir e produzir’ mesmo, eu vim pra ficar. Quando ela decidiu sair eu digo: “eu não vou sair não”. Eu já fui pra Bahia, da Bahia vim pro Piauí, no Piauí já arribei os cacos pra cá pra São João, e eu tenho “nojo” dessa vida de cigano.<sup>102</sup>

Longa a caminhada de Domingos. Longa a caminhada de Dona Joana. Longa a caminhada de Maria Socorro. Mas para os três o futuro estava cada vez mais perto. Como elas dizem “é ir tangendo a vida”, porque a vida é devagar “mas é um devagar que dá pra andar, é melhor do que parar”. Seguindo estas mulheres que saíram da cozinha para ir à luta, Domingos sabe que, “Agora eu sei. A minha vitória tem que ser aqui. Aí eu decidi ficar mesmo, eu nunca pensei em desistir não. Tô casado de novo e não penso em desistir”.<sup>103</sup>

Esta persistência em lutar e a certeza de que, lutando, iriam conquistar um pedaço de terra para plantar, viver e compartilharem uma nova vida, retratam muito bem todas as histórias familiares apresentadas até o momento. Assim como a distinção entre o antes e o depois da ocupação de terras que se constitui como marco simbólico da luta de todas as famílias de trabalhadores rurais do Estado do Piauí, pois o sofrimento de antes, por “trabalhar nas terras alheia”,<sup>104</sup> ou devido ao fato de “não arranjar serviço certo pra ganhar o sustento”,<sup>105</sup> ou ainda, devido às dificuldades de se plantar, ainda que, no caso em que alguns, tivessem terra – mesmo que pouca –, pois não tinham nem sequer uma enxada ou cavador, o

---

<sup>102</sup> *Idem.*

<sup>103</sup> *Idem.*

<sup>104</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Juliano Antonino de, *op. cit.*

<sup>105</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

que lhes obrigava à plantar com suas próprias mãos, “futucando com o dedo e cobria a terrinha pra produzir”.<sup>106</sup>

Particularidades que uniam outras famílias em torno de um sonho comum, qual seja: o sonho de conquistar terra, nem pouca, nem demais. Apenas o suficiente para construir uma casinha, plantarem sua roça e dela tirarem o sustento de todos. Mas o que permitiu essa aproximação de diversas famílias e de municípios distintos e distantes? O desejo de mudar de vida com certeza foi o motivo principal, mas não o único, pois ele não nos dá uma compreensão total de como estes trabalhadores, pais e mães, avós e avôs, filhos e filhas, homens e mulheres, conseguiram se articular e construir uma ação coletiva tão ampla e complexa como de fato é uma ocupação de terra. Então o que mais propiciou a convergência de um sonho em comum e de experiências de vidas distintas?

A conjuntura política e social pela qual o país passava naquele instante? Não podemos esquecer que era final da década de 80 e o Brasil vivia a euforia da abertura política após anos de Ditadura Militar. Ou a Igreja, que já vinha com um trabalho de apoiar e organizar os trabalhadores rurais devido às enormes dificuldades que estes tinham que enfrentar diariamente, ainda mais nesse contexto de repressão e perseguição aos Movimentos Sociais? Ou ainda o surgimento de novos atores sociais no cenário político nacional como a CUT, o PT e o próprio MST?

Certamente todos estes fatores contribuíram significativamente para que Dona Antônia, Dona Anísia, Dona Joana, suas famílias e a de todos os outros trabalhadores, deixassem para trás uma vida de dores, sofrimentos e dificuldades e abraçassem o sonho de uma vida melhor, mais justa e digna, que não se resumia apenas ao desejo de ter um pouco de terra para viver e produzir. Pois junto a este sentimento existia um projeto de Reforma Agrária, mais amplo, e que se colocava como uma alternativa para todos os trabalhadores, fossem eles do campo ou da cidade. E aos poucos podemos perceber como os sonhos individuais, de cada um desses personagens, ou ainda de cada uma dessas famílias vão articulando-se ao discurso do projeto defendido pelo MST. Em outras palavras, como o sonho vai se coletivizando, e se transformando ao longo do processo, e não apenas os sonhos individuais ou familiares se alteram ao longo dessa experiência, mas o projeto coletivo também vai sofrendo ajustes, num *fazer-se* constante em que os projetos individuais e coletivos vão se retroalimentando num processo constante de fortalecimento e coesão de ambos.

---

<sup>106</sup> ENTREVISTA. JESUS, Joana Maria de, *op. cit.*

Aos poucos, os sonhos individuais, ou que se resumiam apenas aos desejos de uma ou de outra família, iam se convertendo numa causa comum, mais ampla, e de repente o “eu” transformava-se em “nós” e, juntos, passavam a trilhar uma longa e árdua caminhada que não se encerrava ao chegar na terra. Nem mesmo ao conquistá-la, ou ainda no momento que passam a produzir nela. Pois como eles que surgiam da/na terra, só descansarão quando à terra voltarem para o descanso final. Sua labuta continua até hoje e talvez nunca tenha fim, pois como nos disse Domingos, eles vieram pra “Ocupar, Resistir e Produzir” e assim vão “tangendo a vida”, e ao tanger a vida vão tangendo a luta para que outras famílias possam ter o mesmo destino que eles tiveram ao entrarem no MST. Vejamos então como se deu esta caminhada coletiva. Como se desencadeou esta trama em relação ao contexto político e como este foi determinante para o surgimento de novos atores sociais, mais especificamente o surgimento do próprio MST.

## 2.2. A CPT e o surgimento do MST no Piauí.

### **Pra não dizer que não falei das flores<sup>107</sup>**

Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais, braços dados ou não  
Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer

Pelos campos há fome em grandes plantações  
Pelas ruas marchando indecisos cordões  
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão  
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não  
Quase todos perdidos de armas na mão  
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição

---

<sup>107</sup> Música de Geraldo Vandré (Composição e Letra). “Ganhou 2º Lugar no Festival da Tv Globo em 1968, perdendo para “Sabiá” de Chico Buarque e Tom Jobim, apesar de ser a preferida do público que a cantou em uníssono no Maracanãzinho e se tornou hino contra a ditadura”. Ver site: [www.tvebrasil.com.br/paranaodizer/textos.htm](http://www.tvebrasil.com.br/paranaodizer/textos.htm).

De morrer pela pátria e viver sem razão

Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas, campos, construções  
Somos todos soldados, armados ou não  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Somos todos iguais, braços dados ou não

Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer

Os amores na mente, as flores no chão  
A certeza na frente, a história na mão  
Caminhando e cantando e seguindo a canção  
Aprendendo e ensinando uma nova lição  
Vem, vamos embora  
Que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora  
Não espera acontecer

Os versos de Geraldo Vandré retratam não apenas as dificuldades enfrentadas num contexto de repressão generalizada e de ditadura militar, mas desvelam também a realidade social enfrentada nesse contexto de perseguição política e nos ajudam a compreender de onde surgiam as resistências diante de um contexto tão insólito. A certeza, apontada ao longo de toda a música, em saber qual o caminho deveriam seguir contextualiza perfeitamente o momento político em que se inserem estes sujeitos sociais e suas histórias de vida, e deixa evidente porque essa música virou um símbolo de resistência diante de tudo que se vivenciava no Brasil no final da década de 60 e início dos anos 70, do século passado. Por isso a escolha por esta música para nos ajudar a compreender melhor como surgiu o MST no Piauí, ou melhor, quais foram os seus antecedentes, e qual o papel da CPT nesse processo.

Dentro desse contexto, a força dos novos Movimentos Sociais, no final da década de 70, tornou possível o ressurgimento do povo na cena política, mas não foi apenas um simples ressurgimento, pois segundo Eder Sader “este é o momento de constituição de novos personagens”.<sup>108</sup> Depois de mais de uma década vivendo uma violenta ditadura, quando os direitos políticos foram, de muitas formas, completamente cerceados, o que provocou um

---

<sup>108</sup> Sobre o impacto dos Movimentos Sociais neste período ver SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

enorme refluxo dos movimentos sociais. Esses novos sujeitos sociais perceberam que não adiantaria mais esperar, portanto, aproveitaram o desgaste do governo militar para não só retomarem a luta por seus direitos, historicamente negados em nosso país, mas também, para construir uma nova alternativa de luta dos trabalhadores no Brasil: “Vem, vamos embora// Que esperar não é saber// Quem sabe faz a hora// Não espera acontecer”.<sup>109</sup>

Em relação a este contexto político e suas implicações dentro do cenário social vivenciado por estes atores sociais, é importante ressaltarmos a análise de Eder Sader em relação a este momento de efervescência política e social:

O maravilhoso espanto com a dimensão visível daqueles pequenos grupos, agora reunidos, consolidou uma imagem evocada cada vez que os que o viveram falam sobre os movimentos sociais da década passada. Nas narrativas das pastorais da Igreja aparecem uma pluralidade de pequenos grupos comunitários que se unem numa “caminhada”. Não é por acaso que a canção de Vandrê, aliás, entoada naquela manhã de maio logo na saída da praça da Matriz e até chegarem ao Estádio da Vila Euclides, foi incorporada como peça obrigatória nos ritos dos tempos de resistência. Nessa representação a luta social aparece sob a forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública. O que acontecera na manhã do 1º de maio de 1980 parecia condensar a história de todo o movimento social que naquele dia mostrava a cara ao sol.<sup>110</sup>

E o que chamou a atenção não fora apenas o fato de os movimentos sociais voltarem a ser protagonistas de grandes mobilizações sociais, mas também o fato de emergirem, naquele momento, grupos sociais que não eram considerados significantes, na construção das mobilizações sociais, pelo menos até aquele momento. Portanto, o novo surge por vários fatores, e torna-se mais impactante justamente por isso:

A imagem viva da emergência de um sujeito coletivo, como um ato de afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, foi logo elaborada por testemunhas, que chamaram a atenção para novos personagens que alteravam os roteiros preestabelecidos. A partir de abordagens e interesses diversos, o que as diferentes interpretações mostravam era o fato de o conflito fabril ter extravasado o contexto sindical e, exprimindo uma disposição coletiva de auto-afirmação, aberto um novo espaço para a expressão política dos trabalhadores.<sup>111</sup>

<sup>109</sup> MÚSICA: **Pra não dizer que não falei das flores**, *Idem*.

<sup>110</sup> SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 28-29.

<sup>111</sup> *Idem*.

A experiência da repressão e a memória da consequente derrota dos movimentos sociais pré-64 ainda estavam muito vivas e muito próximas. Era sobre as “flores no chão” que caminhava o novo, como diz a música de Vandr . Por isso o novo carrega o peso do passado e  , na contraposi o a esse mesmo passado, que esse se constitui.<sup>112</sup>   nesta conjuntura tensa que se inicia a constru o de um novo Movimento Social. Seu projeto   viabilizado pelas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, tanto no campo como na cidade, onde os mais diversos sujeitos fabricam os cenários perfeitos para fazer vir à tona suas insatisfa es. Mas como vimos no t pico anterior deste capítulo, as histórias de vida(s) destes trabalhadores rurais não eram movidas apenas por dores e sofrimento. Seus sonhos, suas paixões e a esperança de viver uma vida melhor, unidos em torno de suas famílias, constituíam um lado importante de suas expectativas. Portanto, todos estes traços são fundamentais para a compreensão de suas histórias de vida e de sua decisão de construir novas formas de luta.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST surge neste contexto e constitui-se a partir destas marcantes histórias de vidas já explicitadas. Sua constru o inicia-se pelo sul do país. Rapidamente se espalha para as demais regiões, não demorando a chegar ao Piauí. Assim, surge o MST, da força e da dor, da esperança e dos sonhos, de milhões de homens e mulheres, de crianças e de velhos, sozinhos ou em parcerias com a família. Todas elas tinham perdido muitas coisas ao longo de suas vidas, algumas perderam praticamente tudo sob o fardo das botas que governavam o país. Bens materiais, que já eram escassos, foram destr ados; entes queridos, amigos e/ou familiares haviam sido presos, torturados, assassinados... Os sonhos de viverem em paz em “seu pedacinho de chão” escapava entre os dedos de suas mãos. Perderam quase tudo, s  não deixaram lhes escapar a esperança, que ressurge como a *F nix*,<sup>113</sup> e das cinzas fabricadas pelos longos e frios coturnos dos militares surge o novo, renasce a esperança.

A terra se converte em uma causa mais ampla e aos sonhos particulares, individuais, são agregados projetos coletivos. Como esquecer os relatos de Dona Antônia,

---

<sup>112</sup> Sobre a discussão dos novos movimentos sociais, bem como sobre suas novas práticas, podemos compreender melhor como estes novos movimentos sociais se constituem, além de podermos refletir sobre em qual conjuntura política eles se constituem. Portanto, para compreendermos melhor este debate e para complementarmos a leitura de Eder Sader recorremos aos textos: 1- ALVAREZ, S nia E.; DANGINO, Evelina; ESCOBAR, Artur. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: **Cultura e a política nos movimentos sociais latino-americanos** (Autores e organizadores). Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 15-50. 2- FRANK, André G. e FUENTES, Marta. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. Cópias de arquivo particular sem cataloga o. 3. – MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. Cópias de arquivo particular sem cataloga o.

<sup>113</sup> Aproprio-me aqui do texto de Clóvis Moura: “Sociologia política da guerra camponesa de Canudos”, em que o autor faz uma análise da rela o entre o MST e outros Movimentos Sociais. MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. p. 125-154.

Dona Anísia, Dona Joana e seus filhos Maria do Socorro e Domingos Araújo que, ao descreverem suas histórias de vida, partem de suas dificuldades específicas, mas logo se inserem numa luta que não é mais apenas deles e de suas famílias, passando a ser “uma luta de, e por, todos”.

Neste tópico discutirei estas histórias em cruzamento com a história da CPT-PI e de forma este encontro possibilitou a construção do MST-PI. Qual o papel da família na constituição deste Movimento Social? O que tornou possível sua constituição como a principal alternativa de organização e luta dos trabalhadores rurais do Brasil e, conseqüentemente, no Piauí?

Nossa análise se sustentará na relação da memória construída a partir das histórias de vida dos trabalhadores rurais que se engajaram na luta por terra no Piauí, com as matérias do Jornal “O Dia”<sup>114</sup> detentor do discurso “oficial” que tentará nos convencer de que trabalhador é “baderneiro” e que reivindicação social é “invasão”.

Ademar Bogo, músico, intelectual e militante do MST, traz em uma de suas letras a representação perfeita dessa situação enfrentada pelos trabalhadores brasileiros nessa conjuntura do final da década de 1980. A letra resume em poucos versos, não apenas a situação difícil vivenciada por estes trabalhadores, mas indica ainda quais os caminhos deveriam seguir, e mais, nos aponta a relação de setores da Igreja Católica com a organização desses trabalhadores no intuito de construir suas próprias ferramentas de luta:

### **Libertação**<sup>115</sup>

A nossa luta é no campo e na cidade  
Pra construir uma nova sociedade.

Quem rouba a terra, rouba a vida do pobre  
Que necessita da terra pra viver  
A terra é vida para quem trabalha nela  
Negar a terra é fazer o pobre morrer.

Nós sempre somos explorados nos empregos  
Da nossa força sai o lucro do patrão  
E pra casa vai o decreto de morte  
Salário baixo e pouca alimentação

Mas é nas Ceb's que os pobres se organizam  
Acreditando uns nos outros e na união  
É com os pobres que a Igreja vai se mudando

<sup>114</sup> Fundado em 1º de Fevereiro de 1951 por Raimundo Leão Monteiro.

<sup>115</sup> Música de Ademar Bogo. Música 144 do livro **Seguindo a canção**. Coletivo nacional de cultura/ MST – frente de música. São Paulo: Anca. p. 108.

E reencontrando o Deus da libertação.

Unidos vamos conquistar nossos direitos  
Com fé na luta buscamos a liberdade  
Acreditando e fazendo Reforma Agrária  
Sendo semente da nova sociedade

A letra da música de Ademar Bogo enfatiza muito bem essa conjuntura política vivenciada não apenas no campo, mas na cidade também. Evidencia ainda, muito mais que essa tentativa de articulação de diferentes esforços, em defesa da redemocratização e por melhores condições de vida, ela nos afirma que existe uma tentativa de articulação desses diversos atores sociais que estão atuando na sociedade, naquele momento, seja no campo, ou na cidade. A letra faz uma caracterização das forças opositoras, que convivem nesse ambiente turbulento, e procura definir quem são os exploradores: “que roubam a terra, roubam a vida do pobre”, e quem são os explorados: “Nós sempre somos explorados nos empregos// Da nossa força sai o lucro do patrão// E pra casa vai o decreto de morte// salário baixo e pouca alimentação.”

E para além dessa caracterização social e política, Bogo nos aponta a alternativa defendida pelo movimento, além de reforçar qual o papel que a Igreja, e a religiosidade, ocupam dentro deste contexto: “Mas é nas Ceb’s que os pobres se organizam// Acreditando uns nos outros e na união// É com os pobres que a Igreja vai se mudando// E reencontrando o Deus da libertação.” Aqui, percebemos que esse processo de ebulição social alterou não apenas a vida de milhões de trabalhadores, do campo e da cidade, mas alterou também, e significativamente, a atuação de instituições que trabalhavam de forma mais presente no cotidiano dos trabalhadores, como por exemplo o “reencontro” da Igreja com o “Deus da libertação.” Por fim, a canção ainda apresenta qual o caminho: “Acreditando e fazendo Reforma Agrária// Sendo semente da nova sociedade.”

Voltando nossa análise para o contexto político, temos que em 15 de março de 1974, Ernesto Geisel, general do exército, tomou posse para um mandato de cinco anos e anunciava que “avançaria, aos poucos, na direção de um regime democrático, no entanto, seria uma abertura lenta, gradual e segura. Era o começo do fim do regime militar, que ainda duraria outros dez anos”.<sup>116</sup> Na prática, a repressão continuava implacável, principalmente devido ao “(...) estado de exceção construído pelo AI – 5,<sup>117</sup> com as margens de liberdade e

<sup>116</sup> MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 96.

<sup>117</sup> Ato Institucional nº 5, decretado em dezembro de 1968, pelo Presidente General Costa e Silva. “Esse instrumento restabelecia o poder do presidente de cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir e aposentar juízes e funcionários, acabar com a garantia do *habeas corpus* e reforçar a repressão”. *Idem. Ibidem.*

de crítica reduzidas a quase zero”.<sup>118</sup> “Há soldados armados, amados ou não// Quase todos, perdidos de armas na mão// nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição// De morrer pela pátria e viver sem razão”.<sup>119</sup>

Se nas cidades a repressão era generalizada, no campo ela também se fazia muito presente, reforçada pela violência endêmica dos “donos da terra”. Esta ação conjunta tinha o intuito de controlar possíveis articulações de trabalhadores rurais que colocassem em questão a propriedade privada da terra e o poder de seus ardorosos defensores, muitos destes alçados a governantes locais, regionais e nacionais. A situação era cada vez mais tensa:

O governo de Ernesto Geisel recebeu, como herança do anterior, inflação e alta dívida externa. Além disso, havia a crise internacional do petróleo. Nesse quadro de dificuldades, o governo necessitava de apoio da sociedade. Ele anunciou então a abertura política lenta e gradual. Era o começo do fim do regime militar, que ainda duraria dez anos. (...) A censura à imprensa foi suspensa em 1975 [No entanto] A linha dura dos militares, insatisfeita com essa liberalização, promoveu uma onda de repressão. Foi quando prenderam e assassinaram o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho, ambos de São Paulo.<sup>120</sup>

Apesar da violência constante os trabalhadores resistiam, e mesmo após uma década de duríssimas restrições políticas e sociais impostas principalmente pelo AI – 5, aos poucos iam se articulando, e com estes brotava a esperança de toda uma nova nação, e de que dias melhores poderiam vir: “Pelos campos há fome em grandes plantações// Pelas ruas marchando indecisos cordões// Ainda fazem da flor seu mais forte refrão// E acreditam nas flores vencendo o canhão”.<sup>121</sup>

Neste momento, como vimos nas histórias anteriormente reconstituídas, a Igreja se configurava como o principal local de encontro, reuniões e articulações políticas dos trabalhadores. Estes, até certo ponto, protegidos pelo poder que a instituição – Igreja Católica – possuía, eram acolhidos por seus setores considerados progressistas e que deram um amplo apoio à reorganização dos trabalhadores em nosso país.<sup>122</sup> As CEB’s, Comunidades Eclesiais de Base, eram o principal ponto de apoio dentro da Igreja, e a partir de suas experiências

<sup>118</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 52.

<sup>119</sup> MÚSICA: **Pra não dizer que não falei das flores**, *Idem*.

<sup>120</sup> MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 100.

<sup>121</sup> MÚSICA. **Pra não dizer que não falei das flores**, *Idem*.

<sup>122</sup> Sobre a importância do papel da Igreja na reorganização dos trabalhadores rurais do Brasil, ver o documento A Igreja e os problemas da terra aprovado na 18ª Assembleia da CNBB, realizada em 14 de fevereiro de 1980 em Itaici, São Paulo.

tornaram possível o surgimento de novos instrumentos como o CIMI<sup>123</sup> e a CPT, que, por sua vez, contribuíram significativamente na construção das oposições nos sindicatos rurais, assim como na articulação para a criação do MST em praticamente todo território brasileiro: “Mas é nas Ceb’s que os pobres se organizam// Acreditam uns nos outros e na união// É com os pobres que a Igreja vai se mudando// E reencontrando o Deus da libertação”.<sup>124</sup>

A CPT nasce em junho de 1975, em Goiânia, e surge exatamente no período em que o governo dá um forte apoio à agricultura de exportação, fazendo com que se inicie um processo de aquisição de terras por parte de empresas e latifundiários, principalmente na região Amazônica e no Nordeste. Esta política se sustenta, principalmente, nos projetos de colonização do governo militar, sobre os quais Morissawa chega a afirmar que:

Pela propaganda oficial, havia terras em abundância à espera de colonizadores às margens das grandes rodovias: a Transamazônica, Cuiabá - Santarém e a Cuiabá - Porto Velho. Essa política espelhava o interesse do governo em esvaziar os conflitos por terra nos quatro cantos do Brasil. O general Médici a justificava como uma forma de “levar homens sem terra para terras sem homens”.<sup>125</sup>

Em decorrência deste processo temos a expulsão dos antigos moradores dessas terras e somada a isso, a intensificação da exploração destes trabalhadores rurais. “Quem rouba a terra rouba a vida do pobre// Que necessita da terra pra viver// A terra é vida para quem trabalha nela// Negar a terra é fazer o pobre morrer.// Nós sempre somos explorados nos empregos// Da nossa força sai o lucro do patrão// E pra casa vai o decreto de morte// Salário baixo e pouca alimentação”.<sup>126</sup> Sobre este processo Dom Tomás Balduino diz: “A CPT nasceu no momento do avanço do grande capital em direção à Amazônia à custa do genocídio dos povos indígenas e do massacre dos camponeses, com total impunidade para militares e pistoleiros”.<sup>127</sup>

Ainda sobre o surgimento e o significado da CPT, vejamos o que nos informa a cartilha produzida pela CPT do Piauí, quando da comemoração dos seus vinte e cinco anos de

<sup>123</sup> Conselho Indigenista Missionário, é um organismo ligado a CNBB que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas, foi criado em 1973. Ver: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

<sup>124</sup> MÚSICA. **Libertação**, *Idem*.

<sup>125</sup> MORISSAWA, Mitsue, *op. cit., loc. cit.* Ainda sobre a política de colonização do governo militar ver também **Reforma Agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 14-28.

<sup>126</sup> MÚSICA. **Libertação**, *Idem*.

<sup>127</sup> BALDUÍNO, Dom Tomás. Depoimento: Ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. In: **Dossiê Desenvolvimento Rural**. Vol. 15, n°. 43. São Paulo: EDUSP, p. 14.

luta. Nesta memória a história da instituição é a base para reafirmar os compromissos do presente:

A CPT é uma Pastoral Social da Igreja Católica no Brasil, porém uma prática ecumênica. A CPT quer ser ‘fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra’ engajando-se na construção do projeto popular para o Brasil. Tem como objetivos:

- Prestar um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e da água;
- Estimular e reforçar seu protagonismo em suas lutas pela reforma agrária e agrícola.

O Trabalho da CPT é um trabalho de base que busca priorizar a convivência fraterna com o Povo, a formação integral dos trabalhadores e trabalhadoras e agentes e a memória dos mártires da terra. Fortes conflitos de terra surgiram devido à resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras. Esses trabalhadores pediram o apoio da Igreja e a CPT foi criada. Assim, os verdadeiros pais e mães da CPT foram os peões, os posseiros, os índios migrantes, as mulheres e os homens que lutam por liberdade e dignidade numa terra livre da dominação.<sup>128</sup>

A CPT, portanto, surge e se constrói a partir da necessidade dos trabalhadores e das trabalhadoras de lutarem para permanecer na terra, em suas terras, terras estas, muitas vezes, habitadas há décadas e por várias gerações de uma mesma família. A resistência, celebrada neste documento–monumento, é apresentada não só como a essência das histórias de vida destes “guerreiros do campo”,<sup>129</sup> mas também como alicerce fundamental, constituinte da CPT. A memória celebrada pela CPT confunde-se com a história de vários trabalhadores rurais brasileiros. Ela é parte da história de luta da família de Dona Antônia, bem como a da família de Dona Anísia e da de Dona Joana e de milhares de outras famílias Sem-Terra.

A memória deste momento efervescente de nossa história nos mostra inclusive como a luta por melhores condições de vida no campo aproximou diversos sujeitos políticos. Seja no campo ou nas ruas das cidades, os sonhos individuais e coletivos convergiam em torno do sonho maior, o sonho por liberdade: “Nas escolas, nas ruas, campos, construções// Somos todos soldados, armados ou não// Caminhando e cantando e seguindo a canção// Somos todos iguais, braços dados ou não”.<sup>130</sup> As memórias sobre este tempo singular reverberam nos mais diferentes lugares de discurso. Vejamos mais uma vez a fala de Dom Tomás Balduino:

<sup>128</sup> Cartilha: CPT-PI, 25 anos de luta, p. 5-6.

<sup>129</sup> Aproprio-me aqui do título da obra de Dionísio da Silva: **Os guerreiros do campo**. São Paulo: A Girafa, 2006. Inspirado no artigo de Alberto Dines sobre os Sem Terra.

<sup>130</sup> MÚSICA. **Pra não dizer que não falei das flores**, *Idem*.

Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária... Apoiamos igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigirem a aplicação e/ou a reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população.<sup>131</sup>

Também para a historiografia, esta confluência de experiências políticas distintas provocou intensos debates em torno de conceitos como política, projeto político, movimento social, instituições... Entre o passado e o presente, entre a memória e a história, o novo e o velho tornaram-se debate: “Quando novos personagens entraram em cena”,<sup>132</sup> o próprio título nos remete à questão central não só do texto do autor, mas também nos leva às inquietudes de uma época, em que pesquisadores e militantes sociais debatiam as particularidades de um momento histórico marcante para a constituição destes próprios movimentos.

A obra discute a fragmentação e diversidades das práticas sociais existentes durante a década de 70, mas tal heterogeneidade não foi analisada por Eder Sader como empecilho à constituição dos movimentos sociais, mas sim como sendo a particularidade de uma nova forma de entender e fazer política, na qual a autonomia em relação às instituições consagradas como “lugares de política” foi o grande diferencial, como destaca Marco Aurélio Garcia:

Eder começou a analisar o significado da reanimação política do Brasil, preocupando-se menos com os aspectos institucionais da transição que começa a se insinuar a partir de 74/75, e mais com o aparecimento de uma nova classe operária, de combativos movimentos reivindicatórios nas periferias das cidades brasileiras ou de outros tipos de movimentação social onde detectava uma dinâmica cuja característica fundamental era a autonomia. (...) *Quando Novos Sujeitos entram em cena* representa o resultado de muitos anos de reflexão sobre os movimentos sociais e suas implicações para a construção de uma política dos trabalhadores.<sup>133</sup>

Portanto, partindo da análise de experiências de lutas de trabalhadores da grande São Paulo na década de 70, Eder Sader lança luz sobre todo um conjunto de Movimentos Sociais que então se construía, valorizando o impacto deles em nossa sociedade:

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a

<sup>131</sup> BALDUÍNO, Dom Tomás, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>132</sup> SADER, Eder, *op. cit.*

<sup>133</sup> GARCIA, Marco Aurélio. Eder Sader: **O futuro sem este homem**. Texto publicado no site: [www.2.fpa.org.br/portal](http://www.2.fpa.org.br/portal), publicado em 30/09/1988. p. 4-5.

começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real<sup>134</sup>

Ao incorporar esta interpretação, nossa intenção é ressaltar a importância assumida pela CPT na organização dos trabalhadores rurais, inclusive como fruto do trabalho realizado pelas CEB's, uma emergência também lembrada por Eder Sader como constituinte deste processo. Dom Tomás Balduino, numa entrevista publicada na revista *Estudos Avançados*, número 43, resgata José de Souza Martins ao comentar a importância da CPT dentro desse processo, o que reforça essa legitimação:

“A fundação da CPT institui uma nova mediação na expressão da vontade política desse novo agente do processo de transformação social no Brasil, desse novo sujeito de nossa história. (...) Estimula o aparecimento dos Movimentos Sociais(...) Estimula a que os trabalhadores não abram mão das outras dimensões da sua luta, que não se reduzem ao sindical e ao econômico, à questão da sobrevivência imediata. Ela proclama que sem dignidade não há vida verdadeira”. E o mesmo autor assim expressa a sua leitura sobre o caráter desse serviço pastoral: “A CPT não é apenas uma Comissão Pastoral da Terra. A CPT é sobretudo e fundamentalmente, uma Comissão Pastoral da Vida”.<sup>135</sup>

Impossível não lembrar de Dona Antônia Maria da Conceição, de sua luta e de sua dignidade de membro do grupo de remédios caseiros, de ministra da Igreja e de mãe de nove filhos, “todos na escola!”, todos estes espaços constituintes de uma Dona Antônia que se forjava na luta e nos diversos espaços de atuação militante. “Os amores na mente, as flores no chão// A certeza na frente, a história na mão// Caminhando e cantando e seguindo a canção// Aprendendo e ensinando uma nova lição”.<sup>136</sup>

No Piauí, a CPT surgiu em 1979, e assim como no restante do país, surge a partir da necessidade dos trabalhadores rurais que cotidianamente enfrentavam a seca, a falta de expectativa em relação ao seu futuro e ao futuro de seus filhos e vários conflitos de terra. Segundo Expedita Araújo, uma das coordenadoras da CPT, ligada à arquidiocese de Teresina,

<sup>134</sup> ÉDER, Sader, *op. cit.* p. 26-27.

<sup>135</sup> BALDUÍNO, Dom Tomás, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>136</sup> MÚSICA. **Pra não dizer que não falei das flores**, *Idem*.

A CPT surgiu nos anos 70, a Comissão Pastoral da Terra a nível nacional, só que ela não surgiu do nada. Ela surgiu por que nas regionais, por exemplo, aqui no Piauí, (...) já tinha uma semente de organização em cima de toda aquela conjuntura da época que tava surgindo. (...) Já tinha a experiência de outros setores da Igreja e da sociedade organizada. Então ela não surgiu do nada, ela surgiu de várias iniciativas já nas bases, principalmente na região centro, centro-oeste, onde os vários grupos de implantação do agronegócio estavam chegando com a ‘modernidade’ no campo, a tecnologia, aquela coisa toda e da luta e dos esforços da Igreja Católica.

Ainda refletindo sobre esse processo de construção da CPT, e de fortalecimento da luta pela terra, outros grupos ajudaram a construir essa árdua e lenta caminhada, como lembra Expedita:

E outros setores né, inclusive naquela região outras Igrejas participavam e continuam participando até hoje, assim com muita força nesse campo do apoio pastoral. Então a CPT surge aí, em 75 é oficializada a criação da Comissão Pastoral da Terra à nível nacional, já vários regionais participando. (...) Como a Igreja também não tinha força, então foram juntando várias iniciativas: iniciativas do movimento sindical, iniciativa dos movimentos mais ligados às pastorais, a Igreja Presbiteriana, a Igreja Luterana e a Igreja Católica foram se juntando. A CPT não saiu só da Igreja Católica, mas desde o seu início ela teve uma participação de outras Igrejas.<sup>137</sup>

Em relação à Igreja Católica e ao apoio à construção do MST, é preciso destacar que não eram todos os setores da Igreja que se engajaram na construção desse projeto. A Igreja católica caracteriza-se como uma instituição bastante heterogênea, e portanto, como nos afirma Costa, a participação de seus membros, em defesa do direito dessas famílias em poderem se organizar para lutarem pelo acesso à terra, não foi uma unanimidade. Mas esse processo interno articulado por setores da Igreja foi sendo construído lentamente, e aos poucos foi se alicerçando e ganhando novas formas de organização:

A iniciativa se fez a partir de um grupo que se identificava com a Igreja da opção preferencial pelos pobres, que tinha como suporte a “teologia da libertação”, defendida em Medellín, no final da década de 60 (1968), e referendada no final dos anos 70 (1978), na reunião de Puebla. A prática desse grupo se respaldava num discurso ético apoiado nas ideias de igualdade, justiça social e na fonte doutrinal, que proclamava como vocação humana a construção do “reino de Deus”. A partir de então, floresceram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), as Comissões da Pastoral da Terra (CPT), como resposta às solicitações do mundo moderno. Era uma nova Igreja que se mostrava comprometida com a dignidade do homem, com os direitos humanos e consciente de que a libertação dos oprimidos passa não

---

<sup>137</sup> *Idem.*

só pela libertação do seu trabalho, mas também pela forma como eles pensam.<sup>138</sup>

Esse processo, dentro da própria Igreja, foi sendo construído lentamente, pois no primeiro momento, quando o golpe militar foi instituído, a Igreja, majoritariamente, apoiou esse mesmo golpe, e aos poucos, especialmente após a instituição do Ato Institucional nº 5, a Igreja, ou pelo menos, alguns setores dessa, foi alterando o seu posicionamento, pois as pressões existiam não apenas fora desta, mas também em seu interior. Em relação a estas tensões, enfrentadas no âmbito interno da Igreja Católica, e às mudanças que essa mesma Igreja foi sofrendo, diante desse contexto, é interessante ressaltar que:

No entanto, o recrudescimento político impresso pela Ditadura Militar (1964 a 1985) representou o verdadeiro ponto de inflexão no que concerne à postura política da Igreja. A afronta patente aos direitos humanos, inclusive a perseguição, tortura, prisão e assassinato de membros do clero católico e leigos atuantes, somada à constatação da miséria e da opressão em que viviam amplas parcelas da população brasileira, determinou os novos rumos da atuação política da Igreja.<sup>139</sup>

No Piauí, A CPT foi fundamental para a construção do MST. Na verdade a MST foi a principal responsável por toda a articulação que envolvia uma série de questões, desde a segurança até a articulação de pessoas que pudessem ajudar nessa empreitada, mesmo porque a conjuntura política ainda era bastante tensa, e as incertezas quanto ao futuro político do país pairavam no ar. Maria Gorete de Souza, militante Sem-Terra do estado do Maranhão, que desde o começo da construção do MST no Piauí estava responsável por esta tarefa de articulação política, numa entrevista organizada pelo próprio MST para fazer parte de um memorial sobre a história da luta pela terra no Brasil, nos fala dos primeiros passos dessa luta em terras piauienses, e destaca a importância da CPT-PI para a concretização desse desafio:

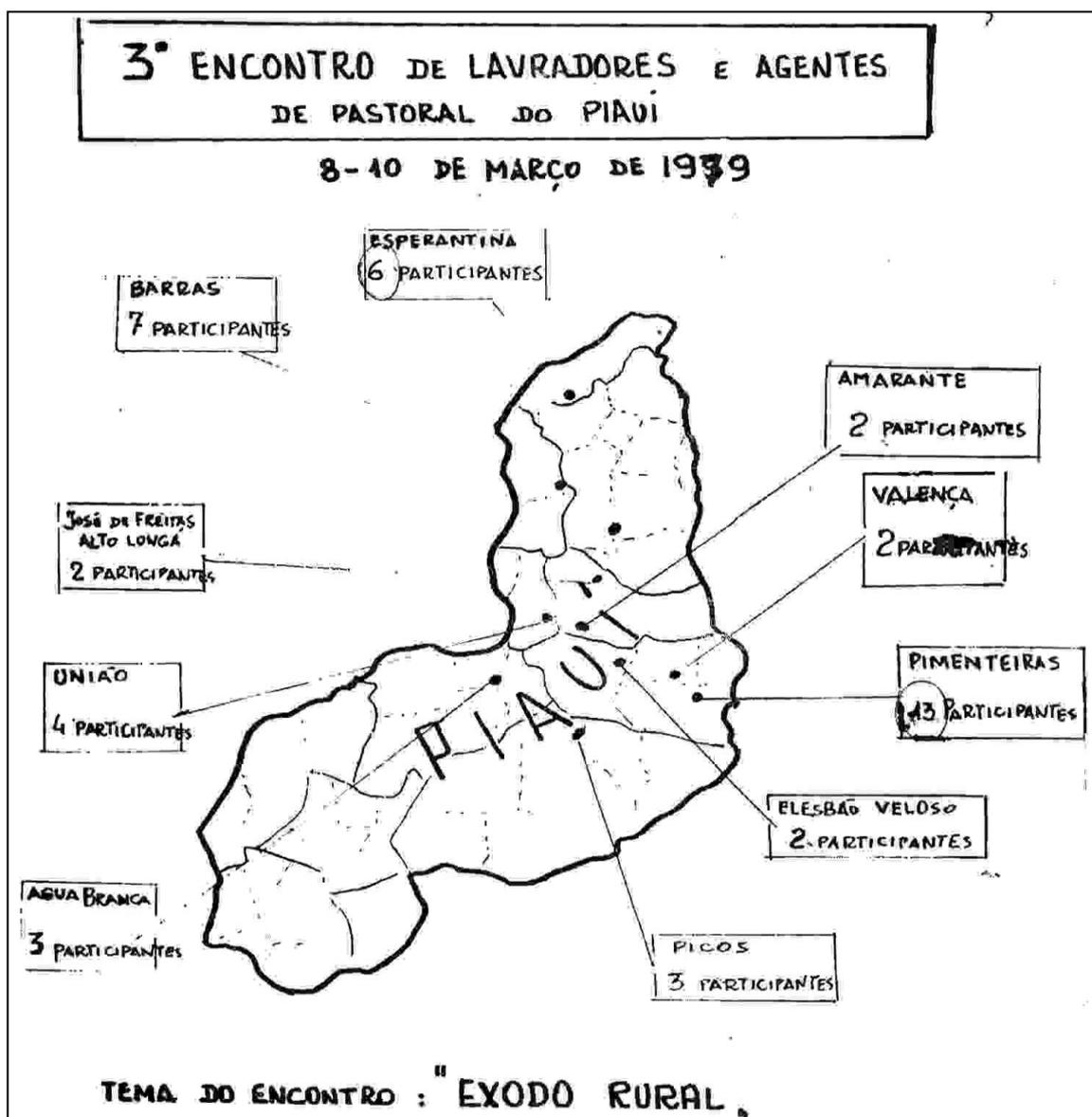
O Movimento Sem-Terra começou no Piauí em 85, logo após o Congresso Nacional do Movimento Sem-Terra em 85, começou então uma articulação aqui no Piauí, e essa articulação, ela se deu, no início, basicamente através da CPT, a CPT que articulou o Movimento Sem-Terra no início. Como se deu isso? Bom, a CPT deu toda a sua estrutura sim, sua estrutura é para fazer a articulação do Movimento. Então veio uma pessoa do Paraná que se chamava Justino, e a mulher dele que eu não me recordo o nome, se era Paula ou Ana né, e vieram para o Piauí para começar a articular o

<sup>138</sup> COSTA, Cléria Botelho da. *Vozes da terra: lutas e esperanças dos Sem-Terra*. Uberlândia: EDUFU, 2009. P 212-213.

<sup>139</sup> Zanini, C. F.; Baccega, M.; Zappia, R. B. A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina. *História e Perspectiva*, Uberlândia, V. 24, n. 44, Jan./Jun. 2011. p. 100. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19361/0>>.

Movimento Sem-Terra, eles... Como se dava essa articulação? Essa articulação, ela se dava basicamente nos encontros da CPT né, então onde tinha... a CPT tinha articulação e o Justino ia até lá para fazer reunião, explicar o que era o Movimento Sem-Terra, quais eram os objetivos do Movimento Sem-Terra, ele participava das reuniões que a igreja fazia, articulada pela CPT, ou mesmo pela paróquia na qual ele ia.<sup>140</sup>

Em terras piauienses, esse processo embrionário, de construção da CPT, pode ser melhor visualizado no gráfico que apresentaremos a seguir, extraído de material coletado nos arquivos da própria CPT-PI, e que marca essa primeira fase de consolidação desses processo:



**Figura 02** – 3º Encontro de Lavradores e Agentes de Pastoral do Piauí  
Fonte: Acervo CPT-PI

<sup>140</sup> SOUZA, Maria Gorete de. Entrevista referente a pesquisa memorial. Arquivo do MST do Piauí. p. 01.

No Piauí, como observamos no gráfico, o processo de organização da CPT inicia-se pelo norte do Estado, na região de Pimenteiras e Esperantina, o que pode ser inferido a partir da análise do número de participantes no 3º Encontro de Lavradores e Agentes de Pastoral do Piauí. Neste encontro participaram 44 pessoas e, destas 13 eram do extremo norte do Estado (Barras e Esperantina), e outras 13 eram da região de Pimenteiras, como fica evidenciado no mapa que acompanha o material utilizado pela comissão provisória na preparação e organização do referido encontro: 141A própria CPT divide sua história no Piauí, pelo menos, em dois importantes períodos. O primeiro compreende “as primeiras iniciativas de estruturação” e vai de 1978 à 1984:

Temos que falar do final da década de 70. Este período estava marcado pelo surgimento de muitos conflitos relacionados à problemática da terra. Trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo na região norte do Estado, sofreram ameaças de toda natureza e clamavam por justiça. Sensibilizados com a situação, seguimentos da Igreja, especialmente na região de Pimenteiras e Esperantina, despertam e tomam iniciativa de abraçar a luta em favor dos lavradores e lavradoras, iniciando assim, o processo de organização em vista da criação de um instrumento de defesa e apoio destes resistentes, lutadores e lutadoras pela terra e pela vida. Padres, religiosos e religiosas, leigos e leigas foram se envolvendo nesta caminhada, tornando possível a concretização dos anseios destes companheiros e destas companheiras.<sup>142</sup>

Inicialmente a Comissão Provisória era composta pelo Pe. Sandro, Irmãs Rosa e Suzana<sup>143</sup>, sendo ampliada com a chegada de Ir. Nair, Pe. Ladislau – ex-superintendente do INCRA<sup>144</sup> –, Pe. Nery e dos trabalhadores rurais Josino e João Batista.<sup>145</sup> Segundo consta na memória da Instituição, esta comissão provisória,

Solicitou aos Bispos do Estado um reconhecimento do trabalho desenvolvido enquanto pastoral da Igreja para ter um efeito multiplicador em todas as Dioceses do Estado. Na Assembleia da Província do Piauí<sup>146</sup> se aprovou e confirmou suas atribuições da CPT do Piauí: estudar a realidade de maneira global; conscientizar as vítimas da opressão e também dos agentes; marcar

<sup>141</sup> Documento: **3º Encontro de Lavradores e Agentes de Pastoral do Piauí**. 1979, p. 2.

<sup>142</sup> Cartilha: **CPT Piauí: 25 anos de luta**, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>143</sup> Sobre Suzana a cartilha da CPT não nos informa maiores detalhes, portanto não conseguimos identificar se ela era uma “Irmã da Igreja” ou se era uma “leiga” que se incorporou nesta luta de criação da CPT.

<sup>144</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, é uma autarquia federal criado pelo decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 8

<sup>146</sup> Realizada nos dias 27 e 28 de Setembro de 1979. Ver documento: **Construindo a história da CPT Piauí**.

presença no meio rural; animar e acompanhar os agentes em sua caminhada.<sup>147</sup>

Coerente com os objetivos estabelecidos em nível nacional, a CPT no Piauí procura ajudar aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado a enfrentarem as dificuldades de permanecerem na terra e de lutarem por melhores condições de vida, “tornando possível a concretização dos anseios destes companheiros e destas companheiras”. Para aqueles que produziram esta memória, ao receberam apoio da Igreja e a partir do momento em que começaram a contribuir com o processo de construção da própria CPT, estes “lutadores e lutadoras” ajudaram os setores progressistas da Igreja a fortalecer a relação desta instituição com os princípios da Teologia da Libertação.<sup>148</sup>

O segundo período, que foi nomeado “contribuindo para o surgimento de Novos Sujeitos”, recobre os anos de 1985 a 94. A novidade, como vinha acontecendo no restante do país, era a ampliação das entidades representativas dos trabalhadores como o MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, várias cooperativas e associações e ainda a Escola Sindical “Paulo de Tarso”, além, é claro, do surgimento do MST.

Após aquele primeiro período entendido como um momento de fundação, a CPT inicia esta segunda etapa decidida a reforçar seu “alicerce estrutural”. Para isso a estratégia era fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Piauí, apoiando todas as organizações e instituições que promovessem a luta por melhores condições de vida.

É interessante notar que os objetivos traçados pela CPT do Piauí, neste período, estão em sintonia com as leituras dos pesquisadores, como já mostramos, e também com as inquietudes dos militantes sociais. Como esquecer a recorrente ideia de “Novos Sujeitos Sociais em cena”? Como não identificar a presença de Éder Sader na tentativa de historicização da CPT? Impossível. Principalmente se considerarmos o impacto e a profunda influência que seu texto provoca neste debate. Esta, sem dúvida, é uma etapa marcante para a CPT, pois ela se fortalece na luta e reinventa a si mesma.

Talvez a melhor forma de explicitar “o espírito da época” seja voltando ao poema de Dom Pedro Casaldáliga que serve de epígrafe neste capítulo. Nele a Igreja desmascara os poderosos e clama por solidariedade. Em plena ditadura e com a memória do aniquilamento dos grupos guerrilheiros ainda muito fresca – particularmente na região amazônica onde o PC do B havia organizado, no final dos anos 80, a guerrilha do Araguaia – estes eram sinais

---

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>148</sup> Segundo Leonardo Boff. A teologia da libertação é um grande esforço, de uma grande parte dos cristãos, de fazer do Evangelho e da fé um instrumento em favor da mobilização social. ver: [www.carosamigos.com.br/outras\\_edicoes/grandes\\_entrev//boff.asp](http://www.carosamigos.com.br/outras_edicoes/grandes_entrev//boff.asp)

inequívocos de que havia outra resistência, em novas bases, e que novos tempos se preparavam, rumo à *Terra nossa, liberdade*.<sup>149</sup>

Esta parceria entre Igreja e MST é considerada, por aquele que se tornou o líder por excelência do movimento e, por isso mesmo, o seu mais conhecido porta-voz, João Pedro Stédile, como uma experiência fundante para o movimento social:

Há ainda mais um aspecto que também julgo importante do trabalho da CPT na gênese do MST. Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Por que isso foi importante para o MST? Porque se ela não fosse ecumênica, e se não tivesse essa visão maior, teriam surgido vários movimentos. A luta teria se fracionado em várias organizações. Se o pastor Werner Fuchs, por exemplo, que começou um trabalho de organização dos camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, se ele não estivesse integrado à CPT, teria se formado um movimento camponês dos luteranos. A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional.<sup>150</sup>

Esta leitura foi em grande medida informada pela experiência, já que João Pedro assessorou, como funcionário da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, a CPT daquele Estado, antes mesmo de se tornar um dos fundadores do MST. Mas à experiência pessoal soma-se, na construção deste discurso, um diagnóstico da conjuntura política mais ampla que define os contornos da criação do MST:

Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e a luta pela democratização da sociedade.<sup>151</sup>

Ainda sobre essa conjuntura, de luta em defesa da democratização do país, e sua relação com a formação do MST, João Pedro Stédile ressalta a importância das muitas alianças promovidas em torno do nascimento daquele Movimento Social, especialmente a

<sup>149</sup> Poema que deu o título à primeira edição de um livro publicado originalmente em espanhol e que conta um pouco das experiências, lutas e andanças de Dom Pedro Casaldáliga: *Tierra nuestra, libertad*, veio a ser publicado no Brasil em 1978 com o nome de **Antologia retirante**, Ver poema no início do capítulo.

<sup>150</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. p. 20-21.

<sup>151</sup> *Ibidem*. p. 22.

partir das articulações que foram surgindo por causa da necessidade de defender o Encruzilhada Natalino<sup>152</sup>, especialmente por conta das repressões do governo militar:

O Coronel Curió. Já se falava muito que ele iria intervir, o que de fato aconteceu. No dia 25 de julho de 1981, Dia do Trabalhador Rural, realizamos uma grande concentração nacional. (...) Enfim, foi uma concentração nacional, apesar de ser lá no sul, na Encruzilhada Natalino. Isso foi ainda no governo Figueiredo.<sup>153</sup> A motivação era a de manifestar solidariedade à luta pela reforma agrária e, ao mesmo tempo lutar contra a ditadura militar. A sociedade, portanto, ajudou a construir o MST, porque se ela não promovesse a defesa do acampamento da Encruzilhada Natalino a derrota política que iríamos sofrer teria adiado a construção do MST, ou então, ele teria nascido com outro sentido, com outro caráter.<sup>154</sup>

No mesmo texto, Stédile e Fernandes evidenciam a gênese desse processo de surgimento da CPT e sua importância para a construção do MST, especialmente pelo caráter que esta legou ao Movimento Sem-Terra:

O surgimento da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, em Goiânia (GO), foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas. Num primeiro momento ela reuniu os bispos da região amazônica, que percebiam o altíssimo grau de violência cometida contra os posseiros das regiões Norte e Centro-Oeste do país. O surgimento da CPT teve, inicialmente, uma motivação regional. Mesmo assim essa articulação de bispos e de padres ligados à luta pela terra representou, do ponto de vista ideológico, um avanço muito importante. De certa forma, foi uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses. Com o surgimento da CPT, há um movimento de bispos, padres e agentes de pastoral, em plena ditadura militar, contra o modelo que estava sendo implantado no campo.<sup>155</sup>

Ainda sobre essa relação existente entre os setores progressistas da Igreja Católica e o surgimento de diversos Movimentos Sociais neste contexto, destaca-se, como já vimos, o MST; podemos melhor compreender a partir da leitura de um artigo que discute o surgimento da Teologia da Libertação na América Latina e suas opções em defesa dos pobres, e nos ajuda

---

<sup>152</sup> “Marco da luta pela terra no Brasil. Inaugurou uma nova forma de luta, o acampamento à beira da estrada. (...) Realizada no ano de 1981, quando mais de 700 famílias sem terra acamparam à beira de uma estrada em Ronda Alta (RS). O acampamento durou três anos e serviu para sensibilizar muita gente para a necessidade da Reforma Agrária no Brasil, e chamou a atenção da opinião pública nacional e internacional.” In: **Calendário Histórico dos Trabalhadores**. Publicação do MST – Setor de Educação/Formação. 3ª ed. São Paulo, 1999. p. 71. Ver também MELIGA, Laerte Dornelis; JANSON, Maria do Carmo. **Encruzilhada Natalino**. Porto Alegre: Vozes, 1982.

<sup>153</sup> General do Exército João Batista Figueiredo, assumiu a presidência da República em 1979 e governou até 1985, sendo portanto o último presidente militar. No seu governo, tivemos uma intensificação das mobilizações populares em defesa da democracia. Além da crise política ter sido agravada por uma severa crise econômica.

<sup>154</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro, *op. cit.* p. 23.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 19-20.

a entender como o contexto social e político foi determinante, tanto para o amadurecimento da própria Teologia da Libertação, bem como para os Movimentos Sociais que surgem a partir deste contexto, especialmente os que tinham atuação no campo:

A atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) desenvolveu-se, com especial ênfase, no campo, objetivando realizar a reforma agrária, tendo como programa estratégico os seguintes pontos: garantir a posse da terra, adquirir legitimidade sobre os títulos de propriedade das terras, estender aos assalariados o cumprimento da legislação trabalhista, conscientizar a todos do processo de expropriação capitalista no campo.<sup>156</sup>

E os autores destacam ainda que essa corrente teológica não foi condenada, nem endossada, pela estrutura de poder dentro da Igreja, o que possibilitou, ao mesmo tempo, que essa corrente se enraizasse nas estruturas latino-americanas, especialmente, naquele contexto, no Brasil, e com isso se envolvesse na construção de novas organizações sociais de trabalhadores que começavam a surgir:

A Cúria Romana evitou polêmicas e não condenou frontalmente as teses da Teologia da Libertação, bem como não endossou, em nível oficial, as posições conservadoras. Ao termo da conferência em Puebla, aprofundaram-se as conquistas da ala progressista e o próprio engajamento político da Igreja com relação às questões econômicas e sociais no continente. Doravante, seu intercâmbio com partidos de esquerda tradicional, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) tornou-se iludível. Ademais, sua influência política repercutiu de forma incisiva na constituição de partidos socialistas democráticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, sindicatos como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e movimentos sociais de base como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).<sup>157</sup>

Todos estes lugares de legitimidade ficariam, no entanto, incompletos se à Fundação do MST não fosse acrescentado um referencial histórico. Este referencial foram as ligas camponesas. Esta linha de afinidade – continuidade? – se sustenta, principalmente, pela forma com que as ligas construíram sua ação política, pois o próprio João Pedro Stédile, ao se referir a elas, nos diz que “estas se mantiveram mais independentes” [do que outros movimentos], com base na bandeira de luta “Reforma Agrária na lei ou na marra”. Por isso, mais do que os sindicatos rurais, as ligas se constituem como uma referência da luta pela Reforma Agrária. Esta necessidade de criar uma linha de continuidade com as histórias das

<sup>156</sup> Zanini, C. F.; Baccega, M.; Zappia, R. B, *op. cit.*, p. 101.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 98.

ligas camponesas pode ser explicada pela necessidade de construir um lastro para o Novo que surgia.

Mas não podemos considerar que esta ligação tem a intenção de demarcar espaços de atração política, é mais que demarcar, é diferenciar. Ou seja, ao criar esta linha de continuidade que ele sabe que é, em certa medida, artificial, João Pedro Stédile assinala a preocupação do movimento de criar, ainda nos seus primórdios, uma “identidade política”. Uma construção que não se faz sem disputa, inclusive no campo da memória. Vejamos, então, o que nos diz Maria Aparecida de Moraes Silva, e qual a relação dessa construção historiográfica com o lugar de disputa dessa memória, e ainda, como ela nos ajuda a compreender a necessidade de construção deste fio condutor da memória coletiva do MST:

O passado revive ao ser lembrado, é como se o motor ganhasse vida. Mais ainda. Nenhum projeto presente pode ser elaborado sem o conhecimento do passado. Partir do presente, com os olhos voltados para o passado, mas em direção ao futuro, é a brilhante definição de história de Walter Benjamin. Nenhum projeto se sustenta sem o conhecimento do passado. Na dialética entre presente, passado e futuro estão os elementos necessários para qualquer ação transformadora da realidade social.<sup>158</sup>

Esta parceria Igreja/MST rendeu muitos frutos e continua a se desdobrar em várias experiências e de muitas formas. Foram, e ainda são, inúmeros os exemplos de militantes sociais mais ligados à Igreja que se inseriram ao longo da trajetória do próprio MST, como é possível exemplificar a partir da trajetória de Maria Gorete Sousa:

Comecei em 1986, quando ainda militava nas Comunidades Eclesiais de Base. Era ligada à Igreja Católica em Oeiras, no Piauí, onde morava. Nessa época, organizações ligadas à Igreja já estavam trabalhando para que o MST fosse conhecido em todo o Brasil. Fiquei responsável em minha paróquia, por acompanhar o trabalho da pessoa que veio organizar o MST no Piauí. O início do MST tem relação com o trabalho pastoral da Igreja. Iniciamos a construção do MST no regime militar, então, a Igreja representava a possibilidade de nos reunirmos. Essas reuniões ocorriam a partir das Comunidades Eclesiais de Base, quando discutíamos a Bíblia e trazíamos as discussões para a nossa realidade concreta e objetiva. Claro que, no final da década de 1990, o MST já tinha autonomia. Desde o início o MST se declara como uma organização camponesa autônoma, de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Não terá ligação com partido e nem uma outra instituição. Assim caminhamos.<sup>159</sup>

<sup>158</sup> SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004, p. 31-32.

<sup>159</sup> SOUSA, Maria Gorete. ENTREVISTA. **Luta pela terra**: além de ocupar as terras, precisamos ocupar as letras. Edição especial. São Paulo: IBASNET, 2005. Disponível em: [www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br).

Hoje, Maria Gorete Sousa é coordenadora político-pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF<sup>160</sup>. E, assim como ela, inúmeros outros militantes, que iniciaram sua trajetória política nas lutas vinculadas à Igreja hoje se encontram militando dentro do próprio MST, numa simbiose que se traduz nas músicas que ressoam a cada nova empreitada: “Unidos vamos conquistar nossos direitos// Com fé na luta buscamos a liberdade// Acreditando e fazendo Reforma Agrária// Sendo semente da nova sociedade// A nossa luta é no campo e na cidade// pra construir uma nova sociedade”.<sup>161</sup>

E a partir destas experiências, individuais e coletivas, a CPT, no Piauí, foi surgindo e consolidando-se, engendrando as experiências e acúmulos do Projeto Nacional, articulando-as com as experiências individuais e familiares de cada trabalhador rural do estado do Piauí, o que em muito se assemelhava à realidade vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o País, constituindo-se numa simbiose recíproca onde um ajuda a constituir o outro, e vice-versa, num fazer-se constante, onde avanços e recuos são frutos dessa constante relação dialética. Ou seja, era o surgimento de novas formas de organização da classe trabalhadora, e o MST fazia parte deste processo, em outras palavras, ou melhor, nas palavras de Éder Sader:

Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais”, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade.<sup>162</sup>

Mergulhemos, então, nesse processo, com o intuito de compreender como ele se desenvolveu em terras piauienses, partindo das memórias familiares na tentativa de compreender como se estruturou o primeiro assentamento do MST, no Piauí, como nos debruçaremos no capítulo a seguir.

---

<sup>160</sup> Situada em Guararema (a 70 km de São Paulo), a ENFF, inaugurada com um grande evento internacional em 23 de janeiro de 2005, graças ao trabalho voluntário de mais de mil trabalhadores sem terra e simpatizantes, sendo que os recursos para sua construção foram obtidos com a venda de fotos de Sebastião Salgado e do livro *Terra* (fotos de Sebastião Salgado, texto de José Saramago e música de Chico Buarque) e mediante a contribuição de entidades da classe trabalhadora do Brasil, da América Latina e de vários países do mundo. Ver site: [amigosenff.org.br](http://amigosenff.org.br).

<sup>161</sup> MÚSICA. *Libertação*, *Idem*.

<sup>162</sup> SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 35-36.

**3. DO SONHO À REALIDADE... DA REALIDADE AO SONHO: ROMPENDO AS CERCAS, OU QUANDO AS HISTÓRIAS FAMILIARES PASSAM A INTEGRAR O PROJETO COLETIVO DO MST.**



**Figura 03**  
**O primeiro passo: Ocupar**  
A ocupação em Cruz Alta, em 1989.  
Fonte: Douglas Mansur



**Figura 04**  
**O segundo ato: Resistir!**  
Despejo em Getulina –  
São Paulo - 1993.  
Fonte: Arquivo do MST.



**Figura 05**  
**A concretização do sonho: Produzir...**  
Cooperativa União - Dionísio Cerqueira - SC  
Fonte: Arquivo do MST.

## ROMPENDO AS CERCAS:<sup>163</sup>

### “Ocupar, Resistir e Produzir”<sup>164</sup>

#### METAL E SONHO<sup>165</sup>

Organizar a Esperança,  
conduzir a Tempestade,  
romper os muros da Noite,  
criar sem pedir licença,  
um mundo de liberdade.

Trabalhar a dor,  
Trabalhar o dia,  
Trabalhar a flor,  
irmão,  
e a coragem  
de acender a rebeldia!

No clamor das oficinas  
Moldados metal e sonho,  
Banhada em sol e suor,  
forjamos a ferramenta,  
central dos trabalhadores.

Convocar todos os Sonhos  
e as mãos das companheiras,

feitas de espera e de flor,  
tecendo nossas bandeiras  
na trama de cada dor.

Arrastar todas as cercas,  
que as enxadas voltarão  
à terra-mãe de lavrar  
e dividir o sertão,  
liberto como outro mar.

Levantar os oprimidos,  
que os tiranos tremerão  
e aos palácios destruídos  
avancaremos unidos  
no passo da multidão.

Retomamos a memória,  
na batalha das cidades  
empunhamos nossa história,  
já não há quem nos detenha,  
nós somos a Tempestade.

<sup>163</sup> Título inspirado no belíssimo trabalho de Sue Branford e Jan Rocha: **Rompendo a cerca**: a história do MST, publicada pela editora Casa Amarela em 2004 e que teve a tradução de Rubens Galves Merino. Sua leitura me fez compreender melhor a amplitude da luta por Reforma Agrária, defendida pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais militantes do MST, pois segundo estes, a cerca do latifúndio não aprisiona apenas a terra. aprisiona também a vida e a esperança de um futuro melhor e dificulta o acesso desses trabalhadores e trabalhadoras, não apenas ao pedaço de terra, mas também à saúde, educação, moradia... Portanto, estas são algumas inúmeras “cercas” que os militantes do MST pretendem derrubar.

<sup>164</sup> O subtítulo é uma reprodução de uma palavra de ordem do MST escolhida como bandeira de luta em 1989, que segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira consolidou a atuação política do MST. Este ano marca ainda o início das ações políticas do MST no Piauí, portanto, as primeiras ocupações do Estado são balizadas, desde o princípio, por esta palavra de ordem.

<sup>165</sup> POEMA: **Metal e sonho**. Tierra, Pedro – Hamilton Pereira Silva. In: **Um novo céu – uma Nova Terra** ST. Gallen/ Berlin/ São Paulo: Edition Diá, 1990, p. 68.

No teatro as peças são narrações expressas através de um diálogo, apesar de que existe a possibilidade de monólogos, onde a narração é composta por uma trama que, por sua vez, se desenvolve em três tempos ou partes: exposição, clímax e desenlace. As peças, em sua maioria, são compostas por três atos, nos quais são marcados pela mudança de ambientes a cada queda de cortina e mudança de cenário. Assim como numa peça teatral, mas desta vez encenada no palco da vida, a “peça” que iremos discorrer nesse capítulo está subdividida em três atos (ou partes), onde cada uma representa um momento-chave para a compreensão desse processo de constituição do MST e, principalmente, dos sujeitos que o construíram.

Destarte, pensamos esse capítulo, desde a sua estrutura e passando pela sua construção de cenários, a entrada e saída de atores (sujeitos de sua própria história), mudança de cenas e a construção de cada um dos três atos: *Ocupar, Resistir e Produzir*, como sendo parte da estrutura pensada por Thompson e o *fazer-se* da classe trabalhadora, nesse caso, dos militantes Sem-Terra. Este *fazer-se* configura-se não apenas nas experiências de cada trabalhador e trabalhadora rural que decidiu construir essa luta coletiva, mas também no *fazer-se* enquanto movimento social, onde o MST possui características próprias. Nesse sentido, Cléria Botelho da Costa nos afirma que:

Em relação aos movimentos sociais, a categoria da experiência adquire importância pelo seu caráter criador e potencialmente transformador. A busca de soluções e alternativas para as condições de vida cotidiana leva ao encontro de caminhos que apontam para a superação destas condições. O pensar articula-se ao fazer e este processo não se realiza espontaneamente, mas é permeado por uma intencionalidade política presente nos projetos que os movimentos sociais delineiam na história. E aqui ela será entendida no sentido usado por Thompson, como estatuto da práxis humana.<sup>166</sup>

Nesse sentido o capítulo inicia-se com a apresentação, de uma só vez, dos três atos e seus respectivos cenários logo na abertura com as três fotos representando cada um desses três momentos fundantes na vida de um Sem-Terra. A primeira foto, representa o primeiro passo dado, evidentemente que até a concretização desse passo temos uma série de preparativos e momentos de formação política que são fundamentais para a realização desse primeiro ato, mas a foto representa muito bem essa insistência, essa luta árdua e cotidiana vivenciada por cada trabalhador e trabalhadora Sem-Terra. O cenário característico de toda ocupação: a terra devoluta, a estrada como o caminho árduo a ser superado e a bandeira do

---

<sup>166</sup> COSTA, Cléria Botelho da. **Vozes da terra: lutas e esperanças dos Sem-Terra**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 43.

Movimento erguida com orgulho e suas ferramentas de trabalho como extensão do próprio corpo.

O segundo ato é representado na foto onde a imagem já diz muito mais do que qualquer palavra que eu possa usar para tentar descrevê-la. Resistir não é uma escolha! Resistir é a única alternativa que eles possuem. Não apenas por terem decidido enfrentar esta estrutura injusta e arcaica fundiária brasileira, mas por terem decidido resistir as injustiças sociais presentes em suas vidas desde o momento em que nasceram. E por fim, o terceiro momento representado na foto de uma trabalhadora rural colhendo o fruto de sua luta, a realização de um sonho: derrubar todas as cercas que sempre os cercaram, e as infinitas cercas que cercam todos nós.

As fotos representam os momentos mais importantes na vida de qualquer trabalhador e trabalhadora Sem-Terra, por isso escolhemos fotos que representam a territorialidade nacional do Movimento Sem-Terra, bem como não conseguimos fotos da ocupação em Marrecas que nos ajudassem a visualizar exatamente o que cada um desses três momentos representa na vida de um Sem-Terra. E o poema de Pedro Tierra, *Metal e Sonho*, descrevem exatamente cada um desses passos e nos dá a dimensão exata das dificuldades, mas também nos ajuda ainda mais a compreender a importância da construção do MST na vida de cada um desses sujeitos históricos.

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, nasceu oficialmente em janeiro de 1984, ao final do I Encontro Nacional dos Sem-Terra, realizado na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. O evento ocorreu entre os dias 21 e 24, nas dependências do Seminário Diocesano, onde:

um grupo de quase cem trabalhadores sem terra – ou, simplesmente, sem-terra, como eram chamados cada vez com maior frequência – realizou uma reunião histórica em Cascavel, cidade no oeste do Estado do Paraná, para configurar a nova organização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Cascavel fica a apenas 30 quilômetros de Medianeira, onde uma primeira reunião fora realizada, e somente 18 meses haviam se passado. Porém muita coisa ocorrera. Com o apoio da Igreja e da sociedade civil, a Encruzilhada Natalino demonstrara que algumas centenas de homens e mulheres pobres, sem teto e famintos, unidos por uma causa, poderiam confrontar o regime militar e ter sucesso.<sup>167</sup>

Neste encontro estiveram presentes trabalhadores rurais de 13 Estados, entre eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul,

---

<sup>167</sup> BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan, *Ibidem*. p. 40.

Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da ABRA,<sup>168</sup> da CUT, da CIMI,<sup>169</sup> e da Pastoral Operária de São Paulo, além, é claro, da própria CPT. “Organizar a Esperança,// conduzir a Tempestade,// romper os muros da Noite,// criar sem pedir licença,// um mundo de liberdade”.<sup>170</sup> Portanto, a partir deste encontro, iniciou-se o processo de expansão por todo o país, como ressalta Morissawa:

Após sua fundação, o MST passou a articular-se em diversos Estados. Dessa articulação resultaram os passos organizativos representados pelos quatro Congressos Nacionais dos Sem Terra (1985, 1990, 1995 e 2000) e pelos diversos Encontros Regionais e Nacionais realizados desde então.<sup>171</sup>

Para mobilizar tantos, e tão diferentes, Sem-Terra em todo país e, além disso, articulá-los num projeto comum, a estratégia foi estabelecer metas e práticas que pudessem ser partilhadas e reconhecidas como signos do projeto político que então se forjava. Neste difícil e tenso momento fundacional a palavra de ordem que sintetizava estas tarefas foi: *Ocupação é a única solução*. “Trabalhar a dor,// Trabalhar o dia,// Trabalhar a flor,// Irmão,// e a coragem// de acender a rebeldia!”<sup>172</sup> Mas antes e depois desse momento, foram construídas diversas palavras de ordem, e cada uma retrava o momento político vivenciado pelo movimento naquele contexto.

A tarefa de procurar compreender o processo de construção que deu origem ao MST não é das mais simples, portanto, existem vários caminhos que podem ser seguidos para compreensão de sua gênese, e um deles, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, é a partir da análise de suas palavras de ordem. Segundo o autor, a partir deste estudo podemos compreender, de maneira mais ampla, todo o processo de gênese e consolidação do MST, assim como as mudanças de estratégias que o movimento assumiu devido às dificuldades enfrentadas em cada um dos seus tempos históricos. “No clamor das oficinas// Moldados metal e sonho,// Banhada em sol e suor,// forjamos a ferramenta,// central dos trabalhadores.”<sup>173</sup> E, ainda segundo Oliveira:

Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era Terra para quem nela trabalha (1979-1983). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: Terra não se ganha, terra se conquista

<sup>168</sup> Associação Brasileira de Reforma Agrária.

<sup>169</sup> Conselho Indigenista Missionário.

<sup>170</sup> POEMA. *Metal e sonho*, *Idem*.

<sup>171</sup> MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*, *op. cit.*, p 139.

<sup>172</sup> POEMA. *Metal e sonho*, *Idem*.

<sup>173</sup> *Idem*.

(1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: Sem Reforma Agrária não há democracia (1985), e Reforma Agrária já (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., O MST mudou suas palavras de ordem: Ocupação é a única solução (1986), Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra (1986-87) e, por ocasião da Constituinte, Reforma Agrária: na lei ou na marra (1988) e Ocupar, Resistir, Produzir (1989), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também qualitativamente do ponto de vista político.<sup>174</sup>

No início, como podemos observar, a tônica das palavras de ordem foi alicerçada na necessidade de autoafirmação do direito ao uso da terra pelos trabalhadores rurais. Tendo por base a memória histórica de uma luta tão antiga quanto difícil, lemas como *Terra para quem nela trabalha* se somaram aos violentos e cotidianos enfrentamentos com os latifundiários e com o governo: *Terra não se ganha, Terra se conquista*.

Este discurso da exigência (da necessidade) de reforma agrária foi reforçado por um apelo mais amplo e muito mais adequado à conjuntura política que se vivenciava: *Sem Reforma Agrária não há democracia, Reforma Agrária já*. Mas esta urgência experimentada no dia-a-dia dos trabalhadores de um país historicamente desigual, e historicamente contrário a qualquer tentativa de redistribuição dos enormes latifúndios, exigiu muitas vezes um posicionamento aparentemente ambíguo: *Ocupação é a única solução, Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra e Reforma Agrária: na lei ou na marra*. “Convocar todos os Sonhos// e as mãos das companheiras,// feitas de espera e de flor,// tecendo nossas bandeiras// na trama de cada dor.”<sup>175</sup>

Esta aparente ambiguidade explicita muito bem as tensões e expectativas que atravessaram o processo de constituição política do MST. Conscientes de que a Reforma Agrária não viria sem pressão e, sobretudo, sem a participação direta e inequívoca dos trabalhadores neste confronto, o lema *Ocupação é a única solução* se complementa com a “justificativa” de que a “guerra”, onde ela existia, era por causa da postura e inflexibilidade do “latifúndio”. No entanto, este confronto, que claramente é visto e dito como uma necessidade

<sup>174</sup> OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 1, n° 1, São Paulo, IEA, 1987. p. 185-206.

<sup>175</sup> POEMA. **Metal e sonho**, *Idem*.

e não como uma escolha, seria enfrentado ainda que, para isso, fosse preciso recorrer a “velhos” projetos: *Reforma Agrária, na Lei ou na Marra*.<sup>176</sup>

Este conjunto das palavras de ordem, construídas nos primeiros anos do movimento, nos mostra que os discursos produzidos pelos trabalhadores rurais, ao longo do processo de consolidação do MST, acompanham a trajetória política vivenciada ao decorrer dos anos, ou melhor, de 1979 a 1988, período marcado pela defesa e difusão das palavras de ordem elencadas acima.

Em seguida, no ano de 1989, o MST escolheu como palavra de ordem o lema: *Ocupar, Resistir e Produzir* que, ainda segundo Oliveira, mostra uma mudança qualitativa que proporcionou ao MST a consolidação de sua política. “Arrastar todas as cercas, // que as enxadas voltarão // à terra-mãe de lavrar // e dividir o sertão, // liberto como outro mar.”<sup>177</sup>

É importante observarmos que o ano de 1988 é marcado pela extinção do MIRAD<sup>178</sup> e INCRA pelo governo Sarney<sup>179</sup>, e como resposta o MST organizou o seu 5º Encontro Nacional, que segundo Morissawa, foi justamente nesse momento que

se definiram as normas gerais dos assentamentos; escolheu-se o hino do MST, marcou-se a data do 2º Congresso Nacional; decidiu-se a apresentação de 10 reivindicações básicas aos candidatos à Presidência da República – (e) foi tirada a nova palavra de ordem do movimento: ‘Ocupar, Resistir e Produzir!’<sup>180</sup>

O ano de 1989 constitui-se para o MST como um período de consolidação em nível nacional. Nesse sentido, esse ano foi determinante na afirmação do movimento através de suas reivindicações e da ação direta, como nos relata Morissawa:

Lideranças do assentamentos apresentaram a proposta de um plano de ação para a conquista de aumento dos recursos do Procerá. Em março, o INCRA foi reaberto, como resultado do esforço dos partidos de esquerda, mas não tinha orçamento para o ano. Os recursos do Mirad foram transferidos para o Ministério da Agricultura. Na Constituição, persistiam obscuridades que atuavam contra a reforma agrária. Ela determinava que “qualquer latifundiário, respeitando a propriedade produtiva, não pode ser desapropriado”. Era necessário esclarecer os significados legais de

<sup>176</sup> “Reforma Agrária, na Lei ou na Marra” foi o lema defendido pelas Ligas camponesas na década de 60. pronunciado por Francisco Julião, um dos líderes dessa organização na época.

<sup>177</sup> POEMA. *Metal e sonho*, *Idem*.

<sup>178</sup> Ministério da Reforma Agrária.

<sup>179</sup> Eleito indiretamente, vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, que faleceu, o que então provocou sua posse, ainda em 1985. Seu governo marcou o retorno do governo federal a um mandato civil após 21 anos de Ditadura Militar.

<sup>180</sup> MORISSAWA, Mitsue, *Ibidem*. p. 145.

“propriedade produtiva” e de “pequena e média propriedade”, e de que maneira seriam feitas as desapropriações.

E ainda segundo a mesma autora, as ações neste ano de 1989 continuaram intensas durante o segundo semestre, e fortaleceram ainda mais a consolidação do MST, não apenas entre os seus integrantes, mas também diante da sociedade:

Entre agosto e setembro de 1989, o MST fez 33 ocupações em 13 estados, com 9.133 famílias (cerca de 50 mil pessoas). Foi sua maior ação de massas até então, como fora deliberado no 5º Encontro Nacional. O objetivo central era chamar a atenção da sociedade para a necessidade da reforma agrária no Brasil. Houve intervenção da polícia em quase todas as ocupações.

E foi justamente nesse ano de 1989 que o MST, no Piauí, após um período de acúmulo de forças junto das Ceb's e da CPT, conseguiu articular o número suficiente de famílias de trabalhadores rurais com o intuito de organizar uma ocupação de terras, a primeira de inúmeras outras que ocorreriam nesse Estado.

Assim o MST foi se construindo, justamente como nos afirmam os versos do poema: “como uma tempestade”, e aos poucos foi “retomando” e “reconstituindo” uma história de lutas vinculadas a outros trabalhadores rurais que viveram e lutaram em outras épocas, como já vimos no capítulo anterior. Portanto, dessa forma eles foram “retomando a memória” da luta por terra, por moradia, por melhores condições de vida, nas batalhas no campo ou na cidade, onde impuseram sua história e se inseriram na história do país ao lutarem pela redemocratização política. “Levantar os oprimidos, // que os tiranos tremerão // e aos palácios destruídos // avançaremos unidos // nos passos da multidão.”<sup>181</sup>

Dessa forma, aos poucos foram rompendo as diversas cercas que os prendiam e como uma chuva fina, que vai caindo, muitas vezes, sem ser percebida, foram transformando aquela conjuntura política de ressurgimento das lutas e dos movimentos sociais numa tempestade incontrolável de sonhos e dor, de esperança e dificuldades. E assim foram se constituindo enquanto movimento social, e foram constituindo-se como sujeitos sociais, ou em outras palavras, eles foram... criando sem pedirem licença, um mundo de liberdade. “Retomamos a memória, // na batalha das cidades // empunhamos nossa história, // já não há quem nos detenha, // nós somos a tempestade.”<sup>182</sup>

As músicas, assim como as palavras de ordem, são uma ferramenta importante para compreendermos melhor o Movimento Sem-Terra. Criadas na maioria das vezes por seus

<sup>181</sup> POEMA. *Metal e sonho*, *Idem*.

<sup>182</sup> *Idem*.

próprios militantes, elas não apenas expressam a constituição de sua “identidade” de Sem-Terra, sendo também, um instrumento de convencimento da sociedade, pois ao relatarem seus motivos, e sua rotina diária, os militantes procuram sensibilizar aqueles que desconhecem suas motivações e que, por isso, muitas vezes, os recriminam.

Importante destacarmos o papel importante que possui a *mística* para o MST. Nesse sentido torna-se imprescindível a leitura dos textos de Ademar Bogo acerca deste tema. Portanto, a compreensão e importância que o MST dá a cultura também faz parte desse *fazer-se* Sem-Terra, e nesse sentido Bogo afirma que:

Por que não podemos considerar cultura somente aquilo que está ligado com a arte. A arte é a capacidade que o ser humano tem de criar. Logo, temos capacidade de criar músicas, mas também criamos as lutas, as escolas, os barracos, as casas, o método de fazer reuniões, as marchas, etc. Significa que tudo isso vai se transformando em cultura. O que precisamos fazer é tornar esses gestos do cotidiano em conscientes, para que analisemos tudo que fazemos, se contribui ou não para o melhoramento da vida e da organização social.<sup>183</sup>

Portanto, o que podemos perceber é que a forma como o MST concebe o conceito de cultura casa perfeitamente com a compreensão thompiana do *fazer-se* da classe trabalhadora inglesa, e nesse sentido Ademar Bogo continua afirmando que:

Cada vez mais a cultura se tornará consciência, porque tudo o que fazemos e sentimos constituirá a existência de nossa organização. Assim a educação, a religião, o trabalho, a mecanização, a preservação da natureza, a agrovila, a agroindústria, a beleza nos assentamentos, as músicas, a mística, enfim, tudo o que existe ou acontece no assentamento é a cultura dos trabalhadores Sem-Terra, que se manifesta e transforma-se em consciência social na medida em que as pessoas passam a repetir tais manifestações de forma consciente e se preocupam em desenvolver aspectos para aperfeiçoar a construção da existência social nas áreas de reforma agrária.<sup>184</sup>

Nesse sentido é que escolhemos as músicas e poemas para nos ajudar a compreender, da melhor forma possível, a constituição desses sujeitos históricos, do MST e do próprio contexto social e político que os cercou ao longo de todo esse processo.

A música de Andreato é um bom exemplo deste artifício, pois já no título, *A terra nos chama à luta*, nos informa um dos motivos pelos quais eles – trabalhadores rurais – se inseriram na luta. Esta afirmação, expressa na letra da música, desmistifica a ideia de que sua

<sup>183</sup> BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. Veranópolis: ITERRA, 2000. p. 06.

<sup>184</sup> BOGO, Ademar. *op. cit., loc. cit.*

motivação é apenas o desejo de morarem num pedaço de terra, mas seria, principalmente, a necessidade de lutar para preservarem um modo de vida que se constitui na simbiose entre homem, terra e trabalho, e que, por isso, foi a terra que os chamou à luta. Mais uma vez nos chama atenção o papel social da terra estabelecido como direito social na Constituição cidadã de 1988. Assim, lutar pela terra é lutar pela vida do camponês e da própria terra – a terra mãe:

**A terra chama à luta**<sup>185</sup>

O Movimento Sem-Terra  
Surgiu da necessidade  
Da vida que leva um povo  
Que passa dificuldade  
Seus princípios e fundamentos  
São a terra e seus problemas  
Solo mal utilizado,  
Espúrio de um mau sistema...

Ó terra mãe deste povo  
Chama teus filhos à batalha  
Pra que um dia tu cheques  
às mãos de quem em ti trabalha.

No discurso do movimento a ocupação de terras é justificada como um instrumento de luta destes trabalhadores que, não apenas por vontade, mas também por necessidade, lutam para conquistar o seu pedaço de chão:

Depois de muitos anos de luta  
Por Reforma Agrária da nação  
Vemos nosso trabalho destruído  
Pela própria Constituição  
Nossa lida será mais intensa  
Para conquistar o nosso chão  
Temos que enfrentar a UDR  
E partir para a ocupação.

Nos fecharam as vias legais  
Só nos restam os acampamentos  
Resistir à polícia e às armas  
Conquistar novos assentamentos  
Desta terra somos herdeiros,  
Brasileiros de fibra e talento  
Nós queremos o novo porvir  
E suprir o país de alimentos<sup>186</sup>

<sup>185</sup> MÚSICA. A terra chama à luta. Andreato. In: **Seguindo a canção**. p. 25.

<sup>186</sup> *Idem*.

A ideia de luta contra o Estado, que instituiu “legalmente” a desigualdade, só é possível devido à conjuntura de declínio da ditadura e de profundo descontentamento social em relação ao governo e sua postura de descaso em relação aos destinos da nação. A um governo usurpador, se contrapõe um povo em luta por um novo porvir. Essa sempre foi uma das principais ideias que ajudaram a construir o que o MST se tornou, ao longo de todo esse tempo. Portanto, esse elemento de se contrapor a um Estado opressor e que desrespeita sistematicamente direitos sociais constitucionais ajudou a constituir uma das características mais pujantes do MST, onde fortaleceu não apenas o Movimento do ponto de vista coletivo, mas ajudou a forjar boa parte do que viriam a se tornar os seus militantes Sem-Terra, contribuindo para que o *fazer-se* militante ajudasse na construção dessa identidade questionadora, rebelde e inquieta diante das injustiças sociais.

Neste discurso, construído a partir da memória política e da experiência cotidiana, é possível perceber como o movimento utiliza bem a memória de luta e resistência sobre outros movimentos sociais, como no caso da relação que o MST articula com a história das ligas camponesas. Esta memória acionada como lição, também é lugar de legitimidade para a ocupação de terra como recurso justo, deixados como uma dívida histórica a ser ressarcida pelo Estado.

Mas este uso político da memória histórica, incorporada nas canções cantadas diariamente, tem também a função de estimular a confiança e entusiasmo de seus militantes, que assim como seus antecedentes sonham com o dia em que a terra – “sua mãe” – chegará às suas mãos, pois são elas que realmente a trabalham.

Mas voltando à análise das palavras de ordem, e mais precisamente a que dá nome aos subtítulos desse capítulo, podemos perceber que *ocupar* não se separa, nesta “nova história”, de *resistir* e *produzir*, e é esta a síntese que traduz o projeto político do MST, em consonância com as práticas e enfrentamentos que são vividos rotineiramente. O plano de ação materializa nele mesmo o sonho da vitória.

Um plano que não só forma, mas informa os de “dentro” e os de “fora”, além de atrair futuros aliados. Informa os sonhos e a luta; informa dos sonhos e da luta. Ou seja, é exemplar para outros, seus iguais, e indicativo da vontade e da teimosia para os “inimigos”. *Ocupar, Resistir e Produzir* nos parece sugerir que a luta é contínua e se traduz em uma ação também contínua: “lutar, lutar e lutar”. Como esquecer Dona Joana: “(...) tivemos que começar tudo de novo para tanger a vida, começar do chão”. Mas com que energia! Com que alegria! Como esquecer Dona Anísia e sua família. Como esquecer o recomeço de Dona

Antônia que, de certa forma, foi contra o medo e a desesperança de sua própria mãe, que não queria ver a filha longe, e ainda se arriscando, enfrentando fazendeiros e a polícia?

Traduzido em muitas músicas, o projeto político do Movimento Sem-Terra não se resume apenas em defender a luta pelo direito de acesso à terra, por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país, mas vai além, e propõe mudar as bases políticas e sociais da nossa sociedade, e o caminho a ser seguido é um velho e o utópico caminho: “aliança operária-camponesa”, já que juntos, homens e mulheres do campo e da cidade, podem lutar contra a “burguesia”, que não só controla e governa nossa sociedade, como também procura inviabilizar todo e qualquer processo de distribuição de terras no Brasil. Essa interpretação da estrutura social e agrária brasileira é perfeitamente observada na música que analisaremos a seguir, inspirada na própria palavra de ordem de 1989:

### **Ocupar, Resistir e Produzir<sup>187</sup>**

Ocupar, Resistir e Produzir  
É proposta definida  
No Encontro Nacional  
Acabar com o latifúndio  
Pra não ter um pra remédio  
Pois com a terra na mão  
Ninguém mais vai passar mal  
Reforma Agrária vem com certeza  
Com aliança operária-camponesa

Ocupar pois a terra só pertence  
Para quem nela trabalha  
É a lei do Movimento  
A gente leva muita garra e esperança  
Vai as lonas e as crianças  
E os cacaios de mantimentos

Resistir para não sair da terra  
Se preciso se faz guerra  
Mas dela ninguém nos tira  
Empresários, politiqueiros e banqueiros  
Todos eles fazendeiros  
E não nos deixam outra saída

Produzir pra provar pra burguesia  
Que esta terra só dá fruto  
Nas mãos do trabalhador  
Esta é a nossa lei  
Reforma Agrária na marra  
Pelo pão dos nossos filhos  
E pelo fim dos opressores.

<sup>187</sup> Música. Ocupar, Resistir e Produzir. Zé Pinto. In: **Seguindo a Canção**. p. 147

Ao analisarmos a música percebemos visivelmente qual o projeto político do Movimento Sem-Terra, ao mesmo tempo em que eles compreendem as dificuldades e desafios que enfrentarão no desafio de conquistarem a terra, e nela permanecerem e produzirem. O Movimento demonstra uma análise mais profunda da realidade brasileira, pois compreende que não será possível modificar a estrutura agrária do país sem que se aliem a outros atores sociais, neste caso, prioritariamente, como a própria música aponta, os aliados seriam os trabalhadores da cidade: “numa aliança operária-camponesa”. “Ocupar, Resistir e Produzir// É proposta definida// No Encontro Nacional// Pra não ter um pra remédio// Pois com a terra na mão// Ninguém mais vai passar mal// Reforma Agrária vem com certeza// Com aliança operária-camponesa.”<sup>188</sup>

A seguir analisaremos como o Movimento Sem-Terra foi crescendo e se estruturando, no Piauí, a partir do eixo central que o ergueu: “Ocupar, Resistir, Produzir”, e essa análise se dará pelos olhares, e pela percepção, de seus principais atores, os assentados, sem esquecermos o auxílio das músicas que eram criadas ao longo do processo de construção do próprio Movimento Sem-Terra, naquele contexto de reabertura política no Brasil, pois como já vimos, nos ajudam bastante nesse processo de compreensão onde procuramos privilegiar o olhar dos militantes, e suas experiências, não apenas após o ingresso no MST, mas também suas experiências anteriores. Não podemos esquecer de inserir estes debates, e estas análises, dentro do contexto político que essas experiências de vida, e a construção do próprio MST, se deram, sempre que possível problematizando cada um desses elementos no intuito de que eles nos forneçam as chaves de compreensão de processo que resultou na construção do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra.

E para darmos continuidade à nossa análise partimos de outra canção, chamada *Só sai Reforma Agrária*, que expressa bem tanto o que discutimos até aqui, como o que nos propomos a discutir ao longo desse capítulo:

### **Só sai Reforma Agrária**<sup>189</sup>

Só, só, sai, só sai Reforma Agrária  
Com a aliança camponesa e operária

Nossa Primeira tarefa é Ocupar  
Toda terra improdutiva

<sup>188</sup> MÚSICA. **Ocupar, Resistir e Produzir**, *Idem*.

<sup>189</sup> MÚSICA. *Só sai Reforma Agrária*. Gerson. In: **Seguindo a Canção**. Coletivo Nacional de Cultura do MST – Frente de Música: ANCA. São Paulo. p. 179.

Nós queremos trabalhar

Nossa segunda tarefa é Resistir  
Entrar bem organizado  
Enfrentar pra não sair

Nossa terceira tarefa é Produzir  
No trabalho coletivo  
Colher muito e repartir

### 3.1 O primeiro passo: Ocupar

E como nos diz em seus primeiros versos, a primeira tarefa, de todo processo de construção dessa longa caminhada, constitui-se justamente no ato de *Ocupar*. Momento este muito bem registrado na primeira foto que inicia o capítulo pois conseguimos perceber a certeza daqueles que ali estão diante do latifúndio, a certeza de que apenas a ocupação poderá lhes dar alguma esperança em possuir um pedaço de terra para realizem os sonhos. Tarefa essa que se inicia muito antes da ocupação em si, mas que se materializa justamente nesse primeiro passo, tão importante ao longo desse processo de constituição desses novos sujeitos. “Nossa primeira tarefa é ocupar// Toda terra improdutiva// nós queremos trabalhar”<sup>190</sup>.

Portanto, foi com este intuito que, no dia 10 de junho de 1989, os trabalhadores Sem -Terra do Piauí ocuparam a fazenda Marrecas, à época também conhecida como fazenda Zebulândia, propriedade do fazendeiro Fernando Brasileiro, que inclusive não residia no Piauí. O proprietário era “sócio de um grupo de Pernambuco que adquiriu a Fazenda para implantar um projeto de criação de gado com incentivo do governo federal”, como nos informou José do Patrocínio, na época da ocupação, vice-prefeito e secretário de educação do município de São João do Piauí.

Conforme matéria publicada no Jornal “O Dia”, do dia 15 de junho de 1989, a área da fazenda que foi “invadida” era de aproximadamente dez mil hectares de terras, e os “invasores” eram cerca de 120 famílias de trabalhadores rurais Sem-Terra, que estavam organizados no MST, que se deslocaram de diversas cidades do sul do Piauí e com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica:

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Piauí estão organizando invasões de terras ociosas no interior do Estado. A estratégia de “Ocupar, Resistir, Produzir” foi iniciada dia 10 último com invasão de 9.976 hectares da fazenda Agropecuária Lisboa e Marrecas no Município de São João do

---

<sup>190</sup> *Idem.*

Piauí... por 550 pessoas. A invasão tem apoio dos setores progressistas da Igreja Católica, segundo o coordenador do Movimento dos Sem Terra, Elias Araújo, 21 anos.<sup>191</sup>

Inácio, dirigente do MST na época, e hoje morador do assentamento Marrecas, nos conta do principal motivo para a escolha da região de São João do Piauí como primeiro lugar para ocupar:

Nós morávamos no semiárido, lá na nossa região não tinha água mesmo de jeito nenhum, quando se encontra água é água salgada né. Então, quando nós viemos fazer essa vistoria tomamos conhecimento que tinha muita água né, antes de nós vir pra cá, e tinha poço, logo que a gente viu aquele poço, logo que se encantamos, todo mundo. É aqui mesmo. Então as famílias vieram tudo daqui mais ou menos uns 300 Km, vieram todas da região de Picos, as primeiras famílias né. Viemos porque tinha água, lá não tinha água, então nós queríamos uma terra, mas uma terra que tivesse água. E aqui tinha água e bastante terra<sup>192</sup>

Percebemos, no depoimento de Inácio, que as estratégias utilizadas pelo MST, no início da construção do Movimento, foram bem articuladas com os anseios dos trabalhadores rurais que se inseriam na luta por terra, Reforma Agrária e melhores condições de vida. Ao realizar as “vistorias”, que definiram o melhor local para a ocupação, eles tiveram o cuidado de procurar uma área que suprisse a principal carência (depois da falta de terra) para aquelas famílias que iriam partir para a primeira ocupação de terras no Estado do Piauí. Note-se que estas famílias moravam numa região semiárida onde a carência de água é enorme e, se não a maior, ou pelo menos tão problemática quanto à falta de terra para viver e produzir.

Portanto essa estratégia foi fundamental para motivar as famílias a partirem em busca de um futuro melhor. Esta escolha foi ainda fundamental para garantir a permanência dessas famílias após a ocupação, e podemos perceber isso tanto nas falas de Dona Anísia, como no discurso de Dona Joana, que ao relatarem sobre as principais dificuldades que enfrentavam antes de partirem para a ocupação, vivendo numa terra sem água, e também o impacto causado pelo poço do Capim Grosso, poço este que as mesmas avistaram assim que chegaram ao local onde seria realizada a ocupação. A primeira nos transmite alegria e admiração ao afirmar que “lá mesmo onde nós chegamos primeiro não tinha nada, só tinha água. A coisa mais linda do mundo, lá no poço jorrando”. Já Dona Joana, após um relato

<sup>191</sup> Jornal **O Dia**, Teresina, p. 06, 15 jun.1989.

<sup>192</sup> ENTREVISTA. SANTOS, Inácio José dos. Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

contundente sobre o sofrimento causado pela seca, nos deixa transparecer um alívio enorme após chegar à ocupação e ver o poço jorrando água:

Lá em Simões só tinha água quando chovia. Quando dava na seca os açudes secavam... a gente ia buscar água no animal, três cargas, sem ter quem ajudar... eu sozinha pra tocar três cargas e aí eu vinha pra roça e eu ia buscar água e quando chegava na fonte... era um sofrimento...[mas depois da ocupação]... foi indo, foi indo, descansei meus braços graças a Deus. Água tinha, nunca mais toquei carga, ia pro poço ali, botava duas carguinhas de água, enchia o pote e aí pronto.<sup>193</sup>

Portanto podemos perceber que a linha norteadora da militância concentrava seu discurso no desejo de conquistar terra e água, pois segundo Inácio “o nosso objetivo era a terra, terra e água, e isso foi o convencimento do povo pra vir”. A estas necessidades básicas somavam-se a exploração causada pelo “patrão” e o sentimento de abandono dessas famílias com relação aos governantes, ou seja, um ambiente propício para as ações do MST, que inseriu a ocupação de terras como uma forma legítima de luta dos trabalhadores rurais no Estado do Piauí.

Mas as estratégias de convencimento não se resumiam apenas na solução da falta de terra e da carência de água. Outro fator que influenciou bastante as famílias a partirem para a ocupação foi a religiosidade. Neste ponto, a CPT e as Ceb's contribuíram decisivamente, como nos informa Morissawa, ao contar a história da luta pela terra e o surgimento do MST no Piauí:

A partir do 1º Congresso do MST, as CEB's e a CUT passaram a fazer articulações e a formar as lideranças no sudeste Piauiense. Havia na região uma luta de posseiros resistindo à expulsão. A preocupação do MST era justamente preparar uma primeira ocupação, para ser a base da formação do Movimento no estado. Os agentes pastorais e outras entidades que atuavam na luta pela reforma agrária não incluíam a ocupação entre as formas de luta locais. Até junho de 1989, o MST ainda não havia conseguido seu intento. Nesse intervalo, houve eventos importantes no Estado. A 1ª Romaria da Terra, em Oeiras, promovida pela CPT, contou com a participação de 8 mil trabalhadores, em outubro de 1988. Foi realizada em dezembro do mesmo ano uma manifestação em frente à sede estadual do Mirad, em Teresina, reivindicando a regularização das posses e a implementação de assentamentos. Em janeiro de 1989, sem-terra organizados pelos MST e pela CPT ocuparam a Assembleia Legislativa para pressionar os deputados a votarem contra a venda de 450 mil hectares (de terras públicas) a grupos privados. No início de junho de 1989, o Movimento sentia-se suficientemente organizado e fortalecido para fazer sua primeira ocupação no estado. No dia 10 daquele mês entrou com 120 famílias na Fazenda

<sup>193</sup> ENTREVISTA. JESUS, Joana Maria de, *op. cit.*

Marrecas, em São João do Piauí. Não houve despejo e o assentamento foi negociado.<sup>194</sup>

Ainda sobre esse processo inicial, a autora nos informa, e nos ajuda a compreender, como o MST, em pouquíssimo tempo, conseguiu organizar um grande número de trabalhadores e trabalhadoras rurais do sertão piauiense, e sempre com ações diretas como no caso das ocupações, o que fortalecia o movimento como instrumento de luta desses trabalhadores:

Na mesma região, havia uma fazenda de nome Lisboa, cujo proprietário estava interessado em negociá-la com o INCRA. Em outubro, 150 famílias a ocuparam e começaram a fazer suas roças. Em julho de 1990, 100 famílias ocuparam área do estado, chamada Projeto Mudubim. Após o despejo, acabaram junto à estrada e resistiram até a conquista do assentamento. Essas vitórias em um ano de ação foram fundamentais para o crescimento do MST no estado. Paralelamente ele organizou os setores de produção, lutou pelo Procerca e expandiu-se para outras regiões do estado.<sup>195</sup>

Inácio ressalta, ainda, a importância do discurso religioso na hora de convencer as famílias a entrarem no MST:

Olha, a gente não tinha experiência muita, a gente usava muito a Bíblia. Deus criou a terra para todos, a terra era de todos, Deus é nosso pai, então era usada mais essa questão mais Bíblica. Nós, na época, era a primeira ocupação né. Então nosso contato mais direto já era com essas pessoas, a porta de entrada eram as pessoas que eram dirigentes de comunidades, eram conhecidas né. Aonde tinha essas pessoas era mais fácil de ter o trabalho, ter o apoio, foi onde veio a maioria das famílias.<sup>196</sup>

Sobre esta religiosidade, e sua influência na decisão das famílias de partir junto com o Movimento Sem-Terra, podemos retomar no relato de Dona Antônia, que toma a motivação religiosa como fundamental para sua decisão de entrar na luta por Reforma Agrária e explica que através da religiosidade foi mais fácil a comunicação dos dirigentes do Movimento com os trabalhadores e trabalhadoras rurais, a partir da relação entre “fé e vida”, entre Deus e a busca pela “terra prometida”:

eu comecei a lutar não foi ninguém da terra que me chamou, foi uma voz e essa voz eu acho que foi Nossa Senhora, ou Jesus que me chamou (...) Aí nós fizemos a reunião, lemos a história na bíblia... e assim foi feito, e assim

<sup>194</sup> MORISSAWA, Mitsue, *op. cit.* p. 188.

<sup>195</sup> MORISSAWA, Mitsue, *op. cit.*, *loc. cit.*

<sup>196</sup> ENTREVISTA. SANTOS, Inácio José dos, *op. cit.*

foi crescendo, foi crescendo (...) já tinha curso de crisma, curso de casamento, curso de batizado, e delegacia sindical, e aí nasceu o MST, o cumpade Tiquim, e o Adir, começaram o MST e aí a gente começou a se organizar no MST, no sindicato, e aí a gente foi descobrindo, e vinha na reunião em Picos, vinha em Pio IX, vinha em Picos, e aí foi crescendo a organização e começamos as caminhadas, essas caminhadas, essas caminhadas que vocês já ouviram falar nas romarias da terra (...) Fizemos a caminhada da travessia do mar vermelho, do povo do Faraó, o povo de Deus, aí fizemos essas caminhada tudo, eu sei que [no início] ainda era só lá na comunidade, aí a CPT começou depois dessa caminhada pra “covadonga” e aí foi crescendo, aí tinha a Expedita que ela começou a organizar e ajudou muito na organização do MST.<sup>197</sup>

Para além desse processo de organização que antecedeu o MST, o primeiro passo de Ocupar, mais precisamente a organização dele, e a imagem provocada por ele, ficou marcada na memória desses trabalhadores que participaram dessa primeira ocupação de terras no Piauí. O dia da partida, rumo à “terra prometida”, é um marco na memória dessas famílias. Retratado com dor e alegria, este momento representou um processo de transição entre a vida difícil que levavam antes de partirem para a ocupação e a esperança de conquistarem um lugar em que pudessem construir o futuro de suas famílias.

O processo de ocupação é, portanto, um momento fundante na vida de um Sem-Terra, pois esta ação, segundo Stédile, constitui-se na “sua forma de luta mais importante. De modo geral é a partir de sua efetivação que as demais formas de luta são utilizadas.”<sup>198</sup> João Pedro Stédile chega a afirmar que “a ocupação é o que deu vida à luta pela terra. Sem ocupação o MST não nasceria e, sem ela, morre”.<sup>199</sup> Também sobre a importância deste mecanismo de reivindicação social, Caldart defende que a ocupação particulariza o MST, assim como o sujeito que o constrói, pois o “MST reafirma a ocupação do latifúndio como principal forma de luta pela terra, e a mobilização em massa dos sem-terra como o jeito de fazê-la”. Portanto, ainda segundo a autora:

Trata-se de olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social Sem Terra, e para experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um *modo de produção da formação humana*, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões *de vida e morte* e de *vida inteira*, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização, mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade.<sup>200</sup>

<sup>197</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

<sup>198</sup> STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta por terra no Brasil. p. 116.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>200</sup> CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: EDUSP, 1987, p. 210.

Em relação a este *fazer-se* de trabalhadores rurais sem terra por não possuírem um pedaço de terra para viverem e trabalharem, com sua família, passando a serem reconhecidos e, principalmente, a reconhecerem-se como Sem-Terra, ou seja, como sujeitos sociais e políticos conscientes de todos os seus direitos e dispostos a lutarem por eles, Caldart nos afirma que:

A formação dos Sem Terra nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo e sendo produzido em um movimento de luta social, também constituído como parte de um movimento sócio-cultural mais amplo; mesmo sem que os Sem Terra tenham plena consciência disso, tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade.<sup>201</sup>

Aqui percebemos como o conceito de trabalho, em Marx, nos ajuda a compreender como este processo de constituição do Movimento Sem-Terra e, conseqüentemente, de seus integrantes, fundamenta esse *fazer-se*, concebido por Thompsom, e tão importante para a constituição de sujeitos sociais, ou antes disso, de percepção consciente do ser humano enquanto agente histórico de sua própria existência:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem.<sup>202</sup>

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels ao discutirem sobre o conceito de consciência aprofundam ainda mais seus conceitos acerca dessa filosofia da existência humana, onde afirmam que:

---

<sup>201</sup> *Idem.*

<sup>202</sup> MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels). p. 255.

Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência.<sup>203</sup>

Ou ainda como ressalta Ademar Bogo, ressaltando o pensamento de Marx, ao discutir o papel da mística na constituição do sujeito histórico Sem-Terra:

Nascemos como disse Karl Marx (1818 – 1883), com duas forças: física e espiritual. Enquanto a primeira transforma a matéria-prima em objeto, a segunda imagina o objeto que a força física irá preparar. Ele terá as características marcadas com os costumes das épocas ou do momento histórico. “O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz”. Esse fazer histórico, que se transforma em herança, é também uma mistura de fazer a realidade e ao mesmo tempo, fazer-se gente.<sup>204</sup>

E ainda continuando com nossas reflexões acerca da importância do processo de ocupação na constituição do militante Sem-Terra, Stédile insiste em nos afirmar que:

Outro aspecto da ocupação, este do ponto de vista da nossa organização, é que ela é fundamental, é a essência do movimento. O que o MST faz é aglutinar pessoas (...) A ocupação dá esse sentido de unidade às pessoas para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança. Por isso é que não dá certo ocupação só com homem. Tem que ter a família, porque já está em processo o que vai ser a comunidade.<sup>205</sup>

A família, desde o início da construção do MST, ocupa um lugar central de constituição e legitimação da luta por terra, por Reforma Agrária e, acima de tudo, a luta por melhores condições de vida de toda a família. Sobre este momento – o da ocupação – descrito por Sue Branford e Jan Rocha como o “batismo de fogo para o militante, uma parte essencial da sua identidade”<sup>206</sup>, as autoras recorrem a Pedro Tierra na tentativa de descrevê-lo: “Quando o alicate morde o fio e o arame estala como a corda de um violino e a cerca vem abaixo, os Sem-Terra perdem a inocência”. E na tentativa de descrever a ruptura gerada por esta experiência nos dizem, e se apoiando nas análises de Caldart, que:

<sup>203</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 94.

<sup>204</sup> BOGO, Ademar. **O vigor da mística**. São Paulo: ANCA, 2002. p. 26.

<sup>205</sup> STÉDILE, e FERNANDES, *op. cit.*, p. 114 *et seq.*

<sup>206</sup> BRANFORD e FERNANDES, *op. cit.* p. 99.

Até esse momento, explica Roseli Salette Caldart em seu livro sobre a pedagogia do MST, “seu princípio de formação era obedecer sempre, ao patrão, ao padre, ao prefeito, ao coronel... Aprenderam isto na família, nos poucos anos (ou dias) em que estiveram na escola”. Ao tomar a vida nas próprias mãos, diz ela, adquirem consciência política. Percebem que jamais conseguirão o que querem se restringirem as suas exigências ao que o establishment considera aceitável. E aprendem a impor sua própria agenda. “Sempre nos disseram que a reforma agrária é uma boa ideia em princípio, mas que a conjuntura seja favorável”, diz uma líder nordestina. “Bem, fazemos com que a conjuntura seja favorável.” Em outras palavras, tornam-se sujeitos de sua história. E, ao darem esse passo, viram o próprio mundo de cabeça para baixo. Começam a ver que os valores estabelecidos não são imutáveis. Como demonstrou o historiador Christopher Hill, “de cabeça para baixo”, afinal de contas, é um conceito relativo. “A ideia de que esta é a posição errada só vale na medida em que a olhamos de cima para baixo”. O ato da ocupação torna-se o estopim para um profundo processo de transformação pessoal e política<sup>207</sup>

Mas voltando às histórias familiares, na tentativa de compreendermos o impacto desse primeiro passo, retornamos às memórias de nossos personagens.

Dona Antônia saiu de Pio IX, lá da comunidade Recreio, às dezoito horas do dia nove de junho de 1989, e “andou a noite todinha, e o dia todim” para poder chegar a São João do Piauí às quatorze horas do dia seguinte.

A viagem é descrita por ela como um momento de alegria, marcada por muita cantoria como numa celebração ecumênica: “Aí cantando de lá pra cá, e conversando, o povo alegre, satisfeito, graças a Deus.” Mais uma vez podemos perceber como a religiosidade mantém o sentimento de unidade, e articula-se com as questões políticas mais gerais. As músicas sempre reforçando a religiosidade e o desejo de vencer as dificuldades enfrentadas por eles e além, evidentemente, da necessidade de se organizarem:

Sou, sou teu Senhor  
Sou povo novo, retirante, lutador  
Deus dos peregrinos, dos pequeninos  
Jesus Cristo redentor

Quem é fraco Deus dá força,  
quem tem medo sofre mais,  
quem se une ao companheiro  
vence todo cativoiro  
é feliz e tem a paz.<sup>208</sup>

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 99-100.

<sup>208</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

A música, cantada por Dona Antônia, retrata muito bem esse momento da partida, e nos serve de exemplo de como devemos perceber as relações existentes entre fé e política, ambas sempre tão presentes na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em nosso país.

Mas a viagem também foi marcada por tensões. Dona Antônia nos descreve o medo que sentiu ao observar que à frente do ônibus em que viajava havia sempre uma moto com duas pessoas, e estas os acompanharam ao longo de toda viagem. “Aquele ali já é o povo, eu imaginando comigo – é os pistoleiros que tão esperando por nós chegar pra matar – eu pensando sozinha”. Mas ao chegaram ao local em que seria realizada a ocupação, logo Dona Antônia ficou sabendo que aquelas duas pessoas na moto vinham guiando o ônibus. Como ela mesma os definiu depois, eles eram, na verdade, “Sivoneide e Valter, os portadores de Moisés, pra poder chegar na terra prometida”.<sup>209</sup>

A viagem é ainda o primeiro trabalho coletivo realizado por aquelas famílias que passaram, a partir daquele instante, a conviverem sempre juntas como uma grande e “nova família”. Ao longo das vinte horas de viagem eles iam se conhecendo melhor e compartilhando histórias, sonhos e os mantimentos que trouxeram pra viagem: “a gente trouxe beiju, trouxe bolo, trouxe frito e água e tudo, e a gente comia e ninguém passou fome no caminho de lá para cá não, e nem sede, porque a gente trazia água, trazia tudo”.<sup>210</sup>

A chegada foi marcada por dificuldades pois, depois de quase um dia inteiro de viagem, o cansaço e a preocupação das mães com os filhos pequenos apresentavam-se como os primeiros obstáculos a serem superados:

Aí quando nós chegemo aqui, duas hora da tarde, tudo sem comer, só com nossas coisinha réa, sem comer almoço num sabe, e aí um meninozim bem pequeninim chegou quase da cor dessa camiseta tua [amarela], o mininozim da Franscisca, o nome dele é Camilo. Aí este bichim vinha quase pra morrer com a quentura que tava grande demais, e chegemo lá no poço do Capim Grosso, a sombra que tinha era da madeira dos pés de caju, folha não tinha, não tinha folha não. E aí ela arrumou uma rede debaixo desse pé de caju e ficou balançando pra lá e pra cá, pra correr vento no menino, pra ver se o menino não morria. Era o mais pequeno que vinha da ocupação era este mininozim, era de colo, só tinha um mês e quinze dias, um mês e quinze dias que ela tinha acabado a dieta, aí ela viajou<sup>211</sup>

O marido de Dona Antônia, seu De Deus, lembra ainda que “o carro não conseguia descer o rebanco” e aí, tiveram que ir caminhando e carregando a “condução todinha na cabeça”. Mas Dona Antônia continua conduzindo a narrativa e sua memória faz

---

<sup>209</sup> *Idem.*

<sup>210</sup> *Idem.*

<sup>211</sup> *Idem.*

questão de exaltar a convicção de resistir a todas essas dificuldades. Uma postura que culmina com a proposta feita pelo motorista do carro que tentou convencê-los a voltar para sua terra de origem:

E o carro era, o dono do carro era Paulo Afonso. Aí, quando ele chegou em cima da ladeira, uma ladeira que tinha lá, eu já era acostumada a andar no carro dele, aí ele foi e disse: “eita Dona Antônia, aqui vocês vão ficar aqui dentro dessa mata, aqui só tem onça e ‘capelouco’, vai comer vocês aqui dentro dessa mata”. Duas da tarde, o sol quente chega tremia assim, aí ele disse: “Dona Antônia, pode falar aí com o povo de lá Pio IX, que se vocês quiserem voltar, para num ficarem aqui pras onça num comer, pode botar os trem em cima do carro de novo, que eu levo vocês e vocês não paga nada, e eu dou de comer e água a vocês daqui até lá no Pio IX, pra vocês num ficar aqui pra não morrerem de fome”. Ai eu disse: “Não Paulo Afonso, nós já saímos de lá pra vir pra cá, nós vamos ficar aqui, com fé em Deus nós vamos ver como é que Deus quer fazer de nós aqui. Nós vamos ficar aqui, nós viemo pra ficar e vamos ficar, depois nós manda notícia pra lá”.<sup>212</sup>

Logo ao chegarem, iniciaram o trabalho coletivo, e a divisão das tarefas foi acontecendo de acordo com as necessidades do grupo. No primeiro instante precisavam organizar o acampamento, preparar a comida e arrumar as barracas:

Quando nós chegemos as mulheres foram cuidar no ‘decumê’, assim caçar os trem, pra fazer os trem, pra ascender o fogo e outros caçar lenha. E os homens foram caçar meio de arrumar as rede de noite, ai cortava uns pau, uns cortava, uns caçava as moita e enfiava, e armava uma lona por cima da moita assim porque podia chover de noite. Quando amanhecia o dia, as rede tava todo com os punhos no chão, porque os pauzim vei não podia, porque nesse tempo a capoeira aqui era mais, não tinha nem grosso, era só pauzim fino que o homem tinha invadido as terra tudo num sabe, o fazendeirão aí, o Fernando Brasileiro<sup>213</sup>

Ao amanhecer, depois da primeira noite em sua nova morada, Dona Antônia nos relata que logo continuaram a organização das tarefas necessárias para a sobrevivência da ocupação, e logo ao raiar do dia “foram marcar os barracos e formar a primeira organização da segurança dos pelotão, quando fosse pro modo de chegar a polícia de opressão em nós”.<sup>214</sup>

O MST, ao realizar uma ocupação, tem o cuidado redobrado com relação a segurança de seus militantes, principalmente porque depois das suas primeiras ações o movimento ficou visado pelos fazendeiros e pelos políticos que, na sua imensa maioria, não vêem com bons olhos ações reivindicatórias como os processos de ocupações de terras. Na

---

<sup>212</sup> *Idem.*

<sup>213</sup> *Idem.*

<sup>214</sup> *Idem.*

revista *Caros Amigos*, edição especial n.º. 6, podemos encontrar detalhadamente como se dá o processo de organização da “brigada de segurança”. Publicada em 2000 a reportagem explicita, nas entrevistas, uma história das dificuldades enfrentadas neste processo de representação:

É preciso erguer a guarita na entrada do acampamento e treinar a guarda que se revezará, diuturnamente, sabe-se lá por quanto tempo. Ninguém quer ser surpreendido por arruaceiros que armam confusão ao se infiltrar nos acampamentos. Para evitá-los, proíbe-se a entrada de estranhos. Todos os carros (...) são revistados e ninguém pode entrar com bebidas alcoólicas ou quaisquer outras drogas. Quem chega de porre não pode entrar. E quem escapa à vigilância e é apanhado embriagado ou drogado dentro do acampamento é expulso do grupo. O temor maior, no entanto, é a ação dos pistoleiros profissionais a soldo dos fazendeiros. (...) A defesa dos acampamentos é mantida o dia todo, com rodízios de doze horas, às seis e às dezoito. As equipes têm até 20 pessoas, de quinze a cinquenta anos. Durante o dia, a maior parte da guarda é de mulheres; à noite é de homens. ‘Quem não tem amigo certo, um olho fechado e outro aberto’, alerta o comandante. Além dos acampados, visitantes e parentes dos sem-terra, só entra no acampamento com autorização do responsável pela guarda. A polícia? “Quando chega é para espancar e matar”<sup>215</sup>

Dona Antônia segue seu relato descrevendo como foi organizado o “pelotão de segurança”:

O primeiro pelotão era de criança, só de criança de 10 anos abaixo, era o pelotão só de criança, aí o outro pelotão era de mulher grávida, e as mulher que tinha menino no braço, num sabe? E outro pelotão era da juventude, jovem mulher, jovem homem, tudo. E o outro pelotão era dos homem casado. Era das criança, das mulheres, dos jovens e dos homens, era quatro pelotão.<sup>216</sup>

Outra questão importante, para este momento de constituição do grupo, também foi lembrado por Dona Antônia e trata-se do trabalho coletivo. A união do grupo era, e ainda é, um fator importantíssimo para o MST, e seu objetivo era socializar experiências e fazer com que as pessoas se conhecessem melhor e aprendessem a partilhar. Além disso, não podemos esquecer quais os objetivos estratégicos do MST, onde não visavam apenas a conquista de um pedaço de terra para produzirem e viverem, mas também a transformação da sociedade, procurando deixar para trás o individualismo tão latente em nossa sociedade, passando a cultivar valores que forjassem esse “outro homem”, essa “outra mulher”, para

<sup>215</sup> Revista Caros Amigos – edição especial: **MST**. Outubro de 2000.

<sup>216</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

que, assim, fossem construídas as bases dessa nova sociedade, onde o MST seria o primeiro passo.

Como ressalta Dona Antônia, a partilha não era apenas em relação às obrigações, mas também em relação a todos os aspectos da vida dos assentados no acampamento. Evidenciando como este *fazer-se* Sem-Terra constituía-se num processo contínuo que abarcava todos os momentos da vida em comunidade. Portanto, não só os momentos de dificuldades e de deveres, mas também os momentos de alegrias, bem como os poucos e escassos bens materiais que eles possuíam naquele instante:

Assim, se juntou todo homem e fizeram uma roçada bem grande, um mutirão num sabe, coletivo. E as mulher fizeram uma horta num tamanho bem grande, coletiva, era tanta coisa que precisava, de verdura, pra gente comer. E os barraco, tinha o barraco da distribuição das alimentação que vinha. E tinha barraca da saúde também, que eles juntam os remédio também lá.<sup>217</sup>

Já seu Juliano não descreve a saída tão detalhadamente quanto Dona Antônia. Ele nos informa que eles saíram “no domingo à noite e chegaram aqui na segunda-feira. Um dia e meio de viagem”. Mas seu relato sobre o processo de ocupação enfatiza as dificuldades da chegada, no acampamento. Talvez por causa de sua preocupação por ter vindo com seus filhos todos bem pequenos:

A chegada aqui foi complicada, porque nós chegamos, pra onde a gente tinha ficado dava mais ou menos mais dois quilômetros. E os homem despejou a gente aí num olharam nem pra trás, e aí pra gente levar a bagagem? Carro num tinha, né. Aí parecia um bocado de filho de formiga, cada um com a trouxa na cabeça, e eu nessa época tinha um bocado de menino pequeno, aí num sabia se eu levava o menino ou a bagagem. Aí, fiquemos preocupados mesmo assim nessa questão. Fiquei muito preocupado, porque aqueles que vinham mais desocupados seguiram na frente e quem tava mais aperreado ficava atrás. E aí o cara ia já pensava assim, de momento chegava um cara aí pra atacar a gente, é meio complicado.<sup>218</sup>

Seu Juliano, mesmo demonstrando certa preocupação inicial, com o momento da chegada, fala com orgulho ao descrever como eles organizaram as equipes e como estas equipes dividiam as tarefas e enfrentavam as muitas dificuldades que surgiram logo nos primeiros dias de ocupação:

---

<sup>217</sup> *Idem.*

<sup>218</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Juliano Antonino de, *op. cit.*

O processo de organização foi meio organizado. A gente chegou e foi criando logo as equipes né. Equipes de barracas, equipe de alimentação, equipe de saúde. E aí a equipe de barraca já começou a colocar cada um no devido lugar né, na noite, na primeira noite foi muito ruim, porque a gente não teve tempo de arrumar nada, e dormir no meio do tempo. Mas do segundo dia em diante, a gente já começou ver o tempo né, a gente já começou a trabalhar, dividir as tarefas, logo projetando as barracas e a gente foi.<sup>219</sup>

A tristeza de ter deixado tudo para trás é mais evidente logo na chegada, pois ali, naquele instante, se somam as incertezas frente ao futuro: “foi muito triste também”, pois “tivemos que começar a vida de novo, viver aí no meio do tempo”. Mas aos poucos essas dificuldades foram sendo superadas, e a união do grupo foi fundamental para que Seu Juliano, assim como para todos os outros acampados, esquecessem a tristeza e a saudade e passassem a acreditar que eles mudariam de vida, e finalmente conseguiriam o tão desejado “pedacinho de terra”. É por isso que seu Juliano “fazia com todo gosto” os trabalhos coletivos no acampamento.

Dona Anísia, mulher de seu Juliano, recorda com dor o momento da partida, pois foi “um chororô medonho que eu não gosto nem de lembrar”. Segundo ela, sua família apenas aguardava o “sinal”, pois “já estavam com tudo arrumado, só faltava tomar banho e trocar de roupa”. No começo da noite eles partiram de Paulistana e seguiram viagem até Simões, onde se reuniram todos os trabalhadores, das diversas cidades, que iriam para a ocupação em São João do Piauí. Eram cerca de trezentas pessoas, sendo que muitos, talvez a maioria, chegaram com medo de que houvesse pistoleiros os esperando:

A chegada nossa foi lá no Capim Grossso. Na hora da chegada o medo maior que teve foi ali naquela chegadinha, naquela casa lá, sabe. Ai, tinha deles, parece que ainda voltou uma pessoa, voltou uma pessoa e outros falavam: ‘Ih, é desse jeito. Quando dé fé tem pistoleiro nessa fazenda’. Aí nós descemo tudo de pé (...) com os meninos pra chegar lá na terra.<sup>220</sup>

Dona Anísia também evidencia, em sua fala, a vivência da coletividade, pois “tudo era em comum”, e tinha várias equipes nas quais cada um assumia uma tarefa. Esta coletividade também é apresentada por sua memória, como um lugar de identificação deles enquanto militantes do MST, e é ainda como motivo de orgulho e alegria que ela nos relata esta característica que, para todos, é essencial na constituição do MST:

---

<sup>219</sup> *Idem.*

<sup>220</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Anísia Josefa de, *op. cit.*

Aí quando cheguelmo, aí botamo umas loninhas lá mode o sol, o sol era muito quente, o sol era quente! Botava um pano mode o sol nas crianças. Ia logo fazendo os barracos. Tudo era em comum, tinha as equipes de saúde, tinha equipe de alimentação, desde o primeiro momento, tinha equipe de animação, tinha equipe de liturgia, tinha tudo.<sup>221</sup>

Em sua memória, Dona Anísia também faz questão de ressaltar as várias reuniões que sempre aconteciam e que envolviam todas as tarefas do acampamento. Da construção da barraca à organização da segurança, da comida aos remédios, e das dificuldades aos momentos de lazer, tudo era decidido coletivamente e o dia era todo preenchido com as tarefas da ocupação.

O papel das reuniões e das decisões coletivas é uma das características fundantes do MST, pois como já vimos anteriormente segundo Caldart, o movimento procura fazer com que estas pessoas (acampados) passem a perceber que são eles, os sujeitos ativos e conscientes de suas escolhas, e com isso, possam construir sua própria história. Estas atribuições de tarefas, que ocupavam todo o tempo dos acampados, além de uma necessidade para a organização do acampamento, parece ser uma estratégia de convencimento para que os acampados não sentissem desejo de ir em embora. Para Dona Anísia, essa coletividade nas decisões foi fundamental, pois só assim eles “não tinham nem tempo de pensar em desistir”:

Era reunião toda hora, toda atividade, toda animação, era tudo. Aí não dava tempo pra gente ficar pensando lá no lugar de nós não, não tinha tempo. Nós não tinha tempo de pensar em voltar, só na hora de deitar, ia dormir, e aí ninguém ia pensar mais, ia agarrar no sono. Toda hora tinha atividade, era uma coisa, era outra. Quem ia imaginar uma coisa dessas? A gente pensava era que ia ficar doido pra voltar. E não tinha casa não, era barraquinha de lona preta, não tinha casa. Valeu, valeu a pena.<sup>222</sup>

Enquanto as famílias de Dona Anísia e Dona Antônia relembra a partida como um momento difícil, Maria do Socorro, filha de Dona Joana, já nos conta que “saíram – ela, sua família, e outros companheiros – assim um pouco empolgados né, com destino de chegar”. Como esquecer que Socorro e sua família estavam “apenas esperando uma oportunidade” para tentar melhorar de vida e, talvez por isso, ela enxergue esse momento da partida como um momento de felicidade, pois estava deixando para trás todo o seu passado de dor e sofrimento. Mas após uma longa noite de viagem, quando houve “muita cantoria”, a demora para chegar à terra fez com que ela pensasse em voltar, pois tinha achado o local muito distante e, além disso, nem tinha moradia: “mas, àquela altura já era tarde, pois já tinha

---

<sup>221</sup> *Idem.*

<sup>222</sup> *Idem.*

saído, tinha de chegar”. E, além disso, ao chegar ao Capim Grosso, onde se reuniram “o pessoal de todos os municípios”, Socorro logo esqueceu aquela dúvida que havia surgido devido à demora na viagem:

Já tava longe, quando eu tomei conhecimento pra cá, que nem moradia tinha, aí eu fiquei assim desanimada. Mas já tinha saído, tinha de chegar. Mas aí quando a gente chegou que juntou o pessoal de todos os vários municípios, e pela primeira vez, que eu não sabia nem que existia, mas já foi todo mundo assim como irmãos, aí também acabou, pra mim já tava acostumada. Um cunhado meu voltou com três dias, muito arrependido, aí eu disse: ‘pois pra mim eu já sou daqui, pra mim eu já tô em casa. Eu não tenho mais vontade de voltar não’. Mas também nunca chegou um dia pra me dizer assim: ‘eu vou voltar’. Não, graças a Deus, nunca chegou esse momento.<sup>223</sup>

Maria do Socorro também nos descreve como as tarefas foram divididas por setor de trabalho, o setor de organização reunia todos e dividia as tarefas em setores de criança, de adulto e de casais. Mas um dos setores chamou mais sua atenção, e este era o setor de formação política, pois foi através dele que Socorro e os outros acampados conheceram melhor o MST e o seu projeto político:

Cada um tinha seu setor de organização, tinha de reuniões, tinha de leitura de jornais, revistas. Por que a gente lá [onde moravam antes de vir para o acampamento] teve muita pouca reunião, que quando chegou, a gente vinha bem fora. Então, após o passar do tempo, acho que a gente foi enxergando mesmo o que era, foi enxergando mesmo o que era o Movimento. Sabia que vinha trazido pelo Movimento, não sabia ainda o que era o Movimento.<sup>224</sup>

Domingos, assim como Socorro, ao olhar para o seu passado e lembrar-se do dia em que veio para o Marrecas, faz questão de reviver esta memória como um instante de alegria, diversão. Mas ele, ao contrario de sua irmã, já “conhecia a história” e sabia, mais ou menos, como o MST se organizava. Talvez por isso, Domingos se sinta tão à vontade de falar do passado incorporando com tanta altivez sua formação política construída ao longo dos anos de militância no MST. A convicção com que ele fala sobre a importância e o papel que os jovens ocupam dentro do MST nos dá uma ideia de como o movimento valoriza o trabalho com os jovens e como utiliza essa estratégia para se fortalecer e garantir o futuro de seu projeto político. Esta estratégia foi, e é utilizada, desde o início da primeira ocupação no estado do Piauí, como nos relata Domingos:

---

<sup>223</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Maria do Socorro, *op. cit.*

<sup>224</sup> *Idem.*

A maioria era jovem, mas tinha muito pai de família. Era os jovens que, sempre que a gente ia fazer trabalho de base, eles era o futuro né, da história. Mas primeiro tinha de fazer um trabalho para associar as pessoas, mostrar o que é a luta pela terra, porque a pessoa sem conhecer, de repente, chega aqui volta e aí aquela conversa antes das coisas acontecer, não acontece e aí fica tudo o contrário né.<sup>225</sup>

Talvez por isso é que o MST organizou, desde o primeiro dia, estudos sobre a história do movimento, a história da luta pela terra, processo histórico da luta por Reforma Agrária em nosso país, como nos informa Maria do Socorro. Domingos também corrobora esta memória, que enfatiza a importância do resgate histórico:

Aí, nós ia se conhecendo, ia se formando grupo pra estudar, formando grupo de trabalho, se conhecendo aos poucos. A gente estudava o Jornal Sem-Terra, o histórico do acampamento no Estado, como as vitórias, as derrotas.<sup>226</sup>

Com relação ao processo de organização da comunidade em que morava, na tentativa de convencer o maior número de trabalhadores rurais para se juntarem ao MST, Domingos nos conta que “foi mais rápido do que ele esperava, pois foi dentro de uns sessenta dias mais ou menos” que as lideranças chegaram e marcaram o dia da assembleia definitiva. Neste encontro “só era para as famílias que vai pra terra, porque lá é que vai descobrir o segredo da coisa”.

Uma das estratégias utilizadas pelo MST, para garantirem a segurança de seus militantes no dia da ocupação é não revelar com antecedência para onde iam, e até mesmo o dia em que iam era revelado apenas quando estava tudo planejado e organizado, e faltavam poucos dias para a ocupação. Segundo Branford e Rocha “é comum as famílias concordarem em participar de uma ocupação sem mesmo saber para onde vão”<sup>227</sup>. As autoras, ao discutirem essa estratégia, relatam a experiência que Dona Clarinda Ernestina da Santa, na época das entrevistas com 55 anos, e militante assentada do MST de São Paulo, vivenciou esse momento: “Parti às 8 da manhã num ônibus alugado pelo movimento. Viajamos o dia todo. Poucos no ônibus sabiam para onde íamos, mas a gente nem ligou. Ríamos bastante e cantávamos. Na noite seguinte, ocupamos a terra”<sup>228</sup>.

Aqui no Piauí a estratégia de manter segredo sobre o local e a data em que partiam também foi utilizada como nos conta Domingos:

<sup>225</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Domingos Francisco de, *op. cit.*

<sup>226</sup> *Idem.*

<sup>227</sup> BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan, *op. cit.* p. 103.

<sup>228</sup> *Idem.*

Não diziam pra onde vamos, mas diziam o dia que vamos [a data só era revelada um ou dois dias antes]. Não diziam pra onde ia e nem o dia que ia sair. Então, só lá nesse dia, faltando três dias, só pra gente arrumar as coisas. Aí fizemos a assembleia na cidade, todo mundo se conhecia, que era pra gente se conhecer, tem parente que eu não conhecia, vim conhecer nesse dia, e muita gente aí em Pio IX, em vários municípios, comunidade né, foi feita a reunião nesse dia. Se encontrar mesmo, viemos se encontrar aqui na terra, foi bacana, pra mim nesse momento eu tive aqui só era cara desconhecida. Vinha um caminhão lá de Simões, foi dois ônibus que veio de lá, com a bagagem. E aí, veio de Pio IX, de Dom Expedito, e recolhia todo mundo aqui, foi rápido. A gente se conheceu no dia-a-dia aqui.<sup>229</sup>

Podemos perceber, cruzando os relatos de ocupações em distintas regiões do país, que a estratégia segue um padrão comum, especialmente devido ao cuidado com a segurança e êxito na ocupação. Não podemos esquecer que as ocupações eram, e continuam sendo, bastante reprimidas pelo Estado, através do seu aparelho repressor ou ainda pelo judiciário, como também pelos fazendeiros que reprimiam, na maioria absoluta das vezes, com violência, os processos de ocupação. Mas o interessante a ressaltar aqui não é a repressão, mas justamente o contrário, pois mais interessante é percebermos como essas famílias, mesmo diante de tantas dificuldades, em sua maioria, enxergavam este momento como um momento de libertação, e não apenas um momento de libertação, mas um momento onde a libertação era retratada com alegria, de maneira lúdica, e podemos constatar isso independente da região onde se organizava o MST.

Ainda em relação à ocupação, segundo Maria Aparecida de Moraes Silva, é o momento em que se “demonstra a união de todos, inclusive as crianças, e também o aprendizado de luta pelos direitos, cidadania e inclusão social”.<sup>230</sup> Em outras palavras, a autora nos diz que este é o início do processo de reenraizamento social, onde o significado da luta pela terra começa a ganhar corpo e amplia o seu foco de reivindicações, pois a partir da chegada à terra toda essa luta passa a “significar uma luta pela inclusão social, pelo fim do desenraizamento, pela conquista do lugar, do território para morar e viver”.<sup>231</sup>

A socialização das tarefas, e dos sonhos, ajuda os acampados a superarem as dificuldades que se impunham no longo e difícil processo de ocupação. E, como vimos nos relatos das três famílias aqui analisadas, a ocupação representa, para todas elas, o recomeço de uma nova vida, onde a chegada é marcada por inúmeras descobertas, que vão desde as novas

---

<sup>229</sup> *Idem.*

<sup>230</sup> SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004, p. 90.

<sup>231</sup> *Idem.*

amizades, até as formas de organização que o MST procura estruturar em todos os acampamentos do Brasil, como podemos observar na matéria “vida no acampamento” contida na Revista *Caros Amigos* especial sobre o MST:

A primeira noite num acampamento é de descoberta. É proibido incomodar os vizinhos depois das dez da noite, mas neste dia só o sono é capaz de vencê-los. Há um quê de fascínio na recente união. Aparecem voluntários para todos os setores de organização do grupo: saúde, educação, higiene, informação e negociação. A empolgação contagia. É gente querendo chamar parentes, amigos, conhecidos e vizinhos para engrossar a turma. As canções do movimento, todas de desencanto com o presente e esperança no futuro começam a ser decoradas; aqui e ali podemos ouvi-las assobiadas baixinho. Palavras de ordem tantas vezes ignoradas viram jargão fácil. “De mão dadas vamos juntos,/não somos covardes./ Somos contra o latifúndio,/ que só produz maldade.”<sup>232</sup>

E assim vão construindo o seu futuro, com muita esperança, mesmo diante de tantas dificuldades: “Ocupar pois a terra só pertence// Para quem nela trabalha// É a lei do movimento// A gente leva muita garra e esperança// Vai as lonas e as crianças// E os cacaios de mantimento”<sup>233</sup>. O primeiro passo foi dado, os arames das cercas foram cortados, se finda aqui o primeiro ato, mas não termina aqui a longa caminhada, ao contrário, como dissemos anteriormente, é apenas o começo de uma longa jornada.

### 3.2 O segundo ato: Resistir!

Após concluída a primeira etapa/tarefa – *de Ocupar* – começa a rotina de um acampamento Sem-Terra. Uma rotina marcada pela necessidade de resistir às pressões impostas, tanto pelas necessidades de permanecerem na terra “debaixo da lona”, principalmente para as famílias com crianças pequenas, como pelas pressões vindas de fora, entre elas a dificuldade de estabelecer uma relação harmoniosa com a sociedade em torno do acampamento. Desconfiança e medo, de parte a parte, informam muito bem como se dá esse primeiro contato nesta relação tensa e marcada pela intolerância. Expostos à chuva, ao vento e ao olhar dos seus muitos “outros”, estas famílias vivem neste tempo a fragilidade de não ter casa; quase sempre não ter laços e parentesco ou amizade com os possíveis futuros vizinhos; e

<sup>232</sup> Revista Caros Amigos – edição especial: MST. Outubro de 2000. p. 07.

<sup>233</sup> MÚSICA. *Ocupar, Resistir e Produzir*, *Idem*.

não ter um lugar. “Nossa segunda tarefa é resistir// Entrar bem organizado// Enfrentar pra não sair”<sup>234</sup>.

A foto que retrata esse segundo ato, o de *Resistir*, nos mostra toda a tensão existente num processo de ocupação. Muitas vezes, manter-se no acampamento demanda muito mais dificuldades do que o próprio ato de ocupar. Não que o primeiro momento não seja tenso, longe disso, pois como vimos no tópico anterior, este é um momento de extrema tensão. Mas talvez aqui, durante o processo de defesa da terra ocupada, de suas formas de manifestação (ocupação), e de seus direitos – historicamente negados – é que temos uma etapa ainda mais decisiva na constituição destes sujeitos sociais Sem-Terra. O enfrentamento entre trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem-Terra e o aparelho repressor do Estado se dá direta e de forma bastante tensa. Os trabalhadores com suas ferramentas de trabalho: enxadas, foices e facões, em contraste com o armamento das polícias demonstram perfeitamente o tamanho do desafio que se coloca para estes sujeitos sociais. Ainda assim eles resistem! Ainda assim continuam sua labuta incessante por justiça e seus direitos sociais.

Como que suspensos no tempo, o passado já não é mais que memória, e o futuro ainda parece muito longe de chegar. O presente, neste primeiro instante, apresenta-se muito mais como dúvida, por conta dos desafios que eles precisam superar. Mas como em todo processo, especialmente na perspectiva do fazer-se thompiano, passado, presente e futuro estão em constante movimento, pelo menos em relação aos seus significados diante de determinada conjuntura que vai se apresentando como desafio para estes trabalhadores.

Em meio a esta insegurança, eles precisam ainda resistir às pressões dos governos ou ao seu descaso, já que na maioria das vezes eles mandam a polícia para resolver a questão e não fazem nenhum esforço para agilizar a solução dos problemas: regularizar terra e assentá-los; criar linhas de crédito para que pudessem construir uma infraestrutura mínima nos assentamentos; dar condições para que eles tivessem a possibilidade de produzirem e, com o fruto de seu trabalho, sustentar suas famílias.

Portanto, este segundo passo, na organização do MST, constitui-se como um longo e árduo processo de resistência definido como sendo uma “rotina de sufoco”. Nesta matéria sobre um acampamento em Pernambuco, o repórter João de Barros nos relata esta experiência:

O dia-a-dia é um teste de resistência. O sol torra o interior das cabanas, e afugenta todos para fora delas. O frio as transforma em iglus, e todos se

---

<sup>234</sup> MÚSICA. *Só sai Reforma Agrária*, *op. cit.*

agasalham lá dentro. Quando chove a água infiltra, e a fórmula é não sair. Pior é com o temporal. Valha os Santa Bárbara! A lama vira intrusa para a família reunida, imóvel sobre os estrados ou redes.<sup>235</sup>

As dificuldades relatadas dimensionam situações vividas por milhares de Sem-Terra por várias regiões do país. E aqui no Piauí não foi diferente, como nos conta Dona Antônia:

É porque a gente não aguentou a chuva lá nos barraco, porque quando chegou a chuva, de novembro pra dezembro, era grossa demais que ninguém aguentava não. A água passava por dentro dos barraco tudo, e em cima os truvão era mesmo que na cabeça da gente, porque era só uma plástiquinha véia.<sup>236</sup>

Ao relembrar esse período de resistência, ela enfatiza também a repressão policial, que, em Marrecas, demorou um pouco para acontecer, fazendo com que os acampados passassem “seis meses tranquilos”. A chegada da polícia aconteceu depois que os Sem-Terra, cansados de esperar uma solução com relação à desapropriação da fazenda, realizaram uma série de manifestações reivindicando além da posse da terra, alimentação, remédios, educação etc., e além dessas manifestações, uma outra ação dos Sem-Terras explica a interferência da polícia neste momento, como podemos acompanhar no depoimento abaixo:

E aí nesse meio, a gente tava com fome, a gente pegou nove cabeça de ovelha matou e comeu [risos], comemos. Matemos três reis e comemos, e aí a polícia mandou nós dá o couro aos donos, nós demos os coro aos donos. (...) Aí, fiquemos aqui com essas polícia, aí tinha sessenta família, aí o Lopes, que era de lá de onde nós morava, o Lopes, Capitão Lopes, telefonou para Teresina dizendo que, pedindo reforço de polícia que aqui tava se acabando tudo em guerra. Mentindo rapaz, não tinha guerra de nada não. Aí lá se vem uma mercedona, bem grandona, cheia de polícia e quando eles chegaram, via mesma assim as armas, as armas tudo assim por um lado e outro do carro, vinha tudo assim atrás umas das outras, tipo guerra mesmo. Aí quando chegou bem dali, do mata-burro, eles ficaram tocando a corneta. Corneta de guerra: ‘pó, pó, pó, rom’, eu não sei mais como era a toada dele cantando a toada de guerra. Aí eles que estavam, aí, o povo do Lopes, soltaram dois foguetes pra riba, foguete não, tiro, desses tiro dessas arma grande aí, para amedrontar o povo aqui em cima. Que nós estava lá na casa grande e eles chegaram com tudo na casa grande, era pra amedrontar.<sup>237</sup>

Mas como explicar este intervalo de seis meses para que a polícia realizasse as primeiras investidas contra os Sem-Terra? Por que não reagiram logo quando ocuparam a

<sup>235</sup> Revista Caros Amigos – edição especial: MST. Outubro de 2000. p. 08.

<sup>236</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

<sup>237</sup> *Idem.*

fazenda? Talvez por que as terras tivessem abandonadas já há algum tempo pelo proprietário, que sequer morava no Piauí, por isso, ele não tinha exigido das autoridades locais uma atitude enérgica. O certo é que essa demora de posicionamento prejudicou a estratégia do Movimento, que não conseguiu fazer repercutir, neste início, para o conjunto da sociedade, os motivos daquela manifestação, assim como dificultou a solução do problema da posse da terra.

Este momento, que inaugura o confronto entre os Sem-Terra e governo, se institui como marco do processo de resistência destas famílias trabalhadoras rurais, bem como simboliza o início do embate mais acirrado com toda a cidade de São João do Piauí que, a partir desse episódio, manifestou claramente sua indignação com aqueles que haviam “invadido” “sua cidade”.

A atitude dos acampados de prender os animais, dos fazendeiros da região, que iam beber água na lagoa que ficava dentro da propriedade ocupada, e de matar alguns desses para o próprio consumo, não foi apenas uma atitude extrema frente às dificuldades enfrentadas neste período de acampamento. Foi mais que isso, pois ao nos contar esse episódio, Dona Antônia, aos poucos revela as estratégias utilizadas pelo Movimento Sem-Terra para pressionar os governos estadual e federal, no sentido de que fosse agilizado o processo de desapropriação da fazenda Marrecas:

Fizemos assembleia. Como era que nós ia fazer para chegar a opressão pra ver se desapropriava a terra logo? Aí, começamos a ajuntar tudo que é de bicho de todo fazendeiro que tiver por aqui, que beber na lagoa é pra pegar. Todo mundo é pra ir, é pra ir pegar o bicho (...) Enquanto não vier a equipe de televisão de Teresina para divulgar, nós não solta os bicho, nós não pode soltar.<sup>238</sup>

Os fazendeiros e pequenos proprietários da região, que com certeza, já não estavam muito satisfeitos com a chegada dos Sem-Terra, reagiram pois, para eles, a situação tinha passado do limite:

Os fazendeiro ficaram tudo doido arrudeando os curral, pra modo de tirar os bichos, e os segurança [pelotão de segurança organizado pelos acampados] também arrudeando os curral pra não deixar eles tirar nenhum cabrito.  
- Aí eles diziam: “não, mais solta essa vaca que tá com um bezerrim novo – solta essa ovelha que tá com uns cabritim novo.”  
-Aí a gente disse: “traga os cabritos, traga os burrego, traga que a gente dá de mamar aqui.”

---

<sup>238</sup> *Idem.*

- Aí era a ordem de nós. E tinha porca de dá de comida, e agente dizia: “traga os bacuri que a porca tá aqui, e aí ela dá de mamar.”
- Eles dizia: “e aí os bicho vão morrer de sede!”
- E nós respondia: “não se preocupe com sede não, aqui nós demo água aos bichos.”<sup>239</sup>

Após uma semana mantendo os bichos presos no curral, chega uma equipe de imprensa de Teresina - Dona Antônia não especifica se foi imprensa escrita ou televisiva – “pra divulgar tudo”, e após “uns dois dias que eles tinham vindo aqui (...) aí, lá se vem duas carrada grande de polícia.” Com o primeiro objetivo alcançado – o de criar uma tensão e divulgar a difícil situação pela qual estavam passando – agora cabia a eles resistirem às pressões e repressões decorrentes daquela atitude de prender e de matar alguns animais alheios.

A população da cidade, que já estava em alvoroço devido à chegada desses “invasores” e que, na sua extrema maioria, não concordavam com a “invasão” da fazenda, passou a desaprová-los ainda mais, o que se agravou muito, logo após a matança dos animais. Domingos relembra este acontecimento, mas demonstra certo receio ao relatá-lo, pois avalia que, por conta deste protesto, eles perderam uma “parte do apoio da cidade”:

A gente prendia os animal assim só pra fazer pressão. Chamar a atenção da opinião pública. Aí depois a gente prendia os animal e mataram, mataram algum animal. Teve uma noite que mataram... foi duas vezes... nem me lembro, foi mais ou menos isso que aconteceu. O acampamento tava sem alimento. (...) Então com isso, aí o pessoal da cidade foi contra a gente e perdemo uma parte do apoio da cidade. (...) E teve muita coisa que a gente fazia que aqui foi desapropriado. Isso não foi de graça não. Isso aqui foi muito pesado.<sup>240</sup>

Provavelmente, o capitão Lopes, que havia coordenado esta primeira ação de repressão aos Sem-Terra, não entrevistou antes porque as famílias estavam bem organizadas e contavam com o apoio da CPT e do MST. Não podemos esquecer de como Dona Antônia nos explicou a organização dos pelotões de segurança: “o primeiro pelotão era de criança (...), aí o outro era de mulher grávida e as que tinha menino no braço, (...) o outro era o da juventude, (...) e o outro era dos homem casado”. Portanto, não deve ter sido nada fácil para os policiais enfrentarem crianças, mulheres grávidas e com crianças de colo. Com certeza, muitos eram casados e/ou tinham filhos, mulheres grávidas... Mas, apesar desta dificuldade, na tentativa

---

<sup>239</sup> *Idem.*

<sup>240</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Domingos Francisco de, *op. cit.*

de constranger a ação dos policiais, ainda assim é evidente que a estratégia dos Sem-Terra não era de todo suficiente:

O Lopes ainda ganhou três processos aqui por que as mulheres, bem três mulher abordou criança por conta da opressão dele. Ele ganhou três processos aqui, e aí quando voltou de outra vez ele disse assim: ‘eu agora eu vim pra ganhar mais processos, que vocês botaram três processos n’eu, naquele tempo. Pois agora eu quero ver quantos processos vocês vão botar. Desse jeito, fazendo pouco.’<sup>241</sup>

Mas, apesar deste “terrorismo psicológico” e destas provocações, os trabalhadores evitaram o confronto direto. Sabiam que eles só tinham a perder se isso acontecesse, pois além das perdas, materiais e das vidas humanas, que provavelmente aconteceriam, isso poderia ocasionar ainda uma desmobilização por parte das famílias que estavam envolvidas naquele processo, que era a primeira ocupação do Piauí. Portanto, quando o reforço de Teresina chegou para a “guerra”, mesmo com as tentativas do capitão Lopes de provocar um possível confronto, os Sem-Terra permaneceram quietos, só observando o que acontecia:

Pra amedrontar o povo daqui de cima, pro povo descer tudo correndo pras polícia ver que o povo ia tudo correndo, pra dizer que tava em guerra. Não saiu ninguém de dentro de casa. Eles chegaram lá, nem nós de lá da casa grande não saimo pra fora da casa, ficou tudo dentro de suas casas. E eles chegaram, aí o home chegou, e eu oiando de lá, num buraco que tinha assim na parede, aí eu fui oiando de lá, aí o capitão, um outro capitão, mais que o capitão Lopes, dizia: ‘cadê a guerra que tem aqui? Você ligou dizendo que aqui tava em ponto de guerra pedindo reforço, cadê a guerra?’<sup>242</sup>

Dona Antônia, sempre muito corajosa, enfrentou a situação como uma militante aguerrida e convicta de que sua luta era por uma causa justa, mas no confronto com o capitão Lopes, principalmente quando este acusa o seu filho Arlindo de ser um “plantador de maconha”, a militante se converte na mais valente e corajosa mãe pois, a partir deste momento, não era apenas a permanência na terra que estava em jogo, mas, sim, a segurança e a honra de seu filho, de sua família:

Aí eu fui e disse assim: - “Capitão Lopes, o senhor pensa que eu não conheço o senhor? O senhor é lá do Pio IX, cansei de tirar licença lá com o senhor pra fazer leilão na lá comunidade Recreio e agora o senhor chega aqui fazendo opressão desse jeito a nós. Nós não tamo aqui robando nem matando, não. Nós tamo aqui é atrás de terra pra trabalhar, pra nós

<sup>241</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

<sup>242</sup> *Idem.*

sobreviver com nossas famílias.” Eu que disse pra ele desse jeito. Eu não tinha medo dele.

-Aí ele disse: “cadê o Arlindo que tem por aqui que diz que é plantador de maconha?”

-Aí eu digo: “Aqui não tem Arlindo plantador de maconha, não. Arlindo que tem aqui é fio meu e é lá de Pio IX, e você conhece ele. E ele é uma criança ele agora tem uns 15 a 16 anos, a roça dele ele planta é feijão, é milho, é fava, essas coisinhas. E assim mesmo, nós plantemo e nasceu e morreu porque faltou chuva.”<sup>243</sup>

Esta tática de criminalização dos membros do movimento Sem-Terra foi, desde o começo, muito utilizada pela polícia como uma tentativa de justificar a violência contra estes trabalhadores rurais, principalmente contra mulheres e crianças. A ideia, sustentada ao longo da história de nosso país, é de transformar simples trabalhadores rurais, que estão apenas exigindo seus direitos, em “perigosos criminosos”, e com isso procurar convencer a sociedade de que a repressão, além de “necessária”, seria a única “solução” para resolver o problema. Então assim a questão agrária viraria caso de polícia, e os problemas sociais são negligenciados à segundo plano, quando não, totalmente esquecidos.

Sobre esta criminalização, Bernardo Mançano Fernandes e Cristiane Barbosa Ramalho – ao realizarem um estudo sobre a luta pela terra no Pontal do Paranapanema (SP) afirmam que “o governo, desde o início, trata o problema social do campo como um problema de polícia”.<sup>244</sup> Ou seja, a polícia aproveitava o ambiente tenso para tentar prender as lideranças do movimento, com o intuito de enfraquecer a luta por reforma agrária, e com isso, expulsar as famílias que estão acampadas.

Por outro lado, como estratégia para dificultar ações dos policiais, os Sem-Terra organizam os seus pelotões de segurança tendo à frente crianças, jovens e mulheres – principalmente as grávidas e as mães com crianças de colo – mas mesmo assim, a repressão acontecia de dia e de noite:

Eles vinham e faziam era se arranchar, rapaz. Passava era dois, três dias aí arranchado, chamando mais polícia e andando por todo canto. Um dia nós fizemos com o Zé Rainha, que é uma das pessoas mais forte do MST, ficou escondido debaixo da cama da comade Chica, com um bocado de saco véi assim por de trás, era saco, era caixa de papelão que nós botava assim na frente e ele mais prá lá, ele tava assim pro lado que era pra polícia não ver ele.<sup>245</sup>

<sup>243</sup> *Idem.*

<sup>244</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano e RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no pontal do Paranapanema (SP). In: Revista – Estudos Avançados n°. 43 – Dossiê: **Desenvolvimento rural**. São Paulo: EDUSP, 1987. p. 242.

<sup>245</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

Esconder os líderes, sobretudo aqueles de destaque nacional, e por isso, muito “vigiados” e quase sempre criminalizados, pode ser visto como um contraponto a exposição das crianças e das mulheres, quase sempre as primeiras a enfrentar a polícia:

As crianças que era pra humilhar eles, humilhar as polícias. Eles não era de querer matar um monte de criança, porque se eles matassem ia ser pior pra eles. E as muié buchuda também, não era deles querer matar as crias e as muié com buchão.<sup>246</sup>

Ao lembrar-se deste tempo difícil, seu Juliano nos relata com muito pesar as dificuldades de resistir à pressão da polícia, ainda mais para sua família que teve de suportar a dor causada pela perda de um filho que adoeceu e, infelizmente, terminou por falecer:

Muita gente desistiu por causa da repressão. Foi um momento assim de muita tristeza. Por causa da repressão e da dificuldade né, por que eu... com cinco dias que nós chegamos, eu trazia um menino, um adolescente. Uma criancinha, e aí ele adoeceu e faleceu. Então, eu fiquei muito abalado. Nesse tempo a gente tinha de levar as crianças pra cidade e a gente vinha até de pé pra cidade. Então eu fiquei nessa dificuldade, essa grande dificuldade. Mas, nem por isso eu desisti.<sup>247</sup>

A história de seu Juliano explicita, com veemência, as inúmeras dificuldades porque passam os acampados no seu dia-a-dia e que, na imensa maioria das vezes, passam totalmente despercebidas, devo dizer, passam propositalmente despercebidas por aqueles que insistem em vê-los como “invasores”. A perda do filho, tão jovem, logo ali, no acampamento, onde ele e sua família acreditavam estar lutando por um futuro melhor, foi dolorosa demais para não ser dita nesse momento de relembrar, e acentua a insistente preocupação de seu Juliano e principalmente, de Dona Anísia, em partir com “aqueles meninos tudo pequeninim”. Parece que pressentiam o pior, e o pior lhes ocorreu. Mesmo assim, eles permaneceram na luta como se tivessem decidido vingar a morte do seu “filhinho” com a conquista da terra, e só assim poderem homenageá-lo: “Ele tinha... quando nós chegamo aqui, ele tinha um ano e dois mês. O nome dele era Amadeu, inclusive o nome da escola aqui, do ensino fundamental é o nome dele, em homenagem a ele. Foi a primeira pessoa que morreu no acampamento”.

Amadeu, filho de Dona Anísia seu Juliano, morreu no acampamento e não pôde ver o sonho de seus pais de ter acesso à terra, e pior ainda, não pôde vivenciar o desejo de um

---

<sup>246</sup> *Idem.*

<sup>247</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Juliano Antonino de, *op. cit.*

futuro melhor. No entanto a perda desta família virou um símbolo desta luta, e a homenagem ao filho, que faleceu poucos dias depois que chegou ao acampamento, parece ter sido a maior recompensa para a família, que apesar de tudo, conseguiu vencer a batalha contra o latifúndio. A escolha do nome de Amadeu, para a primeira Escola do acampamento Marrecas, mostra como o MST valoriza as histórias individuais como matéria-prima para constituição do grupo. Mas é claro que a constituição da identidade do Movimento, particularmente de um Movimento que se identifica pela imagem de seus “aguerridos militantes”, não pode prescindir de incorporar os sacrifícios presentes na memória social como uma arma de fortalecimento, e encorajamento, dos militantes que permanecem na “labuta por um pedacinho de chão”.

A mãe, Dona Anísia, nem sequer toca no assunto. A dor pela perda do filho parece que cria barreiras na memória e com isso ela procura se proteger do sofrimento que foi – e ainda é – ter perdido o seu filho de apenas um ano e dois meses. Claro que a homenagem, feita ao filho, tema a que ela também não faz referência, a conforta, e não deixa de ser uma forma de sentir que seu filho está presente ali, ainda hoje, e que sempre vai estar mesmo depois que eles “partirem também”. Amadeu virou o orgulho da família, do acampamento/assentamento, do Movimento, e sua história é transformada em monumento que tem como principal função celebrar a resistência daqueles que ali lutam por um futuro melhor. Mas, apesar da dor, logo eles tiveram que enfrentar a repressão policial e a perda do filho parece ter lhes dado ainda mais força e coragem para continuarem na luta, como ressalta seu Juliano:

A repressão se deu a partir das nossas necessidades, não tinha mesmo condição a alimentação. Aí, a coordenação decidiu fazer alguma ação, né, e aí, a gente tinha que aceitar porque, na verdade, nas reuniões a gente achava que a única maneira de resolver a situação era fazer alguma ação. Aí, foi que a gente começou a se mostrar pra que a gente veio. Não veio pra brincar, e a repressão foi muito forte, muito forte mesmo, e nessa repressão foi várias pessoas, né, porque a gente não tinha costume de ver policial nas porta, e foi uma das coisas mais complicada que a gente encontrou pra se resistir.<sup>248</sup>

Seu Antonino ainda nos conta que a polícia “procurava quem eram as lideranças, né, procurava nome, já vinha com o nome das pessoas e como a gente não passava, a gente não abria o jogo, aí eles fazia pressão na gente”. A insistência em procurar identificar quem eram as lideranças gerou um conflito intenso e diário ocasionando várias desistências. Mas a maioria permaneceu e resistir no acampamento:

---

<sup>248</sup> *Idem.*

Aí nisso foi a semana todinha; cada dia eles vinha com uma história, e de início se criou um conflito muito grande que a gente nunca esperava assim de ver. Vê o que a gente viu, tanta polícia, caçando pessoas, fazendo do Sem Terra um bandido qualquer. [Mas] conflito direto com eles a gente não conseguiu, não porque a gente já tinha, mais ou menos, três a quatro mês, já tinha mais ou menos experiência que não dava pra fazer conflito [direto] porque o grupo deles era muito grande e eles pareciam muito disposto. E a gente nunca entrou em conflito com eles não.<sup>249</sup>

Dona Anísia, além de ter perdido o filho, ainda estava gestante quando iniciou a repressão policial e, mesmo assim, não se intimidou diante do capitão Lopes:

O capitão Lopes queria carregar a máquina de datilografia que nós tinha. Ele disse que nois não tinha condição de ter uma máquina daquela, ele achava que a gente tinha era roubado. É a moto do seu Valdivino? Aí eu gestante, aí eu fui e bati no ombro dele.

-ele disse: “tinha levado”. Ele disse que era nois que tinha roubado essa moto.

-Eu disse: “Moço, deixa essa moto aí, o senhor num tá me vendo não? Como é que eu tô aqui? Eu tô passando mal”, eu tava gestante, “é a única coisa que tem aqui quando a gente tá doente que vai até a rua e eu já tô me sentindo mal. Eu posso até ganhar esse menino agora, num tô guentando com tanta dor”<sup>250</sup>

Mas o capitão Lopes parecia não se comover com a situação de Dona Anísia, pois “o homem já ia levar a moto”, mas a coragem e a insistência de Dona Anísia conseguiram vencer a intransigência do capitão:

- Eu bati no ombro dele e eu disse assim: “seu Capitão tenha dó, tenha coração. Será que eu vou ganhar esse menino aqui? Aqui não tem carro, não tem de onde vim carro.”

- “Você vai ganhar menino em cima de uma moto? Você já se viu tentar tá parindo em cima de uma moto? Tem que parir mesmo é num carro, tem que ir é buscar um carro!”

- “Pois tem que ir nem que seja a moto, ir lá na rua e buscar um carro!” Aí ele deixou [risos], ele foi e deixou a moto, e aí não levou não, mas já ia levar, já tava assubindo a moto, ainda até assubiu no carro pra levar.<sup>251</sup>

A estratégia utilizada por Dona Anísia é a mesma relatada, anteriormente, por Dona Antônia, pois quando a polícia “apertava, era as muié e crianças que tava ali na frente.”

<sup>249</sup> *Idem.*

<sup>250</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Anísia Josefa de, *op. cit.*

<sup>251</sup> *Idem.*

A ação dos Sem-Terra parece ter surtido algum efeito, afinal de contas como nos diz Dona Anísia “agora se não fosse as muié e as crianças, (...) os home tinha sofrido muito mais”:

Tinha apanhado mesmo, apanhava e não tinha nenhum apelo. Não tinha nenhum apelo mesmo, a primeira coisa que apresentava era as criança e as muié. Quando eles dizia que ia queimar, nesse dia eles dizia que ia queimar os home. Nos juntemo tudim, quando tinha assim, nós já sabia, a primeira coisa que apresentava era as crianças e as muié. Mas essa dificuldade que teve valeu a pena. Todo sofrimento, valeu a pena que hoje nós tem a terra, nós tem casa, nós tem água encanada, nós tem energia, nós tem...<sup>252</sup>

Todo este sofrimento parece ter realmente valido a pena, pois ao olhar para trás, e pesar as dores e as dificuldades, comparando-as com as conquistas de hoje, Dona Anísia tem certeza de que realmente valeu a pena. Apesar desta avaliação que valoriza o resultado de uma luta tão difícil, a perda do filho ficou como um contraponto para esta vitória. Dona Anísia ressalta em sua fala a enorme e angustiante preocupação com o destino dos filhos pequenos, desde o momento em que, lá em Jorge de Baixo, ela e seu Juliano, começaram a cogitar a filiação ao MST. Seu Juliano, por sua vez, parece carregar o peso de ter insistido na ida para Marrecas, mesmo que nenhum dos dois exponha diretamente suas “culpas”. A tensão que ronda a família por causa dessa perda nos alerta para uma dimensão muito forte da memória social: os mártires são positivos e valorizados pelo presente, mas eles não amenizam a dor daqueles que com eles conviveram no passado. Ou seja, a memória social não é, como nos chama a atenção Halbwachs, uma simples soma das memórias individuais. Na construção da Identidade dos Sem-Terra, a Escola Amadeu Carvalho significa coisas muito diferentes, embora complementares. Como volta a nos chamar a atenção, Ecléa Bosi:

A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa. Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido.<sup>253</sup>

Voltando à questão da repressão, Maria do Socorro, em seu relato, corrobora com o que foi narrado por Dona Antônia e Dona Anísia e, como elas, Socorro também enfrentou com coragem a repressão:

---

<sup>252</sup> *Idem.*

<sup>253</sup> BOSI, Ecléa, *op. cit.*, p. 53.

No princípio eles vinham com um Batalhão, trazia armamentos pesados e faziam ameaças, e nem lá em casa, que entrou o Major representante da turma, dizendo que nós ia apanhar aqui. Outros diziam que ia morrer, mas mesmo assim não me intimidou, eu enfrentei ele. Ele entrou na porta da varanda e saiu na cozinha e eu sai junto com ele. Ele dizia que nós estava aqui era roubando, por que nós comemos uns boi. Nós tava com fome, e gente com fome come é o que estiver na frente<sup>254</sup>

As ameaças aumentaram depois que eles mataram alguns bois para se alimentarem, e junto com elas, vinham os discursos tentando humilhá-los e insinuando que os Sem-Terra eram ladrões, oportunistas e “plantadores de maconha”:

Ele disse que nós ia apanhar. Que nós tinha comido, o boi foi alheio, que a gente ia apanhar e ia sair todo mundo daqui debaixo de peia.  
 -E aí eu digo: “ninguém comeu o boi por brincadeira”. E aí, a gente tinha alguns trabalhos também que era de horta, e aí ficavam pressionando dizendo que a gente tava plantando maconha. Aí, eles entraram lá em casa (...) aí, tinha uma vasilha com sabão.  
 - E ele disse: “aqui é sabão dos fatos do boi que vocês mataram.”  
 - E eu digo: “Não, senhor, muito negativo. Aí, foi porco que nós matou que trouxe lá do interior onde nós morava, não tem nada de boi aí.” (...) nós morava duas famílias numa casa, e tinha dois fogão.  
 - Aí ele disse: “Olha, dois fogão, onde é que são pobre? Onde é que eles tão passando fome?”  
 (...) Eles disseram que vieram pra levar vivo ou morto. Não levaram. Aí, nesse negócio, a gente não reagiu né, e resolveu. Eles foram embora e nós ficamos.<sup>255</sup>

O MST sabia que era preciso responder a estas agressões e proteger seus militantes destes despropósitos, por isso organiza uma série de manifestações para pressionar os governos, municipal e estadual, de modo que fossem encaminhadas soluções para sua situação dramática: sem terras, sem condições de trabalhar, sem comida, sem escola, e ainda, ameaçados pela polícia militar.

As manifestações ocorreram tanto em São João do Piauí como em Teresina, e nelas os Sem-Terra realizaram caminhadas, ocupavam prédios públicos – prefeituras, secretarias de governo, INCRA, bancos, etc. – gritavam palavras de ordem e cantavam suas músicas. Estas ações/reações do Movimento Sem-Terra são sempre bem planejadas, mas, segundo Morissawa, suas formas de luta surgiram ao longo da história do Movimento, e foram construídas pelos próprios trabalhadores, que foram descobrindo vários métodos de pressão social, como por exemplo, a própria ocupação, os acampamentos permanentes, as

<sup>254</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Maria do Socorro, *op. cit.*

<sup>255</sup> *Idem.*

marchas pelas rodovias, jejuns e greves de fome, as vigílias, os acampamentos nas capitais, as manifestações nas grandes cidades, bloqueio de estradas, além da ocupação de prédios públicos e dos acampamentos diante de Bancos.

Iremos nos deter um pouco mais sobre essas duas últimas ações relatadas acima, pois estas foram – além da própria ocupação em si – as mais utilizadas durante o processo de construção do MST aqui no Piauí. A escolha por essas práticas sugerem que o espontaneísmo de que fala Morissawa já há muito havia sido superado, e cada um dos métodos de pressão era não apenas avaliado, mas também adaptado às condições/conjunturas locais, como podemos observar a partir das memórias compartilhadas ao longo da pesquisa.

Em sua pedagogia, Morissawa, descreve a função de cada uma dessas ações e ressalta a intenção do Movimento em realizar determinadas formas de reivindicações. Sobre a ocupação de prédios públicos, o autor nos afirma que a escolha por esta ação é orientada considerando,

sempre aquele onde está sediado o órgão envolvido na reivindicação. Por exemplo, se a solução está no INCRA, ocupa-se o prédio do INCRA, se está na secretária de Agricultura, é lá que os Sem Terra vão fazer a ocupação. A intenção é expor ao público que esses órgãos não cumpriram os compromissos assumidos e obrigar os responsáveis a negociar.<sup>256</sup>

Sobre os acampamentos diante de bancos, o autor afirma que,

Os assentados enfrentam muitos problemas com a liberação de empréstimos e recursos para organizar o assentamento e a produção. À medida que foi aumentando o número de famílias assentadas nas diferentes regiões, foram surgindo também novas formas de pressão para que as agências bancárias acelerassem a liberação de recursos.<sup>257</sup>

No caso de Marrecas, segundo Dona Antônia, primeiro foi uma comissão para Teresina, mas como essa não obteve muito sucesso, “aí, depois quando nós fomos fazer quebra-quebra para reivindicar as coisa, aí era carro cheio”. A viagem não era fácil, além de demorada e cansativa, era perigosa:

Uma vez nós ia num carro coberto de lona e aí quando nós passamo num posto que tem lá perto de Teresina, nós dissemo que era uma carrada de

<sup>256</sup> MORISSAWA, Mitsue, *op. cit.* 202.

<sup>257</sup> *Idem.*

feijão [risos], de saco de feijão. Com pouca os saco de feijão começaram a chorar [mais risos], que era os menino aí.

- Aí o guarda disse: “e como é que esses sacos de feijão de vocês que tá chorando aí dentro”, aí subiu um guarda e olhou, “como é que vocês diz que é um saco de feijão. Aqui é saco de butar feijão cunzinhado [risos]”<sup>258</sup>

Hoje, lembrando o passado, Dona Antônia pode se divertir com as difíceis situações que ela e seus companheiros foram obrigados a enfrentar, principalmente no início de sua luta. Nesse dia, relatado a pouco, eles conseguiram continuar a viagem, pois o padre Ladislau conseguiu “dá um jeito que liberou nós lá do posto, aí nós fumo”. O destino seria o INCRA e o Padre Ladislau nem imaginava que um dia seria superintendente deste órgão no Piauí:

Cheguemo lá, dessa vez nós ia ocupar o Incra, nesse tempo ele [Ladislau] não era nada do INCRA não, ele era padre mesmo, padre da luta. Aí nós fumo pro INCRA, quando chegemo lá, nós era dois carro. Aí chegemo lá tudo de uma vez, aí eu mais a Maria de Fátima, foi quem primeiro que encostamo na porta do INCRA. Eu com a Amanda [na época, filha pequena], aí eu botei a Amanda no braço e uma sacola cheia de coisas na cabeça e outra aqui a tira colo, e eu encostava o ombro mesmo assim na porta do INCRA e a Maria de Fátima também.

- E os guarda por dentro perguntava: “o quê que vocês quer, o quê que vocês quer?”, Aí nós num dizia nada, só fazia empurrar, só empurrando, aí juntou mais outro bocado de mulher e empurrando, aí quando ele afroxou a porta do INCRA por dentro e nós afroxemo por fora, eu digo “huapo!” a ruma de mulher. Aí o povo foi entrando, e entrando, entrando todo mundo pra dentro e eles perguntando o quê que nós queria e nós só calado, só entrando, entrando, entrando pra dentro, aí entra tudo, entra tudo até quando não cuber mais ninguém. Aí era só entrando e o povo seguindo calado e pegava aquela escada e subia até que entrou o derradeiro lá, aí os carro saíram, foram lá pro lugar dele. Passemos três dias lá dentro do INCRA.<sup>259</sup>

Dona Antônia e os outros estavam “reivindicando bóia pra comer, escola assim pra ir intertendo os menino nas escolas, e bóia, e a reivindicação da terra, num sabe”. O governo, intransigente, não queria recebê-los, e para forçar o superintendente do INCRA a receber e negociar com a comissão, eles terminavam ocupando as instalações daquele órgão. Dona Antônia relata que voltaram de lá com nada, apenas com algumas “cestas básicas”, mais sem nenhuma garantia de quando as terras seriam desapropriadas.

Dona Anísia também lembra que foi várias vezes que foi até Teresina exigir “casa, terra, água, bóia”. “Eu não conto nem quantas vezes nós voltemo lá. Num período de três anos, foi mais de dez”. Tiveram que ocupar o INCRA, banco, secretaria, mas o governo

<sup>258</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

<sup>259</sup> *Idem.*

não os recebia. “O governo não recebia. Botava a polícia. Às vezes não queria receber nem as comissões”. Mas, com persistência e determinação, os Sem-Terra acabavam forçando o governo a resolver – mesmo que lentamente e/ou parcialmente – os seus problemas:

Mas com muita luta a gente vencia, até que eles com muito tempo... a gente passava muito tempo lá. A gente dizia: “a gente só sai depois com a pauta na mão.” A agente passava era oito dias lá dentro. Nós só saía quando tivesse tudo amarrado. Se num tiver não saía (...) quantas viagens nós foi lá pra poder conseguir hoje o que nois tem aqui.<sup>260</sup>

Domingos nos conta que a “primeira ocupação na prefeitura nós saímos daqui [acampamento] uma hora da manhã, todo mundo de a pé e chegamos lá”. Seu relato é minucioso e retrata bem o sentimento e a importância que uma manifestação coletiva representa na vida de um Sem-Terra:

Todo mundo a pé. Foi todo mundo a pé. Chegamos lá por volta de umas oito horas e aí fizemos duas filas. Só que nesse momento que a gente ia pela primeira vez, os jovens muito animado para ir, uma jovem adoeceu, na metade da viagem ela adoeceu, aí nós botamos ela pra ir na frente do carro. Aí nessa ida dela, furou, vazou a notícia na cidade. Quando nós chegamos na cidade, a cidade ali, dali pra lá era uma mata de algaroba, fechada, né. Nesse tempo tava chovendo, tava cheio de lama. Aí o pessoal não sabia, pensava que era leve, aí tentaram fazer uma barreira lá, fazer uma barreira ali de trás da delegacia, aí ia todo mundo preparado, tinha de passar, aí ia duas filas. Quando eles viram as filas de cá, aí não resistiram, aí abriram lá e a gente saiu.<sup>261</sup>

O medo dos moradores de São João do Piauí é lembrado pelas falas que eles escutavam quando iam entrando na cidade: “o pessoal vem vindo aí das Marrecas invadir São João. Não sabiam nem o que era, mas disseram, vão invadir São João”. As duas filas eram bem organizadas, “duas filas, todo mundo animado. Foice, enxada, cacete, cantando os cânticos da terra, umas duzentas pessoas”. Como sempre, as Marchas, Caminhadas, e/ou Manifestações organizadas pelo MST eram sempre muito organizadas, onde cada detalhe era minuciosamente pensado com antecedência, e em todos estes momentos, o lado lúdico, era sempre muito utilizado para dar significado ao *fazer-se* enquanto processo de formação militante. Pois como bem define esta questão, Ademar Bogo ressalta que:

<sup>260</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Anísia Josefa de, *op. cit.*

<sup>261</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Domingos Francisco de, *op. cit.*

É caminhando que descobrimos o espaço vazio do analfabetismo que viaja conosco e nos provoca a perguntar ao caminhante ao lado o que dizem as letras em cada placa à beira da estrada. Ou quando alguém nos entrega um panfleto de solidariedade e envergonhados, o dobramos e o colocamos com respeito no bolso da mochila, que vai molhada sobre nossos ombros. É caminhando que vemos o vazio do latifúndio, protegido por cercas e a fome rondando as cidades. É caminhando que vemos o medo nos olhos das janelas das casas, escondidas atrás de grades, temendo que os pobres queiram fazer justiça pelos longos anos de violência aplicada para acumular riquezas. É caminhando que vamos descobrindo e esculpindo em nós uma nova consciência, porque os olhos parecem ver não o que está ocupado, mas sim os espaços que se deve ocupar.<sup>262</sup>

É difícil vislumbrar o impacto causado no imaginário dos moradores de São João por aquela manifestação política, principalmente por ter sido realizada por pessoas de fora do município, e a inda com o intuito de “desafiar” o poder local. Segundo Domingos, algumas pessoas ficavam “aflitas e assustadas, e outras ficavam muito animadas”. Ele ainda faz questão de lembrar as palavras de ordem na época: “*Enquanto eles querem guerra, nós queremos Terra*”; “*Reforma Agrária já!*”; “*Ocupar, Resistir e Produzir*”.

José do Patrocínio, Vice-prefeito e secretário de Educação na época, apoiou o MST desde o começo. No início foi influenciado pelo cunhado José Reis Pereira, na época, deputado estadual pelo PMDB, que segundo José do Patrocínio, participava das lutas, e de certa forma, apoiava as lutas populares. O cunhado telefonou para José do Patrocínio de Teresina, logo que soube da ocupação, e o convenceu a ir procurá-los e ver no que poderia ajudar.

Segundo Patrocínio, as pessoas da cidade logo se posicionaram contra aquelas pessoas que tinham “invadido” sua cidade. A hostilidade aos militantes do MST foi crescendo à medida que o movimento foi se organizando e confrontando o poder dos fazendeiros e “chefes” políticos locais. Estes, logo quiseram “expulsar essas pessoas para que pudessem servir de exemplo”.

José do Patrocínio, influenciado pelo cunhado e pelo sogro - Constantino Pereira - e sensibilizado com a situação difícil pela qual passavam aquelas famílias de Sem-Terra, se aproximou do movimento e, aos poucos, foi se envolvendo e os apoiando cada vez mais. Enquanto Patrocínio ocupava o cargo de vice-prefeito, e secretário de educação, enviou cestas básicas e contratou algumas das militantes como professoras do município. Mas seu apoio ao MST o isolou dentro da prefeitura, e não demorou muito para que ele rompesse com o prefeito e saísse da administração local. Ainda assim o seu apoio foi essencial para a

<sup>262</sup> BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. Caderno de formação N° 34, 2ª Ed. Veranópolis, ITERRA, p. 35.

consolidação daquele que viria a ser o primeiro assentamento do MST no estado do Piauí, e essa importância se dá, justamente, pelo papel de destaque que o próprio Movimento dá à educação como parte constituinte de todo esse processo. Em relação a essa importância, Carlos Bauer destaca:

Quando analisamos os princípios educacionais do MST, percebemos que o que está em jogo é a possibilidade de se construir uma nova maneira de viver e de produzir novas relações sociais, formas de trabalhar, pensar e sentir. Essa definição está vinculada ao significativo papel que o MST atribui ao processo educativo como potencializador das transformações sociais. Num contexto de reflexões e afirmação do seu projeto societário, “a importância dada à educação pelo MST é mensurada pela afirmação de que investir em educação é tão importante quanto o gesto de ocupar a terra”.<sup>263</sup>

Justamente por este apoio, num momento tão difícil como este, e pela importância que suas ações tiveram nesses primeiros meses de acampamento que os assentados o reconhecem como um dos principais, se não o mais importante, aliados no início do processo de ocupação. Pelo menos todos os nossos entrevistados, ao serem perguntados sobre quem, em São João do Piauí, os apoiou no início, são unânimes em descrever a força e a contribuição que José do Patrocínio prestou àquelas famílias. Seu Juliano resume bem este sentimento:

Primeiro foi o José do Patrocínio que chegou no acampamento, e aí ele se mostrou quem era né, e aí ele começou a manter contato com o sogro dele e com o cunhado, né. E aí, eles começaram a ir no rádio e divulgar quem era o povo que tinha chegado, né, e aí, se não fosse eles três a coisa tinha se complicado.<sup>264</sup>

As manifestações só cresciam, e aos poucos algumas pessoas foram se convencendo de que as atitudes daqueles “forasteiros” não eram tão “absurdas” como a maioria da população imaginava. Segundo Patrocínio, o que contribuiu para isso foi o fato da fazenda Marrecas estar abandonada pelo proprietário que nem era da cidade.

Mas o que mais marcou a memória da cidade de São João do Piauí foram as transformações políticas causadas pela chagada do MST no município. José do Patrocínio conta que a cidade nunca tinha visto este tipo de manifestação antes, e o Movimento Sem-Terra surpreendeu a cidade:

---

<sup>263</sup> BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade**: princípios educativos do MST em perspectiva histórica. São Paulo, Edições Pulsar: Xamã, 2009. p. 92-93.

<sup>264</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Juliano Antonino de, *op. cit.*

Impactou pela sua cultura de cidade passiva, submissa, submissa aos políticos dominadores e tal, ninguém ousava reagir e essa reação surpreendeu. Eu acho que São João evoluiu politicamente, embora que a cidade, um tanto, não se pode dizer que está politizada, mais o MST contribuiu para a discussão das Políticas Públicas, ainda hoje cobra isso. Ele de certa forma quebrou com aquele clientelismo. Não é que acabou o clientelismo, é que só existia clientelismo, era só uma relação.<sup>265</sup>

Como podemos ver a luta por terra, por Reforma Agrária, abraçada por estes trabalhadores rurais, não se resumia apenas ao direito de ter um pedaço de terra. Era uma luta maior, mais ampla e que a cada dia crescia ainda mais. Tornava-se uma luta por dignidade, respeito e direito à vida. Não era apenas uma luta dos trabalhadores rurais, e aos poucos, a população de São João do Piauí foi percebendo isso. A chegada do MST causou um enorme reboliço na vida política e social daquela cidade. Mas os “forasteiros invasores”, aos poucos, foram conquistando o respeito, a amizade e a confiança de grande parte dos moradores daquela cidade, embora isso não tenha acontecido da noite pro dia. Foi difícil, doloroso, mais com muito esforço e, principalmente, com muito trabalho, os Sem-Terra passaram a ser vistos e respeitados como cidadãos. “Resistir para não sair da terra// Se preciso se faz guerra// Mas dela ninguém nos tira// Empresários, politiqueiros e banqueiros// Todos eles fazendeiros// E não nos deixam outra saída”<sup>266</sup>

### 3.3 A concretização do sonho: Produzir...

Após os primeiros passos terem sido cumpridos, mesmo diante das dificuldades impostas, dificuldades estas que fizeram com que o segundo ato tenha forçado os Sem-Terra a resistirem, e com isso, fortalecido ainda mais o seu sonho de conquistarem a “Terra prometida”, eis que é chegado o momento da realização desse sonho, mas os desafios não cessaram, ao contrário, novos e velhos desafios estavam por vir. “Nossa terceira tarefa é produzir// No trabalho coletivo// colher muito e repartir”<sup>267</sup>.

A ideia de uma produção partilhada e incorporada às palavras de ordem em 1989, não se constitui desde o início do Movimento como uma prioridade, pelo menos da forma como ela é hoje pensada pelo MST.

<sup>265</sup> ENTREVISTA. CRONEMBERGE, José do Patrocínio Reis, *op. cit.*

<sup>266</sup> MÚSICA. **Ocupar, Resistir e Produzir**, *Idem.*

<sup>267</sup> MÚSICA. **Só sai Reforma Agrária**, *Idem.*

Para essa memória, a redefinição da ideia de produção é resultado de um processo de um amadurecimento gerado a partir de várias experiências e mistura-se com as etapas de organização e maturamento do próprio Movimento Sem-Terra. João Pedro Stédile divide este processo de aprendizagem e definição sobre o “modelo” de produção a ser utilizado pelos trabalhadores rurais em três etapas: a primeira se estende desde as primeiras ocupações de 1979 e vai até 1985; a segunda compreende o período que vai de 1990 a 1993 – “período de crise do Movimento”, e a terceira se estruturou a partir do III Congresso Nacional em 1995 “período de reabilitação de forças perante o Estado”. Vale lembrar que entre a primeira e a segunda etapa existe uma lacuna de cinco anos definida por Stédile como um “período de descoberta” de novas formas de produção.

A primeira etapa foi marcada, segundo Stédile, por uma “visão romântica da produção”. Este período é caracterizado, segundo ele, pela visão que os camponeses tinham em relação à terra quando o trabalho agrícola encontrava-se numa etapa anterior à modernização da agricultura:

A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico, era do boi e da enxada. Ela sonhava: “Bom, fui expulsa pela máquina. Agora, se eu reconquistar minha terra, vou conseguir criar meus filhos e progredir na vida com o boi e com a minha enxada. Na década de 1960, nossos pais conseguiram criar a gente dessa maneira”. Essa era a memória técnico-produtiva do povo. Era muito difícil fazer a discussão da organização da produção com os trabalhadores. Com esse memorial técnico, vamos dizer assim, a base reagia da seguinte forma: “Se eu conquistar a terra, depois me viro”.<sup>268</sup>

Branford e Rocha também abordam a questão da produção em seu livro sobre o MST. As autoras lembram que o “MST já passou por vários estágios na tentativa de construir um modo de vida alternativo para os excluídos”, e nos afirmam que, o Movimento, inicialmente, “deu pouca atenção ao uso da terra”, pois “a conquista da terra era o tema central”, ou seja, “Era uma luta por terra, não por reforma agrária”, na qual a mais importante prática de colaboração entre as famílias de acampados era o “tradicional mutirão para limpar a terra, construir casas e fazer colheita”.<sup>269</sup>

A partir deste diagnóstico, as jornalistas localizam um tempo na constituição do Movimento em que a questão do uso da terra começou a ser problematizado no MST. Segundo sua cronologia, em meados dos anos oitenta,

<sup>268</sup> STÉDILE, e FERNANDES, *op. cit.*, p. 95.

<sup>269</sup> BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan, *op. cit.*, p. 131.

“O número de assentamentos aumentava, mas a fome e a miséria continuavam igual. Era evidente que, se os assentados não resolvessem os problemas da produção, corriam o risco de endividar-se e perder as terras conquistadas, como havia ocorrido a muitos no passado”. Os assentados passaram, então, a enfrentar formas mais organizadas de colaboração, geralmente encorajados pelos padres e pastores progressistas, ainda com muita influência sobre as famílias. (...) Essas experiências ainda não eram muito importantes para o movimento. Os participantes do Primeiro Congresso Nacional em Curitiba, em janeiro de 1985 – que fundou o MST -, falaram pouco delas. A preocupação preponderante do movimento ainda era a conquista da terra.<sup>270</sup>

Assim, mesmo após a realização do I Congresso Nacional, realizado na cidade de Curitiba, em janeiro de 1985 – Congresso de Fundação -, os Sem-Terra falavam pouco sobre estes problemas. Para Branford e Rocha isto ocorria porque “a preocupação preponderante do Movimento ainda era a conquista da terra”. Realmente, ao analisarmos a memória do MST sobre este período, percebemos que os objetivos definidos nesse I Encontro concentraram-se na discussão de conjuntura política pós-ditadura militar e na preocupação com as ocupações de terras, daí a nova palavra de ordem: *Ocupação é a única solução*.<sup>271</sup>

Como podemos observar, as dificuldades em realizar as discussões sobre como se deveria organizar a produção eram enormes, pois segundo João Pedro Stédile “não havia nenhuma disposição” em realizá-las. “A pessoa queria terra. E isso de certa forma, favoreceu o governo, porque o isentava das outras obrigações ligadas à produção”.<sup>272</sup>

Neste momento a igreja desempenha, mais uma vez, um papel importante, e o MST potencializa a relação que esta possui com os trabalhadores rurais para abrir um diálogo sobre a questão da produção, ainda que temido:

O único debate que conseguimos, nessa época, era pelo viés idealista cristão: “Será que é melhor a gente trabalhar junto? Será que a gente não vai viver mais fraternalmente se fizer mutirão?” Não era uma visão, vamos dizer, cientificamente elaborada. As principais lideranças do movimento, nesse período, se preocupavam em debater teoricamente, aprender com as experiências históricas, ler textos para compreender a importância da cooperação agrícola. (...) Aquele primeiro período foi muito fraco de debate, mas de grande preocupação. De um lado, porque a grande preocupação, em termos gerais do movimento, era de se consolidar como movimento social; de outro, porque a própria base achava que podia resolver o problema só com as próprias forças.<sup>273</sup>

---

<sup>270</sup> *Idem.*

<sup>271</sup> MORISSAWA, Mitsue, *op. cit.* 141.

<sup>272</sup> STÉDILE, e FERNANDES, *op. cit.*, p. 96.

<sup>273</sup> *Idem.*

As dificuldades de associar a luta pela terra a uma luta mais ampla por melhores condições de trabalho e produção passou também por uma reelaboração da concepção de política e de movimento social, como nos relatam Branford e Rocha:

Em maio de 1986, o MST realizou a Primeira Reunião Nacional dos Assentados. Compareceram representantes de 76 assentamentos, de 11 Estados. O tema principal em discussão era se os sem-terra, depois de assentados, deveriam continuar a fazer parte do MST. Um grupo bastante grande defendia a ideia de criar uma organização irmã, que seria chamada de *pé no chão*, para os com-terra, as famílias que já conquistaram a sua terra. Depois de muita discussão, os assentados votaram a favor de ficar no MST, decisão acolhida calorosamente pela liderança, que entendia que tanto os sem-terra como os com-terra eram parte da mesma luta.<sup>274</sup>

Naquele momento, o MST passaria a olhar para além do desejo da simples conquista da terra e almejaria voos mais altos, onde o projeto de reforma agrária, amplo e com participação dos trabalhadores, fosse incorporada como uma das principais bandeiras de luta do Movimento.

Ainda segundo João Pedro Stédile, e como observamos anteriormente, a direção do MST se preocupou em discutir, estudar e debater teoricamente com o intuito de “compreender a importância da cooperação agrícola”. Entretanto, apesar de já terem formulado uma visão de que “ocupar e distribuir terras simplesmente não resolvia o problema”, ainda não haviam conseguido ampliar o debate sobre a necessidade de se construir um projeto sobre a questão da produção agrícola. Portanto foi necessário que os próprios assentados enfrentassem os problemas na prática, para que pudessem se convencer de que deveriam ampliar a sua organização diante deste mais novo desafio que seria o de *produzir*:

Foi preciso então que a própria base do movimento – os assentados – começasse a enfrentar os problemas reais: necessidade de mecanizar as lavouras, mudança de padrão técnico de seu trabalho, acesso ao crédito etc. É também um período que coincide com o fim da ditadura militar e com o término daquela onda de créditos subsidiados. Para quem não sabe, o crédito subsidiado foi a base de sustentação da ditadura militar na pequena agricultura. O subsídio atingia até 30% ou 40% sobre o total financiado.<sup>275</sup>

Portanto, mais uma vez, as dificuldades apresentadas por conta da conjuntura econômica e política promoveram mudanças na forma organizativa do movimento diante

<sup>274</sup> BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Op. cit.*, p. 132.

<sup>275</sup> STÉDILE, e FERNANDES, *op. cit.*, p. 96 *et seq.*

destes novos desafios. Novamente o *fazer-se* foi constituindo estes atores sociais, e nesse processo, eles foram, ao mesmo tempo, transformando e se transformando.

Nos anos seguintes – 1987 e 1988 – as discussões dentro do movimento passaram a girar mais em torno da organização dos assentamentos e um dos pontos prioritários seria a questão da produção. Os assentados desejavam “eliminar o intermediário – e agregar valor aos produtos no próprio assentamento”. Mas, para Branford e Rocha, a experiência que alguns militantes do MST haviam acabado de adquirir em Havana fez com que o Movimento almejasse propostas mais audaciosas:

Entusiasmado pela forma como Cuba, apesar do danoso embargo norte-americano, eliminara a desnutrição e introduzira excelentes serviços de saúde e educação, sugeriram que o movimento adotasse o modelo cubano de produção coletiva e de grandes unidades agroindustriais. Contagiados pelo entusiasmo desses militantes, os líderes concordaram, num primeiro passo, em estabelecer algumas cooperativas de pequeno porte, conhecidas como cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). E assim, nos anos seguintes, o MST fundou no Rio Grande do Sul as primeiras CPAs – a Cooponor e a Cooptil, em 1989, e a Cooptar, em fevereiro de 1990.<sup>276</sup>

O debate sobre a organização dos assentamentos se ampliava e naquele instante se impôs como prioritário. Após realizarem um amplo levantamento junto aos assentados ao longo do ano de 1989, foi organizado um encontro sobre cooperativas em junho de 1990, onde ficou definido a coletivização da produção. Mas o que levou o MST a adotar este modelo de organização espelhado nas experiências soviéticas, mesmo com o colapso dos regimes comunistas? Novamente recorro a Branford e Rocha:

Mas houve um fator novo e decisivo para a decisão: a mudança repentina das condições políticas no Brasil, em marca de 1990, depois da vitória de Collor de Mello sobre Lula nas eleições presidenciais. Collor desencadeou violenta campanha contra o MST, que, privado de qualquer apoio oficial, decidiu contar exclusivamente com recursos próprios.<sup>277</sup>

Durante o período, que Stédile nomeia de “descoberta”, ressalta ainda que “o maior acerto, nessa etapa, foi que não nos prendemos a uma forma única de cooperação agrícola”, mas ressalta, também, que aqueles foram anos difíceis:

A partir de sua vitória eleitoral, Collor acabou com as políticas públicas para a agricultura, com o crédito, com a EMATER, que poderia dar assistência

---

<sup>276</sup> BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan. *op. cit.* 132-133.

<sup>277</sup> *Idem.*

técnica, e com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). No início do seu governo houve um desmantelamento geral. O Banco do Brasil quase foi à falência. Isso gerou uma crise ainda maior na agricultura, que já vinha numa crise de lascar. É lógico que essa crise afetou também os assentamentos e o próprio movimento como tal.<sup>278</sup>

Este período de “decepção”, inaugurado pela perda da candidatura de Luiz Inácio da Silva, se agrava com os ataques do então presidente Fernando Collor de Mello, e obriga o MST a se debruçar ainda mais intensamente sobre o problema da produção agrícola e sobre as suas formas de cooperação. Segundo Stédile “percebíamos que o desenvolvimento já conquistado pelo MST era insuficiente para fazer frente à ofensiva do governo Collor. Passamos dois anos 1990 e 1991 – discutindo isso”. Neste instante, fruto de toda esta reflexão, surge a ideia de se criar centrais de cooperativas gerais, e a partir destas, formar a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). A partir daqui, o MST começava a resolver este problema mais ligado à produção e cooperação agrícola, e iniciava sua reação frente às dificuldades impostas pelo governo em questão. Pois ainda segundo Stédile, este governo,

foi nosso batismo de fogo, porque poderíamos ter acabado ali. Se o governo dele durasse os cinco anos previstos e nos apertasse mais um pouquinho, poderia ter nos destruídos. Não os assentamentos em si, porque estes já estão consolidados, mas como movimento social.<sup>279</sup>

Na visão de Branford e Rocha, o modelo de coletivização proposto pelo MST como forma de enfrentar as difíceis condições políticas nesse período foi inadequado e insuficiente, porque “não se estabelece obrigações formais e compromissos entre seus membros, o que significa tolerar ‘pequenos vícios’, como o ‘individualismo, oportunismo e auto-suficiência’”. E citam Horácio Martins de Carvalho – economista que por muito tempo apoiou e trabalhou com o MST – para reforçar seu argumento:

o movimento também cometeu um grande erro. Em vez de basear o novo programa nas “pessoas dos assentamentos, seu dia-a-dia, seu trabalho, sua experiência anterior em termos de cooperação, sua identidade social”, o movimento deixou-se dominar por “influências externas”. (...) O novo programa de coletivismo também falhou ao não levar em conta a degradação ecológica causada pelos modernos métodos agrícolas.<sup>280</sup>

<sup>278</sup> STÉDILE, e FERNANDES, *op. cit.*, p. 103.

<sup>279</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>280</sup> BRANFORD, Sue e ROCHA, Jan. *op. cit.* 134.

E ainda sobre esta questão, da crise de produção enfrentada pelo MST ao longo de toda a primeira década de organização do Movimento, as autoras, após discutirem exaustivamente as causas e os efeitos deste problema, encerram sua discussão com uma fala de Ademar Bogo, que resume e esclarece o ponto de vista da direção do movimento sobre esta questão, e as autoras fazem questão de ressaltar que as dificuldades fizeram com que o MST aprendesse a lição, procurasse corrigir esses erros referentes à produção e, com isso, mais uma vez eles conseguiram se reinventar:

o principal erro do MST no passado foi “ter copiado um modelo ultrapassado e inviável de agricultura” e “não ter tido coragem de inventar uma forma de agricultura adaptada a nosso modo de ser e às nossas condições, com novos métodos de organização”. Agora, o MST está desenvolvendo, cautelosamente e, de certa forma, contra a vontade, um novo tipo de agricultura que combine os melhores elementos da lavoura camponesa – sobretudo o cuidado com a subsistência e o equilíbrio ecológico – com os avanços da nova tecnologia. Esse novo modelo, ainda embrionário, parece oferecer a melhor oportunidade para a expansão do movimento no mundo moderno.<sup>281</sup>

Mas enquanto à nível nacional essa discussão ganhava corpo, no Piauí, o MST engatinhava no seu processo de estruturação. Não podemos esquecer que a primeira ocupação de terras realizadas pelo movimento se deu em junho de 1989 na fazenda Marrecas. Nesse estado os trabalhadores rurais, como no restante do país, também concentravam seus esforços no sonho e na luta por um pedaço de terra. Por isso, apesar do MST Nacional já está discutindo e implementando a questão da produção coletiva, no Piauí houve um descompasso em relação a essa conjuntura nacional, pois o movimento aproveitou os primeiros meses de ocupação – segundo semestre de 1989 – para procurar estruturar as condições de vida no acampamento. Isso não quer dizer que a tentativa de coletivizar a produção não tenha sido implementada.

Apesar da memória dos Sem-Terra do Piauí não ressaltar sua participação neste amplo debate, alguns relembram como o Movimento procurou organizá-los, tendo como princípio a coletivização da produção. De alguma forma as “lições” do debate nacional eram experimentadas também aqui. Dona Antônia lembra que: “se juntou todo home e fizeram uma roçada bem grande, um mutirão, num sabe, coletivo. E as mulher fizeram uma horta num tamanho bem grande, coletiva”.<sup>282</sup> Domingos também recorda que “quando a gente chegou, a gente tinha um trabalho coletivo, né, tinha assim, só o trabalho coletivo”.<sup>283</sup>

<sup>281</sup> *Idem*, p. 146.

<sup>282</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

<sup>283</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Domingos Francisco de, *op. cit.*

A experiência de organização do MST no Piauí já se insere neste momento de (re) definição do projeto político do MST como um todo. Mas apesar da tentativa de sistematização desta proposta, aqui – como no restante do país – não demorou para que esse modelo se mostrasse inviável para a realidade vivenciada pelos Sem-Terra, e como argumentou, anteriormente, Ademar Bogo, o problema ocorreu devido ao fato de que o Movimento não procurou valorizar as experiências já acumuladas ao longo da vida destes sujeitos sociais. Por isso essa proposta de coletivização não logrou o êxito inicialmente imaginado pelos dirigentes, como nos confidencia Domingos:

Mudou por um motivo de muitas coisas, opinião não combinar, dava problema o trabalho. Um pai de família que trabalhava no coletivo com o jovem e o jovem no passado tinha o mesmo direito que um pai de família. Às vezes, ele trabalhava menos e ele tendo menos despesa, aí na hora da divisão, da distribuição da renda, então o jovem fica privilegiado e o pai de família fica na miséria.<sup>284</sup>

Estas famílias, como a de Domingos e a dos demais acampados, iniciaram, neste momento, o seu longo processo de constituição enquanto militantes Sem-Terra, e preservavam, em seu imaginário, o sonho de muitos outros trabalhadores rurais do passado, qual seja: o desejo de conquistar um pedacinho de terra e nele vivenciar “antigas” práticas como o trabalho familiar coordenado pelo pai, chefe da família. Além disso, antes de iniciarem essa luta por reforma agrária, estes trabalhadores e trabalhadoras rurais não se preocupavam muito com a estruturação e escoamento da produção, afinal de contas, estas, quando existiam, eram fruto em sua grande maioria, de lavouras de subsistência. Não podemos esquecer que a maior parte destas famílias nunca haviam sido possuidoras de terras, pois sempre estavam trabalhando nas “terras do patrão”, onde sistemas tradicionais de comercialização eram definidos no próprio contrato informal de trabalho (meia, terça ou quarta parte), e nele, a comercialização era feita a partir dos interesses do “patrão”. Quanto àquelas poucas famílias que possuíam algum “pedaço de terra”, não contavam com nenhuma infraestrutura para viabilizar a produção. Como esquecer Dona Joana, que “não tinha cavador, era mesmo futucando com o dedo, e cobria a terrinha para produzir. Quando a chuva batia, arrancava tudinho”.<sup>285</sup> Provavelmente, por estes motivos, os militantes piauienses que participaram das primeiras ocupações, não tenham na memória, de forma mais detalhada, esta discussão sobre a produção, ponto tão fundamental para o desenvolvimento do MST.

---

<sup>284</sup> *Idem.*

<sup>285</sup> ENTREVISTA. JESUS, Joana Maria de, *op. cit.*

Mas, volto a lembrar, como a primeira ocupação de terras no Piauí, organizada pelo MST, ocorreu já no ápice de toda esta discussão sobre produção e como todo processo de desapropriação de terras é sempre lento, o Movimento teve tempo para enfrentar os problemas surgidos no assentamento Marrecas enquanto conquistava definitivamente a posse da terra, o que demorou cerca de três anos. Além disso, o movimento, em terras piauienses, foi favorecido pelo acúmulo desse debate, à nível nacional, tendo, portanto, menos dificuldades que as primeiras iniciativas nacionais, ainda um tanto quanto experimentais, como pudemos observar ao longo deste capítulo.

Portanto, ao conciliar as experiências em torno da produção, já vivenciadas pelo Movimento, com as experiências de vida dos próprios acampados/assentados, o Movimento Sem-Terra consegue superar não só os problemas com a produção no acampamento/assentamento Marrecas, como também vai, cada vez mais, se constituindo como o Novo, ou parte do Novo, no cenário político, tanto do Piauí, como do Brasil.

Passada esta fase, gostaria de comentar a terceira etapa, definida por Stédile como sendo o “período de reabilitação de forças perante o Estado”. Esta fase é marcada pelo III Congresso Nacional do MST, realizado em 1995, na capital federal, onde se iniciou o processo de consolidação do “Sistema Cooperativista dos Assentados” – (SCA), gerado na etapa anterior, a partir da formação da CONCRAB. Com isso, eles procuravam reestruturar a força do movimento frente ao governo, já que as necessidades, impostas pela organização de muitos assentamentos e pela demanda de uma maior produção, haviam se intensificado devido ao aumento do número de assentados.

É interessante ressaltar que o ano de 1995 é marcado por outros importantes acontecimentos que também contribuíram para impulsionar a luta por reforma agrária no país:

além do 3º Congresso [do MST], outros fatos ocorridos no ano de 1995 puseram o foco sobre a questão agrária: o calote dos latifundiários no Banco do Brasil, a crise geral da agricultura provocada pelo projeto neoliberal e a reação da sociedade junto ao massacre de Corumbiara. Jornais que até então eram ferrenhos adversários da luta do MST começaram a publicar editoriais criticando a timidez e lentidão do governo para resolver a questão. Multiplicaram-se os espaços na mídia para informar à sociedade o absurdo da concentração fundiária no Brasil. (...) [com isso] o MST ganhou maior reconhecimento da sociedade. Suas diversas ações fizeram a reforma agrária ter assunto diário nas discussões da sociedade e nos meios de comunicação<sup>286</sup>

---

<sup>286</sup> MORISSAWA, Mitsue, *op. cit.*, p. 153.

Vale lembrar que em 1995, o país era governado por Fernando Henrique Cardoso. Iniciava-se a “Era FHC”, período marcado pela adoção de uma política neoliberal, que entre outras medidas decidiu que “o único modelo viável para o campo era a agroindústria capitalista”. Neste período aumentou também a repressão aos Militantes Sociais e o MST foi o foco central desta repressão. Sobre a relação do MST com o governo Fernando Henrique e, sobre a postura deste último, frente às ações desse governo, Stédile avalia em 1999 que,

a partir do governo FHC, tinha havido uma mudança na forma de violência contra os sem-terra e seus movimentos, passando da violência fora da lei (agressões, assassinatos e ameaças vindas de proprietários) para a violência legitimada, amparada pelo Estado, como os despejos judiciais, mandados de prisão, destruição de roças e criminalização do movimento<sup>287</sup>

Esta postura, do governo FHC, é analisada por vários pesquisadores interessados no debate sobre reforma agrária e movimentos sociais durante este período. Destas análises surgiram vários trabalhos publicados, e dentre esses, me aproprio aqui, de uma belíssima pesquisa publicada em forma de reportagem num fascículo intitulado “Retratos do Brasil”. Nessa reportagem, os autores, ao avaliarem a postura deste governo em relação às manifestações do MST, nos informam que:

O governo passou a agir para restringir o campo de ação do movimento. Uma das atitudes do governo FHC nesse sentido foi a edição da Medida Provisória n°. 2.027, de dezembro de 2001, que impedia a vistoria e desapropriação por dois anos das terras que tivessem sido ocupadas por militantes pela reforma agrária<sup>288</sup>

Mas, as implicações desta conjuntura nacional merecem ser analisadas em outro estudo, que se proponha a aprofundar ainda mais estes impactos – principalmente as suas consequências para o MST no Piauí – por isso retomo a discussão sobre a crise do processo de produção do Movimento Sem-Terra - ou segunda etapa –, pois foi justamente neste momento que se inicia a luta por terra no Piauí.

No acampamento Marrecas, a questão da produção não foi vivida, apenas como uma necessidade para que eles pudessem dar seguimento à sua luta, mas também como uma estratégia de convencimento da sociedade de que os propósitos do Movimento eram coerentes com um projeto de desenvolvimento não apenas para os Sem-Terra, mas para todo o país.

---

<sup>287</sup> Revista Reportagem, edição n°. 72, Ano 5, outubro/ novembro de 2005, fascículo n°. 3: Retrato do Brasil – A **Reforma Agrária no país**. p. 91.

<sup>288</sup> *Idem*, p. 92.

O sucesso na produção do acampamento/assentamento, portanto, passa a ser a principal arma do Movimento para reagir às críticas dos latifundiários, da imprensa e do governo segundo às quais os acampados não passavam de oportunista, baderneiros, quando não, criminosos. Portanto, foi desta forma que Dona Anísia, Maria do Socorro e todos os outros acampados do Marrecas convenceram a sociedade de São João do Piauí que eles – os Sem-Terra – estavam ali apenas exigindo seus direitos, principalmente, o direito a uma vida digna, e com isso iam mostrando que eles não eram bandidos, como nos lembra Socorro:

De início foi muito difícil o mal trato, a intenção das pessoas, as autoridades, o pessoal do município em geral né. Mas aí com o tempo agente foi superando, foi convivendo, foi mostrando o que era mesmo que a gente queria e aí foram entendendo. (...) [A principal estratégia foi,] em primeiro lugar a produção, e no primeiro ano a gente não conhecia a terra, foi difícil a produção. Mas a gente produziu pouco. Mas do segundo ano por diante a gente já, a questão produtiva já foi a maior do município, né, e aí foi clareando, foi ajudando. A gente produziu milho, algodão, feijão e foi se adaptando na terra.<sup>289</sup>

Expedita, coordenadora da CPT na época da ocupação do Marrecas, também evidencia o que Socorro nos disse anteriormente ao relembrar os primeiros contatos dos Sem-Terra com a população de São João do Piauí. Ela nos conta como foi tenso o início desta relação (Sem-Terra x Sociedade de São João do Piauí), e como aos poucos, parte da sociedade são-joanense vai cedendo, e se convencendo de que aqueles “estranhos invasores”, eram, na verdade, apenas trabalhadores rurais em busca de dignidade. Perceberam, portanto, que não eram pessoas querendo apenas terra, ou mesmo “terra fácil” como inicialmente elas pensavam, e sim pais e mães de famílias querendo construir um futuro melhor para eles e para seus filhos. Nesta lenta caminhada, a produção – tão difícil de ser trabalhada inicialmente – ganha lugar de destaque como ferramenta de convencimento dos “outros”, que até então os ignoravam:

Nessa época não tinha aquela entrada, aí eu lembro que, quando eles [Sem-Terra] chegaram na feira acontecia aquilo, o receio da sociedade, né? (...) A sociedade chamava era de baderneiro, era de preguiçoso. Sem-Terra pra eles era isso – de modo geral, na sociedade brasileira ainda tem. O quê que acontece? Quando eles começaram a produzir de forma organizada, que no dia da feira eles iam trazendo os produtos deles: era a cumbuca cheia de ovos, eles vendiam pra comprar o café, o óleo, era macaxeira, era os produtos da horta, isso virou a sociedade, a cabeça a sociedade de São João.<sup>290</sup>

<sup>289</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Maria do Socorro, *op. cit.*

<sup>290</sup> ENTREVISTA. ARAÚJO, Expedita, *op. cit.*

Com o passar do tempo, a desconfiança deu lugar a convicção de que os produtos do assentamento eram de melhor qualidade e mais acessíveis aos moradores da cidade de São João do Piauí:

Quando o pessoal chegava, eles já tinham um trator. O trator fazia duas viagens, e às vezes três, pegava produtos o quanto precisava. Eram duas, três viagens. Quando o trator chegava nas primeiras ruas o pessoal não esperava lá na feira não, já vinha encontrar naquelas primeiras ruas. Quando o trator chegava no estacionamento na porta da feira, já ia vazio, já tinham vendido os produtos. (...) Aí o pessoal começava a dizer: ‘oh!’. Mas é porque é um produto saudável, quem vai deixar de comprar os produtos dos sem-terra pra comprar da Bahia, não sei da onde?<sup>291</sup>

Com isso o MST foi rompendo o preconceito da sociedade de São João do Piauí. E também rompendo com o preconceito da sociedade piauiense. Ao exigir e obrigar o Estado a atender às suas necessidades, os Sem-Terra foram, aos poucos, conquistando a simpatia e o respeito de grande parte da sociedade brasileira, e assim, foram devagarinho derrubando mais uma cerca que os prendia: “Quando chegar na terra// Não está completa a tua liberdade// Este é o primeiro passo// Que damos na busca de outra sociedade// Só a terra não liberta// Este é o alerta da necessidade// Aumentar a produção// Para alimentação// Do campo e da cidade”.<sup>292</sup>

Portanto, o Movimento Sem-Terra constitui-se enquanto movimento social ao longo de sua trajetória política, na ação direta de seus militantes, num *fazer-se* histórico, tal qual a definição de Thompson: “porque é um estudo sobre o processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos”<sup>293</sup>. A tríade *Ocupar, Resistir e Produzir* resume bem este tortuoso caminho trilhado pelo Movimento e arquitetado a partir dos sonhos, sacrifícios, derrotas e, principalmente, das vitórias que estas milhares de famílias Sem-Terra vivenciaram ao longo de todo este período. “Quando chegar na terra// Lembre de quem quer chegar// Quando chegar na terra// Lembre que tem outros passos pra dar// Mire o olhar na frente// Porque atrás vem gente querendo lutar// Neste caminho obscuro// Está o futuro para preparar// Caminhe, não desanime// Trabalhe, se alinhe no passo de andar”.<sup>294</sup>

Este *fazer-se*, nem sempre foi um caminho seguro, adequado às nossas diversas e distintas realidades de um país continental. Como vimos, muitas vezes, o Movimento seguiu

<sup>291</sup> *Idem.*

<sup>292</sup> MÚSICA. Quando chegar na terra. Ademar Bogo. **Seguindo a canção**. p. 164-165.

<sup>293</sup> THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**, v. 1 – a árvore da liberdade”. Tradução: Denise Bottman. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 09.

<sup>294</sup> MÚSICA. **Quando chegar na terra**. *Idem.*

por caminhos que ao invés de solucionar seus problemas, os agravaram ainda mais. O exemplo maior disto pôde ser visualizado na tentativa de solucionar a questão da produção. Observação que pode passar despercebida aos olhos dos mais desatentos, já que o MST não evidencia alguns dos seus “erros” ao constituir parte de sua memória.

Mas aos poucos os Sem-Terra foram aprendendo – e ainda aprendem – com seus erros, e da análise e avaliação crítica destes é que surgem seus acertos. No entanto, não pretendo com isso, dizer que a construção de um Movimento Social, principalmente da estrutura que possui o MST, seja tarefa fácil. Muitos menos que os “erros” possivelmente cometidos ao longo deste processo poderiam ser “facilmente” evitados, ou ainda que, tenham sido simplesmente “forçados” no intuito de se implementar determinado projeto. Não foi e nem é este o meu interesse aqui, pois sei muito bem o quanto deve ter sido – e ainda o é – difícil a caminhada destes verdadeiros “guerreiros do campo”. Pretendo apenas refletir sobre a constituição histórica destes sujeitos e, com isso, procurar contribuir positivamente com esta luta, mas no sentido que me cabe ao pretender fazer uma análise crítica de sua gênese.

Ao longo deste capítulo, pudemos perceber melhor, como se deu a chegada e a posterior trajetória de lutas do primeiro assentamento do MST no Piauí. Percebemos também, como o Movimento foi amadurecendo e, com isso, foi criando novos espaços de atuação para os seus militantes. Aos poucos a sociedade piauiense – se não toda, pelo menos uma parte significativa desta – foi compreendendo os “porquês” de suas reivindicações, modificando, portanto, o seu olhar e sua avaliação sobre estes sujeitos sociais, assim como a cidade de São João do Piauí, que foi a primeira a vivenciar estas experiências em nosso Estado. “Produzir pra provar pra burguesia// Que esta terra só dá fruto// Nas mãos do trabalhador// Esta é a nossa lei// Reforma Agrária na marra// Pelo pão dos nossos filhos// E pelo fim dos opressores”.<sup>295</sup>

Vejamos agora, no último capítulo, como a memória de boa parte destes acontecimentos foram (re)significados pelos filhos destes trabalhadores e trabalhadoras rurais que também nos confienciaram suas histórias de vida.

---

<sup>295</sup> MÚSICA. **Ocupar, Resistir e Produzir.** *Idem.*

#### 4. SÓ A LUTA MUDA A VIDA: UMA LUTA QUE NUNCA SE ENCERRA – PAIS E FILHOS SEM-TERRA ENFRENTANDO NOVOS E VELHOS DESAFIOS



**Figura 06** - A luta pela terra: Ocupação do Assentamento Marrecas.  
Fonte: MST-PI, 1989.



**Figura 07** - Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Delegação do Piauí participando da Marcha. Fonte: Arquivo do MST, 2006.

## TERRA EM MOVIMENTO<sup>296</sup>

A mão que pega na enxada  
 pega a foice e o facão  
 é a mesma mão que faz  
 a cerca ruir no chão  
 abrindo novos caminhos  
 feito rios de razão.

São vozes que soam juntas  
 e se propagam no ar  
 é um brado que vem da terra  
 e se transforma em cantar.

A mão que pega no lápis  
 e desenha o pensamento  
 é a mesma mão que semeia  
 um novo assentamento  
 unindo os filhos da terra  
 na terra em movimento.

A mão que empunha a bandeira  
 com as cores do coração  
 é a mesma que faz a colheita  
 no campo da produção  
 e faz enfeite pra festa  
 e a massa que faz o pão.

Quem olha sempre pra vida  
 e a vida faz defender  
 cuidando da existência  
 valores novos valer  
 é sonho que nunca morre  
 é novo amanhecer.

Ao longo de todo este trabalho pudemos perceber como se deu a longa e difícil trajetória na qual se constituiu o Movimento Sem-Terra, em especial a sua caminhada no Estado do Piauí. Este processo foi marcado, e ainda é, por distintos momentos, tristes e alegres, tensos e tranquilos, de derrotas e, acima de tudo, vitórias. Mas de cada um destes instantes vivenciados pelos militantes Sem-Terra, (apesar de várias destas experiências terem sido fruto da ignorância e truculência dos latifundiários, muitas vezes com o total apoio do Estado), eles souberam retirar aprendizados que, por sua vez, os ajudaram a constituir o que eles são hoje. Dos momentos tristes, souberam procurar entender quais os motivos que causavam “aquelas dores”; dos momentos alegres aproveitaram para celebrar as vitórias, e

---

<sup>296</sup> SANTOS, Gilvan. “TERRA EM MOVIMENTO”. Compositor: Gilvan Santos. In: **Seguindo a canção**. Música 268. p. 188. Conheci Gilvan Santos nos anos em que trabalhei no PRONERA, e suas belas composições me ajudaram bastante na procura de compreender melhor o tema de minha pesquisa; ou seja, o MST.

assim, renovar o “espírito de luta”, que desde os primeiros dias de vida se impõe ao camponês sem terra, principalmente num país, e num estado, onde ainda hoje as injustiças sociais saltam aos olhos.

Ainda assim, os últimos anos foram anos difíceis para o Movimento e para a luta em defesa da reforma agrária. A difícil relação com os governos do PT (Dois mandatos de Lula e um mandato de Dilma e mais um ano do segundo mandato – interrompido por causa das instabilidades políticas e econômicas vivenciadas pelo país nos últimos anos, além da própria relação promíscua que o Partido dos Trabalhadores vem implementando, desde o primeiro governo, com setores conservadores da sociedade, incluindo partidos da direita tradicional), dificuldade essa expressa na imobilidade do MST, nesses últimos anos, em continuar a luta pela terra com a mesma pujança da década de 1990, quando enfrentava o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e seu projeto neoliberal, torna a atual conjuntura ainda mais complexa, mas ao mesmo tempo, ainda mais necessária a sua compreensão para que o MST possa enfrentar estes desafios sem perder suas características fundacionais.

É esse contexto de aprendizado, mas também de contradições, de avanços e derrotas, que retrata a música de Gilvan Santos, que apesar de ressaltar os avanços, o aprendizado e as vitórias conquistadas pelo MST ao longo de todos estes anos, ainda assim, nos aponta uma certeza de que apenas continuando com a mesma postura de quando foi fundado é que o Movimento conseguirá ir adiante, sem deixar o “sonho morrer”, e transformando cada batalha em novos aprendizados, num “novo amanhecer”.

Nesse sentido as duas fotos que abrem este capítulo procuram resgatar/valorizar uma experiência de luta e de vivência militante que, nos últimos anos, e por diversos e distintos fatores, passou por dificuldades. O começo do acampamento, retratado na primeira foto, de Sebastião Salgado, procura ressaltar, acima de qualquer outra coisa, a solidariedade militante e a busca em superar qualquer desafio imposto, mesmo diante das piores conjunturas; a segunda foto nos faz lembrar as grandes marchas organizadas pelo MST desde a década de 1990 e que foram ganhando, cada vez mais, importância, principalmente pela capacidade de mobilização que o MST possuía, e é justamente essa capacidade de organização e mobilização que o MST vem perdendo nos últimos anos.

São estes princípios que não podem se perder ao longo da caminhada, pelo menos como pensa Ademar Bogo, mas que infelizmente foram bastante abalados devido à conjuntura de crises sociais, políticas e econômicas pelas quais passamos nos últimos anos e que impactaram bastante o próprio Movimento Sem-Terra. Apesar de não pretendermos aqui

esmiuçar a crise do Movimento (esta etapa da pesquisa ficará para um futuro projeto, e evidentemente, como parte dos desdobramentos deste primeiro momento), teceremos algumas reflexões acerca destas questões ao abordarmos as memórias dos filhos das famílias de militantes estudadas até aqui. Ainda assim julgamos interessantes tais reflexões, articulando-as com a tentativa de compreender a relação entre a memória dos pais e dos filhos, na tradição deles, enquanto militantes Sem-Terra, e como dissemos anteriormente, na tentativa de compreender as ressignificações que foram feitas por estes filhos que também foram se formando ao longo da luta pela conquista da “terra prometida”.

O Movimento Sem-Terra é, ainda hoje, um dos principais Movimentos Sociais do Brasil e do Mundo, e apesar de esta longa caminhada ter sido marcada por percalços que muitas vezes colocaram em xeque a construção do próprio MST, pelo menos enquanto Movimento Social independente do Estado, como nos relatou João Pedro Stédile ao se reportar às dificuldades enfrentadas no governo Collor, e já discutidas nos capítulos anteriores, é importante analisarmos esse processo, que gera crises no interior dos movimentos sociais, para que possamos compreender melhor a atual conjuntura como um todo.

Herdeiros de um período histórico *sui generis* para a redefinição política do país, como nos elucidou Eder Sader, o MST, sabiamente, fez com que este período ficasse “marcado como momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político”. Nesta conjuntura de referência política, o MST deu seus primeiros passos e aos poucos foi se inserindo neste embate, já analisado por Eder Sader, ainda que em sua gestação:

A novidade eclodida em 1978 foi principalmente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reinventando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reinventar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, oferecidos pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam como indicadores de emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real.<sup>297</sup>

Ainda sobre esta conjuntura política, do final da década de 1970 e início da década de 1980, Sader continua afirmando a excepcionalidade das transformações que

---

<sup>297</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 26-27.

estavam ocorrendo nesse período e ressalta, com maior ênfase, as potencialidades do *novo* que surgiria a partir de então:

Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. Inclusive porque nem essa contestação era tão generalizada, nem a legitimação o havia sido. Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público. Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945.<sup>298</sup>

Partindo deste pressuposto, e analisando a trajetória política percorrida por esses sujeitos sociais, é que podemos compreender melhor como o MST se institui enquanto Movimento Social. Ao incorporar a ideia da produção, valorizando as experiências de vida dos próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais, o Movimento Sem-Terra se “reinventa” e, assim, renova a ideia de como esses trabalhadores rurais lidam com a terra. Aqui surge definitivamente um *novo sujeito*, com novas práticas, novas formas de fazer política e com um novo projeto social tão abrangente quanto às dificuldades e necessidades que aquele momento lhe exigia. Sobre esta “constituição” Ademar Bogo nos diz que:

A simples ocupação e conquista da terra são um processo geralmente muito rápido, embora às vezes leve alguns anos para ser concluído pelo descaso das autoridades responsáveis. O mais difícil não é o processo de conquistar a terra, mas sim fazê-la produzir, organizar a cooperação, a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentamentos, para que se tornem verdadeiros camponeses de nosso tempo.<sup>299</sup>

Mas esta concepção, apresentada em 1999 no livro *Lições da luta pela terra*, só foi materializada com o passar dos anos a partir do aprendizado colhido durante este *fazer-se* enquanto sujeito social, enquanto militante Sem-Terra. Por isso, ao olhar para trás, Bogo conclui que esta experiência política só foi possível devido a;

muita dedicação, estudo, intercâmbio de experiências e bastante maleabilidade nas formas organizativas. Este é um aprendizado que não se

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 36-37.

<sup>299</sup> BOGO, Ademar. **Lições da luta pela Terra**. Salvador: Memorial das letras, 1999. p. 35.

encontra nas universidades, leva-se muitos anos para adquiri-lo na prática concreta. Eis porque a grande maioria das iniciativas de assistência governamentais fracassam: pela simples ignorância de seus agentes que mal sabem perceber a realidade em que vivem os camponeses com seus hábitos, defeitos e virtudes.<sup>300</sup>

Portanto, o novo se reinventa a partir do velho, incorporando novas práticas, alargando a própria definição de Movimento Social ao passo que não se resumiu apenas às reivindicações – apesar de que estas fossem e, infelizmente, ainda sejam necessárias, diante de tão profundas desigualdades sociais – mas se institui a partir da articulação de um projeto político mais amplo, aonde o desenvolvimento “do campo” passa a ser articulado conjuntamente com o desenvolvimento “da cidade”: “Reforma Agrária vem com certeza/ com aliança operária – camponesa”.

Neste projeto não caberia apenas a necessidade de um “pedaço de terra”, até porque esta conquista, como puderam perceber com o tempo, não resolveria os problemas que se empunham àquelas famílias. Esta luta não cessaria com a conquista da terra, ela incorporaria outras necessidades e outros sujeitos. Passaria a não ser apenas uma luta “apenas deles”, ou “só para eles”. A luta continuaria – como continua – eternamente, agora não mais só para eles assentados, mas também para os outros que, como eles, necessitam de apoio ao se inserirem nesta batalha por terra, dignidade e um futuro melhor. Mas o que propiciou a articulação deste projeto político? Teriam sido apenas as condições conjunturais? Evidentemente que não, pois a família desempenha um papel fundamental para a viabilização deste projeto político. Não é a toa que Stédile ressalta sua importância desde o início da ocupação: “por isso é que não dá certo ocupação só com homem. Tem que ter a família, porque já está em processo o que vai ser a comunidade”. A família aqui, portanto, assume papel fundamental enquanto elemento de representação desses sujeitos sociais, e enquanto produção desses espaços de socialização e viabilização do processo de constituição dos sujeitos Sem-Terra.

Devido a estas particularidades o MST se diferencia dos demais Movimentos Sociais, tanto em relação aos seus contemporâneos,<sup>301</sup> como também em relação a outros movimentos de outrora, pois devido a sua amplitude, aonde o próprio Stédile chega a nos

---

<sup>300</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>301</sup> Aqui caberia uma ressalva em relação ao MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, movimento que surge em 1997 por influência do próprio MST, após uma Marcha Nacional pela reforma agrária, mas que rapidamente torna-se autônoma, e justamente devido às crises por quais passa o MST, especialmente devido às relações com os governos federais dirigidos pelo PT, o MTST vem se destacando no protagonismo político, nestes últimos anos.

afirmar que ele se diferencia “(...) dos movimentos camponeses históricos, que apenas lutavam por terra”. Uma definição que pode ser baseada em três características:

A primeira foi a de ser um movimento popular, em que todo mundo pode entrar. Nesse caráter popular, tínhamos ainda uma subdivisão. De um lado popular no sentido de que dentro da família camponesa vai todo mundo, participam o idoso, a mulher e as crianças. Nesse ponto, ele se diferencia do sindicato, porque tradicionalmente, somente o homem, adulto, participa das assembleias sindicais. Percebemos que aí residia a nossa força, pois o homem, além de ser machista, é conservador e individualista. O movimento, na medida em que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe que numa assembleia de sem terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o mesmo poder, tem vez e voz e se sente valorizado.<sup>302</sup>

Ademar Bogo destaca o importante papel da autorreflexão que os movimentos sociais precisam exercitar ao longo do tempo, e diante de diferentes conjunturas e adversidades, para não perderem a capacidade crítica e, conseqüentemente, não estagnarem politicamente, ocasionando, com isso, um enfraquecimento da própria organização enquanto potencial mobilizador para o seu projeto político. Nesse sentido, Bogo afirma que:

As organizações tradicionais entraram em crise justamente porque não souberam acompanhar o movimento interno das contradições emergentes em suas organizações. Não formaram lideranças, não fortaleceram as organizações de base, deixaram de fazer mobilizações de massas e se estabilizaram no tempo. Por isso, não é adotando algumas novas táticas que resolverão o problema da estagnação política. Deverão repensar seus objetivos, reformular os métodos de trabalho e formar um novo tipo de militante. Mesmo assim, é duvidoso que consigam reavivar-se, haja vista que vivemos em outros tempos, onde muitas categorias clássicas de trabalhadores perderam seu potencial de luta, e os defeitos das estruturas organizativas já ultrapassaram o limite da aceitação moral.<sup>303</sup>

Portanto, o MST consegue perceber com precisão tanto a conjuntura política e as possibilidades que ela permitiria, bem como enxergam com exatidão o tamanho dos desafios que eles enfrentariam com o passar dos anos. Pelo menos isso fica evidente nos vários textos de Ademar Bogo, trabalhados pelo próprio Movimento em seus cursos de formação.

A partir desta “nova concepção” de Movimento Social, o Movimento Sem-Terra projeta o seu futuro e possibilita ao jovem militante Sem-Terra não ser apenas herdeiro desta tradição e desta luta travada por seus pais, mas também se constituir enquanto sujeito de sua

<sup>302</sup> STÉDILE, João Pedro e FERNANDES Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil – 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 32.

<sup>303</sup> BOGO, Ademar. *op. cit, loc. cit.*

própria história individual e coletiva. Como esquecer os relatos de Dona Antônia e de Dona Anísia, nos quais a família apresenta-se sempre, desde o início, como centro das atenções, terreno em que seus filhos Arlindo e “Tico”, respectivamente, vão se inserindo na luta ao longo do processo? Como as memórias destes jovens ressignificaram estas experiências? Como estes jovens militantes lidam com “velhos” e novos desafios? Antes de partimos para seus relatos, vejamos o outro motivo que caracterizou o MST, segundo Stédile, como sendo um movimento popular:

A outra subdivisão do caráter popular e que o torna mais popular ainda é que, desde o início, talvez até pelo trabalho da igreja, fomos pouco sectários. Ou seja: somos um movimento camponês que tem essa raiz da terra, essa ideologia em que entra todo mundo que queria lutar pela reforma agrária. Pode entrar o militante urbano, o técnico da Emater, o padre, etc. Ninguém ficava pedindo atestado de atuação. Isso também deu uma consistência maior para o MST. Ele soube se abrir ao que havia na sociedade. Simplesmente ele não fechava e não se fecha em um movimento camponês típico, no qual só entra quem pega na enxada.<sup>304</sup>

Portanto, esta compreensão de que a luta por reforma agrária só poderia ser enfrentada a partir da ampliação da participação dos sujeitos que vivenciaram o processo de constituição do Movimento, serviu não só para ampliar os apoios para além dos atores sociais tradicionais, mas também para incorporar atores sociais fora do meio rural. O MST só conseguiu superar a crise, que se abateu no Movimento na década de 80, a partir da constituição deste novo projeto político articulado devido a sua re-definição enquanto sujeito social, e enquanto projeto político. Sobre esta *experiência*, novamente recorro às palavras de Caldart, para que melhor possamos compreender sua importância:

A referência a novos sujeitos quer afirmar, pois, que não se trata de uma simples recuperação da condição que essas pessoas já tiveram e que provisoriamente perderam pela circunstância de ficarem sem a terra, ou sem trabalhar nela. É algo bem mais profundo. Primeiro, porque entre os sem terra há trabalhadores rurais de uma ou até de duas gerações que não chegaram a ter essa relação mais tipicamente camponesa com a terra e a produção; segundo, porque mesmo para aqueles sem-terra que já foram camponeses a relação não é a mesma. Os sem-terra assentados podem até ser considerados uma nova forma de campesinato, como defende o pesquisador Bernardo Mançano Fernandes (1998, 1999), mas jamais serão os mesmos camponeses de antes. Por isso, continuam chamando-se e sendo chamados de *Sem Terra*, e participam do MST; porque essa é a nova identidade que enraizada nas suas próprias tradições culturais de trabalhador da terra,

---

<sup>304</sup> STÉDILE, João Pedro e FERNANDES Bernardo Mançano. *op. cit.*

recriou sua identidade porque a vinculou com uma luta social, com uma classe e com um projeto de futuro.<sup>305</sup>

É este *fazer-se* de que fala Thompson, de experiências vividas pela classe trabalhadora ao longo de sua vida, onde articulam-se tanto as experiências individuais, como as anteriores à entrada no MST, ou ainda as vividas ao longo do processo de constituição dos sujeitos Sem-Terra; quanto às experiências coletivas, onde mais uma vez são importantes as vivências anteriores ao MST e as adquiridas a partir da entrada no Movimento, onde para Thompson, a *experiência* transforma-se justamente nesse elemento mediador entre o ser social e a consciência. E mais uma vez Caldart, ao citar as palavras de um integrante do MST do Rio Grande do Sul, Darci Maschio, em entrevista sobre a história do Movimento Sem-Terra, realizada em 1997, é precisa nessa caracterização:

Nas palavras de um dos próprios integrantes do MST: Dizer ‘sou assentado’ é diferente de dizer ‘sou pequeno agricultor’. Assentado é simbologia, é sinônimo de resistência, ... de uma utopia, de uma luta por um ideal, e é sinônimo de que essa cidadania, esse sonho é possível realizar... O conjunto da população vê em nós uma espécie de esperança que se reacende...<sup>306</sup>

Foi nesse contexto que se forjaram militantes Arlindo e Juliano (Tico), além de todos os jovens que participaram desse processo de ocupação da fazenda Marrecas, e é justamente essa simbologia, e esse espírito de resistência, em que eles foram inseridos, desde muito cedo, devido à decisão de suas famílias em abraçarem o projeto do MST. Cada um com suas especificidades, devido às experiências individuais. Primeiro devido à diferença de idade, Arlindo era um jovem, quando da ocupação do assentamento Marrecas, e participou ativamente das tarefas políticas e da organização do MST no estado; já Tico era uma criança e dava seus primeiros passos na vida e no processo de formação militante.

O desenrolar de suas trajetórias também é distinto, como poderemos observar mais adiante, e é o resultado, justamente, destas experiências, e é resultado direto das diferentes visões que os dois apreenderam de todo esse processo. Nesse ponto suas trajetórias se distanciam justamente devido ao fato de interpretarem, de formas distintas, a realidade social que se impôs ao MST nos últimos anos, onde já não enxergam da mesma maneira que Darci Maschio em relação à forma como a sociedade encara o MST na atual conjuntura, ou

---

<sup>305</sup> CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 32-33.

<sup>306</sup> *Idem, Ibidem.*

pelo menos uma parcela significativa da população, a começar pelos muitos militantes do próprio Movimento Sem-Terra.

Desta forma, o MST foi se constituindo e, devido a estas experiências, ele pôde se redefinir diante de novos desafios que lhe foram impostos. Como evidenciamos anteriormente, a juventude Sem-Terra assume papel de destaque ao longo deste processo. Vejamos então como o MST articulou estes sujeitos sociais aqui no Piauí. Arlindo, filho de Dona Antônia e Seu Antônio “de Deus”, e “Tico”, filho de Dona Anísia e seu Francisco Juliano, socializaram suas vivências que nos permitiram compreender melhor o início do processo de ocupação do Assentamento Marrecas, bem como da formação militante dentro do assentamento ao longo de todos estes anos, nos possibilitando uma melhor compreensão das contradições e das potencialidades desse *fazer-se* Sem-Terra.

Importante destacar que nesse capítulo não trabalharemos com as memórias de Domingos e Socorro, filhos de Dona Joana, devido ao fato de que o processo de formação pelo qual eles passam se dá de uma outra forma por causa das singularidades de sua trajetórias pessoais e familiares. Como vimos, nos dois primeiros capítulos, a família de Dona Joana não vinha de uma tradição militante, e ambos os filhos já eram adultos. Nesse caso, os próprios filhos assumem as responsabilidades militantes de uma forma muito mais intensa e atuante que a mãe, Dona Joana, por isso trabalhamos com suas experiências apenas nos capítulos anteriores.

#### **4.1 Re-nascer**

Um novo sujeito surge diante de novos desafios. Mas não é um novo sujeito qualquer! São novos sujeitos que nascem a partir de sujeitos já existentes, que ressignificam suas experiências, e redefinem suas trajetórias de vida. Este é o resultado do processo analisado por E. P. Thompson, processo que não se finda num determinado momento, pois este está em constante movimento devido ao fato de que a *experiência*, como pensada e definida por Thompson, se desenvolve ao logo da vida. Caldart parte desse conceito thompiano para explicar a transformação vivenciada pelos sujeitos sociais que passam a integrar o MST, transformando-se em Sem-Terra e modificando a própria relação familiar existente até então entre seus membros.

Nesse ponto é interessante destacarmos novamente o papel exercido pela família. Como destacamos ao longo de todo o trabalho, a família foi o fator essencial que encorajou

estes sujeitos a abraçarem, no primeiro momento, o desafio proposto pelo MST. Após esta primeira etapa, a família continua desempenhando um papel educativo, aglutinador e formador importantíssimo na construção destes novos sujeitos sociais, nesse sentido ela – família – seria talvez, um dos principais fatores deste *fazer-se* Sem-Terra. Em relação a esta importância, desempenhada pela família, e a própria ressignificação desta enquanto conceito, Caldart afirma que:

A marca forte da família como comunidade primária que participa do conjunto das ações do Movimento. A luta pela terra feita pelo MST tem sido uma luta das famílias sem-terra. Isso traz uma implicação importante: a família combina, em si, diferentes gerações; à medida que as ações são feitas em família, isso quer dizer que o projeto educativo do MST não separa as gerações em tempos e lugares diferentes de formação. As principais vivências que formam os sem-terra são experimentadas pelas famílias inteiras, ou pelas diferentes gerações em conjunto, ainda que não necessariamente realizando as mesmas tarefas e nem pensando e sentindo as mesmas coisas. Isso merece atenção, porque uma característica marcante da sociedade capitalista urbanizada é exatamente a ênfase nessa separação das gerações. Talvez por isso ainda cause certa estranheza a presença de crianças nas ações do MST. Também merece atenção porque o momento da escola acaba fazendo essa separação; daí parece coerente, então, que, na cultura Sem Terra, lugar de criança, por exemplo, não seja apenas na escola. Seu lugar é na escola mas também nas ocupações, no trabalho, nas festas, nas marchas, no cotidiano do Movimento.<sup>307</sup>

Destarte, podemos perceber a importância dessa integração entre todos os sujeitos dos núcleos familiares, por isso Arlindo e Tico foram integrados desde os primeiros instantes em cada momento da ocupação. Nesse sentido, o *fazer-se*, vivenciado por eles, se dá de forma diferente de seus pais, constituindo uma ação pedagógica ainda mais profunda na formação militante destes sujeitos sociais. Mas Caldart não encerra sua análise em relação ao papel desempenhado pela família durante esse processo formador dos Sem-Terra, ela vai mais além, e nos propõe uma reflexão em relação ao alargamento do próprio conceito de coletividade, potencializado pelo papel aglutinador que possui o próprio conceito de família trabalhado pedagogicamente pelo MST:

Outra característica ainda, é o necessário alargamento do conceito de coletividade, mesmo do de família. A coletividade sem-terra é um acampamento, um assentamento ou uma escola; mas também é tudo isso junto e ao mesmo tempo, integrando pessoas e famílias que nem se conhecem, mas têm laços de uma identidade comum. No capítulo 2 citei o depoimento de Dirce, que traduziu o sentimento que atravessa essa condição

---

<sup>307</sup> *Idem, Ibidem.* p. 346.

criada pela luta, pelo Movimento: é como se todo mundo se conhecesse há muito tempo porque, naquele momento, a gente era mesmo muito mais do que irmão... Nesse sentido, família passa a ser mais do que aquela onde a pessoa nasce, porque há outros tipos de laços de sangue, que passam a vincular as pessoas umas às outras.<sup>308</sup>

Nesse momento, as famílias de Arlindo, Tico, Socorro e Domingos, se integravam entre elas e com as demais famílias de assentados. Desde os primeiros momentos, desde as primeiras reuniões, eles vão aprendendo que nada se faz individualmente, sozinhos, aprendem, portanto, e desde cedo, a valorizar os trabalhos coletivos, a cooperação, e não a competitividade. A partir dessa análise passemos a conhecer de forma mais profunda o nosso primeiro sujeito social analisado nesse capítulo.

Arlindo Gregório da Silva, hoje com 49 anos, trabalha e mora no Assentamento Marrecas desde o início, em junho de 1989, quando chegou no primeiro dia de ocupação. Este lugar de definição do militante, que ele faz questão de ressaltar já no início da entrevista, nos informa como ele, Arlindo, vivenciou, e com o tempo, incorporou o papel que o MST lhe instigou a assumir: “E a gente feliz de fazer parte dessa organização que tem tido muita dificuldade, mas também muitas conquistas, muitas vitórias. É o meu ponto de origem né”.

Em seguida Arlindo, assim como Dona Antônia – sua mãe – nos relata um pouco como era sua vida antes deste “seu ponto de origem”:

Eu nasci e me criei na cidade de Pio IX, comunidade Recreio, na região de Picos. Lá, eu trabalhava junto com o meu pai, em terras alheia. A gente trabalhava arrendado, de serviço, e também de meia. A gente vivia numa situação difícil, porque aquela região era uma região de minifúndios, né, uma região que não tem grandes propriedades, mais do sertão.<sup>309</sup>

É interessante ressaltar como Arlindo, ao olhar para o seu passado, assinala como uma ruptura o momento de “fundação” do MST em “latifúndios piauienses”. Essa *experiência* torna-se profundamente marcante, não apenas por ser um momento fundante na vida de qualquer militante Sem-Terra, mas, principalmente, porque o coloca, conscientemente, enquanto sujeito de sua própria história. O passado, onde sua vida e seu ofício não os pertencia, pois mal dava para sobreviver devido à falta de um pedaço de terra ou de incentivos por parte do governo, vai ficando para trás a partir do momento em que ele, e sua família, decidem engrossar as fileiras do MST, e aceitam o desafio de fundar o Movimento em terras

<sup>308</sup> *Idem, Ibidem.* p. 346-347.

<sup>309</sup> ENTREVISTA. SILVA, Arlindo Gregório. São João do Piauí, entrevistas concedidas entre agosto de 2006 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

piauienses. Não mudariam apenas o destino de suas famílias, mas contribuiriam, significativamente, para o fortalecimento da luta em defesa da reforma agrária tanto no Piauí, como no Brasil. E com isso ajudariam a transformar o destino de diversas outras famílias que, anos depois, passariam a reconhecer o MST como um ponto de apoio na luta por dignidade, e pelo direito de devolverem à terra a sua verdadeira função... social. “A mão que pega na enxada// pega a foice e o facão// é a mesma mão que faz// a cerca ruir no chão// abrindo novos caminhos// feito rios de razão”<sup>310</sup>

Apesar de Arlindo ter tido outras experiências políticas anteriores à sua entrada no MST, é a partir daquela ocupação – sua primeira ação enquanto militante do Movimento que aqui surgia – que ele se inscreve enquanto sujeito social participante de um grupo que se organiza e se constrói, fundamentalmente, pelo embate político. Suas lembranças, anteriores a este marco, são articuladas a partir de uma memória que reafirma as memórias dos pais, estruturada a partir de uma linha de “continuidade histórica”, em que a religiosidade e o papel libertador exercido pelos setores progressistas da igreja católica são também referenciais:

É aí, a gente começou estudar até a quarta série, e aí não tive condição de estudar mais pra frente, de ir pra cidade e aí entrei no grupo de jovens, comecei na catequese, depois no grupo de jovens, e logo depois de dois anos que tava um grupo de jovens com mais de 80 jovens, e aí eu fui escolhido como delegado sindical lá da região. Com mais de 70 sócios lá na comunidade. Logo no ano seguinte eu fiz parte da diretoria municipal, e aí foi o tempo, já em 1985, que se criou, em 1986, surgiu o Movimento Sem-Terra. E já no estado do Piauí, começando pelas comissões municipais, era nove municípios lá em Picos, e cada município tinha uma comissão municipal. Eu já fiz parte, então, da primeira comissão municipal e no ano seguinte, já em 87, fui pra executiva estadual, com sede em Picos, a sede era lá em Picos, e começamos a organizar o trabalho pra conscientização das famílias, um trabalho de base.<sup>311</sup>

É importante perceber como o projeto político do Movimento Sem-Terra aos poucos vai sendo incorporado à sua memória, e como este projeto vai se constituindo como ponto fundante do lutador social engajado num projeto político mais amplo, como integrante de um Movimento do qual ele é parte como sujeito que o constrói e que é, ao mesmo tempo, forjado por ele.

Este sentimento de “origem”, incorporado por Arlindo, não desconsidera suas vivências anteriores, mas as ressignifica. Ele desenha, por exemplo, uma ponte entre sua trajetória pessoal com aquela percorrida por sua mãe – Igreja, sindicato e MST –, mas é sua

<sup>310</sup> SANTOS, Gilvan. **Terra em movimento**, *op. cit.*

<sup>311</sup> ENTREVISTA. SILVA, Arlindo Gregório da, *op. cit.*

entrada no MST que se transforma num marco para explicar o que ele é hoje e de que lugar social ele fala. É aqui, nesse exato momento, que o *fazer-se* Sem-Terra inicia o seu processo fundante do sujeito social que ele viria a se tornar. Evidentemente esse *fazer-se* militante, no caso de Arlindo, Dona Antônia, e sua família, já traz consigo toda uma vivência de suas experiências anteriores, especialmente as relacionadas aos espaços de formação proporcionados pelos setores progressistas da Igreja Católica, dos quais Arlindo e Dona Antônia participaram. “São vozes que soam juntas// e se propagam no ar// é um brado que vem da terra// e se transforma em cantar”.<sup>312</sup>

Arlindo, diferente de seus pais, teve o privilégio de ser um Sem-Terra no começo de sua juventude, e a experiência de se constituir militante na “luta coletiva” e diária do acampamento e depois do Assentamento Marrecas foi essencial para a compreensão de mundo que ele possui hoje, bem como pelo papel de dirigente político que ele voltou a exercer no assentamento. Esta experiência, não só o diferencia, mas também lhe possibilita interferir na vida familiar e coletiva:

Primeiro, eu tomei uma decisão, de participar das organizações sociais, porque como meus pais não tiveram a condição de me dar uma escola boa né, e eu como um dos filhos, dos primeiros filhos, tinha que trabalhar pra ajudar os outros irmãos. Nós somos nove irmãos né, então, além do trabalho da roça que eu tinha, eu participava das atividades pra buscar novas informações. E foi através dessa minha participação que a gente conseguiu chegar hoje aqui na terra né.<sup>313</sup>

Arlindo se coloca como parte decisiva da história de sua família, pois ao se informar sobre a luta por terra, reforma agrária e, conseqüentemente, sobre a possibilidade de ingressar e poder contribuir com a construção de um novo movimento social camponês, ele assumiu um papel fundamental como mediador, e esta sua ação possibilitou o ingresso de sua família na luta. Aliás, o filho Arlindo, que ainda hoje é visto por Dona Antônia como o “seu menino”, conseguiu vencer na vida por ter conquistado, além de um pedaço de terra, o direito de estudar e ir à escola, mas como num contraponto, ele faz questão de ressaltar o papel decisivo da sua mãe nestas vitórias, feitas de difíceis batalhas:

Agradeço muito, também o grande incentivo, o grande apoio da minha mãe né, a “velha” Dona Antônia, que também é histórica na luta de reforma agrária, de ocupação. Ela foi a dirigente na comunidade lá, e ainda hoje é animado na comunidade né, então eu sempre tive apoio da família. Meu pai,

<sup>312</sup> SANTOS, Gilvan. **Terra em movimento**, *op. cit.*

<sup>313</sup> ENTREVISTA. SILVA, Arlindo Gregório da, *op. cit.*

ele achava que era muito difícil, né, ele recomendava muito, era muito perigoso, mas hoje ele adora, mora na comunidade e é muito divertido, e a família toda dele, toda está aqui né, tio, irmão, filhos. Então é uma opção boa a luta pela terra, além da gente conseguir a terra, a gente consegue também muita amizade né. Eu acho que a relação das famílias com a terra, com o assentamento, com o campo é uma conquista muito boa.<sup>314</sup>

Aos poucos, Arlindo, ao nos relatar a trajetória da família ao longo deste lento e gradual processo, vai desvendando a relação de desigualdade nos “papéis” assumidos por Dona Antônia e seu “De Deus”, que tinha bastante receio em entrar na luta por ser muito “perigoso”. Talvez por isso, Dona Antônia assumiu até hoje a responsabilidade de ser a principal “guardiã da memória” de sua família. Uma memória que nos revela, a todo instante, os novos desafios que foram surgindo com o tempo e com o desenrolar da luta. Desafios estes que não caberia a eles – os pais – solucionar. O que não implica dizer que eles – Dona Antônia e seu “De Deus”, assim como o restante dos pais – abandonaram a luta. Não podemos esquecer que a força do MST está na participação de todos os integrantes da família em cada um dos importantes momentos em que se forjam os militantes Sem-Terra. No entanto, algumas tarefas são atribuídas aos mais jovens que, ao assumirem essa responsabilidade, passam a lidar com os novos desafios, nem sempre fáceis de conciliar, como relata Arlindo:

É muito difícil né, a gente militante e ter que trabalhar na roça, administrar um projeto, um investimento que a gente faz, e fazer trabalho de militância dentro do Movimento Sem-Terra, e criar uma família, e dar assistência à família. E ainda estudar, porque eu estou estudando, estou fazendo o curso técnico, [nesse caso, seria em 2006, quando nos concedeu as primeiras entrevistas] e isso ainda pesa muito pra mim. Como eu não tive oportunidade de estudar nas escolas tradicional no tempo que eu era muito jovem, então adquiri muitos conhecimentos políticos né, no Movimento Sem-Terra, mas conhecimentos mais técnicos eu tenho que se apropriar da escola né.<sup>315</sup>

Portanto, para superar estes novos desafios, que foram surgindo após a conquista e consolidação da posse da terra, o jovem Arlindo necessitou estabelecer disciplina para superar as dificuldades em conciliar tantas obrigações: assentado, militante, trabalhador rural, estudante e pai de família: “a gente acaba participando da organização, participando da vida do assentamento, e tem que ter um planejamento para que a gente possa dar conta de tantas tarefas, né”.<sup>316</sup> O MST vai forjando seus militantes em cada um destes momentos, encarados

---

<sup>314</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>315</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>316</sup> *Idem. Ibidem.*

pelos militantes, e pelo próprio Movimento como sendo, cada um deles, tarefas militantes fundamentais na construção dos valores que ressignificam estes trabalhadores rurais em militantes Sem-Terra. “A mão que pega no lápis// e desenha o pensamento// é a mesma mão que semeia// um novo assentamento// unindo os filhos da terra// na terra em movimento”.<sup>317</sup>

Podemos perceber, aqui, como esse processo é construído conscientemente pelo MST na busca da constituição destes novos sujeitos sociais. E nesse sentido, o papel desenvolvido pela educação, dentro dos assentamentos, é fundamental para atingir o êxito esperado pelo Movimento, e em relação a esse processo, Caldart mais uma vez nos ajuda a compreender melhor como se constitui esse processo pedagógico desafiador:

Um detalhe a mais para se ter presente: dizer que o Movimento está na base da concepção educativa dos sem-terra não é o mesmo que dizer que isso é o que aparece no discurso do MST sobre sua proposta de educação. Na verdade, essa é uma síntese em processo, produzida pelo esforço, nem sempre racionalmente consciente, de construir uma educação que seja do jeito do Movimento. Nas escolas onde estão as professoras Sem Terra é comum, diante de alguma dúvida sobre como conduzir determinada prática, que a pergunta seja: e no Movimento, como se faz?<sup>318</sup>

Caldart, na sequência, enumera e analisa cada uma das cinco “*matrizes pedagógicas*”, que constituem a base formadora do que a própria autora define como sendo os “*processos educativos básicos ou potencialmente (con)formadores do ser humano*”, tão essenciais para a formação dos sem-terra, que são: *Pedagogia da luta social*; *Pedagogia da organização coletiva*; *Pedagogia da terra*; *Pedagogia da cultura*; e *Pedagogia da história*. Cada um destes aspectos, da formação militante Sem-Terra, está presente na fala de Arlindo, talvez não de maneira consciente de todo o processo e de como ele se desenvolveu, mas ainda assim, consciente da importância do mesmo em sua formação humana e, conseqüentemente, em sua formação militante.

A autora esmiúça cada uma dessas cinco matrizes, e em cada uma ela destaca elementos essenciais para uma melhor compreensão desse *fazer-se* Sem-Terra, e deste *constituir-se* enquanto MST, portanto, a partir dessas reflexões destacaremos, a seguir, as principais características de cada uma dessas matrizes elencadas por ela.

A primeira matriz é a *Pedagogia da luta social*, ou como a própria autora a define usando uma referência direta ao trabalho do historiador inglês Christoph Hill e o seu belíssimo livro: *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução inglesa de*

<sup>317</sup> SANTOS, Gilvan. **Terra em movimento**, *op. cit.*

<sup>318</sup> CALDART, Roseli Salette, *op. cit.*, p. 330.

1640<sup>319</sup>, ou nas palavras de Caldart: “como os sem-terra do MST se educam na experiência de tentar virar o mundo de ponta-cabeça”<sup>320</sup>, onde a autora afirma que:

Essa talvez seja a matriz pedagógica mais intrinsecamente colada ao Movimento enquanto ingrediente capaz de mover e transformar a própria pedagogia. O Movimento é constituído pela luta, e ao mesmo tempo a conforma. E isso é tanto mais forte, do ponto de vista da formação humana, por se tratar de uma luta social de vida ou morte, de vida inteira. Ser Sem Terra quer dizer estar permanentemente em luta para transformar ‘o atual estado das coisas’. Ou seja, a luta está na base da formação dos sem-terra, e é a evidência dela que constitui o próprio ser do MST, trazendo presente a própria possibilidade da vida em movimento, onde o que hoje é de um jeito, amanhã já pode ser diferente, ou até já estar mesmo de ponta-cabeça.<sup>321</sup>

Portanto, como ressalta Caldart, podemos perceber como, apesar dos inúmeros desafios enfrentados por Arlindo, a formação pedagógica em que o Movimento procura forjar seus militantes Sem-Terra é essencial na constituição destes sujeitos sociais, bem como na compreensão que estes possuem do seu papel enquanto sujeitos históricos constituintes de sua própria trajetória de vida, ou como ressaltou anteriormente, Arlindo, ao avaliar a sua opção, e de sua família, ao ingressar no desafio de lutar por um pedaço de terra: “então é uma opção boa a luta pela terra, além da gente conseguir a terra, a gente consegue também muita amizade né. Eu acho que a relação das famílias com a terra, com o assentamento, com o campo é uma conquista muito boa.”<sup>322</sup>

Nesse sentido, percebemos como a estratégia da luta direta como fator pedagógico constituinte do sujeito Sem-Terra foi, e continua sendo, fundamental na construção desses sujeitos sociais, mas não apenas dos sujeitos, do ponto de vista individual, mas também de suas famílias, do ponto de vista coletivo, ou também do Movimento como um todo quando alargamos o próprio conceito de coletividade para além do conceito de família como unidade familiar, mas como o conceito proposto pelo próprio MST onde a família vai além dos núcleos familiares isolados, mas enxergando o próprio assentamento, e o Movimento em si, como uma grande família. Aqui não podemos esquecer as crises vivenciadas nos últimos anos pelo MST, e por outros movimentos sociais, devido a sua relação de proximidade com os

---

<sup>319</sup> Livro do historiador inglês Christopher Hill, onde o mesmo analisa os movimentos radicais subterrâneos, de trabalhadores ingleses, e a possibilidade destes ganharem a hegemonia do movimento revolucionário. Estes movimentos estavam presentes da Revolução Inglesa e são analisados, por Hill, a partir de uma análise de suas estruturas ideológicas e do quadro que representaram na própria Revolução.

<sup>320</sup> CALDART, Roseli Salete, *op. cit.*, p. 331.

<sup>321</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>322</sup> ENTREVISTA. SILVA, Arlindo Gregório da, *op. cit.*

*governos de frente popular*<sup>323</sup> encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores que se estenderam de 2003 até 2016. Crise essa evidenciada na diminuição da mobilização direta de seus militantes como ferramenta de luta para pressionar os governantes a implementarem suas pautas reivindicatórias em defesa de seus direitos, e neste caso, mais diretamente, a luta em defesa da reforma agrária, que por sinal diminuiu consideravelmente em relação aos dois mandatos anteriores dos governos de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Arlindo, em sua última entrevista concedida para a nossa pesquisa, já em 2017, e que nos ajudou a pensar tais questões, faz questão de ressaltar as dificuldades para os militantes se mobilizarem, e para os movimentos sociais mobilizarem suas bases sociais, e aponta que uma das principais causas dessa imobilidade foi justamente devido a essa paralisia dos movimentos sociais diante dos governos petistas, além da alternativa adotada pelo próprio PT em abandonar seu projeto histórico, de fortalecer a luta direta dos trabalhadores, em nome de alianças com setores conservadores como o PMDB, PSB, PP, dentre outros:

No momento que nós estamos vivendo hoje, eu diria que está até mais difícil para os movimentos sociais do que na época do início das grandes ocupações que nós fizemos. Hoje, pra você fazer grandes mobilizações, tá um pouco mais difícil que naquele tempo. Eu acho que o governo, o governo que a gente tinha, um pouco que congelou, congelou um pouco os movimentos, né, não precisava fazer lutas pra negociar, e eu acho que a gente um pouco que se acomodou em achar que em ter o governo do nosso lado a gente tinha conquistado o poder, pelo contrário, o poder do capital, do agronegócio, apesar dele está em crise também, mas ele em alguns momentos da conjuntura, ele se apropria de uma oportunidade pra tentar se fortalecer. (...)Então o Brasil nesse momento era pra tá com grande reascenso de massa da classe trabalhadora pra se manifestar contra. Na minha opinião, falta as centrais, as centrais sindicais, as federações que representam os trabalhadores, acabaram meio que não tendo a luta como uma forma de conquistas né, e agora é preciso a gente, nós estamos num momento de voltar as políticas de alianças com a sociedade também, com as entidades, e descobrir uma forma, uma estratégia de unificar os movimentos sociais do campo e da cidade para poder lutar pelos direitos da classe trabalhadora. Eu acredito que só através do voto você não faz grandes as mudanças. As mudanças da classe trabalhadora você precisa ser através das mobilizações para fazer mudanças estruturais.<sup>324</sup>

---

<sup>323</sup> Este é um conceito político que se refere aos governos de colaboração de classes, onde uma de suas principais características seria justamente a participação, nestes governos, de partidos burgueses e partidos operários, ou pelo menos de suas direções operárias com muito respaldo social e político – tais variações, na composição destes governos, dependeria do contexto histórico em que eles são formados. Devido justamente a estes contextos é que existiriam diferentes tipos de governos de Frente popular, mas todos eles possuem uma característica comum: são governos de colaboração de classes, ou governos burgueses “anormais” onde os trabalhadores os consideram como sendo “seu”. Leon Trotsky dedicou boa parte de sua vida a estudar estes governos e os perigos que eles representavam para a esquerda, justamente pela confiança depositada por amplos setores da sociedade, especialmente da classe trabalhadora, nestes governos. Acerca deste tema ver ainda outros autores como Nahuel Moreno e Martín Hernández.

<sup>324</sup> ENTREVISTA. SILVA, Arlindo Gregório da, *op. cit.*

Arlindo, que agora ocupa, novamente, o posto de dirigente político do assentamento, da direção regional e estadual do MST do Piauí, faz um balanço histórico desse momento e avalia que a atual conjuntura é de reflexão por parte dos movimentos sociais, inclusive para o MST que também foi atingido por esta crise que abrange os movimentos sociais na atual conjuntura política, e ele segue a entrevista afirmando que:

Isso que eu falei de comodismo, de esperar que o governo ia fazer as mudanças e a gente não fazer as cobranças. A gente achava que estava garantido, e aí o seguinte, o PT também, o Partido dos Trabalhadores, ele tinha o papel de fortalecer através de suas políticas, seus programas sociais, sua forma de administrar, fortalecer os movimentos sociais e aglutinar forças mais da esquerda que seriam os partidos mais da esquerda. E aí não fazendo isso ele preferiu se aliar, seus parceiros de coalizão, de campanha política, pra você ter uma ideia, o PMDB, que não é um partido da esquerda, tinha mais de 700 cargos federais no governo, tinha sete ministérios, tinha a vice-presidência, e foi ele que ajudou a destruir o partido. O PSDB e vários outros partidos que eram aliados do governo, que representavam o capital, o interesse do capital, estavam juntos. Então eu acho que o partido, ele pecou muito em ter feito as alianças pra ganhar a eleição, e ganhando a eleição ele não teve condições de fazer a gestão, de fazer o governo de forma de interesse da sociedade. Foram desenvolvidos diversos programas sociais, mas as empresas também nunca ganhou tanto dinheiro como no governo Lula e como no governo Dilma, e aí os movimentos sociais tinham o papel de assessorar, de dar acompanhamento e isso meio que foi abandonado. Tu vê que os movimentos sociais, nesse governo Lula e nesse governo Dilma não teve acesso a muitas coisas não, entendeu, não teve não, e o processo de negociação era muito tímido, entendeu? Então houve um desânimo da esquerda brasileira, uma desarticulação, e hoje tem muitos partidos da esquerda que não quer mais se aliar ao próprio PT, entendeu? Então, enquanto movimento social, eu acredito que nós tinha que ter feito mudanças estruturais, mudanças profundas no governo, como não foi feito isso, hoje tá mais difícil, mais difícil. A conjuntura política hoje tem uma crise profunda que no meu ver não é uma crise financeira, é uma crise política mesmo.<sup>325</sup>

Portanto, a luta em defesa pela reforma agrária, e pelos direitos sociais historicamente negados aos Sem-Terra, não se constitui apenas como uma luta por direitos, mas antes de qualquer outro elemento, constitui-se como a parte essencial na formação do Movimento e dos próprios militantes. E ainda sobre esse tema, Arlindo conclui que:

Então, a luta pela reforma agrária também não avançou, hoje os assentamentos, eu tiro uma ideia por aqui, o assentamento Marrecas, no dia 10 de junho agora desse ano de 2017 vai completar 28 anos. Durante esses 28 anos o assentamento não foi feito o parcelamento, não foi feito a titulação, assentamento velho, e agora vai ser preciso fazer isso tendo

---

<sup>325</sup> *Idem. Ibidem.*

prejuízo. Nós temos assentados cadastrados aqui que nunca recebeu nem o crédito apoio, e ele vai entrar no parcelamento sem receber seu crédito. O INCRA tá desaparelhado, acabou o MDA, o INCRA você não consegue mais crédito habitação, não consegue mais crédito apoio, não consegue mais semi-árido, sequer uma ADAP hoje o trabalhador não consegue.<sup>326</sup>

Arlindo evidencia algo fundamental para a compreensão do atual momento vivenciado pelo MST e por seus militantes, que seria justamente o fato de que o Movimento deixou de lado, por conta dessa relação histórica e umbilical com o PT e seus quadros dirigentes, a luta direta em defesa dos direitos sociais, o que vem ocasionando numa formação de militantes sem essa *experiência* da luta direta. Nesse contexto, o que Caldart aponta na primeira diretriz faz sentido quando observamos atualmente a existência de uma geração de militantes Sem-Terra que nunca participaram de uma ocupação, que nunca tiveram a experiência desse *fazer-se* militante Sem-Terra a partir da luta direta em defesa da terra e em solidariedade aos outros assentados. Essa dimensão da luta em defesa dos seus direitos como parte fundante do sujeito Sem-Terra está presente na primeira matriz:

Tudo se conquista com luta e a luta educa as pessoas. Esse é um dos aprendizados ao mesmo tempo herdados e construídos pela trajetória histórica do MST. Por isso, manter os sem-terra em estado de luta permanente é uma das estratégias pedagógicas mais contundentes produzidas pelo Movimento. E não estou me referindo apenas ao sentido mais amplo da educação que nasce da participação do sem-terra na luta pela terra no Brasil. Também isso, mas talvez o principal seja compreender como em cada ação cotidiana está a marca da atitude de pressionar as circunstâncias para que elas sejam diferentes do que são.<sup>327</sup>

Dona Antônia também faz questão de ressaltar que o MST deveria ter continuado com sua estratégia de pressionar os governantes para que eles, os assentados, conseguissem atingir os seus objetivos. Em suas últimas entrevistas, concedidas entre 2016 e 2017, Dona Antônia, sempre fez questão de ressaltar sua insatisfação com o caminho trilhado diante dos últimos governos, e não que ela não tenha votado e ajudado a elegê-los, mas a compreensão de que a luta direta e organizada dos Sem-Terra seria o único instrumento efetivo para a conquista de seus direitos. Ninguém nunca os deu nada de “mão beijada”, tudo sempre foi fruto de muito esforço militante, portanto, não seria diferente agora, assim como não foi nos últimos quatorze anos:

<sup>326</sup> ENTREVISTA. SILVA, Arlindo Gregório da, *op. cit.*

<sup>327</sup> CALDART, Roseli Salette, *op. cit.*, p. 331.

Parou porque a gente se confiou, num sabe? A gente imaginou que o Lula, que primeiro foi o Lula né, com a cambada que tava trabalhando mais ele ia fazer tudo que precisava pra nós. E o que aconteceu que o povo ficaram drumente, ninguém foi atrás de conquista de nada durante esse tempo e ficou parado. E quando tava nas mãos do Fernando Henrique Cardoso, nós ia reivindicar em Teresina, ia reivindicar em Brasília, eu mesmo fui, só em Teresina em fui reivindicação vinte vezes, vinte vezes eu fui em reivindicação, e fui pra Brasília bem umas três ou quatro vez. Tinha que ter continuado com a luta rapaz, que nós fazia essas coisas pra reivindicar as coisas, aí é que nós devia ter andado pra reivindicar o que nós precisava porque eles lá não tava sabendo muito o que nós tava precisando nera? Aí nós fizemos foi, faz como que diz o canto que diz assim: ‘alerta povo, acorda gente, a opressão já pôs o povo durmente’, pois foi desse jeito. Pois não foi a opressão porque foi o Lula que entrou, mas com a opressão que nós tinha assitido pra trás, quando nós vimo o PT entrar aí ficou todo mundo acomodado pensando que eles iam fazer tudo, tudo que precisava.<sup>328</sup>

Dona Antônia tem compreensão que o MST deveria ter continuado *virando o mundo de ponta-cabeça*, e assim como no governo FHC eles deveriam ter continuado pressionando os governantes, mesmo os do PT, e com isso, ganhariam ainda mais respaldo diante da população como foi ao longo da década de 1990, mesmo com a campanha de criminalização de suas ações diretas, especialmente em relação às ocupações. Dessas ações diretas, e de seus desdobramentos na formação militante, é que surge a relação com a segunda matriz pedagógica definida por Caldart como sendo a “Pedagogia da *organização coletiva*. Ou: como os sem-terra do MST se educam enraizando-se e fazendo-se em *coletividade em movimento*”.<sup>329</sup> Nesse sentido, Caldart ressalta a importância da ocupação nesse processo formador militante, reforçando as palavras de Dona Antônia e sua leitura de que “apenas a luta pode mudar suas vidas”:

O MST organiza os sem-terra para a luta; o MST é a organização ou a coletividade produzida pelos sem-terra em luta. Nesse sentido, dizer que os sem-terra se educam através da organização se refere aos dois significados combinados: os sem-terra se educam à medida que se organizam para lutar; e se educam também por tomar parte em uma organização que lhes é anterior, quando considerados como pessoa ou como família específica. Considerando dessa forma, a ocupação é, como disse Stédile, a matriz organizativa do Movimento, à medida que foi em torno dela que se constituiu e se formatou a coletividade sem-terra. Mas, ao mesmo tempo, não é difícil enxergar no acampamento uma das formas organizativas criadas pela dinâmica das próprias ocupações, a matriz da coletividade em que se transformou o MST, como organização social constituída no interior do movimento de massas que luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil.<sup>330</sup>

<sup>328</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

<sup>329</sup> CALDART, Roseli Saete, *op. cit.*, p. 342.

<sup>330</sup> *Idem. Ibidem, op. cit.*, p. 342-343.

Aqui o fio condutor da formação militante dos Sem-Terra, e que constitui-se como fundamental ao longo desse processo de formação militante, evidencia a importância dessas memórias e histórias militantes na formação das novas gerações de militantes tão importante para manter o revigoramento do próprio Movimento. Os Sem-Terra se forjam na luta, e a luta constitui o sujeito Sem-Terra, militante, agricultor, cidadão consciente de seus direitos etc., e nesse sentido, a terceira matriz pedagógica, apontada por Caldart como sendo a Pedagogia da *terra*, nos ajuda a compreender como esse processo de formação vai articulando várias dimensões desse sujeito social, “ou: como os sem-terra do MST se educam em sua relação com a *terra*, com o *trabalho* e com a *produção*.”<sup>331</sup> Caldart recorre a Leonardo Boff para nos ajudar a compreender melhor essa relação do ser humano com a terra e suas implicações dentro processo de formação militante:

Talvez isso fique ainda mais claro se compreendermos, afinal que, enquanto seres humanos, também somos terra e não apenas nos relacionamos com ela. Como reflete Leonardo Boff, o ser humano, nas várias culturas e fases históricas, revelou esta intuição segura: pertencemos à Terra; somos filhos e filhas da Terra; somos Terra. Daí que homem veem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. A terra não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria Terra que, na sua evolução, chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração: Numa palavra: somos a terra no seu momento de auto-realização e de autoconsciência. Na verdade, essa é, talvez, a matriz educativa historicamente mais antiga que o MST põe em movimento na formação dos sem-terra: a que mistura o cultivo do ser humano com o cultivo da terra, com o trabalho e a produção. A terra de cultivo é também terra que educa quem nela trabalha; o trabalho educa; a produção das condições materiais de existência também educa.<sup>332</sup>

Portanto, ao articularmos a leitura de Caldart com os depoimentos de Arlindo e Dona Antônia, percebemos ainda mais a importância do MST manter, ao longo do tempo, os traços constituintes de sua formação militante, traços esses tão importantes na constituição do próprio MST, correndo o risco de, ao abrir mão dessa trajetória de luta direta para pressionar os governantes em defesa da reforma agrária, especialmente na concepção de reforma agrária defendida pelo MST como sendo uma mola propulsora para transformação da sociedade brasileira, descaracterizar-se enquanto organismo vivo e pulsante em constante estado de renovação e de autocrítica, como alertou Ademar Bogo.

Mas voltando ao Arlindo, e o seu processo de formação militante, outra dimensão se apresenta na constituição do militante em relação aos seus pais. Hoje, ele passa a

---

<sup>331</sup> *Idem. Ibidem, op. cit, p. 351.*

<sup>332</sup> *Idem. Ibidem, op. cit, p. 352.*

experimentalizar as preocupações que todo pai e mãe têm ao desejar um futuro melhor para suas crianças. Embora as condições de hoje sejam totalmente distintas das que foram enfrentadas por seus pais no passado, Arlindo se preocupa com o futuro e também com as memórias constituintes de uma família Sem-Terra como convém a um bom militante:

Eu tenho três filhos, e eu, a forma como eu fui criado, algumas questões eu quero meus filhos herdem né. Eu não quero que eles... não chegam a trabalhar de meia pra os outros, trabalhar pro patrão ganhando diárias, né. Eu sempre incentivo eles muito, o estudo, incentivo eles muito a questão da escola, da organização. Eu já começo a incentivar os meus meninos, que já a partir de criança pra adolescente, pra que eles comecem a participar de alguns eventos né, no meio da sociedade, pra eles ir aprendendo a se relacionar com as pessoas, e não perder nem um dia de aula. Já começo a me preocupar também qual seria a profissão deles, né, seria só trabalhar na roça ou, eles queria ir mais a frente, e eu começo a discutir com eles isso, né, é uma preocupação minha e uma das coisas que eu vou na comunidade, sempre trabalhar e estudar, pra que ele possa ser esse cidadão, ou cidadã, que ganha a vida digna com o próprio trabalho.<sup>333</sup>

Arlindo, diferente de seus pais, tem a possibilidade de vislumbrar um futuro menos incerto e duvidoso para os seus filhos. Possibilidade esta que foi construída devido à sua militância política, mas também foi fruto da garra e persistência de Dona Antônia que, além de ter lhe apoiado a ingressar na luta e, conseqüente, no Movimento Sem-Terra, também contribui diretamente, através de sua fé e de sua militância política, para que seus netos possam, hoje, ter acesso à escola, à moradia própria, à suas próprias terras, enfim, para que seus netos – e filhos – pudessem levar uma vida diferente daquela que um dia representou para sua família exploração, sofrimento e miséria. Por isso, hoje, Arlindo pode desejar outros sonhos para os seus filhos, e por causa dessa vitoriosa história de vida, de uma família inteira, ele pretende que seus filhos herdem apenas algumas coisas de seu passado difícil, outras não.

Podemos perceber a importância da quinta matriz pedagógica, ou como Caldart a define “Pedagogia da *história*. Ou: como os sem-terra do MST se educam cultivando sua memória e compreendendo a história.”<sup>334</sup>

Essa quinta matriz pedagógica é quase como uma extensão, ou um desdobramento da quarta matriz, que ainda vamos abordar mais a frente, que é a pedagogia da cultura, mas a autora destaca dois motivos para destacá-la:

O primeiro é que se pode ver na Pedagogia do Movimento uma intencionalidade própria para a valorização da história, e o segundo se refere

<sup>333</sup> ENTREVISTA. SILVA, Arlindo Gregório da, *op. cit.*

<sup>334</sup> CALDART, Roseli Salette, *op. cit.*, p. 370.

à importância de chamar a atenção para uma potencialidade pedagógica nem sempre trabalhada como tal. Estudar história não é necessariamente deixar-se educar por ela, embora esta também seja uma das condições para que isso aconteça.<sup>335</sup>

A história como concebida pelo MST não nos serviria apenas como algo já pronto e acabado, onde não nos caberia mais uma reflexão crítica e, mais do que isso, uma ação concreta enquanto sujeitos históricos de sua própria história e de seu próprio tempo. A história, ao contrário, possui papel central na compreensão do mundo capitalista e de sua tentativa incessante de nos desenraizar de nosso próprio passado, nesse sentido a história torna-se uma ferramenta essencial no processo de formação militante, ou seja, no *fazer-se Sem-Terra*, e ao longo desse processo Caldart destaca a intencionalidade pedagógica do MST em relação ao papel da história e a formação de seus militantes: “*o cultivo de sua memória e o reconhecimento da história mais ampla, que signifique situar a sua experiência em uma história maior*”.<sup>336</sup>

Como podemos perceber ao longo de toda a pesquisa, resultando, conseqüentemente, na elaboração desse trabalho dissertativo, o papel desempenhado pela memória e sua relação com a constituição militante destes sujeitos históricos, ao longo do tempo, é central para compreendermos a construção do MST, e ela – a memória – está presente em todos os momentos constituintes desse longo processo e, portanto, sua relação com a história torna-se ainda mais importante para a construção do projeto político do Movimento. Nesse sentido, Caldart destaca que:

Cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado. Por isso talvez exista no MST uma relação tão próxima entre memória e mística. Através da mística do Movimento os sem-terra celebram a sua própria memória, de modo a torná-la uma experiência mais do que racional, porque entranhada em todo o seu ser humano. Nesse sentido, também devolvem à vida e à história certos rituais já cristalizados por uma tradição que não se fez memória. Fazer uma ação simbólica em memória de um companheiro que tenha tombado na luta, ou de uma ocupação que tenha dado início ao Movimento em algum lugar, é educar-se para sentir (mais do que para saber) o passado como seu, e portanto como uma referência necessária às escolhas que tiver de fazer em sua vida, em sua luta; é também dar-se conta de que a memória é uma experiência coletiva: ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, descolado das relações, sociais, interpessoais, que constituem sua história.<sup>337</sup>

---

<sup>335</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>336</sup> *Idem. Ibidem, op. cit, p. 375.*

<sup>337</sup> *Idem. Ibidem.*

Por fim, temos a quarta matriz pedagógica, que se articula com as demais num processo de articulação entre todas elas justamente porque, como vimos com Ademar Bogo, e aqui está ressaltado por Caldart, quando da caracterização das principais matrizes pedagógicas, onde a mesma define a importância da cultura na materialização do projeto político do MST, representada aqui pela “Pedagogia da *cultura*. Ou: como os sem-terra do MST se educam cultivando o *modo de vida* produzido pelo Movimento”.<sup>338</sup>

Deixamos essa matriz pedagógica para ser analisada por último justamente devido a esse papel articulador, dela com todas as outras, que a mesma possui. Sua importância pode ser observada em todos os aspectos do cotidiano dos Sem-Terra, especialmente da sua fundação até o início dos anos 2000 quando sua própria organização interna dava mais ênfase a esta etapa da formação dos sujeitos Sem-Terra. Evidentemente que a mística, e o papel exercido pela cultura no processo de construção do MST, e da formação dos Sem-Terra enquanto sujeitos sociais, ou ainda no fortalecimento destes sujeitos e de suas experiências militantes. E esse processo se dá justamente porque existe cultura em todos os aspectos da vida militante de um Sem-Terra, pois a cultura está presente em todas as outras matrizes pedagógicas: na pedagogia da luta, da organização coletiva, da terra e da produção e na da história. Ou em outras palavras, como nos afirma Caldart:

Porque a cultura, tal como está sendo entendida aqui, não é uma esfera específica da vida ou um tipo particular de ação, mas sim o processo através do qual um conjunto de práticas sociais e de experiências humanas (por vezes contraditórias e com pesos pedagógicos diferentes entre si) aos poucos, lentamente, vai se constituindo em um modo de vida ou, como nos diz Raymond Williams (1969), em um modo total de vida, que articula costumes, objetos, comportamentos, convicções valores, saberes, que embora díspares e por vezes até contraditórios entre si, possuem um eixo integrador ou uma base primária que nos permite distinguir um modo de vida de outro, uma cultura de outra.<sup>339</sup>

Aqui, Caldart procura ressaltar a relação dessa matriz com a matriz pedagógica da terra, evidenciando uma das principais dimensões desse processo de *fazer-se* Sem-Terra como sendo “exatamente a que vincula cultura com produção material da existência”. Nesse sentido, a relação que Raymond Williams define ser fundamental para a compreensão da constituição das diferentes manifestações culturais existentes entre as distintas classes sociais, e como estas se manifestam na sociedade capitalista definem, por sua vez, as diferentes manifestações culturais de cada uma das classes que constituem essa mesma sociedade.

---

<sup>338</sup> *Idem. Ibidem, op. cit, p. 360.*

<sup>339</sup> *Idem. Ibidem, op. cit, p. 361.*

Portanto, nesse sentido, “a base distintiva da cultura *burguesa* é o *individualismo*, assim como a base da cultura da *classe trabalhadora* é a *coletividade* ou a ideia do *coletivo*”.<sup>340</sup>

Portanto, analisar a importância dessas matrizes pedagógicas para a constituição do MST, enquanto movimento social que busca tornar seus militantes em sujeitos críticos e agentes de sua própria história apresenta-se como elemento indispensável para uma melhor compreensão do próprio *fazer-se* Sem-Terra, justamente como definiu Thompson, e que nos serviu de fundamentação teórica para a construção de toda pesquisa, resultando na compreensão do processo de formação tanto dos militantes Sem-Terra como também nos serviu pra compreender melhor o surgimento e construção do próprio MST. Nesse sentido, o conceito de *experiência* é um conceito central no desenvolvimento dessa pesquisa e o mesmo encontra-se diluído por toda a estrutura textual dissertativa, assim como na própria estrutura do trabalho como um todo, passando pelos seus capítulos e pela forma como os mesmos são construídos e articulados entre si. Nesse sentido, mais uma vez recorreremos a Caldart com o intuito de melhor compreendermos como se desenvolve este processo de *constituir-se* um militante Sem-Terra, tão bem desenvolvido pela autora ao procurar sistematizar e compreender como funciona essa *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*:

Na experiência do MST, trata-se de compreender a intencionalidade do Movimento no processo através do qual ele próprio vai se transformando em cultura, ou em um movimento cultural que, ao se materializar num determinado jeito de ser e de viver dos sem-terra, vai projetando (pela realização que é concreta mas ainda fragmentada, dispersa e nem sempre consciente) um modo total de vida que, ao mesmo tempo que pode ser situado naquele distintivo crucial de um modo de vida da classe trabalhadora, tem as mediações específicas produzidas por essa coletividade em movimento. Aliás, tem o próprio distintivo de um modo de vida ou de uma cultura em movimento, o que talvez não seria demais aproximar do próprio conceito de socialismo, talvez o mais radical, que está em Marx: o socialismo como o movimento permanente de transformação do atual estado de coisas.<sup>341</sup>

Portanto, o surgimento desse novo sujeito social Sem-Terra está intrinsecamente ligado ao contexto histórico que permitiu o surgimento não apenas do MST, mas de diversos outros movimentos como tão bem nos mostra Eder Sader em seu livro *Quando novos personagens entram em cena*, e seria impossível compreender esse processo sem que nos atentássemos para a importância da educação como articuladora do próprio projeto político do MST. Por isso a pesquisa de Roseli Salete Caldart constitui-se como leitura obrigatória para

---

<sup>340</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>341</sup> *Idem. Ibidem, op. cit, p. 362.*

quem deseja entender este *fazer-se* Sem-Terra, bem como o próprio *constituir-se* MST, pois suas análises nos levam a enxergar cada uma das etapas desse processo, ou como nos afirma a própria autora:

Neste olhar, é possível encontrar as pegadas educativas do Movimento na produção cultural dos sem-terra que vem traduzindo, ou pelo menos projetando, sua luta e a própria dinâmica do MST especialmente em valores, em convicções ou princípios, em ideias e saberes, em posturas, ou mesmo em uma cultura material que se enxerga, se apalpa ou se vive nos tempos e lugares ocupados (efetiva e afetivamente) pelo Movimento, seja nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, nos cursos de formação, nas escolas, através das relações sociais, do jeito de produzir e de reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte...<sup>342</sup>

Todos esses lugares de constituição do sujeito Sem-Terra evidenciam que essa construção, ou melhor, este *fazer-se*, é coletivo e processual, portanto não podemos isolar nenhum aspecto dessa formação militante, ou nas palavras de Caldart, da Pedagogia do Movimento Sem-Terra. Nesse sentido passamos a analisar a experiência militante que forjou outro sujeito social que fez parte, desde o primeiro momento da ocupação, da construção do MST no Piauí. E para nos auxiliar na construção dessa trajetória recorreremos mais uma vez a Ademar Bogo e seu livro *Lições da luta pela terra*, onde o autor nos ajuda a compreender não apenas a formação do MST e a trajetória militante de seus integrantes, mas também os inúmeros desafios enfrentados pelo MST ao longo dessa jornada.

Nosso segundo personagem, deste capítulo, “Tico”, vivenciou este processo de maneira distinta. Primeiro devido à idade, pois enquanto Arlindo se colocava desde o início como uma jovem liderança, “Tico”, ao chegar ao acampamento em junho de 1989, tinha apenas dois anos. Apesar disso, o filho de Dona Anísia e seu Francisco Juliano, “compartilhou” todos os momentos enfrentados por seus pais e demais companheiros Sem-Terra. Claro que as suas responsabilidades não eram as mesmas de Arlindo, mas elas existiam, e mesmo para uma criança de apenas dois anos, elas eram de fundamental importância na construção do Movimento Sem-Terra, lembrem-se do que Dona Antônia nos disse sobre a comissão de segurança: “(...) O primeiro pelotão era o das crianças (...) pra enfrentar a polícia (...), as crianças que era pra humilhar eles, humilhar as polícias”.<sup>343</sup>

Mas, “Tico” por ter praticamente “nascido”, vivido e crescido dentro do acampamento/assentamento experimentou diferentes desafios não só em relação aos seus pais,

---

<sup>342</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>343</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

mas também em relação a Arlindo. O universo de “Tico” foi muito mais amplo e isto se reflete nas várias atividades desempenhadas por ele no assentamento Marrecas:

Meu nome é Francisco Juliano – mais conhecido como ‘Tico’, eu moro no assentamento Marrecas. Faço parte do setor de Educação do Assentamento, como também contribuo no setor de cultura, da mística. E faço parte também do projeto Sabiá, que trabalha a questão da educação alimentar, do controle cidadão, através da música, através do coral, do teatro. E contribuo com outros setores do assentamento Marrecas, como no grupo de jovens, que a gente trabalha como coordenador do grupo de jovens do Assentamento Marrecas.<sup>344</sup>

Estas são as memórias e as significações construídas pelo jovem Tico quando iniciamos nossa pesquisa 12 anos atrás, quando o mesmo estava bastante envolvido nas tarefas do Movimento e do assentamento. Suas primeiras lembranças, deste processo de ocupação, como ele mesmo as define, “são poucas, no entanto, são muitas”, e apesar de fugidias nos mostram a importância que a memória possui na construção do Movimento Sem-Terra:

Minhas primeiras lembranças, quando eu cheguei aqui no assentamento, eu tinha dois anos de idade. As lembranças são poucas, no entanto, são muitas. Porque eu lembro de quando eu, lembro de uma lembrança longe, de quando a gente tava no Assentamento, Acampamento, aqui no poço do Capim Grosso né, onde a gente ficava debaixo da barraca de lona. Era muito sofrimento, a questão de algumas repressões que aconteceu lá, pequenas repressões.<sup>345</sup>

É interessante notarmos que as lembranças de “Tico”, a exemplo das lembranças de seus pais, evidenciam as dificuldades e, principalmente, realça a resistência diante destas. Este importante exercício articulado pela memória coletiva cria uma linha de continuidade que forja uma identidade partilhada que faz com que “Tico” entrelace presente e passado, ou seja, sua história de militância no presente, com a história de militância no passado:

E eu me lembro também, que houve alguma repressão também, depois que a gente chegou na sede do assentamento, onde é o assentamento hoje que, repressão dos fazendeiros vizinhos ou dos moradores daqui mesmo, que estavam aqui em dez casas que existiam aqui na fazenda, e que moravam aqui em redor. Eles ficaram assustados quando viram é, a multidão de gente com foices, machado, facão, como é assim que a gente chega nas terras né, gritando palavras de ordem, cantando música, quando a gente alimenta

<sup>344</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Francisco Juliano de. – “Tico”, entrevistas concedidas entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017. São João do Piauí-PI.

<sup>345</sup> *Idem. Ibidem.*

nossas forças pra seguir na luta. Ai com isso, o pessoal nunca tinha visto daquele tanto de gente organizado, eles ficaram assustados né, como? Chamavam a gente de invasores que vieram pra tomar as terras deles. Terras que eles diziam que era deles, no entanto, era do fazendeiro chamado Fernando Brasileiro, o qual o exploravam.<sup>346</sup>

Aqui a importância da família é evidenciada pela forma como esta trabalhou, e ainda hoje trabalha, a memória da luta e resistência enfrentada pelos pais e que desde cedo é repassada a seus filhos. Mais uma vez a família se coloca como fator essencial na construção do sujeito coletivo, que nesse caso assume papel de preservação da memória do MST como nos informou Dona Anísia:

Acostumei meus fios, eu não tive dificuldade com eles, de trabalhar no Movimento Sem Terra não, tudo gosta né. A gente foi traçando a caminhada, ai a gente vai começando a dar uma injeção naquele, dizendo: ‘Nois tamo aqui, mas oia, nois tamo por causa do Movimento Sem Terra, se não fosse, nois não tava aqui. Nois não pudemo tirar da cabeça nunca. Porque aqui, ele foi quem trouxe nois, não foi outra pessoa não.’<sup>347</sup>

Bogo, em toda sua produção acadêmica, procura registrar a experiência do Movimento Sem-Terra não apenas como um simples registro acadêmico, mas para além dessa consequente e óbvia função sua obra constitui-se como um verdadeiro instrumento de luta em defesa do projeto de sociedade proposto pelo MST, e a análise dessa obra em particular, nos ajuda a perceber o tamanho do desafio que se colocou ao Movimento Sem-Terra, bem como a todos os movimentos sociais, nos últimos 14 anos. Portanto, além de ser um registro histórico valioso para compreendermos melhor a luta em defesa da reforma agrária em nosso país, *Lições da luta pela terra*, nos ajuda a compreender melhor a formação do próprio MST, especialmente as dificuldades desse último período de sua história.

O livro está dividido em quatro partes, todas interligadas entre si, e cada uma delas procura deixar uma lição aos militantes do MST, que pode ser resumida na maior de todas as lições que um militante Sem-Terra poderia aprender em sua trajetória de militante social, a de que apenas “a luta muda a vida”, ou melhor, de que apenas a luta organizada e direta dos trabalhadores e trabalhadoras poderia construir alternativas viáveis à construção de um projeto coletivo que pudesse transformar, mesmo que minimamente, a sociedade brasileira. Na primeira parte, intitulada *Lições históricas*, Bogo procura destacar as lições que a história recente dos movimentos sociais brasileiros deixaram como legado, e que poderiam

---

<sup>346</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>347</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Anísia Josefa de, *op. cit.*

servir de ensinamentos para que o MST não cometesse os mesmos erros. E Bogo, ao analisar a crise dos movimentos sociais durante a década de 1980 nos dá uma boa ideia de como o contexto social daquela conjuntura contribuiu para o surgimento do próprio MST, mas ao mesmo tempo ele parecia antever os riscos da atual crise pela qual passam todos os movimentos sociais, e em especial o MST, e fundamenta sua análise citando James Petras e um de seus estudos acerca da natureza do Estado e da Ordem:

Por diversas influências já citadas, pelo retorno da Igreja Católica ao trabalho pastoral visando mais ao aspecto espiritual e menos no social, e pela participação das organizações não governamentais (ONGs), as quais, ao mesmo tempo em que desenvolviam atividades que pertenceriam aos governos, faziam explicitamente uma opção de não querer ser governo e, conseqüentemente, difundiram uma visão ideológica de não interesse pelo poder. “A “aclimatação” intelectual às novas fontes de poder e seu abandono do marxismo revelam portanto a profunda separação entre o “discurso” intelectual e as realidades históricas concretas.” Com isso desviaram-se muitas lutas, e viciaram-se muitas lideranças que passaram a receber salários para fazer, relatórios, em vez de conduzirem as lutas, onde contribuíssem para que os movimentos crescessem e se independentizassem. Por estas e outras razões, os movimentos populares também foram perdendo força. Onde a política de assistência foi aplicada corretamente surtiu efeitos, e os movimentos foram lentamente adquirindo autonomia e passaram a se orientar pelos próprios programas.<sup>348</sup>

Nesse contexto é que o MST se destaca dos demais movimentos sociais e consegue extrair, da crise dos outros movimentos, importantes lições e a partir destas experiências foi trilhando o seu próprio caminho, e construindo o seu próprio *fazer-se*. Estas lições foram se arrefecendo ao longo dos anos 2000, mais especificamente após o ano de 2003 com a vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva devido à relação do Movimento com os governos petistas, e com isso arrefeceu-se também a luta por reforma agrária, enfraquecendo o próprio MST enquanto sujeito social capaz de obrigar o Estado a colocar a pauta da reforma agrária na agenda do governo.

Diante dessa conjuntura, onde o PT assume a presidência da República a partir de janeiro de 2003, é que se desenvolve uma parte importante da formação política e militante de “Tico”, pois nesse período o jovem militante além de atuar ativamente nos núcleos de base do assentamento, o mesmo inicia uma série de cursos de formação política e de qualificação profissional que culmina com a sua formação superior no curso de Arte-Educador, promovido pelo PRONERA – Programa Nacional de Educação na reforma Agrária, e foi justamente nesses espaços de formação política que o jovem “Tico” aprendeu as lições repassadas pelo

<sup>348</sup> BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das letras, 1999. p. 18-19.

Movimento, especialmente as ensinadas por Bogo, e passou a ter uma visão cada vez mais crítica em relação ao contexto social e político brasileiro. Nesses espaços “Tico” aprendeu, lendo Bogo, que:

A simples ocupação e conquista da terra são um processo geralmente muito rápido, embora às vezes leve alguns anos para ser concluído pelo descaso das autoridades responsáveis. O mais difícil não é o processo de conquistar a terra, mas sim fazê-la produzir, organizar a cooperação, a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentados, para que se tornem verdadeiros camponeses de nosso tempo. Para isto precisa-se de muita dedicação, estudo, intercâmbio de experiências e bastante maleabilidade nas formas organizativas. Este é um aprendizado que não se encontra nas universidades, leva-se muitos anos para adquiri-lo na prática concreta.<sup>349</sup>

E “Tico” foi absorvendo as lições ensinadas por Bogo, lições que mais tarde seriam caras ao próprio Movimento e que ironicamente pareciam ser antevistas pelo próprio Bogo. Não à toa, Ademar Bogo enumera, em perspectiva histórica, e a partir de um olhar crítico de outras experiências de movimentos sociais anteriores ao MST, o que ele mesmo classifica como lições históricas que nunca deveriam ser desprezadas devido às consequências causadas por estas aos movimentos sociais que as desprezaram. E continuando com suas reflexões, o autor ressalta que:

As organizações tradicionais entraram em crise justamente porque não souberam acompanhar o movimento interno das contradições emergentes em suas organizações. Não formaram lideranças, não fortaleceram as organizações de base, deixaram de fazer mobilizações de massas e se estabilizaram no tempo. Por isso, não é adotando algumas novas táticas que resolverão o problema de estagnação política. Deverão repensar seus objetivos, reformular os métodos de trabalho e formar um novo tipo de militante. Mesmo assim, é duvidoso que consigam reavivar-se, haja vista que vivemos em outros tempos, onde muitas categorias clássicas de trabalhadores perderam seu potencial de luta, e os defeitos das estruturas organizativas já ultrapassaram o limite da aceitação moral.<sup>350</sup>

É certo que a conjuntura analisada por Bogo é outra, como o próprio autor ressalta, e ainda mais distinta e complexa na atual conjuntura, pois também se distingue da conjuntura que o autor escreveu tais reflexões – já se vão quase vinte anos – mas é certo que as observações são muito precisas em relação aos motivos que levaram muitos dos movimentos sociais anteriores a década de 1980 a entrarem em crise, e justamente dessa crise,

---

<sup>349</sup> BOGO, Ademar. *op. cit.*, p. 35.

<sup>350</sup> *Idem. Ibidem.*

somada ao contexto político de final da ditadura militar, é que convergem os fatores necessários para que *novos personagens entrassem em cena*, como tão bem definiu Eder Sader. Ademar Bogo parece seguir sua trajetória analítica em relação ao que propiciou o surgimento destes novos sujeitos sociais e vai mais além ao analisar quais as lições históricas o MST deve retirar deste contexto político para que não incorresse nos mesmos erros.

Não estamos com isso sugerindo que o MST atingiu o estágio descrito por Bogo, em relação aos movimentos sociais analisados por ele, e anteriores ao MST, pois, como o autor destaca, cada conjuntura guarda suas características próprias e, conseqüentemente, os desafios de hoje são outros, mas uma lição histórica nunca deve ser esquecida, ou como tão bem definiu Karl Marx, logo no primeiro parágrafo de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ao lembrar Hegel que afirmara que os fatos e personagens históricos se repetiam duas vezes, e Marx, na sequência completa que a história se repete, “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. Em seguida, Marx, ainda em relação a esta questão, afirma que:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial.<sup>351</sup>

E justamente por isso o MST não deve ignorar o aprendizado histórico que o fez surgir com tanta pujança e autenticidade, ao contrário, deve sim olhar para sua própria história, e para as reflexões propostas por Bogo, e procurar retomar sua trajetória de luta e reivindicação frente ao Estado, independentemente de quem esteja ocupando os cargos executivos e/ou legislativos, sob pena de continuar perdendo a sua maior riqueza e sua marca indelével: a organização direta e permanente dos trabalhadores com objetivo de exigirem, do Estado, os seus direitos historicamente negados.

Essa lição histórica é tão forte e presente na constituição do MST, desde o começo, que Stédile a ressalta em diversas obras ou entrevistas que o intelectual, e uma das principais lideranças do Movimento, escreveu e/ou concedeu, onde sempre destacou que esta

---

<sup>351</sup> MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels). p. 25-26.

característica seria mais que uma lição, seria um princípio característico deste *fazer-se Sem-Terra*:

... a nossa luta pela terra e pela reforma agrária – já havíamos descoberto por nós mesmos – só avançará se houver luta de massas. Se nos contentarmos com uma organização de fachada, sem poder de mobilização, ou se ficarmos de conchavos com o governo ou esperando pelos nossos direitos, só porque eles estão escritos na lei, não conquistaremos absolutamente nada. O direito assegurado na lei não garante nenhuma conquista para o povo. Ele só é atendido quando há pressão popular. Assim, a cooptação é a primeira arma que a burguesia utiliza contra a organização dos trabalhadores. Só depois ela utiliza a repressão. Ela procura neutralizar nossa força com a cooptação, entregando-nos algumas migalhas ou paporicando líderes vaidosos, personalistas ou ideologicamente fracos. O povo só conseguirá obter conquistas se fizer luta de massas. É isso que altera a correlação de forças políticas na sociedade. Senão o próprio status quo já resolveria o problema existente. Um problema social só se resolve com luta social. Ele está inserido na luta de uma classe contra a outra.<sup>352</sup>

Stédile parece compreender tão bem as lições históricas elencadas por Bogo que ficamos nos questionando os motivos que levaram o MST a esquecer de uma de suas principais características durante praticamente uma década. Durante esse período a principal tese defendida pela maioria dos movimentos sociais, e largamente disseminada em cada núcleo de base do MST, era a de que “o governo petista estaria em disputa” e que seria preciso fortalecê-lo e apoiá-lo num primeiro momento, para depois conseguirem reverter a disputa por dentro do governo.

Lembro-me muito bem que por dezenas de vezes, durante os vários encontros de formação político-pedagógicas em que participamos pelo PRONERA, escutei a seguinte metáfora em relação à caracterização do governo em questão de que “estariamos vivendo uma conjuntura semelhante à brincadeira de cabo de guerra”, só que a diferença seria que eram os nossos direitos que estavam sendo negociados, um a um. A partir de então, aos poucos a reforma agrária foi esquecida, as reformas neoliberais que por anos os governos do PSDB tentaram aprovar e não conseguiram, agora estavam sendo aprovadas uma a uma, e com o consentimento velado dos movimentos sociais que pouco se manifestavam, quando não abandonavam a perspectiva histórica de sua formação e passavam a apoiar declaradamente projetos que retiravam direitos, e com isso chegamos na atual crise vivenciada atualmente pela sociedade brasileira.

---

<sup>352</sup> STÉDILE, João Pedro e FERNANDES Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil – 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 43.

Nesse sentido, corroborando com o pensamento de Stédile, Bogo destaca que “negociar com o Estado através de intermediários, lideranças ou pequenas comissões, sem a participação e pressão de massa” deve ser encarada como uma lição histórica que o MST nunca deveria ter perdido em relação a sua perspectiva histórica:

Neste caso, somente com pressão de massa é possível negociar com o Estado e garantir avanços nas conquistas. Caso contrário, é muito fácil para os representantes do Estado dizerem não; e se disserem sim, é para desgastar as lideranças que, ao voltarem para o meio da massa, dirão que está tudo resolvido, mas o atendimento das reivindicações nunca acontece. É fundamental que o grande número de pessoas participe das negociações. Aliás esta é uma marca dos movimentos que possuem direção coletiva e não elegem presidente. Desta forma aprendem e ao mesmo tempo identificam quem é a favor e contra a reforma agrária, e perdem o medo das autoridades governamentais, pois percebem rapidamente que estes não são mitos, mas seres humanos mortais, como todos os outros. (...) Os movimentos adquirem força quando seus membros participam de todas as decisões e atividades. Assim os dirigentes deixam de ser assistencialistas, pois incentivam que a própria massa lute para resolver seus problemas por mais insignificantes que sejam. É importante entender que não podemos negociar nem fazer qualquer coisa pela massa, mas esta deve, por estar organizada, envolver-se nos encaminhamentos e nas soluções de todos os problemas.<sup>353</sup>

Esse sentimento de coletividade é um dos princípios mais característicos do Movimento Sem-Terra desde os seus primeiros passos, caracterizando-se como um dos principais símbolos do próprio Movimento, ressignificando o próprio conceito de família para além do núcleo familiar de cada um dos militantes Sem-terra, e expandindo tal conceito para todo o Movimento tanto que este princípio fundamenta toda a pedagogia do MST, justamente na busca de forjar estes sujeitos Sem-Terra com suas características próprias, e para o tamanho do desafio seria necessário, evidentemente, uma pedagogia própria do movimento Sem-Terra que unificasse a experiência histórica e o cultivo da própria memória dos militantes, como nos afirma Caldart, e já observado anteriormente, em relação ao que ela denomina como “ingredientes específicos que se combinam” com uma intencionalidade pedagógica em relação à História, situando numa história maior, portanto:

A importância desse processo pedagógico é radical: a identidade Sem Terra não teria se constituído sem o cultivo da memória do Movimento. Se um assentado esquecer que um dia foi acampado, e neste exemplo fica claro que esse esquecimento pode não ser intelectual, se também esquecer que muitas pessoas perderam sua vida pela terra em que hoje ele produz seu alimento, ele certamente deixará de ser um Sem Terra. O passado de que não

<sup>353</sup> BOGO, Ademar. *op. cit.*, p. 37 *et seq.*

conseguirá se desligar terá para ele um outro sentido. Dirá para seus filhos que um dia ele foi um sem-terra. Talvez até acrescentar que foi importante ter lutado porque assim eles, seus filhos, não precisarão passar pelo que os pais passaram. Não é essa a memória ou o sentido do passado que a pedagogia do Movimento tem buscado cultivar.<sup>354</sup>

Mas retornando ao processo de formação militante de “Tico”, outro ponto importante que distingue sua trajetória da experiência de Arlindo é o processo de educação que cada um teve acesso na juventude. Neste ponto “Tico” pode se considerar, assim como hoje os filhos de Arlindo, um privilegiado, pois teve a oportunidade de estudar no “tempo certo” e, principalmente, pôde desenvolver todo o seu processo educacional dentro do próprio assentamento:

Com relação ao meu processo de educação sempre se dava aqui no Assentamento né, ou seja, aqui no Acampamento, e no decorrer do processo, aqui no Assentamento eu nunca precisei, por exemplo, vamos dizer assim, sair pra estudar em São João ou em outra localidade vizinha, porque tinha aquela questão também de que, tinha de ajudar o pai na roça né. Tinha que ajudar na roça porque era aquela questão, tinha que estudar e trabalhar. Só que, claro que o pai ele sempre é, também, dava privilegio na educação dos filhos dele, ou seja, então resumido, meu processo de educação sempre aconteceu dentro do MST, dentro do Movimento, vamos dizer assim.<sup>355</sup>

Podemos perceber como a tradição também constitui a identidade dos jovens militantes Sem-Terra. “Tico” continua sendo “roceiro” e o ofício herdado de seu pai permanece como um dos fatores constituintes de sua formação militante. Aqui “novos” e “velhos” desafios convergem em torno do projeto político maior, erguido pelo MST. “A mão que empunha a bandeira// com as cores do coração// é a mesma que faz a colheita// no campo da produção// e faz enfeite pra festa// e a massa que faz o pão”.<sup>356</sup> Neste ponto, o que Caldart afirma, converge com a citação anterior de “Tico”, em relação à importância da educação nesse processo de formação militante, pois:

Na identidade dos sem-terra do MST, o passado de luta não é alguma coisa que se deva lembrar como algo que somente foi assim porque não pôde ser diferente; o ingrediente a ser rememorado é exatamente a escolha que foi feita para transformar o que parecia uma situação inevitável, escolha que poderá continuar sendo feita, porque há outras situações a serem alteradas e outras pessoas a serem formadas na perspectiva de fazê-la.<sup>357</sup>

<sup>354</sup> CALDART, Roseli Salette, *op. cit.*, p. 375-376.

<sup>355</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Francisco Juliano de. – “Tico”, *op. cit.*

<sup>356</sup> SANTOS, Gilvan. **Terra em movimento**, *op. cit.*

<sup>357</sup> CALDART, Roseli Salette, *op. cit.*, p. 376.

Esta compreensão histórica “Tico” aprendeu muito bem, e justamente por isso ele mostra certa insatisfação ao fazer um balanço histórico da trajetória que o MST tomou nesses últimos anos. Mas esta tradição foi perdendo também sua força, e na medida em que o próprio Movimento deixa de lado, por um determinado momento histórico, a reivindicação direta em defesa da reforma agrária, por confiar num governo que eles se “sentiam representados”, por mais que a política neoliberal não tivesse sido abandonada, e pelo contrário, as forças conservadoras passaram a atuar dentro do governo, quando não dentro do próprio PT com a cooptação de quadros dirigentes de partidos da direita tradicional para ajudarem a conduzir a máquina estatal de dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, levando o MST a certa inércia em relação às suas mobilizações de massa em defesa dos direitos dos assentados ocasionando uma série de insatisfações dentro do próprio Movimento. Tais insatisfações refletem diretamente na trajetória militante de “Tico” e em sua atual relação com o MST.

“Tico”, atualmente, mora em outro Estado, casou-se com uma também militante do MST e foi morar no Pará. Quanto a estas mudanças, ele nos afirma que além dessas questões mais cotidianas de terem que buscar emprego etc, as suas insatisfações, diante da letargia do MST em relação aos governos petistas, o que ocasionou a apatia dos últimos anos em relação á luta por reforma agrária, foram os fatores determinantes para esse seu afastamento das atividades cotidianas ligadas ao Movimento:

Aqui não participo de nada, ou quase nada. Depois que casei e tive que me virar e procurar lugar para trabalhar em outros lugares, tipo na cidade mesmo. Hoje moro em um bairro que já foi assentamento e a realidade daqui é muito diferente da realidade do Piauí. Até participo ainda de algumas coisas, mas muito difícil. Meu afastamento tem a ver com essas conjunturas enfrentadas por nós nos últimos anos.<sup>358</sup>

Ainda assim, “Tico” sabe da importância do MST em sua vida e na vida de sua família. Não fosse essa experiência histórica provavelmente ele não seria quem é hoje, não teria a consciência política que aprendeu dentro do próprio assentamento, acompanhando seus pais nas reuniões e depois participando dos espaços de formação militante. Por isso ele valoriza tanto sua trajetória militante, justamente por ter consciência da importância desse processo na constituição de quem ele é atualmente. Nesse sentido, outro espaço de formação importante na constituição de “Tico” foi, assim como dos outros, a Igreja, que foi demarcando

---

<sup>358</sup> ENTREVISTA. CARVALHO, Francisco Juliano de. – “Tico”, *op. cit.*

outro ponto importante de continuidade em relação a história de vida de “Tico” e também de seus pais:

Eu comecei a me envolver com as atividades do movimento, assim de forma mais atuante, na participação do grupo de jovens, né. A gente participava, formou um grupo de jovem aqui, vamos dizer, mais ligado a questão da igreja, né. Da igreja, aí a gente se expandiu mais em trabalhar a questão política, aonde a gente formou esse grupo. Alguns dirigentes aqui do assentamento, como do estado, do MST, vem trabalhar essa questão da cultura do MST em si, né, através do grupo de jovens. Com isso aí a gente como igreja, como muitos jovens hoje fizeram curso do MST, através de projetos com parcerias com a Secretaria de Educação, que se dá esse processo de formação, que primeiro acontece, tem que acontecer dentro do assentamento pra você trabalhar, vamos dizer, fazer um trabalho de base.<sup>359</sup>

Portanto, ao escutarmos o relato de “Tico” sobre sua trajetória pessoal, podemos identificar e compreender a importância que a história familiar assume na constituição do sujeito militante. Mas também percebemos como esta mesma trajetória familiar contribuiu para a constituição do grupo social como um todo e, enfim, do próprio MST. E não apenas o “Tico” e sua família passaram por este processo, mas todas as famílias de militantes Sem-Terra, desde a primeira ocupação até hoje:

Eu conheci melhor a história da Marrecas, através de meu pai e de minha mãe. Meu pai e minha mãe, eles sempre, contavam, e a gente perguntava: ‘Mãe, como era antes?’ Meu pai e minha mãe também foram fundamental nessa questão de eu entender porque que a gente saiu lá do nosso local de origem né, quase 300 km, pra vir ocupar uma terra aqui. Que foi eles que falaram por que da importância, como foi que a gente veio. E a história do assentamento Marrecas, você pode perguntar a qualquer desses jovens do assentamento que moram aqui, qualquer um sabe falar. Por quê? Porque a gente através dos núcleos de base, também a gente realiza estudos sobre a história do assentamento Marrecas.<sup>360</sup>

Nesse ponto, ao olhar para trás, “Tico” tem razão pois, atualmente muitos jovens não têm a mesma consciência que “Tico” e sua geração possuíam, e isso tem ocorrido muito por causa dessa paralisia provocada dentro dos movimentos sociais e que atingiu em cheio o próprio MST. Madalena, outra militante do assentamento, e da mesma geração de “Tico”, e que atualmente é professora no próprio assentamento, e acumula também muitas funções, entre os jovens, de dirigente dentro do assentamento avalia que atualmente a conjuntura está

---

<sup>359</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>360</sup> *Idem. Ibidem.*

muito difícil dos jovens participarem das atividades políticas dentro do assentamento, mesmo muitos jovens de sua geração:

O magistério foi um espaço de formação pra mim, do MST assim, que eu pude aprender bastante foi no magistério, que foi um espaço não só de estudo das disciplinas do curso, mas também de muita formação; e alguns momentos que eu participei da Marcha nacional, pelo MST, que foi riquíssimo assim, que não foi só o momento de marchar de Goiânia até Brasília, mas foi um momento de muitos estudos, né, de poder compreender a realidade naquele período; e também o curso que eu fiz de Artes, né, que contribuiu ainda mais para essa minha formação dentro do MST, porque os cursos do Movimento é isso não trabalha só as disciplinas mas a própria formação mesmo, política. Eu acho que a juventude do meu período participava mais assim, da própria organização interna aqui do assentamento, tava mais engajada nos núcleos de família, participava mais dos Encontros do MST, dos Encontros Regional, estadual, das mobilizações que aconteciam em Teresina né, e eu acho que os jovens atualmente tá mais meio de reservados né, não tem mais esse espírito de luta que a gente tinha naquele período, de participar, mais só aqui dentro do assentamento, desses encontros aqui, do próprio aniversário do assentamento que ajudam a organizar. Eu vejo que, naquele período, os jovens participava mais. Acho que houve outras influências, né, assim os jovens participava mais, convidava mais os jovens a participar, acho que houve algumas influências, não sei, dos próprios meios de comunicação. Acho que precisa também mais de formação, existia também a Escola de formação dos jovens participar, né. Acho que o próprio Movimento ficou um pouco parado. Eu acho assim, que o MST tem que voltar às suas origens né, independente de governo, que esteja lá ou não, tem que continuar fazendo as lutas, que quando no governo de Dilma o pessoal recuaram um pouco de fazer a mobilização, de fazer o enfrentamento, sendo que nos outros governos não deixou de fazer isso, então, no meu pensar, é voltar a fazer luta independente do governo que esteja lá, com mais força.<sup>361</sup>

Madalena corrobora com a opinião de “Tico” e avalia que é importante que o MST retome sua trajetória fundacional e resgate essa história que se constituiu como parte fundamental na formação dos jovens e dos novos militantes Sem-Terra. E ambos, “Tico” e Madalena, nos ajudam a compreender o que Caldart já nos afirmara em relação a essa dimensão da pedagogia da história, ou seja:

Quer dizer, há de fato um componente pedagógico fundamental também no conhecimento e na compreensão da história, exatamente porque ele altera a própria perspectiva do cultivo da memória de um grupo específico. Em sua mística, o MST também busca educar os sem-terra para que transformem a história em memória, quer dizer, o passado das lutas do povo como seu. É assim que, em uma mesma homenagem, podem estar juntas uma figura do grupo que tenha morrido mais recentemente e Zumbi dos Palmares, Che

<sup>361</sup> ENTREVISTA. SILVA, Madalena da. Entrevistas concedidas entre agosto de 2004 e março de 2017. São João do Piauí – PI.

Guevara, ou mesmo Espártaco, o escravo romano a que se refere Hobsbawm. Neste momento, os sem-terra se sentem herdeiros de todos eles, e nessa herança procuram encontrar a força de que precisam para continuar a lutar e construir seu Movimento.<sup>362</sup>

Portanto, podemos perceber que, através da consciência de sua própria história, estes militantes constituíram a maior parte de sua trajetória militante, e identificamos através de suas memórias o quanto foi importante a valorização deste *constituir-se* militante Sem-Terra durante toda sua trajetória de vida enquanto militante do MST e que, justamente por tais razões, o Movimento deveria retornar às suas origens, pois como conclui Caldart:

Neste contexto pedagógico, também estudar História é mais do que estudar História, porque é preciso entranhar este estudo no próprio processo de enraizamento nela. Para além de uma expressão quase esvaziada pelo uso, o ser sujeito da História implica em saber que ela existe e que se é parte dela, em uma postura, como disse em outra parte através de Hill, ao mesmo tempo ativa e humilde. Nesse sentido, sem conhecer a História e sem aprofundá-la ainda mais como estratégia de formação humana, dificilmente o MST e os sem-terra conseguirão enfrentar os desafios identificados antes como tendências de seu momento histórico atual.<sup>363</sup>

Neste capítulo podemos perceber como através das memórias, especialmente, de Arlindo e “Tico”, podemos perceber melhor a importância do papel desempenhado pela família no processo de construção do Movimento Sem-Terra. A família que sempre foi o lugar de enraizamento do trabalhador e da trabalhadora rural no Brasil assume, dentro da proposta política do MST, um lugar de destaque. “São vozes que soam juntas// e se propagam no ar// é um brado que vem da terra// e se transforma em cantar.”<sup>364</sup>

A família foi, e ainda é, o principal meio de articulação entre o Movimento e os trabalhadores rurais, mas para auxiliá-la nesta tarefa, o MST soube articular às experiências individuais, anteriormente acumuladas, experiências coletivas experimentadas no bojo da luta pela terra. Estas, segundo Caldart, são as duas dimensões fundamentais no processo de formação dos Sem-Terra ligados ao MST:

A que vincula cada família sem-terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) dessa história; E a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas

<sup>362</sup> CALDART, Roseli Salette, *op. cit.*, p. 376-377.

<sup>363</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>364</sup> SANTOS, Gilvan. **Terra em movimento**, *op. cit.*

de posição, superação de limites, e assim conformar seu sujeito de ser, sua *humanidade em movimento*.<sup>365</sup>

Como resultado deste processo, Caldart conclui que o Movimento Sem-Terra se constitui no cotidiano de suas atividades a partir,

(...) do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter da luta social que representam, se forma então a coletividade Sem Terra, com uma identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo de Sem-Terra em si mesmos, mas que sente ou se vive participando das ações ou do cotidiano do MST.<sup>366</sup>

Neste, e através deste, *fazer-se* histórico, o MST conseguiu superar a maioria das dificuldades impostas ao longo dos anos. Por conta dele – segundo Bernardo Mançano Fernandes – “O MST tornou-se conhecido pela sua forma de organização socioespacial e por sua territorialização”. Ou seja,

A forma de organização do MST constitui-se da construção de um espaço de socialização política que possibilita a formação de grupos de famílias e a conscientização da conquista de um assentamento, que é uma fração do território, gerando as condições sociopolíticas que tornam possível a formação de um grupo de famílias que continuaram as lutas pela terra e pela Reforma Agrária, e assim consecutivamente. Esse processo de conquistas produz a territorialização do MST, que significa uma sucessão de conquistas de frações do território. Por causa desse processo diferenciamos o MST, como movimento socioespacial, dos outros movimentos sociais que denominamos localizados. Os movimentos sociais localizados findam na conquista da terra. O processo de territorialização transformou o MST em um movimento nacional.<sup>367</sup>

Hoje o movimento Sem-Terra procura continuar seu incessante projeto político, mas para isso precisará fazer um duro e importante balanço histórico desse atual momento histórico que vivemos, e ao qual o MST está inserido, para buscar retomar seu caminho originário para retomar seu protagonismo diante dos novos, mas também dos velhos, desafios, para que dessa forma, assim como antes, milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais ingressem em suas fileiras – ou retornem a elas – e passem também a contribuir e a constituir

<sup>365</sup> CALDART, Roseli Salete. “O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo”. In: BOSI, Alfredo (editor). **Estudos avançados – Dossiê: Desenvolvimento Rural**. São Paulo: EDUSP, 1987. p. 212.

<sup>366</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>367</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. “O papel do MST na construção da cidadania”. In: MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de e TOURINHO NETO, Fernando da Costa. **Introdução crítica ao direito agrário**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 341-347.

um dos movimentos que, ainda hoje, apresenta-se como um dos principais movimentos sociais da luta por Terra, Reforma Agrária e Cidadania em nosso país. No Brasil os tempos são outros, outros desafios se impõe, mas o sentimento de militante Sem-Terra, desses trabalhadores rurais que pudemos conhecer melhor ao longo deste trabalho, permanece vivo, e apesar da atual crise identitária, continua forte devido a este projeto holístico que pensa o homem e a mulher em sua abrangência cultural, e justamente por isso não pode perder de vista suas raízes. Sentimento este relatado por cada um dos Sem-Terra, ao final de suas entrevistas, e que podemos representar aqui a partir da fala de Arlindo que sintetiza em poucas palavras tudo o que representa o MST para ele, sua família, sua comunidade, e para todo o país:

O que o MST representa na minha vida é um momento de aprendizado, e essa mensagem eu vou repassar ela pra muita gente. O MST também representa muita oportunidade de vida, representa também muitos momentos de dificuldades, sacrifícios, de momentos difíceis que tem passado. Mas também representa uma esperança né, uma esperança de uma conquista, e representa pra mim e pra sociedade brasileira uma oportunidade de mudança. É um movimento que pensa não só em si ou em pequenas coisas, mas um Movimento que sonha e é uma esperança da sociedade. É um movimento que tem conseguido recuperar muitas vidas e dar oportunidade a muitas pessoas, e que precisa ser um movimento que continue lutando sem se torcer diante das dificuldades.<sup>368</sup>

Sentimento este muito bem retratado na música de Gilvan Santos, que nos serve de epígrafe no início deste capítulo, e se encerra enfatizando a perspectiva do projeto político do MST, bem como os sonhos de seus militantes que devem ser cada vez mais valorizados pelo próprio Movimento e sua direção, para que esse *fazer-se* continue como uma alternativa sólida para os trabalhadores e trabalhadoras rurais deste país, pois, como nos diz Gilvan Santos: “Quem olha sempre pra vida// e a vida faz defender// cuidando da existência// valores novos valer// é sonho que nunca morre// é novo amanhecer”.<sup>369</sup>

---

<sup>368</sup> ENTREVISTA. SILVA, Arlindo Gregório da, *op. cit.*

<sup>369</sup> SANTOS, Gilvan. **Terra em movimento**, *op. cit.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, ao longo de sua história, foi tornando-se, cada vez mais, parte importante da vida política em nosso país. Ao longo desta caminhada, seus militantes tiveram que enfrentar muitos percalços. Mas com bastante persistência, o que, aliás, nunca lhes faltou – nem há de faltar às famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais de nosso país, onde muitas vezes que conseguiram obrigar os governos, mesmo que a contragosto, a realizar ainda que de forma precária, a Reforma Agrária em vários latifúndios improdutivos do Brasil. Mas não apenas obrigaram e “brigavam”. Venceram ainda, mesmo que não de forma definitiva, outra batalha mais árdua, pois ganharam o respeito e o reconhecimento de sua luta de grande parte da população brasileira, e da necessidade de reforma agrária, mesmo que muitos discordem de suas práticas reivindicatórias, ou não concordem plenamente com seu projeto político de transformação da sociedade.

Por outro lado, como pudemos observar, este mesmo respeito conquistado diante da sociedade passa por questionamentos, internos e externos, devido à relação do MST diante dos últimos quatro governos federais que tiveram à frente o Partido dos Trabalhadores. Estes questionamentos foram evidenciados em todas as entrevistas, durante a fase final de coleta, e que expressa muito bem as insatisfações diante desse último período histórico e todas as contradições que o mesmo impôs aos movimentos sociais, em particular, como analisamos ao longo da pesquisa, e mais especificamente no terceiro capítulo. Portanto, cabe ao MST retornar às suas origens e realizar um balanço histórico crítico de acordo com suas tradições e à própria Pedagogia do Movimento Sem-Terra, que caracterizou, ao longo de sua trajetória, o seu próprio *fazer-se* enquanto movimento social.

Aqui no Piauí, onde analisamos mais de perto o desenrolar destes acontecimentos, o MST também adquiriu, ao longo das últimas décadas, este respeito de vários setores da sociedade piauiense. Este reconhecimento é ainda maior nas cidades onde o Movimento conseguiu se estabelecer, como é o caso de São João do Piauí, onde os Sem-Terra se constituem como parte importantíssima para do desenvolvimento da sociedade local, basta ver a importância econômica e social que o MST possui na cidade de São João do Piauí devido à produção e os investimentos conquistados pelo Movimento, devido às suas lutas e reivindicações, desde sua chegada à cidade em 1989.

À família coube um lugar central dentro da estrutura e do projeto político do MST. Ela foi responsável pela permanência de muitos Sem-Terra quando enfrentavam, talvez, os momentos mais difíceis de suas vidas; foi também responsável pela união de seus membros, mas acima de tudo, a família se apresentou como o grande alicerce do próprio Movimento que, ao espelhar-se nela, conseguiu a resposta para muitos de seus problemas, ressignificando o próprio conceito de família transformando o mesmo numa extensão do Movimento para além dos núcleos familiares. Evidentemente que, com a crise enfrentada, nos últimos anos, pelo MST, esse elemento unificador, e importantíssimo para o próprio *fazer-se* Sem-Terra, sofre influência e corre o risco de enfraquecer-se, o que pode ocasionar um enfraquecimento do próprio Movimento enquanto organização social contestatória diante dos governos que insistem em negligenciar o problema da reforma agrária.

A importância do conceito de família, como elemento central deste *fazer-se* militante, nos ajudou a compreender como esse elemento constituiu-se como o centro, ao mesmo tempo, motivador, aglutinador e propulsor de todo esse processo onde, a partir dele, percebemos que se articulam todos os outros fatores considerados importantes para esse processo de constituição dos sujeitos sociais Sem-Terra.

Portanto, conseguimos perceber que a importância da luta pela terra, do valor da água para suas vidas, da importância da educação como uma ferramenta não apenas de ascensão social, mas, principalmente, como um instrumento de libertação política, ou mesmo a religiosidade, estiveram, cada um destes fatores, e ao longo desse processo, orbitando em torno da família, pois foi justamente por causa dela que pais e mães decidiram abandonar o pouco que tinham – mas que para eles, até então, apresentava-se como muito pois era tudo que possuíam – para arriscarem-se na luta pela conquista de um “pedacinho” de terras onde eles pudessem morar, plantar, educar seus filhos e se educarem também, partilharem sonhos e superarem barreiras, enfim, um lugar onde eles pudessem ter dignidade e onde eles pudessem romper com o injusto legado que eles tinham recebido da sociedade, passado pelos seus pais, avós etc., todos vítimas da estrutura social e agrária brasileira. Ali eles poderiam ao menos sonhar em romper aquela triste e dolorosa “herança maldita”, que eles haviam decidido não deixarem para seus filhos.

Nesse sentido a família se converteu num instrumento de luta e foi transformando-se, junto com cada um dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo, e também ressignificou estes sujeitos e ressignificou-se durante este eterno *fazer-se*, e que continua a instigar os sujeitos e o próprio MST a voltar-se para dentro de si mesmo e procurar corrigir os erros que levaram o Movimento a chegar até o atual estágio em que o mesmo se encontra.

Além destas questões, percebemos que, ao lado destes desafios, foram surgindo outros como o da produção, mecanização da lavoura, ecologia, saúde alimentar, ampliação do acesso à saúde, educação – inclusive com um projeto pedagógico próprio, onde a principal bandeira de luta é a educação do campo<sup>370</sup>, entre outros. Em praticamente todos eles, os Sem-Terra conseguiram ótimos resultados, apesar de que ainda se tem muito a fazer, mas se considerarmos a realidade de nosso país, os Sem-Terra já conseguiram quase que uma revolução. E justamente por este motivo, e pela importância que o MST adquiriu ao longo da década de 1990, é que o Movimento não pode arriscar todo o seu legado histórico devido à relação que o mesmo teve nestes últimos anos com os governos petistas. Nesse sentido, os desafios *novos* somam-se aos *velhos* e impõem ao Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra um importante desafio de autoavaliação diante da realidade atual brasileira.

Mas os tempos continuam mudando, pois a história não há de cessar, muito menos de findar-se como alarmaram alguns ignóbeis. O movimento Sem-Terra até hoje tem conseguido superar os desafios que lhes são impostos, mas precisa estar mais atento à conjuntura política que hoje os desafia. Internamente, o Movimento convive com alguns problemas sérios, que inclusive já foram objetos de outros estudos. O principal, talvez seja, a visível desmobilização e, até certo ponto, “individualização” de alguns de seus assentados.

Já em relação à conjuntura política vivida desde 2003 com a posse do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Movimento Sem-Terra atravessa um momento de incertezas e redefinições frente à inesperada guinada à direita do Partido dos Trabalhadores, que além de não promover uma reforma agrária séria, ampla e com participação dos próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais, como defende o próprio Movimento, ainda por cima continuou implementando uma política neoliberal, que foi aprofundada ano após ano, mandato após mandato, resultando na atual crise política, econômica e social pela qual atravessamos atualmente.

No Estado do Piauí, como relatamos no início deste trabalho, o Partido dos trabalhadores também conseguiu chegar ao governo estadual, e com ele foram vários setores e movimentos sociais, e o próprio MST não fugiu à regra. Evidentemente que foi perfeitamente compreensível a postura do Movimento Sem-Terra, ao longo do primeiro mandato, em querer dialogar, ou mesmo apoiar, tanto governo federal, quanto o estadual, pois como mostramos, o MST ajudou a construir o PT, portanto é parte constituinte de sua história, e o mínimo que o

---

<sup>370</sup> Ver obra de Roseli Salete Caldart: **Pedagogia no Movimento Sem Terra**; e Mônica Castangna Molina (org.): **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**.

Movimento poderia esperar deste, seria a implementação de bandeiras de lutas históricas que hoje são esquecidas ou mesmo substituídas por outras que são completamente contrárias em relação ao projeto político que o MST defende para o país, como no caso dos transgênicos.

Mas o movimento Sem-Terra saberá compreender estes novos desafios se não quiser enfraquecer e perder forças perante a própria sociedade. No entanto, não pretendo, a partir destas indicações, sugerir que o MST tenha perdido importância política em nossa sociedade, muito pelo contrário, e caso consiga despertar ao longo desse processo de crise, poderá impulsionar as lutas sociais que os governos, incluindo os do PT, tentaram, e continuam tentando controlar. É preciso que o MST compreenda esta etapa histórica como mais um desafio deste eterno processo de *constitui-se* enquanto movimento social que vai se reinventando ao longo de sua própria caminhada. Afinal de contas, se existe uma lição que os Sem-Terra aprenderam em sua caminhada foi que “Só a luta muda a vida” e que, só através dela, poderemos continuar tentando mudar uma sociedade tão injusta e desigual quanto a nossa.

Outro aspecto importante, que se destaca ao longo do trabalho, é o papel desempenhado pelas mulheres na construção desse processo de construção do MST em terras piauienses. As narrativas valorizam o papel das mulheres, que fazem parte das três famílias que analisamos em nossa pesquisa, e evidenciam outra característica fundamental dessa experiência que transformou, não apenas a vida destas mulheres, mas as de muitas outras que tiveram a oportunidade de ingressarem no MST, bem como de suas famílias e do próprio Movimento como um todo, ressaltando a importância do papel da mulher dentro de uma sociedade extremamente machista e que procura fragilizá-la criando estereótipos que não condizem com a importância social que as mulheres possuem em nossa sociedade.

Importante destacar também a importância da educação como elemento transformador da realidade social e do projeto de construção do próprio MST, pois o projeto político que o Movimento Sem-Terra visou implementar desde sua fundação só seria possível se compreendesse todas as dimensões e desafios que surgiriam e se colocariam como entraves para a concretização do mesmo. Portanto, nesse sentido, e como destaca Roseli Salette Caldart, a compreensão que o MST tem do papel da educação na construção do MST como um movimento social crítico, vivo e que procura se reinventar diante das adversidades foi algo essencial ao longo dessa caminhada, e que sedimentou toda essa *experiência* social, como nos sugeriu Edward Palmer Thompson, em seus estudos acerca da classe operária inglesa.

Portanto, Thompson conseguiu, através de seus estudos, evidenciar conceitos como os de experiência e cultura como objetos de estudo das análises sócio-históricas, e o fez sem

desconsiderar a importância da vida material, reconhecendo, dessa forma, a importância que sujeitos históricos, antes subsumidos dentro de uma análise historiográfica que desprivilegiava homens e mulheres ao longo do processo de construção de suas próprias histórias, ou em outras palavras – e como o próprio MST procura valorizar – na constituição destes em sujeitos conscientes de sua própria história. Portanto, para Thompson, todas as experiências vivenciadas ao longo de suas trajetórias de vida constituem-se como elementos importantes e constituintes destes sujeitos.

Nesse sentido, e a partir dos relatos dos sujeitos que compõem essa pesquisa, percebemos a importância da religiosidade ao longo de todo esse processo e desse *fazer-se* Sem-Terra. A militância nas CEB's e, posteriormente, na CPT possibilitou, a estes sujeitos sociais, a alternativa concreta para que eles conseguissem materializar, a partir de suas experiências anteriores ao próprio MST, que seria possível a construção de uma ferramenta de luta que, construída por eles próprios, conseguisse libertá-los das amarras históricas que os prendiam à exploração e a viverem aceitando a negação de seus direitos por parte do Estado.

Por fim, um aspecto importante dessa pesquisa foi sendo observada ao longo da realização do próprio projeto de pesquisa, onde o autor foi compreendendo e, no processo, *compreendendo-se* enquanto sujeito histórico crítico, especialmente em relação ao seu ofício, e pôde vivenciar o próprio *fazer-se* thompiano a medida que o mesmo foi aprofundando suas análises e conhecendo de forma mais profunda a história desses sujeitos históricos apresentados nessa dissertação.

Portanto, assim como Sidney Mintz<sup>371</sup>, e sua relação com Taso, percebi como essa experiência foi marcante na constituição do próprio sujeito social, especialmente enquanto educador e historiador, e que me fez enxergar melhor a importância do nosso ofício, seja em sala de aula, enquanto militante social, ou mesmo como pesquisador contribuindo com minha formação acadêmica e militante, e me fazendo compreender o meu próprio *fazer-se*. Nesse sentido, tais reflexões me ajudaram a compreender melhor o que Michel de Certeau, em sua *operação historiográfica*, destacou ao afirmar que:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva queria

---

<sup>371</sup> MINTZ, Sidney W. **Encontrando Taso, me descobrindo**. In: Revista Dados. Vol. 27, nº 01, 1984. p. 45-58.

mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita.<sup>372</sup>

Nesse sentido, não podemos desconsiderar as lições de Certeau, tampouco podemos diminuir a importância dos estudos provocados pela *História Social Inglesa*, especialmente por E. P. Thompson e seu conceito de *experiência* e suas implicações para a constituição dos sujeitos sociais a partir de suas próprias vivências. Não podemos deixar de destacar a importância da história oral na viabilidade prática dessa proposta de trabalho, onde os relatos orais dos sujeitos sociais que formam o conjunto dessa dissertação possibilitaram a estes sujeitos sociais que eles pudessem narrar suas vidas, reinterpretar seus sonhos, e acima de tudo, eles tiveram a oportunidade de serem ouvidos a partir de suas próprias interpretações de mundo, a partir de suas próprias experiências.

Por fim, quero destacar que muitas das inferências expostas ao longo do trabalho não se propõem serem conclusões definitivas para tais questões. Muitas delas, inclusive, devem ser aprofundadas em futuras pesquisas, especialmente no doutorado onde pretendo seguir estudando a mesma temática com o objetivo de aprofundar questões que ficaram em aberto, e/ou analisar, por outras perspectivas analíticas as mesmas questões abordadas até o presente momento.

Mas não me sinto no direito de concluir este trabalho com minhas próprias palavras, pois acredito ser eu, apenas um vetor que procurou contar um pouco da história destes verdadeiros “guerreiros piauienses”. Recorro então às palavras, ou melhor, aos versos cantados na voz de Dona Antônia, que encerrou sua entrevista cantando o Hino do MST, e que enquanto cantava, um de seus filhos entrou na sala carregando nos braços um dos seus netos, que deveria ter pouco mais de um ano, à época das primeiras entrevistas, e que ao escutar o refrão do Hino, ergueu o braço esquerdo e imitou sua avó no gesto característico dos Sem-Terra, e que para eles representa a luta e a garra dos seus militantes:

Vem façamos a nossa Liberdade,  
Braço forte que rasga o chão,  
Sob a sombra de nossa valentia,  
desfraldemos a nossa rebeldia  
e plantemos nessa terra como irmão!

Vem, lutemos punho erguido,  
Nossa força a nos leve a edificar,  
Nossa pátria livre e forte,  
Construída pelo poder popular.

---

<sup>372</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p: 46-47.

Braço erguido ditemos nossa história,  
Sufocando com força os opressores,  
Hasteemos a bandeira colorida,  
Despertemos esta pátria adormecida,  
O amanhã pertence a nós trabalhadores!

Nossa força resgatada pela chama  
Da esperança no triunfo que virá,  
Forjaremos desta luta com certeza,  
Pátria livre, operária, camponesa,  
Nossa estrela enfim triunfará!<sup>373</sup>

---

<sup>373</sup> ENTREVISTA. SILVA, Antônia Maria da Conceição, *op. cit.*

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 384p.

ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina e ARTURO, Escolar. “O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”. In: **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. – autores e organizadores – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 15-50.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. In: **Estudos históricos**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1983. p. 29-42.

BASTOS, Elide Rugai. “150 anos de um debate sobre Reforma Agrária”. In: **Cadernos AEL – Conflitos no campo – 7. conflitos no campo**. Campinas, 1997. Semestral. P. 131-145.

BAUDUÍNO, Dom Tomás. “Depoimento: a ação da igreja católica e o desenvolvimento rural”. In: Revista – **Estudos Avançados** – nº. 43 (vol. 01 nº. 1) – **Dossiê: Desenvolvimento rural**. São Paulo: EDUSP, 1987. p. 09-22.

BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. São Paulo: Edições Pulsar, Xamã, 2009. 151p.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 261p.

BERGAMASCO, Sonia P. Pereira; D’AQUINO, Terezinha e FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. “Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: A Roda-viva de seu passado/presente. In: **Revista – ciências sociais hoje**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990. p. 253-280.

BOGO, Ademar. Caderno de formação nº. 34. **O MST e a cultura**. 2.ed. São Paulo. Peres LTDA, 2001. 93p.

\_\_\_\_\_. **Lições da luta pela terra**. Salvador: memorial das letras, 1999. 160p.

\_\_\_\_\_. **O vigor da mítica**. São Paulo: ANCA, 2002. 189p.

BORGES, Geraldo Almeida. **Secas no Piauí – ontem e hoje**. Teresina: Fundação CEPRO. 1980. p. 45-51.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2003. 219p.

BRANFORD, Sue e ROCHA, San. **Rompendo a cerca: a história do MST**; [tradução Rubens Galves Merino]. 1.ed. São Paulo: Casa Amarela, 2004. 400p.

CALDART, Roseli Salete. “O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo”. In: Revista – Estudos Avançados n°. 43 – **Dossiê: Desenvolvimento rural**. São Paulo: EDUSP, 1987. p. 207-24.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 440.

CARTILHA. **CPT 25 anos na luta por terra, água e direitos**. Teresina: CPT, 2004. 31p.

CASALDÁLIGA, D. Pedro. Terra nossa, liberdade. In: **Com palmos medidos: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 398-400.

CEPATEC e Instituto Nacional de Direitos Humanos “17 de abril”. **Eldorado dos carajás 10 anos depois: Violência e impunidade no campo**. Maxprint. São Paulo, 2006, p. 69.

CERTAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: **A escrita da história**. – Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-109.

COLETIVO NACIONAL DE CULTURA/MST; FRENTE DE MÚSICA. **Seguindo a canção**. São Paulo. ANCA. 208p.

COLLING, Ana Maria. Mulheres militantes: “nós, as deusas”. In: **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosas dos Tempos, 1997. p. 47-75.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão popular, 2003. 237p.

COSTA, Cléria Botelho da. **Vozes da terra: lutas e esperanças dos Sem-Terra**. Uberlândia: EDUFU, 2009. 320p.

D’ARAÚJO, Maria Celina. “Como a história oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo”. In: GOMES, Ângela de Castro. **História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral**. Rio de Janeiro: ABHO, 1999. p. 167 – 179.

DOMINGOS NETO, Manoel e BORGES, G. Almeida. **Seca Seculorum: flagelo e mito na economia rural**. Teresina, Fundação CEPRO, 1987. 105p.

DOMINGOS NETO, Manoel. **É preciso rediscutir a seca piauiense**. Teresina: Fundação CEPRO, 1981. p. 5-27.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. 120p.

FERNANDES, Bernardo Mançano e RAMALHO, Cristiane Barbosa. “Luta pela terra e desenvolvimento rural no pontal do Paranapanema (SP)”. In: Revista – **Estudos Avançados** n°. 43 – **Dossiê: Desenvolvimento rural**. São Paulo: EDUSP, 1987. p. 239-254.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. O objeto. In: **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 48-77.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: **Entrevistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-13.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Os anos de chumbo no Brasil**. In: História. Série: Novo Ensino Médio – volume único. São Paulo: Ática, 2003. p. 384-393.

FRANÇOIS, Etienne. “A fecundidade da história oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 03 – 14.

FRANK, André G. e FUENTES, Marta. **Dez teses a cerca dos movimentos sociais**. Cópia de arquivo particular sem catalogação. p. 19-48.

GARCIA, Marco Aurélio. “O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política”. In: **Caderno PAGU** (8/9). Campinas. 1997. p. 319-342.

\_\_\_\_\_. **Eder Sader – O futuro sem este homem**. Texto publicado no site: [www.fpa.org.br/portal](http://www.fpa.org.br/portal) link da revista teoria e debate/artigos.

\_\_\_\_\_. Tradição memória e historia dos trabalhadores. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 169-174.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 255p.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: companhia das Letras, 2007. 454p.

\_\_\_\_\_. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: companhia das Letras, 2002. 192p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os Sem Terra, ONG's e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 172.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Loyola, 2002. p. 273-344.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Vértice, 1990. p.

HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: **O direito à memória: patrimônio histórico**. São Paulo: 1992. p. 157-168.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 482p.

\_\_\_\_\_. O presente como história. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 19987. p. 243-255.

JOUTARD, Philippe. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marienta de Moraes e AMADO, Janaina (coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43 – 64.

KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. “Memória de histórias femininas, memórias e experiências”. In: **Cadernos PAGU**. Campinas. Editora da UNICAMPI, 1997. p; 343-354.

LENZ, Matias Martinho (card.). **A Igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980. 50p.

LEVI, Giovanni. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. IN: PEREIRA, Ligia Maria Leite. **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral. Nº 3, junho de 2000, vol. 3, São Paulo.

LOBO, Elisabeth Souza. “**Emma Goldman**”. São Paulo, Brasiliense, 1983.

MARTINS, José de Sousa. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1990, 185p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 894p.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 405p.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels). 274p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 614p.

MATHEUS, Delweck. Os desafios da reforma agrária no Brasil. In: **Revista Marxismo Vivo** nº. 2. Dossiê: O mundo do trabalho. São Paulo. 2001. p. 43-46.

MAUAD, Ana Maria. “Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares”. In: **Projeto história**: revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento da PUC – SP: EDUC, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003, 103p.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. Cópia de arquivo particular sem catalogação.. Pp. 49-64.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teorias, método e criatividade. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 80p.

MITSUE, Morissawa. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 256.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me Descobrimo. In: **Revista Dados**. Vol. 27, nº. 01, 1998. p. 45-58.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Niterói: EdUFF, 2008. 260p.

MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da Guerra camponesa de Canudos**: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 129.

Princípios de educação do MST. In: **Caderno de educação nº. 8**. São Paulo: publicação MST.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares: tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**: Revista do programa e estudos pós-graduados em história e do Departamento de História da PUC – São Paulo, 1985. p. 7-28.

OJEDA, Caroline Martins. **Memória e história oral na contemporaneidade e seus usos para a história do tempo presente**. Porto Alegre. Revista Aedos, nº 15, v. 6, Jul./Dez. 2014.

**O DIA**. Teresina: Acervo Público do Estado do Piauí, janeiro/1988 – dezembro/1998. Diário.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 3-15.

RANGEL, Maria do Socorro. Elizabeth Teixeira. **Trajetórias escolhas e práticas**. Trabalho apresentado na disciplina: tópicos especiais em história no curso e pós-graduação em História Social do Trabalho. Campinas, 2002. 40p.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar esquerdas e sociedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 52.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, 329p.

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 143 p.

SANTANA, Marco Aurélio. **Militância, repressão e silêncio**: relato de uma experiência com a memória operária. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral. Num. 3, junho de 2000. p. 35-48.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **Construindo o caminho**. São Paulo, 2001. 248p.

SILVA, Deonísio da. **Os guerreiros do campo**. São Paulo: A girafa, 2005, p. 170.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 136.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do Silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST**. São Paulo: ANNABLUME, 2004, p. 154.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 167.

STÉDILE, João Pedro ( org.). **História e Natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002. 192 p.

STEIN, Leila de Menezes. “Perfil do dirigente sindical rural paulista: representações, conflitos e direitos”. In: **Cadernos AEL – Conflitos no campo – 7**. Campinas, 1997. Semestral . P. 51-81.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária: tradução Denise Bottmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 204p.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 377p.

TIERRA, Pedro. **Poemas**. São Paulo. Dia, 1990, p. 81.

TOLENTINO, Célia A. Ferreira. “Os fios da história de um assentamento “desaparecido”. In: **cadernos AEL – Conflitos no campo – 7**. Campinas, 1997. Semestral. P. 105-129.

ZANINI, C. F.; BACCEGA, M.; ZAPPIA, R. B. **A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina**. História e Perspectiva, Uberlândia, V. 24, n. 44, Jan./Jun. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19361/0>.

### Dissertações

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da Morte; esperança de vida: a história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Gisvaldo Oliveira da. *Um levante no sertão do Piauí: a trajetória camponesa na formação do Assentamento Marrecas (1985-1995)*. Teresina, 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-Graduação em História Social da Universidade federal do Piauí – UFPI.

### Fontes Orais

ARAÚJO, Domingos Francisco de. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017**. São João do Piauí-PI.

ARAÚJO, Maria do Socorro. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

CARVALHO, Anísia Josefa de. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

CARVALHO, Francisco Juliano de. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

CARVALHO, Juliano Antonino de. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

CRONEMBERGE, José do Patrocínio Reis. **Entrevista concedida ao autor em Agosto de 2005.** São João do Piauí-PI.

JESUS, Joana Maria de. **Entrevista concedida ao autor em Agosto de 2005.** São João do Piauí-PI.

SANTOS, Inácio José dos. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

SILVA, Arlindo Gregório da. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

SILVA, Antônia Maria da Conceição. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

SILVA, Antônio Gregório da. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

SILVA, Madalena Carmina da. **Entrevistas concedidas ao autor entre agosto de 2004 e fevereiro de 2017.** São João do Piauí-PI.

SOUSA, Expedita Araújo da Silva. **Entrevista concedida ao autor em Fevereiro de 2006.** São João do Piauí-PI.

### **Periódicos**

Jornal **O Dia**, Teresina, p. 04 de abril de 1989.

Jornal **O Dia**. Teresina, 13 de junho de 1989.

Jornal **O Dia**. Teresina, 15 de junho de 1989.

Jornal **O Dia**, Teresina, 03 de setembro de 1989.

Jornal **O Dia**, Teresina, 04 de setembro 1989.

Revista **Discutindo Geografia**. Ano 1. nº. 6 p. 46-53.

Revista **Sociologia: ciência e vida**. Ano 1, nº. 3. p. 52-59.

Revista **Caros Amigos**. Edição especial. Nº. 12, abril 2002. 30p.

Revista **Caros Amigos**. Edição especial. Nº. 18, setembro 2003. 30p.

Revista **Caros Amigos**. Edição especial. Nº. 6, outubro 2000. 38p.

Revista **Caros Amigos**. Ano IV, nº. 39, Junho 2000. p. 30-37.

Revista **Caros Amigos**. Ano VIII, nº. 86. maio 2004. p. 16-18.

**Revista Reportagem**. Ed. Nº. 72, ano 5, outubro/novembro de 2005. fascículo nº. 3, Retrato do Brasil – “A Reforma Agrária no País”.

#### **Documentos Consultados**

**Ata da XI Assembleia Estadual da CPT-PI**. 04 de novembro de 1985. Comissão Pastoral da Terra – Regional Piauí. Arquivo sem catalogação.

**A luta pela terra na história do Brasil**. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – sem data.

**Ata da XIII Assembléia da CPT – eletiva** – Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Outubro de 1987.

**Construindo a História da CPT Piauí** – Arquivo da Comissão Pastoral.

**CPT – Piauí: Prioridades nos anos 90**. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Abril de 1995.

INCRA/PI, SR (24). **Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas**, 1989.

Jornal **O Lavrador**. Nº. 66, Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Julho/Agosto de 1990.

Jornal **O Dia** – Pesquisa realizada no período de janeiro de 1988 à julho de 1996.

**Relatório do 3º Encontro de Lavradores e Agentes de Pastoral do Piauí**. Teresina. Comissão Pastoral da Terra. (Arquivo sem catalogo) – Março de 1979.

#### **Sítios eletrônicos visitados**

SOUSA, Maria Gorete. **Luta pela Terra**: além de ocupar as terras, precisamos ocupar as letras. Edição Especial. In: MATTAR, Flavia. “Especial-luta pela terra”. São Paulo: IbaseNet, 2005. Maria Gorete Sousa é pedagoga do MST na Escola Florestan Fernandes em Goiânia.

Entrevista concedida aos editores dessa revista eletrônica. Disponível em: <<http://www.ibase.gov.br>

Música de Geraldo Vandré: pra não dizer que não falei das flores.  
[www.tvebrasil.com.br/pranaodizer/textos.htm](http://www.tvebrasil.com.br/pranaodizer/textos.htm)

[www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br)

[www.cebs11.org.br](http://www.cebs11.org.br)

[www.p.php.uol.com.br/tropico/html/textos](http://www.p.php.uol.com.br/tropico/html/textos)

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org)